

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO: POLÊMICAS EM TORNO DO
CONCEITO NA OBRA DE RUY MAURO MARINI E A VIGÊNCIA NA DÉCADA
DE 2000**

Fábio Marvulle Bueno

Brasília, 2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO: POLÊMICAS EM TORNO DO
CONCEITO NA OBRA DE RUY MAURO MARINI E A VIGÊNCIA NA DÉCADA DE
2000

Autor: Fabio Marvulle Bueno

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade de Brasília, como
requisito para a obtenção do título de Doutor, sob
orientação do professor Sadi Dal Rosso

Brasília, março de 2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TESE DE DOUTORADO

A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO: POLÊMICAS EM TORNO DO
CONCEITO NA OBRA DE RUY MAURO MARINI E A VIGÊNCIA NA DÉCADA DE
2000

Autor: Fabio Marvulle Bueno

Orientador: Doutor Sadi Dal Rosso (UnB)

Banca Examinadora

| | |
|--------------------------------|--------------------|
| Prof. Sadi Dal Rosso - | UnB |
| Prof. José de Lima Soares - | UFG |
| Prof. Daniel Bin - | UnB |
| Prof. Joaze Bernardino Costa - | UnB |
| Prof. Stefan Fornos Klein - | UnB |
| Prof. Raphael Lana Seabra - | UNICEUB (suplente) |

AGRADECIMENTOS

Aos colegas do Grupo de Estudo e Pesquisa do Trabalho – GEPT/UnB, pelos longos anos de debate extremamente proveitosos;

Aos colegas Fernando Prado, Virginia Fontes, Carlos Eduardo Martins, Carlos Alves do Nascimento, Alessandra Lima Rosa, Pedro Duarte e Marisa Amaral, pelos valiosos comentários e reflexões;

Ao inestimável amigo Raphael Lana Seabra, pela paciência e compromisso militante em empreender a dura tarefa de resgatar o pensamento de Ruy Mauro Marini dentro da UnB;

Aos colegas e companheiros da Consulta Popular, com quem muito apreendi na militância política e no debate teórico;

A Sadi Dal Rosso, orientador e soldado de todo sempre nas fileiras do embate teórico marxista;

A Bruno Bueno e Guilherme Bueno, filhos queridos que me acompanharam e deram força durante todo o tempo; e

A Luciana Bueno, esposa e companheira de todos os momentos, sem a qual não teria concluído (e talvez nem começado) minha jornada acadêmica.

RESUMO

A presente tese busca discutir o conceito de superexploração do trabalho, originalmente cunhado por Ruy Mauro Marini, em duas vertentes. A primeira é a relação do conceito com a Teoria do Valor Trabalho (TVT), em que argumentamos pela dilapidação do valor da força de trabalho como essência da superexploração e não a elevação quantitativa do grau de exploração ou mesmo a forma de manifestação da não equivalência entre remuneração e valor da força de trabalho. Mostramos que muitas das críticas ao conceito provêm de uma leitura da TVT que considera como escopo apenas o âmbito da equivalência de valores. Abordamos um conjunto de autores que já utilizaram o conceito e que muitas vezes apresentam críticas infundadas, apoiadas em concepções equivocadas de superexploração ou na leitura particular da TVT centrada na equivalência de valor. A segunda vertente de discussão é a análise da vigência da superexploração na década 2000, a chamada “Era Lula”, que trouxe processos contraditórios ao mercado de trabalho, revelando novas formas de manifestação da superexploração, as quais passam predominantemente a atentar contra o valor total da força de trabalho, ao invés do valor diário da mesma. Tal singularidade permite a classificação da “Era Lula” como uma nova fase histórica da superexploração do trabalho no desenvolvimento capitalista do Brasil.

Palavras-chave: superexploração do trabalho; Ruy Mauro Marini; Teoria do Valor Trabalho; Brasil

ABSTRACT

The present thesis aims to discuss the superexploitation of labor, concept originally coined by Ruy Mauro Marini, focusing on two aspects. The first is the relationship with the Labor Theory of Value (LTV), which argue for the dilapidation of the value of the labor power as the essence of superexploitation and not the quantitative increase in the degree of exploitation or even the form of manifestation of non-equivalence between compensation and value of the workforce. We show that many of the criticisms come from a reading of LTV considering scoped only the equivalency. We approached a group of authors who have used the concept and they often have unfounded criticism, supported by misconceptions of superexploitation or in reading LTV centered on the equivalence. The second aspect of discussion of the superexploitation of labor is the analysis of the validity in the 2000s, the "Lula's Age", which brought contradictory processes in market labor, revealing new forms of manifestation of superexploitation, which go predominantly to prejudice the total value of labor force, rather than the daily value of it. Such uniqueness allows the classification of "Lula's Age" as a new historical stage of superexploitation in Brazil's historical capitalist development.

Keywords: superexploitation of labor; Ruy Mauro Marini; Labor Theory of Value; Brazil

RESUMEN

En esta tesis se analiza el concepto de la superexplotación del trabajo, originalmente acuñado por Ruy Mauro Marini, a través de dos vertientes. La primera es la relación con la Teoría del Valor Trabajo (TVT), en donde argumentamos por la dilapidación del valor de la fuerza de trabajo como la esencia de la superexplotación y no el aumento cuantitativo en el grado de explotación o incluso la forma de manifestación de la no equivalencia entre la retribución y el valor de la fuerza de trabajo. Indicamos que muchas de las críticas al concepto tienen origen de una lectura de la TVT restringida al ámbito de la equivalencia de los valores. Abordamos uno conjunto de autores que han utilizado el concepto y que a menudo tienen críticas infundadas, apoyadas en concepciones erróneas de superexplotación o en la lectura particular de la TVT centrada en la equivalencia del valor. La segunda vertiente de discusión es el análisis de la vigencia de la superexplotación en la década de 2000, la "Era Lula", que trajo procesos contradictorios al mercado de trabajo, revelando nuevas formas de manifestación de superexplotación, las cuales pasan predominantemente a atender en contra el valor total de la fuerza de trabajo en lugar del valor diario de la misma. Tal singularidad permite la clasificación de la "Era Lula" como una nueva etapa histórica de la superexplotación de trabajo en el desarrollo capitalista en Brasil.

Palabras claves: Superexplotación del trabajo; Ruy Mauro Marini; Teoría del Valor Trabajo; Brasil

RÉSUMÉ

La présente thèse se propose de discuter du concept de surexploitation au travail, originellement conçu par Ruy Mauro Marini sous deux aspects. Le premier volet est lié au concept de la théorie de la valeur du travail (TVT), dans lequel on utilise la dévalorisation de la force de travail comme base de la surexploitation et non l'augmentation quantitative du degré d'exploitation ni même la représentation de la différence entre rémunération et valeur de la force de travail. Nous démontrons que beaucoup des critiques de ce concept proviennent d'une lecture de la TVT qui limite le périmètre de son champs d'application à la seule équivalence de valeurs. Nous traitons d'un groupe d'auteurs qui ont déjà utilisé le concept et qui ont, de nombreuses fois, exprimé des critiques infondées qui s'appuyaient sur des conceptions erronées de surexploitation ou une lecture particulière de la TVT, centrée sur l'équivalence de valeurs. Le second volet de la discussion se concentre sur l'analyse de la validité du concept de surexploitation durant les années 2000, connues comme "La période Lula", qui a amené des procédures contradictoires sur le marché du travail, révélant de nouvelles formes de manifestation de la surexploitation qui s'expriment majoritairement en termes de valeur journalière de la force de travail plutôt que comme sa valeur totale. Cette singularité a permis de pouvoir catégoriser "La période Lula" comme une phase historique de la surexploitation au travail dans le développement capitaliste du Brésil.

Mots-clés: Surexploitation au travail; Ruy Mauro Marini; Théorie de la valeur-travail; Brésil

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - Mundo - Taxa de Crescimento do PIB..... | 139 |
| Figura 2 - Mundo - Participação da Formação Bruta de Capital no PIB..... | 141 |
| Figura 3 - Mercado mundial de commodities - Índice de preços (2000 = 100) | 145 |
| Figura 4 - Petróleo - US\$ por barril - média de três tipos - Brent, WTI e Dubai Fateh | 146 |
| Figura 5 - Brasil- PIB, Consumo e Investimento - taxas anuais reais de variação | 150 |
| Figura 6 - Brasil - Contribuição a variação do PIB - pontos percentuais | 151 |
| Figura 7 - Brasil - Taxas de Investimento a preços correntes (% do PIB) | 152 |
| Figura 8 - Brasil – PIB - Exportação e Importação - taxas anuais reais de variação | 153 |
| Figura 9 - Brasil – PIB - Oferta - taxas anuais reais de variação..... | 157 |
| Figura 10 - Brasil - Ingresso Líquido de Capital Estrangeiro - US\$ bi e % do PIB..... | 158 |
| Figura 11 - Brasil - Modalidades de Ingresso do Capital Estrangeiro (US\$ milhões)..... | 159 |
| Figura 12 - Brasil - Renda líquida enviada ao exterior - US\$ bi..... | 160 |
| Figura 13 - Brasil - Renda líquida enviada ao exterior - % do PIB..... | 161 |
| Figura 14 - Brasil - Taxa de Participação e Taxa de Desemprego..... | 164 |
| Figura 15 - Brasil - Participação da condição de ocupação no total de ocupados..... | 164 |
| Figura 16 - Brasil - Proporção dos empregados segundo formalização | 165 |
| Figura 17 - Brasil - Renda Média de todos os Trabalhos - R\$ de outubro de 2012..... | 166 |
| Figura 18 - Brasil - Taxas de variação mensal acumuladas da massa de rendimento real e seus componentes..... | 168 |
| Figura 19 – Brasil - Participação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas e que procuraram trabalho, por classes de rendimento..... | 173 |
| Figura 20 - Brasil - Participação (%) das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas e que procuraram trabalho, por anos de estudo..... | 175 |
| Figura 21 - Brasil - Taxa de pobreza e Taxa extrema de pobreza (%) | 179 |
| Figura 22 - Brasil - Quantidade de acidentes do trabalho registrados..... | 180 |
| Figura 23 - Brasil – Índice de Produtividade do Setor de Serviços - 2002 a 2007 (2002 = 100) | 181 |
| Figura 24 - Brasil –Índice de Produtividade do Setor de Serviços - 2007a 2010 (2007 = 100) | 181 |
| Figura 25 - Brasil - Índice de Produtividade do Setor Industrial - média móvel de 12 meses (jan/02 = 100) | 182 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1- Mundo - Fluxos de Investimento Direto Externo - US\$ bilhões | 143 |
| Tabela 2 - Brasil - Fusões e Aquisições (F&A) - Número de Transações | 153 |
| Tabela 3 - Brasil - Importação - Números Índices - Preços e Quantum (2006 = 100) | 154 |
| Tabela 4 - Brasil - Exportação - Números Índices - Preços e Quantum (2006 = 100) | 155 |
| Tabela 5 - Brasil - participação relativa (%) por fator agregado nas exportações - 2000 a 2010 | 156 |
| Tabela 6 - Brasil - Posição Internacional de Investimento - US\$ milhões | 160 |
| Tabela 7 - Brasil –Evolução do Salário Mínimo - 1995 a 2010 | 167 |
| Tabela 8 - Estimativa e distribuição dos ocupados segundo formas de inserção Distrito Federal e Regiões Metropolitanas - 1999 e 2009 | 170 |
| Tabela 9 - Brasil - Participação de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por anos de estudo e classe de rendimento mensal..... | 176 |
| Tabela 10 - Brasil - Taxa de Rotatividade | 176 |
| Tabela 11 - Brasil - Evolução dos Salários Mínimos Legal e Necessário | 178 |
| Tabela 12 – Brasil - Distribuição das Pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas na semana de referência, segundo o número de trabalhos | 183 |
| Tabela 13 - Brasil - Distribuição das Pessoas por Horas habitualmente trabalhadas por semana, em todos os trabalhos..... | 185 |
| Tabela 14 - Brasil - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade – 2005 a 2011 | 186 |
| Tabela 15 - Brasil -Distribuição dos ocupados de 10 ou mais anos de idade na semana de referência e condição de utilização da Internet, no período de referência dos últimos três meses – 2005 a 2011 | 186 |
| Tabela 16 - Total anual de Greves e Horas Paradas..... | 189 |
| Tabela 17 - Total de Greves por Esfera/Setor e Caráter – 2004 a 2010 | 190 |

LISTA DE CAIXAS

Caixa 1 - Superexploração e a atuação de seus mecanismos de extração de mais valia 126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|---|
| AEAT | Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho |
| BC | Banco Central do Brasil |
| BIS | Bank for International Settlements |
| CAT | Comunicados de Acidentes do Trabalho |
| CEPAL | Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe |
| CCQ | Círculo de Controle de Qualidade |
| CGT | Confederação Geral dos Trabalhadores |
| CGTB | Central Geral dos Trabalhadores do Brasil |
| CLT | Consolidação das Leis do Trabalho |
| CNA | Confederação Nacional da Agricultura |
| CNDL | Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas |
| CN | Contas Nacionais |
| CNI | Confederação Nacional da Industrial |
| CNS | Confederação Nacional dos Serviços |
| CONAB | Companhia Nacional de Abastecimento |
| CONTAG | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura |
| CUT | Central Única dos Trabalhadores |
| DIAP | Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar |
| DIEESE | Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos |
| EIR | Exército Industrial de Reserva |
| ESALQ | Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" |
| FAO | Food and Agriculture Organization of the United Nations |
| FBK | Formação Bruta de Capital |
| FBKF | Formação Bruta de Capital Fixo |
| FIESP | Federação das Indústrias do Estado de São Paulo |
| FIRJAN | Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro |
| F&A | Fusões e Aquisições |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDE | Investimento Direto Externo |
| INSS | Instituto Nacional do Seguro Social |
| INPC | Índice Nacional de Preços |

| | |
|-------|--|
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| ISI | Industrialização por Substituição de Importações |
| MIR | Movimiento de Izquierda Revolucionária |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| OMS | Organização Mundial de Saúde |
| PAS | Pesquisa Anual de Serviços |
| PEA | População Economicamente Ativa |
| PEC | Proposta de Emenda Constitucional |
| PEDs | Países em Desenvolvimento |
| PED | Pesquisa de emprego e Desemprego |
| PD | Países Desenvolvidos |
| PDe | População Desocupada |
| PIA | População em Idade Ativa |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PIMES | Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário |
| PNAD | Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar |
| PME | Pesquisa Mensal de Emprego |
| POLOP | Política Operaria |
| SCN | Sistema de Contas Nacionais |
| SDS | Social Democracia Sindical |
| SM | Salário Mínimo |
| SMN | Salário Mínimo Necessário |
| TMD | Teoria Marxista da Dependência |
| TICs | Tecnologias de Informação e Comunicação |
| TRU | Tabelas de Recursos e Usos |
| TTN | Tempo de Trabalho Necessário |
| TTE | Tempo de Trabalho Excedente |
| TVT | Teoria do Valor Trabalho |
| UnB | Universidade de Brasília |
| USP | Universidade de São Paulo |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| RESUMO | vii |
| ABSTRACT | viii |
| RESUMEN | ix |
| RÉSUMÉ..... | x |
| LISTA DE FIGURAS | xi |
| LISTA DE TABELAS | xii |
| LISTA DE CAIXAS | xiii |
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS | xiv |
| SUMÁRIO..... | xvi |
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| CAPÍTULO 1 – QUESTÕES DE MÉTODO, TEORIA E TÉCNICAS DE PESQUISA..... | 9 |
| O Problema teórico e o Objeto de pesquisa..... | 11 |
| O Método..... | 20 |
| As técnicas utilizadas na pesquisa | 27 |
| CAPÍTULO 2 – A TEORIA DO VALOR TRABALHO E A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO | 35 |
| A superexploração do trabalho na obra de Ruy Mauro Marini | 41 |
| <i>Essência e forma da superexploração do trabalho</i> | <i>43</i> |
| <i>Progresso técnico, concorrência capitalista e mais valia extraordinária.....</i> | <i>47</i> |
| <i>A relação entre superexploração do trabalho e acumulação de capital.....</i> | <i>57</i> |
| <i>A trajetória de construção do conceito de superexploração do trabalho nos desdobramentos da Dialética da Dependência e a ampliação dos mecanismos de superexploração do trabalho.....</i> | <i>60</i> |
| <i>A relação entre superexploração do trabalho, exploração, mais valia extraordinária e mais valia relativa</i> | <i>64</i> |

| | |
|--|-----|
| A elaboração da Teoria do Valor Trabalho em Marx..... | 69 |
| <i>A troca de equivalentes</i> | 71 |
| <i>A superexploração na obra de Marx</i> | 78 |
| O valor da força de trabalho..... | 82 |
| <i>Forças produtivas e valor da força de trabalho</i> | 84 |
| <i>Piso do valor da força de trabalho e o componente histórico moral</i> | 86 |
| <i>Valor diário e total da força de trabalho</i> | 91 |
| A superexploração do trabalho em abordagens divergentes..... | 95 |
| <i>A abordagem de Bolívar Echeverría</i> | 97 |
| <i>Progresso técnico e a discordância de Giovanni Alves</i> | 99 |
| <i>Superexploração, a dimensão quantitativa da mais valia e o rebaixamento do valor da força de trabalho</i> | 100 |
| Negações da superexploração do trabalho..... | 108 |
| <i>Hett e Castañeda: valor da força de trabalho e natureza da superexploração</i> | 109 |
| <i>FHC e a cruzada a favor da mais valia relativa</i> | 111 |
| <i>Mantega e a crítica ao enfoque de Subdesenvolvimento e Revolução</i> | 113 |
| <i>Feijóo e a troca de equivalentes</i> | 115 |
| A insuficiência teórica e histórica da superexploração do trabalho..... | 117 |
| <i>Fontes e a manifestação da superexploração no capitalismo brasileiro</i> | 119 |
| <i>Dussel e a Lógica contra a superexploração</i> | 122 |
| Conclusão..... | 125 |
| CAPÍTULO 3 – A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NA “ERA LULA”..... | 129 |
| A economia e a política internacional na década de 2000..... | 137 |
| A economia brasileira na década de 2000..... | 149 |
| O mercado de trabalho brasileiro na década de 2000 e a exploração do trabalho..... | 163 |
| A superexploração na década de 2000..... | 169 |

| | |
|--|-----|
| As fases históricas da superexploração | 195 |
| Conclusão | 207 |
| CONCLUSÃO..... | 210 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 220 |

INTRODUÇÃO

Referência no âmbito acadêmico como expoente teórico da Teoria Marxista da Dependência – TMD, bem como no âmbito político por atuar na direção de importantes grupamentos políticos de esquerda no Brasil (Política Operária – POLOP) e no Chile (Movimiento de Izquierda Revolucionária – MIR), Ruy Mauro Marini teve sua história entrelaçada com a da Universidade de Brasília (UnB) por duas vezes.

A primeira foi no ano de 1962, quando ingressou no corpo docente da UnB, inicialmente, como auxiliar de ensino, e, posteriormente, em 1963, tornou-se professor assistente, atuando no antigo Instituto de Ciências Humanas, predecessor do Instituto de Ciências Sociais. Foi neste período inicial da UnB que Marini teve a oportunidade de conviver e debater com outros pensadores para a constituição daquilo que viria a ser conhecida como Teoria Marxista da Dependência, a exemplo de Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e André Gunder Frank. Em meio às atividades docentes, à militância política e à preparação de sua tese de doutoramento¹, ocorreu o Golpe Militar de 1964, que fechou as portas para a presença de Marini na UnB, sumariamente demitido da Universidade, sequestrado e preso pela ditadura, caminho que o levou ao exílio forçado.

A segunda vez que Marini viu sua história entrelaçada à da UnB foi em 1986, quando foi reintegrado à instituição, lotado no Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, com aulas na graduação e pós-graduação, tendo inclusive desempenhado a função de coordenador. Posteriormente, em 1997, faleceu na cidade do Rio de Janeiro aos 65 anos, vítima de câncer.

Durante o período de exílio de Ruy Mauro Marini, mais precisamente no ano de 1973, foi publicado o ensaio seminal *Dialética da Dependência* (MARINI, 2005a), uma das obras mais polêmicas e ambiciosas da TMD.

Propondo uma interpretação própria da constituição e desenvolvimento do capitalismo latino americano, *Dialética da Dependência* trazia inúmeros elementos de crítica às formulações tanto dos Partidos Comunistas, como da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL.

¹ Segundo relato do próprio autor em sua Memória (MARINI, 2005b), os materiais e textos da tese, que trataria do bonapartismo brasileiro, foram perdidos em 1964, quando da primeira invasão do exército à UnB.

Em meio ao conjunto de elementos que Marini sintetizava em *Dialética da Dependência*, figurava um conceito que viria a se tornar uma de suas mais importantes contribuições às Ciências Sociais: a superexploração do trabalho, forma de exploração da força de trabalho que não respeita ou observa a manutenção do valor desta. Sendo marca indelével do capitalismo dependente, traz implícita em sua formulação o desdobramento político da necessidade de superação do capitalismo como única forma de extinção da superexploração.

A história mundial da sociedade contemporânea presenciou não a superação, mas a reconfiguração do capitalismo em uma nova fase histórica batizada por muitos pensadores, de forma razoavelmente consensual, como Globalização Financeira, cuja emergência coincide com o revés das experiências socialistas do século XX, como na brutal intervenção do imperialismo no Chile em 1973 ou na Nicarágua na década de 1980; na combinação de limitações políticas, sociais e tecnológicas em meio à disputa geopolítica com o imperialismo, como o caso da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas; ou ainda como estratégia de sobrevivência buscando posições privilegiadas na hierarquia mundial da Divisão Internacional do Trabalho, como no caso da “capitalização” chinesa iniciada na década de 1980.

Tal contexto de reorganização do capitalismo não deixou de afetar a superexploração do trabalho. Antes característica marcante e distintiva dos países dependentes, a superexploração do trabalho seguiu uma trajetória globalizante, passando a se apresentar não apenas nas novas periferias (sociedades do antigo leste europeu e sudeste asiático), mas também no próprio centro imperialista. São expedientes cada vez mais comuns na sociedade contemporânea as migrações legais e ilegais, as novas tecnologias de gestão da força de trabalho e de processos produtivos, os seguidos rebaixamentos da remuneração salarial em termos reais e nominais, as mudanças de arcabouços jurídicos envolvendo perdas de direitos trabalhistas e novas formas precárias de contratação, bem como uma intensa campanha ideológica de justificação e naturalização dessa nova condição superexplorada.

Para os trabalhadores do centro imperialista, a globalização financeira constrói uma forma de consciência que coloca opções individuais de empreendedorismo ou engajamento ao “espírito” do capital (leia-se aceitação das novas condições de trabalho rebaixadas) para as novas gerações como forma de acesso ao mundo do consumo, ou como forma de compensação parcial da perda de direitos para as velhas gerações. Ou seja, a superexploração

é colocada não como uma causa da nova condição degradada de vida, mas justamente como uma alternativa para tentar evitá-la.

E para os trabalhadores das velhas e novas periferias dependentes? A Globalização Financeira implica em mais do mesmo, em superexploração sob novas formas, mas acima de tudo, superexploração, que ao contrário do imaginário construído no centro imperialista, não traz sequer falsas promessas de superação da dura condição de vida periférica.

Não é por outro motivo que a América Latina registra desde a década de 1980, momento em que o neoliberalismo, forma política pela qual a Globalização Financeira se consolida na região, inúmeras ações de contestação política da ordem vigente em que motivações da condição de vida e trabalho ligados à superexploração estão, em maior ou menor grau, sempre presentes: do *Caracazo* na Venezuela, passando pela revolta dos zapatistas no México, pela derrubada de sucessivos governantes argentinos no início do século XXI, chegando à “Guerra da Água” na Bolívia, dentre outras.

As promessas neoliberais de modernização e lucros para a burguesia e a maldição do trabalho superexplorado para a classe trabalhadora, acabaram por influenciar uma resposta política inusitada na década de 2000: a eleição de um conjunto de governos ditos progressistas, alavancada pelo descontentamento e pela angústia gerada pelo neoliberalismo junto às classes populares. Uruguai, Paraguai, Bolívia, Equador, Venezuela e Brasil apresentaram o mesmo padrão institucional, em que forças políticas que atuaram contra a ordem neoliberal nas décadas passadas passam à administração do aparato estatal.

No Brasil, a década de 2000 (que denominaremos de “Era Lula”) apresentou elementos de continuidade e de contraposição ao passado neoliberal nos sucessivos governos do Partido dos Trabalhadores, sustentados politicamente por frações do grande capital local e apoio popular, em torno do chamado neodesenvolvimentismo, entendido como um padrão de acumulação no qual o Estado volta a ter papel relevante (mesmo que distinto daquele verificado em outras épocas do desenvolvimento brasileiro), pela ampliação do consumo (forma de sociabilidade que permitiria a adesão de várias frações sociais ao neodesenvolvimentismo), pela manutenção dos interesses dos setores financeiros e por ganhos materiais para a classe trabalhadora.

Independentemente da hegemonia da aliança política neodesenvolvimentista repousar na fração do grande capital industrial, como bem salientou Armando Boito (2012); do apoio popular ao projeto neodesenvolvimentista ganhar especificidade nas eleições de 2006, com o que André Singer (2012) chamou de “lulismo”; do transformismo e adesismo

da fração operária organizada nos sindicatos perpassar todo o período e influenciar as mobilizações, como mostrou Ruy Braga (2012); e da atuação da nova classe social de Francisco Oliveira (2003) por meio dos fundos de pensão controlados pela aristocracia operária, a primeira década de 2000 mostrava mudanças econômicas (como a volta do crescimento econômico e diminuição do desemprego) e sociais (como a melhora na distribuição de renda e diminuição da pobreza) contrastantes com aquilo que o neoliberalismo deixara de herança, sinais que poderiam sugerir o recuo, arrefecimento e até liquidação (para os mais empolgados) da superexploração do trabalho na “Era Lula”. Entretanto, tal possibilidade não se confirmou.

As contradições do capitalismo dependente brasileiro perpassaram a “Era Lula”. Ao lado dos ganhos macroeconômicos do mercado de trabalho nas dimensões de emprego e renda, o Mundo do Trabalho passou a conviver cada vez mais com a intensificação dos processos de trabalho, acidentes de trabalho, rotatividade da força de trabalho e criação de postos de trabalho com remuneração rebaixada, elementos que antes de negarem, reforçam a presença da superexploração do trabalho.

Tal quadro contraditório, com elementos de negação e reafirmação, aponta para o desafio teórico de uma retomada do conceito de superexploração para o entendimento e interpretação da “Era Lula”, embora o contexto do capitalismo brasileiro seja distinto daquele originalmente analisado por Marini e seus seguidores.

Justamente na década de 2000, houve um movimento de resgate do pensamento de Ruy Mauro Marini como interlocutor para a discussão de certas características do capitalismo brasileiro na era neodesenvolvimentista. Um conjunto de trabalhos inicia uma dura jornada de reabilitação da produção intelectual de Marini, cujo marco é sem dúvida a publicação no início da década de 2000 de uma antologia de escritos de Marini, organizada por Emir Sader (2000), rapidamente esgotada, seguido da publicação pela Editora Expressão Popular, no ano de 2005, da coletânea de escritos de Marini organizada por João Pedro Stédile e Roberta Traspadini, intitulada *Ruy Mauro Marini – Vida e Obra*. Tais trabalhos retiram parcialmente o pensamento de Marini das sombras da academia brasileira, lugar em que foi colocada pelas mãos de Fernando Henrique Cardoso a partir da década de 1970, ao publicar na Revista do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP o texto em parceria com José Serra, intitulado *As Desventuras da Dialética da Dependência* (CARDOSO; SERRA, 1979), e vetar a publicação do ensaio resposta de Marini, intitulado *As razões do Neodesenvolvimentismo* (MARINI, 2008a). A desonestidade das críticas de

Cardoso e o expediente de censura à Marini seriam a tônica pela qual a academia brasileira² passaria a tratar a obra de Marini.

A retomada da produção sobre o pensamento de Marini assumiu dois grandes eixos. O primeiro, centrado em sua formulação subimperialista, construída para dar conta da importância crescente do mercado internacional para a realização de capital durante o período da ditadura militar brasileira, buscou entender a internacionalização do capital brasileiro na década de 2000, a qual passou a se apoiar em grandes empresas multinacionais de origem local, e permeou o desenho da política externa do Estado brasileiro, em busca de um papel mais relevante na geopolítica mundial. O segundo eixo apoiou-se na interpretação mariniana sobre o papel histórico desempenhado pela América Latina na industrialização europeia, como fornecedora de bens primários que barateava os elementos do capital constante e variável, buscando elucidar um aspecto importante do debate da desindustrialização/reprimarização brasileira na década de 2000, o do aumento do peso dos produtos primários nas exportações brasileiras no decorrer da década.

A discussão da superexploração também reapareceria nesta nova safra de obras, mas com um viés distinto daquele que perpassava o debate acerca do subimperialismo. Sem voltar-se ao entendimento imediato da realidade histórica brasileira, o resgate da superexploração do trabalho, conceito que trazia intrínseco a não equivalência de valor e o efeito deletério sobre a força de trabalho, apresentava contornos de descoberta, de contato inicial com um conceito polêmico e novo para as gerações que estabeleciam o primeiro contato com Marini. Donde advém o viés da literatura recente em fechar-se ou centrar-se na discussão dos contornos, delimitações e implicações teóricas do conceito de superexploração do trabalho, para deixar em segundo plano o uso da superexploração na interpretação histórica contemporânea do Brasil.

É da junção entre um momento histórico notadamente contraditório para a superexploração do trabalho e a constatação de uma limitação na produção teórica que resgata a superexploração e a obra de Marini que os objetivos deste trabalho foram definidos. Propomo-nos a uma dupla tarefa, ao abarcar as frentes teóricas e históricas: continuar o

²Marcado por distorções e falta de rigor, o ensaio de Fernando Henrique Cardoso e José Serra tinha como um de seus objetivos declarados: “(...) no caso em pauta – dos que se empenham por criar uma dialética da dependência – cremos que não falta a boa vontade generosa de alinhar a razão com boncotada humanidade. Falta isto sim, afinar o instrumental analítico e assentar as asas da razão menos na imaginação adulteradora e mais no movimento do real, escapando da repetição ou da novidade meramente verbal. Oxalá possamos neste artigo, senão propor alternativas (que seria pedir muito), pelo menos, colocar trancas que fechem falsas saídas” (CARDOSO; SERRA, 1979, p. 36).

profícuo viés de clarificação e desenvolvimento do conceito de superexploração do trabalho, presente na literatura que retoma a obra de Marini, ao adentrar o pouco explorado campo da relação entre superexploração e Teoria do Valor Trabalho; e contribuir para as futuras interpretações da “Era Lula”, sob a ótica da dinâmica da superexploração da força de trabalho.

Para além das tarefas que nos propomos, existe outra interação com o debate da superexploração da força de trabalho: qualificar o conceito para um uso amplo pelas Ciências Sociais, superando o emprego ainda restrito nos campos da Sociologia do Trabalho e da Economia Política, e retendo a essência da proposição conceitual original de Marini, de forma a contrapormos a polissemia que o termo “superexploração”, sem referência ao conceito, atualmente apresenta na literatura.

Sob o prisma teórico, buscaremos mostrar a contribuição que a superexploração da força de trabalho trouxe à Teoria do Valor Trabalho (TVT) ao fincar bandeira na dilapidação da força de trabalho e não equivalência das trocas mercantis. Nossa preocupação é com a aceitação restrita que o conceito ainda possui mesmo entre aqueles que se propõem à reflexão marxista, fruto, muitas das vezes, de entendimento equivocado da TVT ou da própria superexploração do trabalho, conceito não enunciado por Marx, e que apresentou uma formulação de caráter aberto na relativamente desconhecida obra de Marini.

Mostraremos que o termo superexploração apareceu com uma grande diversidade de conteúdos em vários trabalhos que se propuseram a citar Marini, mas que adotaram significado próprio para o termo, muitas vezes desconectado da formulação original de Marini. Mesmo entre aqueles que recorrem à superexploração em termos mais próximos do originalmente elaborado por Marini, muitos igualam ou reduzem a essência do conceito a uma de suas formas de manifestação, geralmente à remuneração salarial abaixo do valor da força de trabalho, o que compromete o resgate e avaliação da capacidade explicativa da superexploração. Nosso objetivo será mostrar que é na relação de dilapidação da força de trabalho que repousa a essência da superexploração.

Na condição de uma modalidade específica de extração de mais valia, a superexploração do trabalho gerou um debate sobre as diferenças qualitativas no processo de acumulação de capital dos países imperialistas e dependentes, mais especificamente, sobre a possibilidade da ocorrência da superexploração nas formações sociais imperialistas e a especificidade da superexploração do trabalho na economia dependente. Mostraremos

que a mundialização da superexploração, além de realidade histórica, é uma possibilidade teórica inscrita na elaboração de Marini.

No enfoque histórico, proporemos interpretar a superexploração do trabalho na “Era Lula”. Argumentaremos a favor de sua plena vigência, sobretudo, pela peculiaridade do conjunto de formas pelas quais passa a se manifestar, distintas daquelas anteriormente dominantes em outras fases do desenvolvimento brasileiro e que miravam, sobretudo, o valor diário da força de trabalho.

A singularidade dessas formas de superexploração possibilita, inclusive, que encaremos a “Era Lula” como uma nova fase histórica da superexploração do capitalismo dependente brasileiro.

Nossa exposição está organizada em cinco partes. Após a Introdução, apresentaremos no Capítulo 1 algumas considerações sobre Teoria e Método, explicitando o enfoque que escolhemos, e teceremos reflexões sobre as condições de pesquisa, as técnicas utilizadas e aspectos epistemológicos que perpassam nosso trabalho.

No Capítulo 2, dedicado ao conhecimento do objeto³, abordaremos a relação entre a TVT e a superexploração do trabalho, cuja formulação mariniana resgataremos com a discussão da essência conceitual da superexploração. Abordaremos a relação do conceito com o progresso técnico, a repercussão da superexploração na acumulação de capital e a ampliação dos mecanismos de superexploração do trabalho.

Abordaremos criticamente a tese da presença do conceito de superexploração em Marx e avançaremos sobre a relação entre a dilapidação do valor da força de trabalho e os valores diários e totais da mesma. Mostraremos que leituras específicas da TVT acabam por pressupor, equivocadamente, escopos teóricos distintos para a TVT e a superexploração do trabalho. Passaremos pelas polêmicas que envolvem a superexploração do trabalho e outras importantes dimensões teóricas, abarcando desde as relações com o desenvolvimento das forças produtivas, sem esquecermo-nos do componente histórico moral do valor da força de trabalho, pelo efeito deletério que esta forma particular de exploração tem sobre o valor

³ Segundo Michael Burawoy (2003) e Ruy Braga (2012), muitos dos embates na etnografia versam sobre duas dimensões: o *conhecimento do objeto*, entendido como a teoria produzida por diferentes correntes teóricas a respeito de um objeto; ou sobre o *objeto do conhecimento*, entendido como as diferentes dimensões das problemáticas de pesquisa ou do próprio objeto que passam a constar nas preocupações dos pesquisadores. Apesar dos autores usarem as categorias *conhecimento do objeto* e *objeto do conhecimento* para classificar a natureza das controvérsias etnográficas, podemos traçar um paralelo entre as dimensões abarcadas por tais categorias e a estruturação do conteúdo de parte dos capítulos de nossa pesquisa.

diário e total da força de trabalho, chegando a discutir a relação contraditória com a mais valia relativa.

Traçaremos, ainda no Capítulo 2, um panorama dos autores que já abordaram o conceito, os quais podem ser agrupados, primeiramente, quanto ao posicionamento de aceitação ou negação da superexploração, e, em seguida, dentro de cada posição, por aspectos particulares que permitem sugerir quatro subgrupos ou correntes: a que assume a pertinência do conceito e retoma a obra de Marini como interlocutor na interpretação do Brasil no início do século XXI; um segundo posicionamento que aborda o conceito de superexploração, compartilhando aspectos parciais da formulação de Marini, mas diverge em pontos importantes, e quase impossibilitam o desenvolvimento do conceito de superexploração; uma terceira corrente voltada ao combate da obra de Marini, que busca inconsistências lógico-teóricas na superexploração do trabalho; e uma quarta corrente que critica a pertinência histórica e política do conceito de superexploração do trabalho, julgando a formulação de Marini insuficiente e limitada para o entendimento do Brasil contemporâneo.

O Capítulo 3, voltado ao objeto do conhecimento, será dedicado à discussão da pertinência histórica da superexploração do trabalho no Brasil recente, ao conteúdo, à vigência e à forma que a superexploração do trabalho assume na “Era Lula”, e exigirá o esboço da economia e da política internacional do período e a apresentação dos principais traços da economia brasileira na década de 2000.

Em seguida, nos deteremos sobre o comportamento do mercado de trabalho na “Era Lula” para, então, analisarmos as formas específicas de superexploração que passam a vigorar no período, base para a discussão da periodização histórica da superexploração e a defesa do surgimento de uma nova fase histórica da superexploração na Era Lula.

A quinta e última parte conterà as conclusões da pesquisa.

CAPÍTULO 1 – QUESTÕES DE MÉTODO, TEORIA E TÉCNICAS DE PESQUISA

Toda forma de conhecimento relaciona, necessariamente, um Sujeito, portador de certas possibilidades cognitivas, e um Objeto, provido de características razoavelmente passíveis de serem apreendidas.

Ciência, “Senso Comum”, Religião, Filosofia e Estética, dentre outras formas possíveis de conhecimento, compartilham, ao relacionarem Sujeito e Objeto, um mesmo conjunto de elementos heurísticos, composto por Teoria, Método e Técnica de Observação. Assim, cada forma de conhecimento ganha especificidade pelo conteúdo desses elementos heurísticos.

A princípio, a especificidade da forma científica de conhecimento reside na grande capacidade de previsão de sua Teoria; no imenso potencial de produção de dados e informações de sua Técnica de Observação ou pesquisa, a qual recorre a um sofisticado aparato tecnológico e informacional; e na clareza de procedimentos e coerência lógica de seu Método.

Porém tais características da Teoria e Técnica científicas também são encontradas em outras formas de conhecimento⁴, mesmo que em graus distintos, recaindo sobre o Método científico, entendido como forma, procedimento ou percurso do pensamento, o papel de sustentar a especificidade do conhecimento científico.

O fardo de prover singularidade ao conhecimento científico faz com que o Método requeira uma especial atenção do pesquisador. Primeiramente, porque é o Método que estabelece as condições válidas para o Sujeito se apropriar dos Objetos, independente da maior ou menor sorte do Sujeito na empreitada. Em seguida, e não menos importante, porque o Método está diretamente envolvido na construção de uma concepção hierarquizante, presente na sociedade contemporânea, que coloca a Ciência na condição de forma superior de conhecimento, uma vez que essa apresentaria qualidades supostamente inalcançáveis pelas demais formas de conhecimento. Tal hierarquização não decorre de uma qualidade intrínseca ao Método científico, mas das relações de poder que a Ciência passa a servir, fazendo com que dimensões discursivas (DEMO, 2011; VERA, 1980), representativas

⁴ Para uma discussão dessa dimensão, ver Lévi-Strauss (1989), em especial o capítulo 1.

(BECKER, 2007) e práticas da Ciência traduzam-se em juízos, sentidos, ideologias e tecnologias eivadas de interesses de classe.

Retomando a assertiva de que o Método propõe as condições válidas para a apropriação do Objeto pelo Sujeito, vejamos os contornos que a questão ganha nas Ciências Sociais.

O Método passa a lidar com o desafio de apontar caminhos para o conhecimento de um objeto *suis generes*, a Sociedade, carregada de historicidade, em estado permanente de transformações (muitas vezes imprevisíveis) e que interage e influencia o próprio Sujeito do conhecimento científico, seja conferindo os valores morais, a capacidade cognitiva e o estoque de conhecimento ao Sujeito, seja incorporando o conhecimento produzido pelo Sujeito em instituições e relações sociais nas quais o próprio Sujeito do conhecimento participa.

A complexa natureza interativa e histórica do Objeto das Ciências Sociais impõe tamanhos desafios ao Método que passa a comportar uma multiplicidade de propostas, distintas em inúmeras dimensões, ainda que voltadas ao mesmo Objeto. Não é por outro motivo que, apenas dentre o restrito universo dos clássicos fundadores do pensamento sociológico (DURKHEIM, 2005; MARX, 1859; WEBER, 2001), encontramos propostas de Método tão distintas em dimensões como unidades de análise, escopo e pressupostos axiológicos, dentre outras.

Assumindo a inevitabilidade de uma multiplicidade metodológica na reflexão científica nas Ciências Sociais, como seria possível proceder a uma escolha minimamente coerente do Método? Autores como Haguette (2011, p. 95 e 205) propõem a assertiva de que é o Problema Teórico que determinaria a escolha do Método nas Ciências. Mais do que instituir qualidades intrínsecas ao Problema Teórico, as quais delimitariam, de antemão, as possibilidades de sua própria apreensão e conseqüentemente o viés metodológico, tal proposição mostra que reside no próprio Sujeito do conhecimento, responsável pelo recorte do Objeto e elaboração do problema teórico (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 45/72; DEMO, 2011, p. 29/30), os elementos necessários para a escolha ou definição do Método.

A implicação deste raciocínio oferece-nos dois desdobramentos. O primeiro confere às dimensões intrínsecas ao Sujeito, como visão de mundo⁵ e posicionamento político, que

⁵Autores da perspectiva pós-colonial como Patel (2006) apontam a existência de hierarquias que precedem as condições de produção do conhecimento, instaladas na dimensão da própria concepção teórica, pois o uso de

transpassam e determinam a construção dos problemas teóricos, uma grande relevância. Sendo assim, as dimensões intrínsecas ao Sujeito passam a figurar como critério de escolha⁶ dos diferentes Métodos ao lado das dimensões de coerência interna e possibilidade cognitiva.

O segundo desdobramento é que, devido à interação entre sujeito e Objeto das Ciências Sociais, figura também entre as dimensões intrínsecas ao Sujeito a avaliação do contexto social de hierarquia e a prevalência institucional entre diferentes Métodos⁷, uma das mais relevantes dimensões das condições contemporâneas de produção do conhecimento. A definição de linhas de pesquisa, bem como o direcionamento do processo seletivo discente e docente nas instituições de ensino e pesquisa, privilegiando determinados enfoques teóricos e metodológicos faz da opção metodológica algo com profundas consequências para o Sujeito. A escolha de Métodos que não estejam “na moda”, implica não só em espaços reduzidos de inserção na atual estrutura acadêmica, mas possibilidades escassas de acesso a recursos para o financiamento de pesquisas não alinhadas com as Teorias e Métodos mais em voga na academia. Ou seja, escolher um Método influencia diretamente nas condições objetivas de produção do conhecimento.

Portanto, existe uma intrincada relação entre condição de produção de conhecimento, estrutura da Sociedade e características do Sujeito do conhecimento, que se reflete nas escolhas do Método e nos limites de qualquer pesquisa.

O Problema teórico e o Objeto de pesquisa

Recorreremos a um aspecto interessante da Teoria do Valor Trabalho - TVT como um guia para nossa reflexão⁸: a diversidade de sentidos e objetos imputados à TVT, a qual congrega interpretações tão díspares como a de Böhm-Bawek (1896), que a compreende

determinada categoria implica na aceitação da visão de mundo e da distribuição de poder implícita na construção da referida categoria, constatação extensível ao Método.

⁶Como serão discutidos na seção sobre as diferentes interpretações da Teoria do Valor Trabalho, os elementos subjetivos do Sujeito do conhecimento aqui reconhecidos podem influenciar o conhecimento de forma negativa, ao deixar, propositalmente ou não, de vislumbrar elementos, considerar variáveis ou ainda aceitar efeitos que se contraponham à visão de mundo e posicionamento político do Sujeito.

⁷É interessante notarmos o fenômeno em uma perspectiva histórica e sua ligação com a dinâmica das classes sociais: a hegemonia do Positivismo no momento de expansão mundial das relações capitalistas e da consolidação da burguesia como classe dominante; o surgimento do Materialismo Histórico em meio a expansão das relações de assalariamento do proletariado; a difusão da perspectiva Pós-modernista no período de instauração do neoliberalismo e do capitalismo financeirizado; a construção da abordagem Pós-colonial, calcada no ascenso de burguesias locais que ganham espaço na geopolítica mundial.

⁸Outras discussões dentro do marxismo também apresentam posições variadas. Algumas se articulam em torno da validade ou não de certa proposição marxiana, a exemplo da tendência decrescente da taxa de lucro, a transformação de valor em preços de produção, etc. O que singulariza a discussão do sentido/objeto da TVT perante as demais é que as posições não ficam restritas à validade ou não da mesma.

como uma explicação dos preços de mercado; a neoricardiana, para a qual a TVT é uma teoria de preços relativos de equilíbrio⁹; a dos teóricos do trabalho imaterial, com enfoque para a TVT como uma análise da organização de certa forma de trabalho passível de avaliação quanto à incorporação do tempo de trabalho em bens materiais (GORZ, 2005; LAZZARATO; NEGRI, 2001); ou ainda o viés de Rubin (1980), para quem a TVT versa sobre a distribuição do trabalho social que possibilita a reprodução de uma sociedade organizada em relações capitalistas. Como explicar interpretações do sentido e objeto tão díspares na TVT?

Um primeiro fator a ser considerado é a maneira pela qual o Sujeito do conhecimento se apropria de uma teoria, ao selecionar um problema particular que articulará e hierarquizará o conjunto de elementos teóricos. Ou seja, diferentes interpretações ocorreriam porque distintos interesses são dirigidos a certa teoria. Saad Filho (2011) formula a questão da seguinte maneira: “(...) *distintas visões da relação valor, diferentes interpretações do papel e da importância da teoria do valor e, mais geralmente, divergências a respeito da natureza e da legitimidade do capitalismo são algumas das principais razões pelas quais a teoria de Marx provoca controvérsias há mais de cem anos*”(SAAD FILHO, 2011, p. 43).

Uma segunda questão que explica a existência de interpretações díspares sobre o sentido da TVT repousa no fato de que, em maior ou menor grau, de forma implícita ou explícita, as dimensões ou elementos que dão singularidade às incongruentes interpretações da TVT podem ser encontrados na formulação de Marx. Esse aspecto justifica as diferentes interpretações que valorizam e destacam os elementos de seu interesse, subordinando ou eliminando outros que, porventura, as contradigam ou as invalidem, mostrando o esforço do Sujeito do conhecimento em construir um discurso ou narrativa teórica minimamente coerente e consistente.

Nossa pesquisa tomou como problema particular articulador a exploração da força de trabalho no Brasil recente, a partir do qual tentamos construir uma narrativa coerente e consistente sobre o objeto de pesquisa, um subconjunto de formas e modalidades de exploração da força de trabalho que Ruy Mauro Marini, um dos grandes nomes da corrente teórica conhecida por Teoria Marxista da Dependência (TMD), conceituou como superexploração do trabalho (MARINI, 1974, 1977a, 1979a, 1992, 2005a, 2005b, 2005c, 2008a, 2008b).

⁹ Para um excelente panorama das principais questões e críticas levantadas pela chamada corrente teórica dos neoricardianos, ver Carcanholo(2013c), em especial o Capítulo 3.

Segundo Marini (2005a), a superexploração do trabalho, ao articular as dimensões de produção e apropriação de mais valia ao desenvolvimento do proletariado e da burguesia dependentes, assumiria a condição de peça fundamental na interpretação da trajetória do capitalismo dependente brasileiro. Mais do que um recurso discursivo extremamente eficiente em assinalar o caráter selvagem da constituição e desenvolvimento da força de trabalho no Brasil, a superexploração do trabalho aporta a importante contribuição teórica de sublinhar a singular forma de extração de mais valia dominante em nosso capitalismo dependente, calcada na remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, que transforma parte do fundo de consumo dos trabalhadores (trabalho necessário) em fundo de acumulação (trabalho excedente), para que a burguesia local contraponha parcialmente o processo de transferência de valor da economia dependente para as economias avançadas (MARINI, 1974, p. 7/8, 116/117).

Durante o período de consolidação e difusão da TMD nas décadas de 1960 e 1970¹⁰, a análise que a superexploração do trabalho propunha para o desenvolvimento brasileiro encontrava relativa aceitação na literatura, notadamente quando se discutia o período de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), este último marcado pela concentração de renda, compressão salarial e formação do proletariado urbano. As críticas, à época, raras vezes questionavam a ocorrência ou manifestação da superexploração do trabalho, concentrando-se no debate sobre a natureza e o caráter estrutural ou conjuntural da superexploração (CARDOSO; SERRA, 1979; HADLER, 2013).

Durante a década de 1980, a organização da fase neoliberal na economia mundial acarretou a crise do modelo de ISI diante da chamada Crise da Dívida Externa; a transição do regime político ditatorial para o democrático no Brasil; e a contenção dos processos revolucionários latino-americanos marcados pela derrota do movimento sandinista na América Latina e a derrocada dos regimes do socialismo real do Leste europeu. O neoliberalismo mudava radicalmente vários traços da economia e da política mundial e recolocava a questão do imperialismo e da dependência em bases distintas daquelas

¹⁰ Mesmo que a Teoria Marxista da Dependência não figure diretamente dentre as preocupações teóricas desta pesquisa, cabe registrar os três eixos geográficos de desenvolvimento desta importante perspectiva teórica latino-americana. O primeiro compreende o período de 1961 a 1964 no Brasil, quando os principais teóricos brasileiros da corrente se reúnem na então nascente e eferescente Universidade de Brasília. Após o golpe militar de 1964, se dirigem ao Chile, onde desenvolvem grande parte de seus trabalhos sobre a Dependência no Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do Chile (CESO), valendo-se do ambiente político e da convivência e debate com inúmeros intelectuais latino-americanos. Após o golpe de 1973, parte dos teóricos da TMD ruma para o México, onde passam a integrar os quadros da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), mantendo um período de profícua produção científica.

teorizadas até então pela TMD. O novo contexto histórico exigiu mudanças no âmbito teórico, marcando o início da hegemonia do paradigma pós-moderno, o qual retirou espaço do pensamento marxista em geral, e dependentista, em específico, no meio acadêmico¹¹.

A produção acadêmica nos marcos da TMD não se recuperou mesmo ao adentrarmos a etapa neoliberal da década de 1990, quando o Brasil presencia imensas modificações com paralelos em aspectos já trabalhados pela TMD e que poderiam encontrar resguardo na teorização proposta pela superexploração do trabalho (MARINI, 2008b; MARTINS, 2011a; OSORIO, 2013a; VALENCIA, 2009), a exemplo das mudanças no Mundo do Trabalho envolvendo novas formas de relação trabalhista precarizadas, novos métodos de organização do trabalho que “capturam” a subjetividade do trabalhador (ALVES, 2000, 2007, 2014), novas técnicas produtivas apoiadas nas Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs e uma marcada elevação no nível da taxa de desemprego.

No âmbito dos interesses que fundamentam a escolha da superexploração do trabalho como objeto de pesquisa, se destaca o papel basilar do conceito tanto para a compreensão da obra de Marini, como para a articulação de toda a perspectiva teórica da Teoria Marxista da Dependência. Discutir a superexploração é discutir e retomar Marini e a TMD, colocá-los novamente na ordem do dia para pensar o Brasil do início do século XXI, colaborando para a reversão da marginalização acadêmica que ambos sofreram no Brasil.

Quanto à coerência narrativa, abordar a superexploração do trabalho é tocar em uma problemática mais geral, a de provar a validade do pensamento marxista, em geral, e da superexploração do trabalho, em específico, como recurso explicativo da realidade contemporânea, seja da Globalização Financeira, etapa histórica mundial mais recente do desenvolvimento capitalista, seja do Brasil no desenrolar da década de 2000, com mudanças em características históricas no Mundo do Trabalho brasileiro que, pela primeira vez, poderiam questionar, ao menos em parte, a ocorrência ou manifestação da superexploração do trabalho. Entre 2000 e 2010, constata-se a diminuição das taxas de desemprego¹² no Brasil em meio a uma elevação da População Economicamente Ativa; e o aumento da formalização

¹¹ Isto viria a se somar, no caso brasileiro, à interdição da TMD construída na academia brasileira no período anterior, processo analisado por Prado (2011).

¹² Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego – PME do IBGE, a taxa de desemprego era de 12,9% em março de 2002, passando para 10,1% em março de 2007, 9% em março de 2009 e 6,2% em março de 2013.

da força de trabalho¹³ e certa retomada da organização sindical¹⁴, processos que apontariam para o arrefecimento de importantes dimensões constitutivas do conceito de superexploração do trabalho. Simultaneamente, ocorre uma profunda reestruturação da burguesia local, calcada na intensificação da presença do capital internacional no espaço econômico nacional¹⁵, na constituição de grupos econômicos multinacionais locais¹⁶, na consolidação das frações do agronegócio¹⁷ e do mercado financeiro local globalizado. O fortalecimento econômico das citadas frações da burguesia, sobretudo aquelas que alcançaram certo nível de composição orgânica que lhes permitisse transbordar a internacionalização comercial para o âmbito da produção, apontaria justamente em sentido contrário ao do suposto arrefecimento da produção e apropriação da mais valia que o movimento do mercado de trabalho neste período histórico sugere. É tal contexto de início do século XXI que desafia o pensamento marxista e a superexploração do trabalho a tecerem possíveis explicações do Brasil hodierno, e que presencia o reflorescer e o resgate da produção dependentista, principalmente da obra de Marini como interlocutor¹⁸.

¹³ Segundo a PME do IBGE, a proporção de empregados com carteira assinada dentre os ocupados era de 45,98% em março de 2002, passando para 54,39% em março de 2013.

¹⁴ Um indicador dessa retomada é o número crescente de greves contabilizado pelo Sistema de Acompanhamento de Greves do DIEESE: das 296 em 2002, passa para 411 em 2007, 554 em 2011 e 873 em 2012.

¹⁵ Segundo dados do Banco Central sobre o conjunto das modalidades de entrada líquida de capital estrangeiro no Brasil (direta, portfólio e outras), constantes da série histórica sobre Balanço de Pagamentos, o montante de capital internacional que adentrou o Brasil na década de 1970 foi de US\$ 63,78 bilhões, passando para US\$ 52,07 bilhões nos anos 80, US\$ 235,7 bilhões nos anos 90, US\$ 397,09 bilhões na década de 2000 e, entre os anos de 2010 e 2012, o volume já chega aos US\$ 391,1 bilhões.

¹⁶ Segundo o Banco Central, a exportação líquida de capital brasileiro (modalidades direta, portfólio e outras) na década de 1970 foi de US\$ 5,39 bilhões, caindo para US\$ 0,52 bilhões nos anos 80 e saltando para US\$ 67,1 bilhões nos anos 90, US\$ 151,80 bilhões na década de 2000 e apenas entre os anos de 2010 e 2012, o volume já chegava aos US\$ 109,5 bilhões.

¹⁷ Dentre as inúmeras dimensões que dão suporte ao fortalecimento do agronegócio, destacaremos apenas três. A primeira é que o peso do agronegócio (considerando a cadeia produtiva formada pelos insumos, agropecuária, indústria e distribuição) no PIB brasileiro na década de 2000 foi em média de 23,86%, segundo estimativas do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da ESALQ/USP. A segunda dimensão é o aumento da área plantada de uma das culturas mais relevantes do agronegócio, a soja. Segundo as estatísticas da série histórica de área plantada da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), dos 13,9 milhões de hectares plantados na safra de 2000/01, chegamos a 23,4 milhões de hectares plantados na safra de 2009/10. A terceira dimensão seria a chamada “bancada ruralista”, composta de parlamentares do Congresso Nacional identificados aos e defensores dos interesses desta atividade econômica. Segundo estimativas do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), na legislatura de 2003 a 2006 a bancada ruralista contava com 117 parlamentares, ao passo que na legislatura de 2007 a 2010 aumentara para 120, e na legislatura de 2011 a 2014 para 158 (http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15500:bancada-ruralista-aumenta-com-o-reforco-de-novos-parlamentares&catid=37:agencia-diap&Itemid=204, acessado em 30/11/2015). Já a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) estimava que na legislatura de 2011 a 2014 a bancada ruralista seria composta por 225 parlamentares (http://www.fetape.org.br/noticias-detalle/bancada-ruralista-ser--maior-a-partir-de-2015/4922#.Vm8FJr_BZdg, acessado em 30/11/2015).

¹⁸ Para Almeida Filho (2013, p. 175), esse processo envolveu “(...) além da publicação em português de *Dialética da dependência*, em 2000, (...) pelo menos três publicações indispensáveis para entender o alcance

Marcado por uma diversidade de abordagens, o movimento de resgate¹⁹ do pensamento e obra de Ruy Mauro Marini na década de 2000 é dominado pelo importante debate voltado à própria obra mariniana, concentrando-se no entendimento de seus principais conceitos e nos limites teóricos das proposições, sobretudo da superexploração do trabalho, deixando em segundo plano justamente o esforço de interpretação do desenvolvimento capitalista brasileiro contemporâneo sob tal registro teórico.

Dentre os novos trabalhos que resgatam as reflexões de Marini, há aqueles que discutem especificamente a superexploração do trabalho (DUARTE, 2010; LUCE, 2012, 2013c; MARTINS, 2011a, 2011b) com interessantes convergências. A primeira é a proposição de abordagens empíricas das modalidades componentes da superexploração do trabalho. A segunda é a conclusão pela ocorrência da superexploração do trabalho na atualidade, a partir de fortes evidências.

O inquestionável mérito desses trabalhos não reside apenas no resgate teórico ou na aproximação empírica da superexploração da força de trabalho, mas em explicitar, mesmo que involuntariamente, dois limites cruciais no atual estágio de resgate da obra de Marini e especialmente da superexploração do trabalho: o questionamento da importância da superexploração no recente período de acumulação da “Era Lula”²⁰, e a necessidade de entender a especificidade das formas e até de conteúdos possivelmente inéditos da superexploração do trabalho no desenvolvimento recente do capitalismo brasileiro.

São da combinação entre os limites da recente literatura dependentista, as mudanças no Mundo do Trabalho brasileiro na década de 2000 e a nova fase de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que definimos nossa problemática de pesquisa: qual seriam a vigência, as formas e o conteúdo da superexploração do trabalho no Brasil recente?

Por vigência da superexploração, entendemos a relevância dessa modalidade específica de exploração para a acumulação de capital em um determinado período e espaço,

da discussão. A primeira delas é o livro de Jaime Osorio (2004), Crítica da economia vulgar, autor citado por Marini em suas Memórias como um dos autores que procuravam avançar em suas interpretações. Um segundo livro é o de Roberta Traspadini e João Pedro Stédile (2005), Ruy Mauro Marini: vida e obra, que tem o propósito de retomar a discussão de Marini como parte de um esforço de politização de quadros no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além de divulgar trabalhos dele em português. Finalmente, o terceiro, organizado por Carlos Eduardo Martins e Adrián Sotelo Valencia (2009) e coordenado por Emir Sader e Theotônio dos Santos, A América Latina e os desafios da globalização – ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini, serve como balanço histórico da contribuição do autor”.

¹⁹ Prado e Castelo (2013) realizam um interessante e importante levantamento da bibliografia desta retomada.

²⁰ Uma vez que as mudanças no Mundo do Trabalho podem ter conferido à superexploração um caráter residual ou marginal no Brasil recente, o que torna a constatação empírica insuficiente para defender a vigência e relevância da superexploração.

bem como sua abrangência no conjunto da força de trabalho. Aqui se faz necessária uma importante distinção conceitual. A superexploração incidindo sobre frações específicas da força de trabalho, com pouco peso relativo no conjunto dos trabalhadores, implica a existência da superexploração, mas não necessariamente em vigência. Esta última requer uma relevância quantitativa sobre a força de trabalho e influência qualitativa sobre a acumulação de capital para ser caracterizada. Por forma de superexploração, entendemos as diferentes maneiras ou manifestações de comercialização e uso produtivo da força de trabalho que possuem a característica de atentarem contra o valor da força de trabalho. Já o conteúdo da superexploração refere-se ao próprio movimento de diminuição, degradação ou exaustão do valor da força de trabalho, ou seja, à própria essência do conceito.

Dentre os inúmeros caminhos possíveis para abordarmos vigência, formas e conteúdo da superexploração, privilegiaremos dois eixos de discussão. O primeiro envolve o conteúdo da superexploração do trabalho, relacionando-se ao estatuto teórico do conceito na Teoria do Valor Trabalho marxista. Por compartilhar elementos inscritos nos marcos da TVT, como valor, exploração, mais valia e tempo de trabalho, pode-se interpretar que a superexploração do trabalho reafirmaria a TVT para um caso especial de exploração da força de trabalho (remuneração abaixo do valor da força de trabalho), implicando que a proposta da superexploração já estaria plenamente contida na TVT e colocaria em dúvidas a pertinência da própria enunciação do conceito. Outra leitura possível seria a de que a superexploração do trabalho abarca uma forma particular de exploração que, embora presente, não se encontra suficientemente desenvolvida na obra de Marx, configurando um avanço analítico inegável dentro da própria TVT.

Nossa hipótese é a de que a superexploração do trabalho mostra-se uma importante aquisição para a TVT, aportando destaque para uma dimensão não plenamente desenvolvida por Marx, uma vez que as análises que perpassam notadamente o Livro I de *O Capital*, ao assumirem como pressuposto metodológico a troca das mercadorias por seus valores (incluindo aí a mercadoria força de trabalho), deixaram marginalmente registradas a possibilidade e as consequências da troca mercantil e do uso produtivo da força de trabalho no qual ocorre a dilapidação do valor da mesma por mecanismos de extração de mais valia que impossibilitam a restituição plena do valor da força de trabalho, seja na forma de negação do acesso a uma cesta de consumo requerida para repor as condições normais da força de trabalho (âmbito da troca mercantil), ou impondo condições de trabalho que impossibilitam a força de trabalho de se reconstituir plenamente (âmbito do uso produtivo). Portanto, a

superexploração do trabalho implica, em sua essência, a dilapidação, dissipação, desperdício ou ainda gasto de maneira excessiva do próprio valor da força de trabalho, por meio das modalidades ou mecanismos da intensificação do trabalho, aumento da jornada e remuneração abaixo do valor da força de trabalho, aos quais posteriormente Marini (2008a) ainda agregou a elevação do elemento histórico-moral da força de trabalho sem remuneração correspondente.

A superexploração do trabalho explicita que, para além da distribuição da jornada diária de trabalho entre o período necessário e excedente, o próprio valor total da força de trabalho passa a ser uma variável importante no processo de superexploração, opondo-se à frequente assunção analítica de tomar o valor da força de trabalho como constante²¹.

Devido à filiação teórica à TVT, muitas das polêmicas da última são transpostas ao conceito de superexploração do trabalho, como é o caso de leituras e interpretações divergentes sobre o sentido e significado da superexploração para a própria TVT. Uma dessas leituras, a de que a TVT estaria circunscrita ao âmbito da equivalência de valores na troca mercantil, tende a invalidar a superexploração, uma vez que a última versaria justamente sobre a não equivalência de valor na mercantilização e uso produtivo da força de trabalho. Outra leitura, na qual nos inserimos, seria a de que a superexploração desenvolveria a TVT, por destacar aspectos apenas esboçados na formulação de Marx. Portanto, tratar do conteúdo teórico da superexploração mostra-se um passo necessário para entendermos sua contribuição ao desenvolvimento da TVT.

O segundo eixo deste trabalho trará uma pequena contribuição para um esforço maior de interpretação, à luz do marxismo, da realidade contemporânea do desenvolvimento capitalista na Globalização Financeira. Buscaremos analisar a vigência e as formas de manifestação da superexploração do trabalho no caso concreto do Brasil da década de 2000, período que chamaremos de a “Era Lula”, entendido como o período de implantação do projeto neodesenvolvimentista pelos sucessivos governos do Partido dos Trabalhadores em meio à etapa histórica mundial da Globalização Financeira.

Diante de uma realidade objetiva em que todas as formas possíveis de exploração da força de trabalhos e apresentam simultaneamente, buscaremos abstrair aquelas formas de

²¹Frequentemente as análises tendem a focar apenas o âmbito do valor diário da força de trabalho, marginalizando tanto o valor total como a variabilidade do valor da força de trabalho no âmbito da enunciação do componente histórico-moral da mesma. Esta última dimensão trata das condições mínimas de sobrevivência aceitáveis por certa sociedade em certo período histórico, abarcando desde a influência de elementos culturais e simbólicos, passando por questões políticas da correlação de forças na luta de classes, chegando até o estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

exploração agrupáveis pelo conceito de superexploração do trabalho e analisar suas dinâmicas no período, bem como as formas específicas de superexploração do trabalho na “Era Lula”.

Considerando que, em determinados períodos históricos, certas formas de superexploração podem predominar sobre outras, e até mesmo novas venham a se manifestar no desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, transcenderemos a análise das formas específicas de superexploração do trabalho na “Era Lula” em direção à possibilidade ou não de caracterizarmos os anos 2000 como uma nova fase histórica da superexploração do trabalho, baseando-nos na periodização proposta inicialmente por Marini (2005a) e posteriormente desenvolvida por Martins (2011a).

A produção teórica recente que resgata o pensamento de Marini ainda não avançou nesses dois âmbitos: no realce à especificidade da superexploração da força de trabalho na “Era Lula” e no diagnóstico de que estaríamos diante de um novo período ou fase histórica da superexploração do trabalho no desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Nossa hipótese é a de que a superexploração continuou vigente na “Era Lula”, mas com novas formas predominantes de manifestação, assentadas na dilapidação do valor total da força de trabalho, as quais conviveram contraditoriamente com processos que atenuaram a superexploração focada no valor diário da força de trabalho. Tal quadro da “Era Lula” está na base de nossa outra hipótese, a de que o período se constitui como uma nova fase histórica da superexploração do trabalho no Brasil.

Para além do conteúdo, forma e vigência, a discussão da superexploração do trabalho como problema teórico coloca inevitavelmente nossa tomada de posição diante de pelo menos outras três questões de fundo.

A primeira questão liga-se aos pressupostos ou concepções de mundo subjacentes à própria problemática e que nem sempre são explicitados pelo Sujeito do conhecimento. No presente caso, pressupomos em nosso trabalho que a condição de dependência continua vigente no capitalismo brasileiro, ainda que de forma particularmente nova²², quando comparada aos traços mais comuns da literatura clássica sobre o tema (FERNANDES, 1975, 1976a, 1976b; MARINI, 2005a).

Uma segunda questão de fundo é o reconhecimento dos limites de escopo deste trabalho. Uma das maiores limitações com que trabalhamos advêm do entendimento da

²² Para uma interessante síntese sobre a discussão das novas formas de dependência, ver o trabalho de Marisa Amaral (2012).

relação pressuposta entre classe trabalhadora e superexploração do trabalho. Cientes de que as relações capitalistas de produção envolvem o conjunto dos trabalhadores, mesmo que sob diferentes formas sociais, econômicas e jurídicas, decidimos restringir nossa reflexão a um segmento da classe trabalhadora, a dos assalariados. Consequentemente, outras formas de relações de produção de reconhecida importância na sociedade brasileira, como o trabalho doméstico, a atividade campesina, ou ainda o trabalho análogo ao escravo, não ocupam lugar de destaque nas reflexões deste trabalho.

A terceira questão de fundo refere-se à forma de diálogo que propomos estabelecer com a obra de Ruy Mauro Marini. Indiscutivelmente, o próprio pensamento sociológico e político desse autor, em uma perspectiva de Sociologia dos Intelectuais Brasileiros, poderia ascender à condição de objeto central de nossa pesquisa dada sua diversidade, riqueza e pouca divulgação na academia brasileira. Temos certeza de que este enfoque traria contribuições importantes para nossa reflexão. Entretanto, optamos por resgatar a obra de Marini de outra forma. A partir dos escritos de Marini que Martins (2011b) enquadra na temática da Economia Política da Dependência e da Globalização²³(MARINI, 1974, 1977a, 1979a, 1979b, 1992, 2005a, 2005c, 2008a, 2008b), destacamos um de seus mais profícuos conceitos desta temática, a superexploração do trabalho, e o confrontamos com a realidade hodierna do Brasil. Tal abordagem constrói-se em detrimento de outra possibilidade, a da busca da gênese teórica do conceito de superexploração no conjunto da obra de Marini, uma vez que outros trabalhos, a exemplo de Mathias Luce (2011) e Carlos Eduardo Martins (2011a), já a realizaram de forma sumamente competente. Por isso, consideramos que discutiremos o conceito de superexploração a partir da obra de Marini sem necessariamente discutir dentro da obra de Marini.

O Método

²³ Para Martins (2011b), há quatro grandes eixos de reflexão na obra de Marini: “(...) em primeiro lugar, a economia política da dependência, que a partir dos anos 1990 se converte em economia política da globalização. O segundo grande tema da obra de Marini é a análise do modelo político latino-americano. O socialismo, enquanto movimento político, experiência estatal e civilizatória, tem presença destacada em sua obra. O quarto tema de grande relevância na obra do autor é o pensamento latino-americano, cujas principais correntes sistematiza e analisa nos anos 1990, tendo em vista a tarefa de sua revisão crítica para atender aos desafios do século XXI” (MARTINS, 2011b, p. 128). No primeiro dos eixos, a Economia Política da Dependência, Marini buscava a “compreensão do capitalismo como um sistema mundial hierarquizado, monopólico e desigual que produz e reproduz padrões nacionais/locais distintos de acumulação” (MARTINS, 2011b, p. 129).

Tomaremos como questão teórica a vigência, as formas e o conteúdo da superexploração do trabalho no Brasil da década de 2000 e nossa escolha metodológica recairá no materialismo histórico dialético por três diferentes razões.

Primeiramente, porque o caminho proposto pelo materialismo histórico dialético permite não só conceber o Trabalho como elemento constitutivo central na sociabilidade humana, mas acompanhar as novas características e formas do Trabalho no desenvolvimento do capitalismo, sublinhando a importância das condições concretas da comercialização e uso da força de trabalho no processo produtivo, âmbitos em que podemos identificar a superexploração da força de trabalho. Em segundo lugar, porque a própria concepção conceitual da superexploração inscreve-se na aplicação do materialismo histórico dialético por Marini, facilitando o diálogo com e a partir do autor por compartilharmos o mesmo registro metodológico. E finalmente, pelo caráter crítico ou negativo do materialismo histórico, conforme argumentou Bolívar Echeverría (1986, p. 31), que apontaria para a necessária “destruição” e questionamento da empiria e do aparente, para a impugnação do poder e o desvelamento dos interesses imbricados nas questões sociológicas, características sumamente importantes para análises que envolvam algo tão contraditório como o desenvolvimento capitalista ou a exploração da força de trabalho.

A concepção de materialismo dialético que adotaremos é aquela que permeia as obras de Karl Marx, objeto de sistematização em *Introdução a Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política*, de 1859.

Marx (1859) inicia o texto destacando a necessidade de considerar a produção material como uma dimensão a ser observada e analisada na elaboração teórica. O sentido metodológico de abarcar a produção material deve-se ao fato de que o desenvolvimento das forças produtivas altera as relações sociais e a forma de viver da sociedade. O foco na produção material abre ricas possibilidades para o entendimento das mais variadas dimensões sociais, desde as mais gerais, como o Modo de Produção capitalista, ou mais específicas, como as Artes, a Ciência e a Cultura.

Definido o ponto de partida da produção material para o estudo da Sociedade no método de Marx, pergunta-se como empreender a análise. A passagem seguinte é crucial para uma resposta:

“Parece correto começar pelo real e o concreto, pelo que se supõe efetivo; por exemplo, na economia, partir da população, que constitui a base e o sujeito do ato social da produção no seu conjunto. Contudo, a um exame

mais atento, tal revela-se falso. A população é uma abstração quando, por exemplo, deixamos de lado as classes de que se compõe. Por sua vez, estas classes serão uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que se baseiam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes últimos supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. (...), por conseguinte, se começássemos simplesmente pela população, teríamos uma visão caótica do conjunto. Por uma análise cada vez mais precisa chegaríamos a representações cada vez mais simples; do concreto inicialmente representado passaríamos a abstrações progressivamente mais sutis até alcançarmos as determinações mais simples. Aqui chegados, teríamos que empreender a viagem de regresso até encontrarmos de novo a população - desta vez não teríamos uma idéia caótica de todo, mas uma rica totalidade com múltiplas determinações e relações” (MARX, 1859).

Marx alerta para a insuficiência de compreender a realidade concreta como se aparenta, pois seria impossível entender a relação entre seus elementos, dentro de uma “visão caótica do conjunto”. O sujeito, levado a uma análise da aparência para tentar explicá-la, conclui pela existência de relevantes relações e elementos encobertos quando do contato inicial com a realidade aparente.

A atitude do Sujeito em analisar o concreto em seu aspecto aparente constitui a base para o processo de abstração, entendido como “(...) *capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo*” (PAULO NETTO, 2011, p. 42).

A abstração mostra-se, então, como uma dimensão heurística e cognitiva, inerente ao processo de conhecimento humano, que passa a integrar o Método utilizado por Marx quando busca as “determinações mais simples” daquela realidade inicialmente apresentada ao pensamento, e apresenta ou representa tais determinações na forma de conceitos²⁴.

Tal indicação metodológica implica alguns esclarecimentos cruciais. Para entendermos em que consistiriam as “determinações mais simples”, recorreremos a uma

²⁴ “*Por ello no hay otro camino que llegar "a conceptos cada vez más simples" que tengan la particularidad de develar la articulación específica de la realidad que quiere explicarse. Este es el proceso de abstracción. Abstractar implica tomar distancia de la realidad, pero no en el sentido de crear una ficción, inexistente, sino de separar y analizar elementos simples y reducidos de la propia realidad*”(OSORIO, 2004, p. 20, destaques no original). “*A forma do valor, cuja figura acabada é a forma do dinheiro, é muito simples e vazia de conteúdo. Mesmo assim, o espírito humano tem procurado fundamentá-la em vão há mais de 2000 anos, enquanto, por outro lado, teve êxito, ao menos aproximado, a análise de formas muito mais complicadas e repletas de conteúdo. Por quê? Porque o corpo desenvolvido é mais fácil de estudar do que a célula do corpo. Além disso, na análise das formas econômicas não podem servir nem o microscópio nem reagentes químicos. A faculdade de abstrair deve substituir ambos*”(MARX, 1996, p. 129–130, destaques nossos).

dimensão da concepção dialética, mais precisamente à idéia de mudança ou movimento²⁵. As “determinações mais simples” seriam aquelas que respondem ou causam a mudança ou movimento do objeto de conhecimento²⁶. Outro esclarecimento necessário trata da abrangência e validade da representação conceitual da Abstração, apontada de forma precisa por Nildo Viana (1998, p. 42): *“Os conceitos são expressões da realidade e, portanto, não possuem vida autônoma. Como a realidade é histórica, transitória, os conceitos que a expressam também são históricos e transitórios”*.

Se esta interpretação for correta, a orientação metodológica de Marx mostra que, ao considerarmos a produção material, devemos perseguir aquelas dimensões e relações que influenciam e determinam o objeto. Dessa forma, como garantir que aquilo concebido conceitualmente pelo pensamento como “determinação mais simples” do objeto, corresponda, de fato, a esta qualificação? Em outras palavras, como imputar corretamente a condição de “determinação simples” a uma representação do pensamento?

O fato de muitos autores não se colocarem tal questão remete a um entendimento importante: o de que a elaboração de uma categoria que expresse uma “determinação mais simples” não traz, em si, qualquer dimensão de acerto ou correção. Construída a partir de uma abstração da realidade, essa categoria só será colocada à prova quando novamente relacionada à realidade em uma nova etapa metodológica, a chamada “viagem de regresso” do pensamento, que reconstrói teoricamente o objeto em um sentido muito específico, o da síntese das relações e “determinações mais simples” anteriormente construídas, desembocando no que Marx chama de concreto pensado. Nas palavras de nosso autor,

“O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, por isso, é a unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, também, o ponto de partida da intuição e da representação. No primeiro caso, a representação plena é volatilizada numa determinação abstrata; no segundo caso, as

²⁵“Em sua forma mistificada, a dialética foi moda alemã porque ela parecia tornar sublime o existente. Em sua configuração racional, é um incômodo e um horror para a burguesia e para os seus porta-vozes doutrinários, porque, no entendimento positivo do existente, ela inclui ao mesmo tempo o entendimento da sua negação, da sua desaparecimento inevitável; porque apreende cada forma existente no fluxo do movimento, portanto também com seu lado transitório; porque não se deixa impressionar por nada e é, em sua essência, crítica e revolucionária” (MARX, 1996, p. 141, Posfácio a segunda edição de O Capital).

²⁶A literatura traz uma interessante diversidade de expressões que compartilham o sentido que damos ao termo “determinações mais simples”, Nildo Viana vale-se do termo “lei do fenômeno” (VIANA, 1998, p. 52), Sadi Dal Rosso, da expressão “categorias não novamente subdivisíveis” (DAL ROSSO, 2006, p. 13) e José Paulo Netto, dos termos “universalidade, singularidade e especificidade” (PAULO NETTO, 2011, p. 45).

determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento”(MARX, 1859).

A reconstrução do objeto pela síntese das “determinações mais simples” mostra a preocupação e o cuidado de Marx em apontar, como elemento metodológico, a necessidade de considerar todo um conjunto de determinações que porventura afetem (no sentido de causar ou responder pela mudança) o objeto em questão.

Mas nada garante, *a priori*, que o ato de reconstruir o concreto pensado, valendo-se das “determinações simples”, seja acertado ou satisfatório. A forma do pensar no método materialista dialético nos parece requerer um conteúdo para orientar a reelaboração do concreto e sua correção. Nildo Viana compartilha dessa tese e propõe que o conteúdo seria a perspectiva do proletariado (VIANA, 1998, p. 54). Mesmo concordando com tal proposição, a consideramos insuficiente, pois mesmo sob a perspectiva proletária, pode-se realizar uma reconstrução teórica problemática ou equivocada.

Paulo Netto avança nesta dimensão, lembrando que a “(...) *teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito da pesquisa (...) e esta reprodução (...) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel ao objeto*”(PAULO NETTO, 2011, p. 21). Esta fidelidade do sujeito ao objeto aponta o conteúdo a ser buscado no labor teórico: o movimento real do objeto na História.

As determinações simples ou categorias mais gerais podem estar presentes em diferentes momentos históricos, com influências e papéis sumamente diferentes, a exemplo das análises feitas por Marx sobre o dinheiro²⁷ e o trabalho²⁸ em diferentes momentos históricos²⁹. Marx argumenta que é sob o ponto de vista da realidade ou da situação concreta

²⁷“(…) *O dinheiro pode existir, e de fato existiu historicamente, antes do capital, dos bancos, do trabalho assalariado, etc.; deste ponto de vista pode afirmar-se que a categoria mais simples pode exprimir relações dominantes de um todo não desenvolvido, ou relações secundárias de um todo mais desenvolvido, relações essas que já existiam historicamente antes de o todo se ter desenvolvido no sentido expresso por uma categoria mais concreta. Só então o percurso do pensamento abstrato, que se eleva do simples ao complexo, poderia corresponder ao processo histórico real*” (MARX, 1859).

²⁸“(…) *com efeito, a indiferença em relação a toda a forma particular de trabalho supõe a existência de um conjunto muito diversificado de gêneros reais de trabalho, nenhum dos quais predomina sobre os outros. Assim as abstrações mais gerais apenas podem surgir quando surge o desenvolvimento mais rico do concreto, quando um elemento aparece como o que é comum a muitos, como comum a todos. Então, já não pode ser pensado unicamente como forma particular. Por outro lado, esta abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado intelectual de um todo concreto de trabalhos: a indiferença em relação a uma forma determinada de trabalho corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar facilmente de um trabalho para outro, sendo para eles fortuito - e, portanto, indiferente - o gênero determinado do trabalho. Nestas condições, o trabalho transformou-se - não só como categoria, mas na própria realidade - num meio de produzir riqueza em geral e, como determinação já não está adstrito ao indivíduo como sua particularidade*” (MARX, 1859).

²⁹“(…) *seria impraticável e errado apresentar a sucessão das categorias econômicas pela ordem que foram historicamente determinantes; a sua ordem, pelo contrário, é determinada pelas relações que mantêm entre si*

eleita como objeto de conhecimento que se deve buscar a relação, influência ou determinação das categorias ou determinações mais simples e gerais. Esta formulação implica necessariamente na reconstrução histórica do objeto a partir das categorias mais simples.

Podemos agregar a tais elementos metodológicos outros presentes na reflexão de Gurvitch (1971). Ao construir uma interpretação do percurso da Dialética dos gregos aos pensadores modernos, Gurvitch ressalta que a dialética enquanto método³⁰ revela duas qualidades, a de visar “(...) *simultaneamente os conjuntos e seus elementos constitutivos, as totalidades e suas partes. É o movimento de uns e de outros, e em particular o movimento entre uns e outros, que lhe importa*” (GURVITCH, 1971, p. 38); é sempre “*negação (...) porque nega as leis da lógica formal (...) pois um elemento jamais é idêntico a si mesmo do ponto de vista dialético (...) nega toda a abstração que se não aperceba de como é artificial e não nos leve ao concreto*” (GURVITCH, 1971, p. 39/40); e também pode ser considerada como “(...) *uma autêntica contestação contra toda a estabilização aparente na realidade social, bem como em todo conhecimento, onde destrói toda e qualquer fórmula cristalizada*” (GURVITCH, 1971, p. 40); é o “(...) *realçar das tensões, das oposições, dos conflitos, das lutas, dos contrários e dos contraditórios (...) a maioria das manifestações conflituosas podem tanto interpenetrar-se a diferentes graus como combater-se com maior ou menor intensidade*” (GURVITCH, 1971, p. 41).

Ou seja, o método dialético encarnaria as preocupações com a mudança e o movimento; consideraria sempre a relação entre as dimensões da parte e do todo; apresentaria uma preocupação com o concreto ou o real; e buscaria destacar as diversas formas de conflito e oposição em seus diferentes graus.

Outro elemento relevante que embasa nossa escolha do materialismo histórico dialético é o fato de as relações capitalistas serem perpassadas por contradições em diversos níveis, as quais trazem mudanças, movimentos, conflitos e oposições como características inerentes ao capitalismo, dimensões afetas ao materialismo histórico dialético. O esforço de acumulação de capital que acarreta inexoravelmente crises periódicas; o processo de

na moderna sociedade burguesa, ordem essa que é exatamente a inversa da que parece ser a sua ordem natural ou a do seu desenvolvimento histórico. Não está em causa a posição que as relações econômicas ocupam historicamente na sucessão das diferentes formas de sociedade; nem tampouco a sua ordem de sucessão “na ideia” (Proudhon), (uma representação nebulosa do movimento histórico). O que nos interessa é a sua estruturação no interior da moderna sociedade burguesa” (MARX, 1859).

³⁰ Existiriam duas outras importantes dimensões da dialética para além de um método de conhecimento: uma correspondência ao movimento do real, e a relação dialética que estabelece entre o objeto construído por uma ciência, o método empregado e o ser real (GURVITCH, 1971).

proletarização da força de trabalho que incorpora o trabalhador à sociabilidade capitalista e passa a negar o controle sobre inúmeros aspectos da vida daquele que depende da venda da força de trabalho; e o espraiamento mundial da superexploração do trabalho, quando imensos contingentes de pessoas do antigo Leste Europeu e da China são trazidos para as relações capitalistas sob a promessa de superação dos problemas estruturais da organização socioeconômica socialista, são algumas das contradições capitalistas eivadas de mudanças, movimentos, negações, conflitos e oposições que colocam o método materialista histórico dialético como uma possibilidade privilegiada de escolha.

É de suma importância destacar nossa preocupação a questão ou noção de totalidade³¹, “(...) *con la que hacemos referencia a aquello que organiza, articula y jerarquiza la vida social y que le otorga sentido*” (OSORIO, 2009, p. 33).

Seguindo a reflexão de Jaime Osorio (2004)

“Postular a la realidad como un todo estructurado (en contra de la idea de realidad puramente desorganizada) y jerarquizada (en contra de la idea de una totalidad indiferenciada) nos pone en un camino que permite avanzar en comprensión. Por ejemplo, para alcanzar conocimiento de las partes (o particularidades). El todo o la totalidad siempre es más que la suma de las partes por una razón sencilla: el todo debe considerar las relaciones que establecen las partes” (OSORIO, 2009, p. 37).

É a referência metodológica à totalidade que nos leva ao recorte da superexploração do trabalho como objeto que permite privilegiar a dimensão macro social. Esta escolha implicou no destaque da dimensão internacional e nacional (em detrimento de aspectos setoriais, profissionais ou regionais³²), bem como na discussão de periodização histórica da

³¹ “La tesis que la sociedad constituye una unidad que rebasa la simple sumatoria del accionar de sus componentes individuales remite en Marx a la idea de totalidad, de una unidad compleja, articulada y jerarquizada en los elementos que la componen, cuya comprensión no se alcanza por el agregamiento de partes por más exhaustivo que éste sea” (OSORIO, 2004, p. 14).

³² Jaime Osorio apresenta uma reflexão sobre este aspecto que nos parece das mais pertinentes: “El conocimiento de la totalidad no significa que podamos alcanzar un conocimiento de todo lo que acontece en sociedad (que iría asociado a la idea de completud), sino de los elementos que articulan, organizan y jerarquizan la vida societal y que hacen posible que se reproduzca, material y socialmente, de una manera determinada. Esto supone un cuestionamiento a los análisis que creen que reconstruirán la visión global a partir de la sumatoria de conocimientos parcelarios, como también de los estudios que se abocan a alguna parcela de la realidad y que buscan “conocer”, sin una mínima hipótesis del lugar y las relaciones de esa parcela con el todo mayor del cual forman parte. Lo anterior no significa un rechazo sin más a los estudios parciales, al análisis de fragmentos de la realidad. Lo que se cuestiona es la realización de este tipo de análisis sin una interpretación del lugar y de las relaciones que tales parcialidades y fragmentos mantienen con la unidad compleja o totalidad en la que se articulan y forman parte. La idea de totalidad, en definitiva, va estrechamente asociada al aspecto relacional indicado al comienzo de esta exposición. Pero, es necesario insistir, no se trata del simple peldaño en donde “todo tiene que ver con todo”, quedando atrapados en una visión de la complejidad elemental. La noción de totalidad en Marx está jerarquizada y busca establecer cuáles

“Era Lula”, uma vez que julgamos as dimensões sociais e históricas presentes na periodização como importantes elementos de mediação³³ para uma abordagem da totalidade.

As técnicas utilizadas na pesquisa

Valeremo-nos de duas grandes técnicas para a consecução da pesquisa sobre a superexploração do trabalho no Brasil da década de 2000.

A primeira, que permeia os segmentos teóricos, é a da interpretação de textos provenientes de um levantamento bibliográfico sistemático focado em obras que contenham reflexões, questões e discussões significativas sobre a superexploração do trabalho, a TVT e o desenvolvimento capitalista recente do Brasil.

A interpretação de textos apresenta, *grosso modo*, duas perspectivas possíveis. A primeira é a chamada “leitura imanente”, uma forma de ler, selecionar e discriminar conteúdo de determinado texto que destaca não só a importância da autonomia da obra em si, mas percebe a imanência como “(...) *algo inerente à coisa, que se une inseparavelmente a sua essência (...) a leitura imanente pretende realizar uma fiel interpretação exegética como método de interpretação de um texto sem recorrer a “elementos externos”, é dizer, contextos, dados e fatos que o podem perturbar ou alterar seus conteúdos significativos*” (VALENCIA, 2013a, p. 97). Em que pese seus méritos e possibilidades, a leitura imanente traz o perigo de se apegar “(...) *de tal modo ao imediatismo manifesto na obra, que impossibilitará a compreensão do que esta contém como totalidade*” (VALENCIA, 2013a, p. 97).

Outra perspectiva possível para a interpretação de textos, adotada por nós, é aquela que realça a importância tanto do contexto da produção como do conjunto da obra de um autor para a leitura de um texto. Não se trata de desprezar a exegese ou a busca de conteúdos

relaciones y de qué manera tienen mayor incidencia en la explicación de las regularidades cómo se produce y reproduce una sociedad. La totalidad marxista, por otra parte, se asume como una unidad contradictoria, lo que significa que, de manera simultánea, se la concibe como unidad y lucha de opuestos, que se conforma con polos sociales que se atraen y que se repelen, siendo las clases y la lucha de clases su expresión societal más importante” (OSORIO, 2004, p. 15).

³³ “*Cuando hablamos de niveles de abstracción hacemos referencia a la totalidad que se reconstruye en el conocimiento y a su lejanía (más abstracta) o cercanía (menos abstracta) con la realidad. En definitiva, existen totalidades con diversos grados de abstracción (...) Uno de los problemas en el análisis de pensadores marxistas estriba en la dificultad de realizar las mediaciones en el análisis, esto es, de establecer los puentes desde los niveles más abstractos a los menos abstractos, y no quedarse “amarrado” a los conceptos de los primeros cuando se quiere hacer análisis de totalidades más concretas. Plantearse el problema de las mediaciones supone asumir primeramente la existencia de niveles de abstracción diferenciados y ubicar las preguntas de investigación, cuestiones que no siempre ocurre*” (OSORIO, 2004, p. 28/29).

significativos de uma obra, mas de trazer elementos que a leitura imanente propositalmente não se propõe a abarcar. O sentido desta maneira de ler, selecionar e discriminar conteúdo de determinado texto permeia a perspectiva adotada por Adrián Sotelo Valencia na abordagem do Mundo do Trabalho: “(...) *é o contexto, e não o fenômeno em si, que deve ser articulado criativamente na busca da compreensão do mundo do trabalho como uma totalidade, abarcando assim suas múltiplas relações e contradições e a forma como é afetado pela reestruturação do capital*” (VALENCIA, 2009, p. 21).

A segunda técnica a ser utilizada é a análise descritiva de dados estatísticos obtidos junto a instituições públicas brasileiras (Banco Central, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e organizações internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Internacional de Compensações, etc.), notadamente as séries históricas macroeconômicas e de indicadores do mercado de trabalho.

Aqui se recoloca uma antiga questão metodológica quanto à possibilidade de uso de dados estatísticos correntes para captar as categorias marxistas mais abstratas, pois as estatísticas produzidas pela imensa maioria das instituições atuais estão imbricadas teoricamente na dimensão dos preços de mercados e da teoria do valor utilidade, ao invés da TVT³⁴. Nesse sentido, Nilson Araújo de Souza (1980) coloca, de forma precisa, a relação entre as categorias mais abstratas da teoria marxiana, dentre as quais sem dúvida figura o valor trabalho, e a possibilidade de verificação empírica das mesmas:

“(...) las categorías marxistas más abstractas, naturalmente, no encuentran inmediata verificación empírica, en la medida que el próprio movimiento del capital las va transformando. Así, por ejemplo, el precio de producción es la categoría valor transformada por la nivelación de la tasa de ganancia. Pero eso no quiere decir que el valor no exista como tal, que él deje de ser la base de conocimiento para el movimiento del capital. Esto sólo quiere decir que no se puede medir directamente el valor. Además es imposible medir el aspecto más esencial del valor: el hecho de ser una relación social. Pero, como veremos adelante, partiendo de la ley del valor descubierta por Marx, es posible, a través de mediaciones, acercarse progresivamente a los

³⁴ Uma das muitas limitações das estatísticas oficiais é apontada por Elizeu Araújo: “(...) *as estatísticas oficiais não distinguem, no conjunto de transações econômicas, aquelas que fazem parte da produção capitalista e aquelas que não o fazem – e esse é, certamente, o principal problema posto por elas. Assim, nas Contas Nacionais são elencadas indiferenciadamente: i) a produção capitalista; ii) a produção mercantil não capitalista; e iii) a produção não mercantil*” (ARAÚJO, 2011, p. 57).

datos de la realidad y, a partir de allí, abstraer lo que ellos tienen de esencial” (SOUZA, 1980, p. 73, destaques no original).

Ou seja, mesmo não sendo possível o uso direto da gama de estatísticas disponíveis para tratar de questões no âmbito do valor trabalho, podemos recorrer às mesmas como mediação que tragam elementos a serem abstraídos e usados na verificação dos efeitos das categorias de valor³⁵ e superexploração do trabalho.

Nos valeremos ainda do caminho traçado por aqueles trabalhos que, dentro da literatura que retoma a interlocução com a obra de Marini para a interpretação do capitalismo brasileiro nos anos 2000, propõem uma abordagem empírica da superexploração do trabalho (ARAÚJO, 2011; COSTA, 2014; DUARTE, 2010; FORMAGI et al., 2012; LUCE, 2012, 2013a, 2013c; MARTINS, 2011a, 2011b, 2013; SANTOS, 2013b).

Tais trabalhos compartilham duas características. Inicialmente, o aspecto metodológico de focar a abordagem empírica a partir dos mecanismos³⁶ da superexploração: a remuneração abaixo do valor da força de trabalho, a intensificação e o aumento da jornada de trabalho. Em seguida, a conclusão pela plena vigência³⁷ da superexploração no capitalismo brasileiro.

³⁵ “(...) A propósito das críticas aos cálculos em termos de preços, veja-se o seguinte comentário de Guerrero (2000, p. 225-6n): “[...] isso só pode derivar de um conhecimento insuficiente do pensamento marxiano. Para Marx (precisamente porque o trabalho abstrato, que é o que cria valor, é uma relação social subjacente nas relações de intercâmbio mercantil capitalista, e, portanto, não pode quantificar-se nem se medir de forma direta), precisamente por isso surge a necessidade de que o conteúdo do valor tenha uma forma (forma de valor) adequada a essa quantificação direta. Por isso, os valores-trabalho se expressam necessariamente em preços mercantis [...], e por isso as estatísticas em preços são perfeitamente utilizáveis no contexto da teoria do valor-trabalho. Porque o valor é uma categoria necessária da análise e da explicação, não da quantificação. Para a quantificação estão precisamente os preços. O papel do valor no sistema teórico marxiano é essencial, mas o é porque constitui o padrão de determinação social última da evolução dos preços mercantis [...], que giram em torno dos preços de produção, determinados, por sua vez, pelos valores. Nem é necessário dizer que o papel dos preços é também fundamental” (grifos originais). A despeito da afirmação de que o valor é uma categoria que não se presta a quantificação, a visão de Guerrero é globalmente correta quanto à legitimidade do emprego dos preços” (ARAÚJO, 2011, p. 57).

³⁶ “(...) categorias como mais-valia, exploração do trabalho, valor-de-uso e valor-de-troca, dentre outras, são construções abstratas, e por isso não se enquadram dentro de modelos que as permitem ser comprovadas quantitativamente, o que não contradiz o fato de serem categorias observáveis nas relações materiais. Nesse sentido, a superexploração do trabalho também se enquadra dentro dessa lógica, com o que se cria uma dificuldade metodológica (...) O ponto é que, mesmo não sendo possível construir modelos que permitam mostrar como a superexploração se efetiva, pode-se, a partir de apresentação dos dados de uma série de variáveis, construir uma proxy de como ela se expressa em termos reais” (DUARTE, 2010, p. 126).

³⁷ “As evidências empíricas da PED [Pesquisa de Emprego e Desemprego] apresentadas ao longo do artigo corroboram essa caracterização dos elementos que constituem a superexploração do trabalho, na medida em que mostram a persistência, no Brasil, da desestruturação do mercado de trabalho, do subemprego, do desemprego, das longas jornadas de trabalho, dos baixos rendimentos, da desigualdade de renda e da desigualdade regional. Além disso, poder-se-ia investigar outros recortes, tais como sexo, cor/raça e inserção ocupacional (posição na ocupação), que evidenciariam ainda mais a superexploração do trabalho e sua desigualdade no Brasil” (FORMAGI et al., 2012, p. 125). “Em síntese, podemos dizer que, com base nos dados apresentados acima, há não apenas a manutenção, mas também o reforço da superexploração da força de

A desvinculação entre o valor da força de trabalho e a respectiva remuneração, seja decorrente do rebaixamento da remuneração ou do aumento do valor da força de trabalho, encontra várias propostas de abordagens nesta literatura.

Para o rebaixamento salarial, a literatura que retoma a interlocução com a obra de Marini propõe a análise i) da trajetória das taxas de desemprego³⁸ e ocupação³⁹(DUARTE, 2010; FORMAGI et al., 2012) como elementos que sintetizam o grau de concorrência entre

trabalho no Brasil no período recente. A conjunção do aumento na taxa de desemprego total e aumento da população economicamente ativa apontam que é crescente o número de desempregados no país, ainda que em alguns setores, nos últimos anos, houve crescimento do emprego. No entanto, como já pontuado, esse crescimento setorial é insuficiente para compensar o crescimento da população apta a trabalhar, o que respalda o aumento do tempo médio despendido na procura de trabalho. Por outro lado, o expressivo número de ocupados que trabalham acima de 44 horas semanais, e a queda dos rendimentos dos ocupados, apontam a tendência de manutenção e ampliação de trabalho intenso associado a queda dos rendimentos, em um ambiente de inflação positiva. Por conta disso pode-se dizer, de forma evidente, e seguindo as determinações estruturais apontadas pela teoria marxista da dependência para os países latino-americanos, que há no período recente ampliação da superexploração do trabalho. Ainda que, a partir do governo Lula, tenha se instaurado uma tendência de queda na informalidade, de crescimento do salário mínimo e de ampliação do número de vagas por conta da dinamização da economia, fruto do retorno dos investimentos estatais, tais avanços são insuficientes para quebrar a lógica de manutenção não apenas do desemprego estrutural, mas também da superexploração do trabalho” (DUARTE, 2010, p. 158/159). “(...) o período em estudo pode ser caracterizado pela presença expressiva, no Brasil, de métodos associados à superexploração, inclusive no subperíodo 1990-1994, quando a produtividade do trabalho experimenta um crescimento aparentemente importante” (ARAÚJO, 2011, p. 175). “Ainda que possa ter havido uma melhora do poder de compra do salário mínimo comparado ao preço da cesta básica no cenário brasileiro da década de 2000, isto não foi suficiente para alcançar o salário mínimo necessário, que é o indicador que expressa de maneira aproximada o valor da força de trabalho. Ao mesmo tempo, ao seguir submetida aos mecanismos de prolongamento da jornada de trabalho, aos ritmos de produção mais intensos e ao não ter reconhecida a atualização do elemento histórico-moral do valor da força de trabalho no pagamento recebido pelo seu trabalho, a classe trabalhadora brasileira vive, na verdade, uma fase de aumento da superexploração no governo Lula, em cujos dois mandatos – mesmo que amortecendo algumas contradições – governou em favor dos interesses do capital”(LUCÉ, 2013a, p. 162). “A análise empírica da situação social e dos processos de trabalhos na América Latina nas últimas décadas parece reafirmar a tese de Marini sobre a centralidade da superexploração no capitalismo da região, ainda que a recente reversão da deterioração dos termos da troca possa tê-la suavizado nos últimos anos”(MARTINS, 2013, p. 37).

³⁸ Ganha destaque nesses trabalhos a série produzida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do DIEESE, cuja característica metodológica é tentar ressaltar a estruturação do mercado de trabalho brasileiro sobre a precariedade de condições de trabalho e informalidade, apresentando a alta rotatividade, jornadas de trabalho extensas, descontinuidade da relação de trabalho e instabilidade de rendimentos, e construindo categorias específicas como a Taxa de Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário (pessoas que realizam algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação, ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás) e Oculto pelo Desalento (pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses). Nesse sentido, o trabalho de Formagi *et al* (2012) apresenta a limitação de pressupor a superexploração devido às características específicas captadas pelas categorias da PED, não problematizando a trajetória temporal dos indicadores (como o da Taxa de Desemprego Total, que apresenta queda durante todo o período).

³⁹ Para Duarte, a trajetória divergente das taxas de ocupação e participação para o período de 1995 a 2009, em que a primeira variável declina de 93,33% para 90,94% comparando os extremos do período analisado, e a taxa de participação aumenta de 58,10% para 59,45% nos mesmo período, denotariam uma diminuição da demanda por trabalho (taxa de ocupação) juntamente ao aumento da oferta (taxa de participação) (DUARTE, 2010, p. 141/142).

os trabalhadores, grau esse que apresentaria uma correlação diretamente inversa com a remuneração⁴⁰; ii) do padrão de relações de trabalho (DUARTE, 2010; LUCE, 2013a), destacando a condição de ocupação⁴¹ e o grau de formalização⁴² como elementos que influenciam a trajetória do Rendimento Médio real dos Ocupados⁴³; iii) da trajetória da taxa de exploração⁴⁴ e de seus mecanismos abordados por meio de indicadores macroeconômicos⁴⁵ (ARAÚJO, 2011); iv) da relação entre a evolução de índices salariais⁴⁶

⁴⁰ Pedro Duarte defende que as taxas declinantes de desemprego na década de 2000 devem ser ponderadas pelo fato de que “(...) o declínio não foi suficiente para alcançar os níveis de 1995 – ou seja, o crescimento do desemprego foi tão intenso durante a segunda metade dos anos 1990 que, após uma década de declínio, não foi possível atingir os níveis anteriores”. Para ele, a conjugação da trajetória do desemprego, da PEA e da ocupação informal apontariam para a “(...) manutenção de uma das características centrais do mercado de trabalho brasileiro: o desemprego estrutural (...) a continuidade da dificuldade de absorção da mão-de-obra disponível (...) nesses termos, a demarcação de uma tendência de redução da taxa desemprego ainda é insuficiente para apontar uma resolução da questão do desemprego estrutural. O que, num quadro econômico ainda marcado pela vulnerabilidade externa e pela dependência financeira, cria condições favoráveis à manutenção da superexploração do trabalho” (DUARTE, 2010, p. 144).

⁴¹ Luce destaca que o padrão de criação de empregos formais, concentrado em postos de trabalho com remuneração até 1,5 salários mínimos, implica que “(...) a criação de empregos com carteira assinada não apontam no sentido de uma alteração das precárias condições de vida e de trabalho” (LUCE, 2013a, p. 152).

⁴² Para Pedro Duarte, a elevada informalidade nas relações de trabalho, dada não só pela trajetória dos assalariados dentro dos ocupados, que nunca passara de 70% no período pelo autor analisado (1995 a 2007), mas também por dois outros fatores: “(...) a população com carteira assinada, em 2007, está apenas um ponto percentual acima do verificado em 1995 – crescimento insuficiente para mais de uma década – ao passo que permanece a tendência de crescimento da população empregada sem carteira assinada” (DUARTE, 2010, p. 140).

⁴³ Para Duarte, a recuperação verificada na década de 2000 não fora suficiente para alcançar patamares já observados na década de 1990. “(...) esse quadro se reverte no governo Lula – para todas as regiões, tanto para o conjunto dos ocupados, quanto para o conjunto dos assalariados, houve recuperação do rendimento médio real. No entanto, para algumas regiões, essa recuperação foi insuficiente para alcançar os níveis de 1998” (DUARTE, 2010, p. 153).

⁴⁴ “Às vezes, a superexploração é confundida com a vigência de um grau de exploração sumamente elevado em determinada economia, ou em determinada fase do desenvolvimento desta. Ora, um grau elevado de exploração per se não configura superexploração. Esta última corresponde a um grau de exploração obtido através de métodos que implicam o pagamento de um salário abaixo do valor da força de trabalho (...) o problema da superexploração tem a ver não com o nível de exploração em si, mas com o caminho que leva a ele – se implica ou não uma remuneração abaixo do valor da força de trabalho” (ARAÚJO, 2011, p. 120). “(...) o fato de a taxa salarial não ter caído no período não significa ausência de superexploração. Para o objetivo de avaliar a importância do fenômeno, o que importa não é a evolução da taxa salarial per se, e sim a comparação do salário recebido por diferentes estratos de trabalhadores com o valor da força de trabalho” (ARAÚJO, 2011, p. 176). As estimativas de Araújo mostram que de 1991 a 1994, a taxa de mais valia apresentou elevação média importante (8,35%), apoiada sobretudo no aumento da produtividade (6,87%) com taxas muito superiores à salarial (0,64%). Já para o período de 1995 a 2007, a taxa de mais valia cai para o patamar de 1,77%, ao passo que a produtividade é rebaixada para 2,14% e a taxa salarial sobe levemente para 1,09% (ARAÚJO, 2011, p. 168/169).

⁴⁵ Elizeu Araújo (2011) propõe uma análise empírica das taxas de exploração e mais valia no Brasil para o período de 1990 a 2007 (desdobrados nos subperíodos 1990-1994 e 1995-2007, dada a mudança de metodologia na elaboração das Contas Nacionais pelo IBGE), valendo-se de séries construídas para a produtividade do trabalho (razão entre o valor adicionado deflacionado pelo deflator implícito do PIB e o total de empregados nos setores produtivos), a taxa salarial (razão entre o capital variável deflacionado pelo deflator implícito do PIB e o total de empregados nos setores produtivos), e a taxa de mais valia (razão entre a massa de mais valia e o capital variável).

⁴⁶ “Haverá superexploração do trabalho sempre que os índices salariais do conjunto dos trabalhadores, representativos dos preços da força de trabalho, tiverem queda em face do múltiplo constituído pelos de

e de qualificação⁴⁷(MARTINS, 2013), pressupondo que o maior aumento da última perante o primeiro implicaria em superexploração do trabalho; e v) da trajetória do nível de pobreza, uma vez que os extratos sociais de mais baixa renda encontram-se em uma condição social que impossibilitaria a plena reprodução da força de trabalho⁴⁸(MARTINS, 2013).

Para a desvinculação decorrente do aumento do valor da força de trabalho, a literatura que retoma a interlocução com a obra de Marini sugere a análise i) da evolução conjunta do salário mínimo necessário do DIEESE e do salário mínimo legal (DUARTE, 2010; LUCE, 2013a, 2013c), tomando o primeiro como um referencial do valor da força de trabalho e o último como a remuneração padrão da força de trabalho não qualificada; ii) da comparação da evolução conjunta entre o rendimento médio real e a produtividade⁴⁹, cujo aumento da diferença em favor do último mostraria o aumento do valor da força de trabalho sem aumento correspondente da remuneração(LUCE, 2012, p. 134/136); iii)da trajetória do elemento histórico-moral da força de trabalho por meio das mudanças no padrão de consumo dos trabalhadores em direção a bens que antes eram inacessíveis e agora se popularizaram

qualificação e intensidade do trabalho, que representam o valor desta. Haverá ainda superexploração quando (...) os preços da força de trabalho forem insuficientes para atender às necessidades básicas de consumo do trabalhador, que vive em situação de pobreza estrutural, não reproduzindo plenamente sua força de trabalho” (MARTINS, 2013, p. 37).

⁴⁷“(…) há amplo consenso na literatura de que o aumento da produtividade do trabalho se faz acompanhar a médio e longo prazo da redução dos tempos mortos da jornada do trabalhador – isto é, de sua intensidade – e da elevação da qualificação formal de sua força de trabalho” (MARTINS, 2013, p. 38).

⁴⁸ Martins argumenta que “(...) este exército pode ser em parte sustentado por políticas estatais de transferências de renda e combate à pobreza extrema, financiadas em grande medida pelos segmentos mais qualificados dos trabalhadores” e que “(...) a análise dos índices de pobreza da região, a partir de 1980, revela que estes se mantiveram em níveis bastante altos e sua redução recente é proporcionalmente inferior ao aumento da qualificação e da intensidade do trabalho ocorrida nestes anos” Com isso, a queda verificada no índice de pobreza ocorreu “(...) não em função da redução da superexploração do trabalho, mas, sim, da elevação de suas taxas nos segmentos mais qualificados da força de trabalho” (MARTINS, 2013, p. 38).

⁴⁹Luce(2012) compara os índices de rendimento médio real dos ocupados na indústria e de produtividade do trabalho na indústria constatando que, entre 1988 e 2008, ocorreu uma divergência crescente entre os índices em favor da produtividade.

através ou do endividamento⁵⁰ ou de carga extra de trabalho⁵¹, o que mostraria o “(...) aumento do valor da força de trabalho sem aumentar o seu pagamento” (LUCE, 2013a, p. 160).

No que diz respeito à abordagem do mecanismo de jornada de trabalho dentro da superexploração, a literatura adota a análise da série estatística de trabalhadores que cumprem jornada acima da estabelecida pela jornada legal (DUARTE, 2010; FORMAGI et al., 2012; LUCE, 2013b).

Nos trabalhos que versam sobre o mecanismo de intensificação do trabalho, é possível identificar o postulado da correlação positiva entre a intensidade e alguns elementos como i) acidentes do trabalho (COSTA, 2014; LUCE, 2013c)⁵², ii) anos de estudo⁵³ (MARTINS, 2011a, 2013), iii) aumento da produtividade⁵⁴ (DUARTE, 2010; LUCE,

⁵⁰Luce vale-se dos dados de estrato de renda no consumo de eletrodomésticos, estrato de renda na situação financeira familiar no cadastro de devedores, cujas fontes são a PNAD/IBGE e a Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL), concluindo que “(...) sem que estivesse endividada, uma parcela significativa das famílias consideradas classe C não teria conseguido tornar-se consumidora de tais produtos, mesmo que sua produção tenha barateado e mesmo que tenham se tornado bens necessários, como um refrigerador ou uma máquina de lavar” (LUCE, 2013a, p. 161), ou seja, não foram de fato incorporadas ao valor da força de trabalho pelo capital. “Se estes produtos, sob a própria lógica do capital, tivessem se tornado bens de consumo necessário, atuariam no sentido de reduzir o valor da força de trabalho, permitindo que os trabalhadores os consumissem ao mesmo tempo em que o dispêndio de capital para a contratação da força de trabalho se visse reduzido mediante a ampliação da mais-valia relativa e não mediante superexploração. Mas se é somente à custa da redução do fundo de consumo do trabalhador (consumir menos alimento para ter um televisor ou uma lavadora) e de seu fundo de vida (trabalhar redobrado, além da duração normal e da intensidade normal da jornada) que o trabalhador consegue acessar tais bens que se tornaram necessários, isso significa que do ponto de vista da relação-capital tais valores de uso não passaram a integrar o valor da força de trabalho. Assim, configura-se, na verdade, uma quarta forma de superexploração, o hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e o pagamento desta” (LUCE, 2013a, p. 161/162).

⁵¹“Ao ter de elevar o desgaste de sua força de trabalho – cumprir mais horas-extras, vender um terço das férias etc.) e ao ter de endividar-se para acessar tais valores de uso, os indivíduos da família trabalhadora estarão ou se submetendo a uma violação de seu fundo de vida para compensar parcialmente a insuficiência de seu fundo de consumo ou comprometendo o seu próprio fundo de consumo futuro, mediante endividamento, na tentativa de compensar a sua violação no presente” (LUCE, 2013a, p. 160).

⁵² Ao abordar a intensidade do trabalho, Luce argumenta que “(...) a maior ocorrência de acidentes de trabalho e doenças laborais é um indicador que aponta a tendência a uma superexploração” (LUCE, 2013a, p. 156), e vale-se dos dados dos Comunicados de Acidentes do Trabalho (CAT), instrumento de registro do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Já Cândida Costa (2014) e Adriano Santos (2013b), ao focar o setor sucroalcooleiro e os acidentes de trabalho, conferem especial atenção aos casos de morte por excesso de trabalho no corte de cana de açúcar, recorrendo a entrevistas com os trabalhadores do setor e familiares, destacando também a visão dos trabalhadores sobre sua condição, bem como os aspectos sociais das condições laborativas dos mesmos.

⁵³“(...) Maddison (1997) atribui a cada ano de educação secundária 1,5 vezes o da educação primária e à educação superior, seu dobro, associando-os aos diferenciais de renda obtidos pelos trabalhadores a partir do tipo de qualificação. Na visão de Marx, o valor do trabalho complexo equivale, em princípio, ao múltiplo que representa do tempo de formação do trabalho simples. Pode-se, então, por hipótese, atribuir a variação de 50% ou 100% do ano de educação secundária ou superior concernente ao ano de escolaridade primária, ao aumento da intensidade de trabalho associada ao emprego de força de trabalho mais qualificada” (MARTINS, 2013, p. 38/39).

⁵⁴Luce argumenta que o aumento de produtividade física do processo produtivo resulta em intensificação do trabalho. Com isso, aponta números de produtividade para alguns setores econômicos (indústria

2013a; MARTINS, 2011a) e iv) novas formas de gestão⁵⁵ da produção e da força de trabalho (ALVES, 2007, 2014; DUARTE, 2010; MARTINS, 2013).

Nossa proposição para a análise dos dados estatísticos é revisitar as propostas já construídas pela literatura⁵⁶ que focam a superexploração da força de trabalho, privilegiando especificamente a década de 2000.

Agregaremos a tais propostas a análise i) da distribuição dos ocupados por faixas salariais, abordando a remuneração da força de trabalho pela ótica do capital variável e proporcionando uma aproximação do grau em que o capital variável é dispendido na contratação da força de trabalho; ii) da evolução da taxa de rotatividade, uma vez que a mesma pode inserir um componente de acirramento da competição no mercado de trabalho mesmo em contextos de aumento da ocupação; e iii) da utilização das TICs no Brasil do início do Século XXI, tomando como indicador as estatísticas sobre uso da Internet, de forma a captar alguns aspectos específicos da discussão da jornada de trabalho.

No próximo capítulo, abordaremos a intrincada relação entre a TVT e a superexploração do trabalho.

automobilística, setor sucroalcooleiro) para argumentar pela presença do aumento de intensidade nesses setores (LUCE, 2013a, p. 155/159).

⁵⁵ “As últimas décadas na América Latina têm sido objeto de profunda reestruturação do processo de trabalho, com introdução de métodos de gestão pós-fordistas que elevaram significativamente a intensidade do trabalho, principalmente no emprego formal. O setor formal tem aumentado drasticamente a produtividade do trabalho, principalmente a partir do aumento de sua intensidade, uma vez que os investimentos em capital fixo permaneceram em níveis bastante baixos, muito inferiores aos alcançados na década de 1970” (MARTINS, 2013, p. 39).

⁵⁶ À exceção i) das propostas de Elizeu Araújo (2011) que buscam medir a taxa de mais valia da economia brasileira a partir de indicadores macroeconômicos retirados das Contas Nacionais do IBGE. Julgamos tal abordagem limitada para a discussão proposta em nosso trabalho, pois mais do que a mais valia e a taxa de exploração, nos interessa um conjunto específico de formas de extração da mais valia, aqueles constitutivos da superexploração do trabalho, o qual não pode ser confundida com uma dimensão quantitativa da exploração do trabalho, inferência possível pela abordagem macroeconômica da taxa de exploração; ii) das propostas de Mathias Luce(2012) tanto da comparação entre a trajetória da produtividade e do rendimento real, pois trataremos a produtividade sobretudo no âmbito da intensificação do trabalho, como da mudança de padrão de consumo como representação da alteração do valor da força de trabalho, pois consideramos que as estatísticas correntes sobre consumo ainda carecem de uma mediação teórica, a ser construída, para poderem ser usadas como aproximação da evolução do componente histórico moral do valor da força de trabalho.

CAPÍTULO 2 – A TEORIA DO VALOR TRABALHO E A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

A construção do referencial teórico de Karl Marx apoia-se na chamada Teoria do Valor Trabalho – TVT. Tal proposição é uma das poucas a conseguir amplo consenso entre críticos e defensores dos escritos de Marx, notadamente da sua obra magna, *O Capital*.

Desde o capítulo primeiro do Livro I de *O Capital* (MARX, 1996), com a análise da mercadoria (a mais difundida expressão fenomênica que a forma valor assume na sociedade capitalista), passando pela formulação do capital como relação social a partir da acumulação de trabalho abstrato; pelo processo de valorização do capital apoiado nas modalidades de mais valia; pelas formas de constituição e organização do trabalho assalariado; pelos diferentes momentos e formas do capital em seu ciclo de valorização ampliado no Livro II; pela lei da tendência decrescente da taxa de lucro; e pela enunciação das categorias preço de produção e equalização da taxa média de lucro no Livro III, a TVT perpassa a formulação de Marx e assume uma centralidade que a torna imprescindível para entender, interpretar e discutir a obra marxiana.

Sendo assim, tal centralidade não poderia deixar de alçar a TVT à condição de campo fértil para polêmicas. Refutar ou reafirmar a TVT implica demolir ou sustentar todo o edifício marxiano.

Nossa posição é de reafirmar a TVT. Mas faremos isso por meio de uma abordagem peculiar, intencionalmente evitando adentrar em polêmicas clássicas da TVT⁵⁷ para nos concentrarmos naquelas que envolvem o conceito de superexploração do trabalho, categoria originalmente cunhada por Ruy Mauro Marini em um esforço de reflexão sobre as particularidades do capitalismo dependente.

As pretensões teóricas e derivações políticas da superexploração do trabalho contribuiram e contribuem para a difícil aceitação do conceito mesmo dentre aqueles que reivindicam a abordagem marxista. Tal dificuldade de aceitação assenta-se em quatro aspectos, a saber: a não enunciação do conceito por Marx; a falta de uma formulação acabada sobre a superexploração na obra de Marini, o qual agrega novos elementos e dimensões à

⁵⁷ Para um panorama das polêmicas em que a TVT está envolta, ver Carcanholo (2011, 2013c), Steedman (1977), Napoleoni (1985) e Colletti (1978).

superexploração no decorrer de sua obra⁵⁸, conferindo um caráter aberto ao conceito; o desconhecimento⁵⁹, no meio acadêmico brasileiro, da obra de Marini, o qual gera interpretações pouco fidedignas⁶⁰ do conceito, a exemplo da inferência que o prefixo “super” denotaria questões meramente quantitativas e não qualitativas na exploração; e o quarto e mais relevante aspecto decorre da interpretação que considera existir uma incompatibilidade entre superexploração do trabalho e Teoria do Valor Trabalho - TVT.

Acreditamos que os três primeiros fatores acima listados, mesmo com forte presença na literatura sobre a superexploração do trabalho, não chegam a configurar-se como problemas teóricos. Aceitar ou não um conceito pelo critério da precedência de enunciação em Marx implica uma posição dogmática, que foge ao espírito do próprio método materialista dialético. Não se sentir confortável com uma formulação inconclusa é algo compreensível, mas derivar desse aspecto uma recusa apriorística, sem apoiar-se na avaliação dos méritos e limites da formulação, mostra-se uma posição que novamente direciona-se ao dogmatismo. Já o desconhecimento da obra de Marini vem sendo lentamente revertido, tanto pela publicação da obra do autor no Brasil, como pelo surgimento de um conjunto de trabalhos recentes que o retomam como interlocutor, tema tratado mais à frente.

Apenas o último fator elencado para a não aceitação do conceito de superexploração do trabalho, a relação deste com a TVT, implica em um problema teórico⁶¹, que envolve duas vertentes: as díspares relações entre TVT e superexploração do trabalho sugeridas pela literatura recente, indo do pertencimento, negação, violação, afirmação e até desenvolvimento, o que revela diferentes entendimentos e leituras do significado,

⁵⁸ Esse traço da formulação da superexploração em Marini pode ser ilustrado pelo caso da enunciação de um quarto mecanismo de superexploração, a elevação do componente histórico e moral do valor da força de trabalho sem elevação correspondente da remuneração, em ensaio posterior a *Dialética da Dependência*, trabalho mais conhecido de nosso autor, comumente tomado como referência da proposição da superexploração do trabalho.

⁵⁹ Como nos mostra Prado (2011), durante a década de 1970, foi construído um processo de interdição da obra de Marini na Universidade brasileira, capitaneado por Fernando Henrique Cardoso, o que tornou Marini literalmente um desconhecido no Brasil.

⁶⁰ Matias Luce aponta, de forma muito feliz, três equívocos comuns sobre leitura da superexploração: “(...) *O primeiro desses equívocos é a confusão entre superexploração e uma exploração baseada na mais-valia absoluta. O segundo é o que toma a superexploração como sinônimo de pauperização. O terceiro erro é uma leitura que entende a superexploração como um determinado grau que os níveis de exploração atingem, quando a taxa de mais-valia se eleva acima de certo patamar*” (LUCE, 2013a, p. 148).

⁶¹ Atribuímos ao termo “problema teórico” o mesmo sentido dado por Dal Rosso (2006, p. 54/55) ao conceito de problema de pesquisa: “(...) *o problema que importa considerar é o problema de pesquisa, o problema do conhecimento. A pesquisa produz conhecimentos novos. Produz dados e teorias, explicações, interpretações. O problema de pesquisa ou problema do conhecimento está relacionado a estas questões e significa um conhecimento não realizado, uma lacuna de conhecimento, um espaço novo de questões, uma teoria equivocada, uma explicação ou uma interpretação falha, o lapso de variáveis na explicação de um problema científico, um conjunto de conceitos inadequados ou insuficientes para fornecer explicação*”.

abrangência e elementos constitutivos da própria TVT; e as questões e polêmicas internas ao conceito de superexploração do trabalho nessa mesma literatura.

Tanto o debate interno à superexploração, como aquele que versa sobre a relação da última com a TVT apresentam um interessante ponto comum: um entendimento da essência do conceito de superexploração que apressadamente igualado ou reduzido a uma de suas formas de manifestação, a remuneração salarial abaixo do valor da força de trabalho. Tal entendimento acaba por obscurecer aquilo que perpassa as diversas formas de superexploração trabalho e as caracteriza essencialmente como tais, perdendo grande parte do potencial analítico oferecido pela formulação original do conceito.

Assim sendo, a elucidação da essência da superexploração do trabalho mostra-se tarefa primordial, o que nos leva à tese de que recai sobre a alteração e dilapidação do valor da força de trabalho a essência da superexploração.

Delimitar o devido papel da remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor não implica negar o mecanismo ou ainda relegá-lo a uma função secundária na obra marxiniana. Ao contrário, significa encará-lo corretamente, como uma das manifestações da dilapidação do valor da força de trabalho, e permite jogar luz, inclusive, sobre formulações correlatas de Marini, a exemplo da especificidade do ciclo do capital dependente.

Na condição de modalidade específica de extração de mais valia, a superexploração do trabalho necessariamente apresenta desdobramentos no processo de acumulação de capital, gerando um importante debate sobre a especificidade da superexploração do trabalho na economia dependente, o qual versa tanto sobre a possibilidade da ocorrência da superexploração nas formações sociais imperialistas, como sobre as diferenças qualitativas para a acumulação da presença da superexploração para os países imperialistas e dependentes. Concordamos e defenderemos o entendimento de que a superexploração do trabalho não é algo exclusivo às economias dependentes, mas apresenta efeitos distintos sobre a acumulação de capital em formações sociais específicas.

As díspares relações entre a TVT e a superexploração do trabalho sugeridas pela literatura derivam de leituras específicas da TVT, sendo uma delas a que confere centralidade à equivalência quantitativa de valores nas relações mercantis de compra e venda. A superexploração do trabalho apresenta entre seus elementos constitutivos a remuneração salarial abaixo do valor da força de trabalho, rompendo justamente com a equivalência na troca mercantil. Com isso, surgem diferentes visões sobre a relação entre superexploração e TVT.

Certas leituras consideram a não equivalência de valores nas relações mercantis de compra e venda como elemento pouco explorado⁶² ou mesmo ausente⁶³ da TVT de Marx, posição embasada no pressuposto metodológico da preservação do valor da força de trabalho que perpassa o Livro I de O Capital.

“A grandeza do mais-trabalho obtém-se, porém, subtraindo da jornada de trabalho total o tempo de trabalho necessário (...) na verdade, o capitalista pode pagar ao trabalhador, em vez de 5 xelins, 4 xelins e 6 pence ou menos ainda. Para reproduzir esse valor de 4 xelins e 6 pence bastariam 9 horas de trabalho, cabendo assim ao mais-trabalho 3 horas em vez de 2 da jornada de trabalho de 12 horas e aumentando-se a própria mais-valia de 1 xelim para 1 xelim e 6 pence. Mas esse resultado somente seria obtido mediante compressão do salário do trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho. Com os 4 xelins e 6 pence que produz em 9 horas, ele dispõe de 1/10 menos meios de subsistência do que antes, e assim a reprodução de sua força de trabalho só se dá de maneira atrofiada. O mais-trabalho neste caso apenas seria prolongado por ultrapassar seus limites normais, seu domínio só se expandiria usurpando parte do domínio do trabalho necessário. Apesar do papel importante que esse método desempenha no movimento real do salário, ele é aqui excluído pelo pressuposto de que as mercadorias, inclusive portanto a força de trabalho, sejam compradas e vendidas por seu pleno valor” (MARX, 1996, p. 430, destaques nossos).

Tal passagem embasaria a pressuposição de escopos teóricos distintos para a TVT e a superexploração do trabalho: o primeiro assentado na preservação e o segundo no rompimento da equivalência de valor nas trocas mercantis.

⁶² “(...) de fato, dado o valor-novo produzido no processo de produção, se os salários se reduzem – pela razão que seja – para abaixo do valor da força de trabalho, a diferença será apropriada por uma maior magnitude de mais-valia (lucro), o que redundará, obviamente, na elevação da taxa de mais-valia. Esta possibilidade foi analisada exaustivamente por Marx em O capital, mas nunca foi considerada a única forma de obter uma elevação da taxa de mais-valia, tampouco, o elemento central das leis gerais do modo de produção capitalista, o que exigiria um tratamento categorial específico para estas formas, inclusive com outra nomenclatura” (CARCANHOLO, 2013a, p. 77/78).

⁶³ “El proceso de explotación puede asumir diversas formas; esto es, el consumo de la fuerza de trabajo, como requisito para la producción de plusvalía, se puede dar de diversas maneras. Ellas son: —por la productividad del trabajo —por la intensidad del trabajo —por la duración de la jornada de trabajo —por remunerar la fuerza de trabajo por debajo de su valor. Está claro que esta última forma queda fuera del análisis de Marx, ya que rompe su supuesto inicial, si bien le dedicara algunos comentarios (...). Es el concepto de superexplotación justamente el que viene a llenar este vacío teórico en el análisis de la explotación capitalista, concepto que —reiteramos— Marx conscientemente deja fuera. La superexplotación da cuenta de las formas que asume la violación del conjunto de condiciones necesarias para la producción y reproducción de la fuerza de trabajo, en los procesos de producción y circulación. Da cuenta entonces de las formas de violación del valor de la fuerza de trabajo” (OSORIO, 1975).

A concepção da existência de escopos teóricos distintos entre a TVT e a superexploração está na raiz da disputa⁶⁴ entre visões díspares da relação dialógica entre superexploração e TVT: reafirmação, desenvolvimento, negação e até a existência da categoria de superexploração do trabalho na obra do próprio Marx, uma vez que TVT e superexploração compartilham inúmeros elementos.

Defenderemos a tese de que a não equivalência de valor nas relações mercantis é parte integrante e constitutiva da TVT, e que a superexploração do trabalho nada mais faz do que ressaltar tal dimensão já presente na TVT.

A leitura da superexploração como uma negação da TVT equivoca-se por conferir à troca de equivalentes um papel central na construção da TVT⁶⁵. Da mesma forma, a visão da existência do conceito de superexploração em Marx esbarra em problemas de ordem lógica e teórica, pois reduz um conceito a seus elementos constitutivos, desconsiderando a articulação específica que dá origem à superexploração a partir de elementos da TVT.

Em seu papel de reafirmação da TVT, a superexploração do trabalho enseja polêmicas em importantes dimensões teóricas do valor da força de trabalho, como nas relações entre o desenvolvimento das forças produtivas e o progresso técnico; no entendimento da mais valia extraordinária; no componente histórico moral do valor da força de trabalho; no efeito deletério que esta forma particular de exploração tem sobre o valor da força de trabalho, bem como na repercussão sobre os valores diário e total da força de trabalho; e na relação contraditória com a mais valia relativa, pois ao mesmo tempo em que abarca uma das modalidades de mais valia relativa, a intensificação do trabalho a impede de hegemonizar a predominância na extração de mais valia. Abordaremos tais polêmicas mostrando que, novamente, é a leitura particular da TVT que motiva posições díspares.

Mesmo condensando ou agrupando a discussão teórica da superexploração nos eixos da relação dialética com a TVT e das polêmicas internas ao conceito de superexploração, nos parece ser impossível avaliar a repercussão política e teórica colocadas para e pela

⁶⁴ A ideia da superexploração do trabalho como um conceito em disputa por diversas concepções encontra-se na feliz formulação de Andrei Massa: “(...) alguns autores vêm analisando sua obra [a de Marini], com destaque para a superexploração da força de trabalho, gerando praticamente uma disputa sobre a verdadeira concepção ou necessidade do termo”. Para Massa, a disputa se daria quanto “(...) à utilização da superexploração da força de trabalho como especificidade do capitalismo dependente” (MASSA, 2013, p. 65). Já para nós, a disputa seria mais ampla, envolvendo muitas outras dimensões, como argumentaremos à frente.

⁶⁵ Jaime Osorio sintetiza, de maneira exemplar, esta dimensão: “(...) Marx fundamenta a exploração no capitalismo com base no respeito do valor da força de trabalho. Além disso, aponta para o crescente peso da lei do valor na dinâmica do capitalismo. A partir destas premissas conclui-se que uma teoria fundamentada na violação do valor não pode ter consistência, nem pode se assumir como marxista” (OSORIO, 2013a, p. 50).

superexploração do trabalho sem um panorama dos autores que já abordaram o conceito, mostrando as nuances pelas quais as polêmicas teóricas da superexploração tomaram corpo. Tais autores podem ser agrupados, primeiramente, quanto ao posicionamento de aceitação ou negação da superexploração. Em seguida, dentro de cada posição, existem aspectos particulares que permitem construir subgrupos ou correntes.

Uma primeira corrente é formada por aqueles que assumem a pertinência do conceito, concentrados temporalmente na literatura atual, sobretudo em trabalhos da década de 2000⁶⁶, a qual retoma a obra de Marini como interlocutor na interpretação do Brasil, pelo fato de o autor ter tratado de problemas e dilemas sócio-políticos de relevância para o entendimento dos rumos históricos do Brasil e da América Latina, os quais continuariam presentes na atualidade. Consequentemente buscam avaliar as limitações da formulação original para entender o período recente do capitalismo brasileiro, sobretudo o conceito de superexploração do trabalho. Figura entre eles Marcelo Carcanholo (2013a, 2013b), Jaime Osorio (1975, 2004, 2009, 2013a), Adrián Sotelo Valencia (2008, 2009, 2013a), Mathias Luce (2011, 2012, 2013a, 2013c), Niemeyer Almeida Filho (2013), Pedro Santana (2013), Carlos Nascimento (2013), Carlos Eduardo Martins (1999, 2011a, 2013), Pedro Duarte (2010), Andrei Massa (2013) e Nilson Araújo de Souza (1980, 2009a).

Uma segunda corrente inclui aqueles que abordam o conceito de superexploração, compartilhando aspectos parciais da formulação de Marini, mas diverge em pontos importantes, como fazem Bolívar Echeverría (1986), Giovanni Alves (2000, 2007, 2014), Samir Amin (1977), Baidyanath Ghosh (2001), Patrick Bond (2007), Etienne Balibar (1993), David Harvey (2010) e Henry Veltmeyer (1983, 2011), de tal forma a não desenvolverem o conceito de superexploração.

A terceira vertente seria composta por aqueles trabalhos que buscam inconsistências de ordem lógico-teórica na superexploração do trabalho, figurando neste grupo autores como Fernando Henrique Cardoso (1979; 1974), Enrique Hett e Jorge Castañeda (1978), Guido Mantega (1987) e Valenzuela Feijóo (1997), os quais dialogam criticamente com Marini no sentido de invalidar ou até mesmo combater sua obra.

Uma quarta corrente questiona a pertinência histórica e política do conceito de superexploração do trabalho, figurando autores como Virginia Fontes (2010) e Enrique

⁶⁶ Neste período é possível constatar um crescente volume de produção acadêmica sobre Marini, como nos sugere o levantamento feito por Prado e Castelo (2013). Ver também a Nota 18, página 16.

Dussel (1988), os quais não invalidam a obra de Marini, mas a julgam insuficiente e limitada para o entendimento do Brasil contemporâneo.

O capítulo organiza-se na seguinte sequência: após um resgate da formulação mariniana da superexploração do trabalho, com a discussão da essência conceitual da superexploração, a relação com progresso técnico, a repercussão da superexploração na acumulação de capital e a ampliação dos mecanismos de superexploração do trabalho, passaremos a um resgate da elaboração marxiana da Teoria do Valor Trabalho, discutindo o papel da troca de equivalentes; a presença de uma categoria da superexploração em Marx; e a dilapidação do valor da força de trabalho e a relação com os valores diários e totais da mesma. Em seguida, abordaremos o valor da força de trabalho e seu componente histórico-moral, para, então, tratarmos das correntes de autores que se debruçaram sobre a superexploração do trabalho.

A superexploração do trabalho na obra de Ruy Mauro Marini

Pelo fato da obra de Marini ser marcada pelo constante agregar de novos contornos e dimensões ao conceito de superexploração do trabalho, consideramos que o conceito não encontra uma formulação acabada em sua obra⁶⁷, uma vez que tanto nos escritos das décadas de 1960 e 1970 (MARINI, 1974, 1977a, 1979a, 1979b, 2005a, 2005b, 2005c, 2008a, 2008b, 2008c), como nos escritos da década de 1990 (MARINI, 1992, 2008b), encontramos elementos importantes.

No livro *Subdesarrollo y Revolución* (MARINI, 1974), originalmente publicado em 1969, Marini já apresenta o elemento central da superexploração do trabalho: remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, que transforma parte do fundo de consumo dos trabalhadores em fundo de acumulação, para que a burguesia local contraponha parcialmente o processo de transferência de valor da economia dependente para as economias imperialistas (MARINI, 1974, p. 7/8/14/116/117/150). Ou seja, à dimensão de modificação

⁶⁷ Outros autores apresentam entendimento semelhante ao por nós proposto: “(...) a leitura atenta de *Dialética da Dependência*, juntamente com outros artigos, como “*O ciclo do capital nas economias dependentes*” e “*Acumulação de capital e mais-valia extraordinária*”, além do texto de resposta a FHC e Serra, intitulado “*Razões do neodesenvolvimentismo*”, ajudam a analisar com maior precisão a evolução de seu pensamento (...) Nesses três últimos trabalhos (...) a teoria ou conceito da superexploração do trabalho, como elemento chave para entender o padrão de acumulação e de desenvolvimento capitalista na periferia do sistema mundial, ganha contornos de maior densidade, dirimindo equívocos que possam persistir a partir da leitura isolada daquele texto” (SANTANA, 2013, p. 20).

do valor da força de trabalho, Marini agrega a tese de que a superexploração influencia a própria acumulação de capital.

O caráter ainda embrionário desta primeira proposição do conceito de superexploração do trabalho transparece no seguinte trecho:

“Operando mediante un aumento desproporcionado de la fuerza de trabajo logrado, ya a través de la importación de mano de obra, ya de la aplicación de una tecnología ahorrativa de mano de obra, esas economías [dependientes] han llevado a cabo su proceso de acumulación fundamentalmente con base en la producción de plusvalía absoluta (...) también, la ruptura de la relación entre la remuneración del trabajo y su valor real, o sea, entre lo que se considera como tiempo de trabajo necesario y las necesidades de subsistencia planteadas efectivamente por el obrero. En otros términos, aumento del tiempo de trabajo necesario, sino más bien dejando de restituir al obrero el valor que crea en el marco de este último; así, lo que parece ser plusvalía relativa es, a menudo, un caso anómalo de plusvalía absoluta” (MARINI, 1974, p. 115).

Marini entende que a falta ou ausência de equivalência na compra e venda da força de trabalho, denominado pelo autor como “ruptura da relação entre a remuneração do trabalho e seu valor real”, expressa uma forma anômala de mais valia absoluta. Tal qualificação proposta por Marini é abandonada nas formulações posteriores da superexploração do trabalho, em que o autor defende a impossibilidade de se equiparar a superexploração apenas à mais valia absoluta.

A proposição mais conhecida da superexploração do trabalho encontra-se em *Dialética da Dependência* (MARINI, 2005a), ensaio seminal de Marini publicado em 1973. Nessa obra, Marini propõe uma interpretação da singularidade do capitalismo dependente, na qual a superexploração assumia papel central. Ao construir sua argumentação, Marini aventa três formas pelas quais a superexploração do trabalho ocorre:

“O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva como aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica (...) deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além de seu limite normal, pelo qual o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em

um fundo de acumulação de capital, implicando em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente (MARINI, 2005a, p. 154/155).

Essência e forma da superexploração do trabalho

Marini qualifica os citados procedimentos de extração de mais valia - aumento da intensidade, da jornada de trabalho e a redução do consumo do trabalhador - pelo termo “mecanismos”⁶⁸, denotando que os mesmos manifestariam ou concederiam forma ao processo social da superexploração do trabalho, mas não corresponderiam à essência do conceito⁶⁹, àquilo que uniria teoricamente as diferentes formas da superexploração, pois nas palavras de Marini,

“(...) nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste da força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho” (MARINI, 2005a, p. 156/157 destaques nossos).

A essência do conceito de superexploração do trabalho residiria, portanto, na negação ao trabalhador das condições necessárias para repor o desgaste da sua força de trabalho – e nas formas de dispêndio de mais energia ou rebaixamento da remuneração salarial, ou seja, a desvalorização pela dilapidação é decorrente de um desgaste acelerado da força de

⁶⁸ “Pois bem, os três mecanismos identificados (...) configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não do desenvolvimento de sua capacidade produtiva” (MARINI, 2005a, p. 156, destaque nosso).

⁶⁹ Mesmo em uma perspectiva distinta da nossa, por focar a relação entre as partes e o todo e não entre forma e conteúdo, Marcelo Carcanholo também aponta a necessidade de situar teoricamente os mecanismos da superexploração (o todo): “No capítulo 3 do livro *a Dialética da dependência (A superexploração do trabalho)*, Marini começa enumerando formas e mecanismos de elevação da exploração do trabalho. Isto pode ter contribuído para a confusão corriqueira que se faz entre a categoria – maior contribuição teórica deste autor – e as formas específicas de se obter a elevação do grau de exploração (...) As diversas formas de obter este mecanismo de compensação não podem ser confundidas com o mecanismo em si” (CARCANHOLO, 2013a, p. 84/85).

trabalho, atentando contra o valor total da força de trabalho, dimensão abordada mais à frente.

O desgaste da força de trabalho (na forma de jornada estendida ou intensificação do trabalho) engendra uma situação em que a elevação concomitante da remuneração da força de trabalho, proporcional ou mais que proporcional, não compensa o desgaste da força de trabalho⁷⁰, ou seja, o aumento no acesso a bens e serviços não compensa o desgaste físico e mental/subjetivo pelo qual passa o trabalhador após a participação⁷¹ no processo produtivo, ressaltando o caráter dilapidador da força de trabalho.

Ora, negar ou impedir a plena reposição da força de trabalho implica em alterar o valor da própria força de trabalho⁷². Como o valor de uma mercadoria expressa o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, o maior desgaste ou degradação da vida útil da força de trabalho colocaria a necessidade de mais tempo de trabalho para a plena reposição da mesma, seja na forma de um volume maior de bens de consumo, seja na de um período maior de repouso e recuperação.

Entretanto, ao ser negada a reposição plena das condições da força de trabalho, diante de um processo de produção ou circulação que suga mais energia vital do trabalhador do que aquela que é recuperada no tempo de não trabalho, a superexploração promove a alteração do valor total da força de trabalho no sentido específico de dilapidar ou diminuir a vida útil da força de trabalho. Como a vida útil da força de trabalho corresponde à incorporação de

⁷⁰ A seguinte passagem oferece uma síntese precisa da formulação do autor: “(...) *La superexplotación da cuenta de las formas que asume la violación del conjunto recondiciones necesarias para la producción y reproducción de la fuerza de trabajo, en los procesos de producción y circulación. Da cuenta entonces de las formas de violación del valor de la fuerza de trabajo. Cuando la explotación capitalista adquiere características que implican el no respeto del valor de cambio de la fuerza de trabajo, estamos hablando de una explotación capitalista que asume un carácter superexplotador. El concepto de superexplotación no implica, par lo tanto, mayores tasas de explotación, en el sentido de que al llegar a determinado nivel de la explotación pasemos a hablar de superexplotación. Más bien, da cuenta del fenómeno de la explotación cuando ésta viola el valor de la fuerza de trabajo (y ello ocurre como tendencia justamente porque las tasas de explotación son bajas, y como una forma de incrementarlas). Es el proceso de explotación entonces el que, en determinadas economías, asume un carácter superexplotador*” (OSORIO, 1975, p. 4).

⁷¹ “*Ello es así porque si bien se podrá acceder a la cantidad necesaria (e incluso mayor) de bienes que conforman los medios de vida para asegurar la reproducción del trabajador, éste no puede alcanzar las horas y días de descanso necesarios para reponer el desgaste físico y mental de largas o intensas jornadas. Cuando ello ocurre, el salario extra sólo compensa una parte de los años futuros que el capital se apropia con jornadas extenuantes o de trabajo redoblado*” (OSORIO, 2004, p. 45).

⁷² “*Ahora bien: sabemos, con Marx, que cualquier variación en la magnitud extensiva o intensiva del trabajo hace variar en el mismo sentido el valor de la fuerza de trabajo. La prolongación de la jornada y el aumento de la intensidad del trabajo acarrear un mayor gasto de fuerza física y, pues, un desgaste mayor, que, dentro de ciertos límites, incrementa la masa de medios de vida necesarios a su reposición. Los métodos de superexplotación arriba mencionados, que hacen a la esfera de la producción (aunque estén condicionados por la circulación, es decir, por las condiciones en que el obrero realiza la venta de su fuerza de trabajo) implican, pues, una elevación del valor de la fuerza de trabajo*” (MARINI, 2008a, p. 221/222).

certo volume de trabalho social para sua materialização e manutenção, o processo de superexploração que reduz o tempo de vida útil corresponde a um menor volume de trabalho social incorporado e na conseqüente desvalorização da força de trabalho.

Devemos salientar que a essência da superexploração, a dilapidação do valor da força de trabalho, não é um tema exclusivo ao conceito. Outros autores já se atentaram ao tema, mesmo que com preocupações distintas. Como veremos à frente, a própria história do pensamento social brasileiro, em trabalhos com vários registros teóricos, apresenta certa tradição de tratar do tema, sem se referir ao conceito de superexploração.

Um dos autores que já tratou do tema foi Marx (1996)⁷³, ao vincular o limite mínimo do valor da força do trabalho à capacidade de plena reprodução ou “*qualidade normal*”, e fazer referência à manutenção e desenvolvimento da força de trabalho de “*forma atrofiada*”, exatamente a dimensão sublinhada pela superexploração do trabalho.

Para Marx, o desgaste da força de trabalho abarca duas dimensões. A primeira seria inerente ao desenvolvimento sócio biológico do trabalhador, que tanto vai ganhando habilidades no decorrer de sua formação técnica, como perdendo capacidade de trabalho ao passar dos anos. Nesse caso, a compra da força de trabalho pelo seu valor é a regra. A segunda dimensão é a do desgaste que provêm diretamente de determinações sociais, envolvendo tanto o uso da força de trabalho no processo de valorização, como as condições de venda desta mercadoria.

É sobre esta última dimensão que a superexploração do trabalho se assenta. Todas as modalidades de extração de mais valia agrupadas sob o conceito de superexploração compartilham a característica de alterar o valor da força de trabalho pelo desgaste oriundo das determinações sociais de uso que implicam na impossibilidade de plena reprodução da força de trabalho⁷⁴.

Bolívar Echeverría é outro importante autor que se preocupa com o tema da alteração do valor da força de trabalho a partir da manutenção da capacidade laborativa da última:

⁷³ “O limite último ou limite mínimo do valor da força de trabalho é constituído pelo valor de uma massa de mercadorias, sem cujo suprimento diário o portador da força de trabalho, o homem, não pode renovar o seu processo de vida sendo, portanto, o valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis. Se o preço da força de trabalho baixa a esse mínimo, então ele cai abaixo do valor dela, pois assim ela só pode manter-se e desenvolver-se em forma atrofiada” (MARX, 1996, p. 290).

⁷⁴ “La superexplotación es una forma particular de explotación y esa particularidad reside en que es una explotación en que se viola el valor de la fuerza de trabajo. Esta es la cualidad de la superexplotación en tanto forma de explotación. Dicha violación se puede realizar por mecanismos diversos, sea en el mercado, en el momento de su compra/venta, sea en el proceso de trabajo mismo, por un desgaste “anormal”, extensivo o intensivo” (OSORIO, 2013b, p. 10/11).

“(…) o trabalhador aluga ao capitalista um “objeto” de sua propriedade – a força de trabalho -; portanto, o capitalista, depois de usá-lo, tem que devolvê-lo. Se o devolve só em parte ou deteriorado, o capitalista, no intercâmbio, estaria tomando mais do que dá; despojaria o trabalhador de parte de sua propriedade privada. Igualmente, se o salário que recebe pelo aluguel de sua força de trabalho não permite ao trabalhador pagar os custos de restauração da mesma, o capitalista, em troca, estaria dando menos do que recebe; roubaria do trabalhador uma parte do valor que lhe corresponde” (ECHEVERRÍA, 1986, p. 132).

Valendo-se do vocábulo sobre-exploração, a formulação de Echeverría destaca a dimensão mercantil da força de trabalho, fazendo com que a possibilidade de plena reprodução da força de trabalho ganhe *status* de questão fundamental⁷⁵, o que envolve não só a problemática de remuneração da força de trabalho⁷⁶, mas também as possibilidades de venda da força de trabalho ao longo da vida do trabalhador⁷⁷.

O que marca a especificidade do conceito de superexploração do trabalho perante outras formulações que tocaram no tema da dilapidação do valor da força de trabalho é a centralidade que o tema ganha, articulando todo um corpo teórico com vários desdobramentos em outras dimensões, característica ausente nos demais autores que já trataram da dilapidação do valor da força de trabalho.

⁷⁵ “Trata-se de um desgaste cotidiano excessivo ou de uma restauração cotidiana insuficiente, a sobre-exploração que o capital faz do trabalhador, e que dá lugar ao mais valor suplementar, implica o pagamento de um salário inferior ao valor da mercadoria força de trabalho. Quer dizer, implica a diminuição qualitativa ou total da reprodução do trabalhador por debaixo do nível aceitável em termos histórico-culturais como propriamente humano” (ECHEVERRÍA, 1986, p. 135).

⁷⁶ “O fracionamento do intercâmbio entre força de trabalho e meios de subsistência é o fato que permite a aparição da sobre-exploração e a geração de mais-valor suplementar. Se, por um lado, o capitalista paga ao trabalhador menos do que este necessita dia a dia para restaurar sua força de trabalho, ou se, por outro lado, gasta dela mais do que é restaurável dia a dia, o consumo da mesma deixa de implicar somente em uma diminuição, um desgaste ou envelhecimento naturais do trabalhador e passa a ser uma destruição paulatina da mesma. Se a força de trabalho se desgasta em cada jornada de trabalho além dos limites sócio-naturais estabelecidos, o trabalhador deixa de estar em condições de consumir adequadamente seus meios de subsistência no período de restauração e desfrute de seu dia vital, e deixa, portanto, de reproduzir adequadamente sua humanidade. Igualmente, se o trabalhador não dispõe dos meios de subsistência requeridos, na medida sócio-natural estabelecida, a restauração da força de trabalho obriga ao sacrifício da satisfação de outras necessidades e implica também uma reprodução defeituosa de sua existência como ser humano” (ECHEVERRÍA, 1986, p. 133/134).

⁷⁷ “Olhada em seu aspecto quantificável, a presença desta sobre-exploração do trabalhador resulta aproximadamente detectável quando se trata da primeira de suas modalidades, o desgaste cotidiano excessivo da força de trabalho. Neste caso, o consumo que o capitalista faz da magnitude da força de trabalho se realiza em um lapso de tempo menor que a duração da idade produtiva do indivíduo produtor. A parte final deste período passa a somar-se, ou a substituir (como acontece geralmente, pois a duração da vida se encurta) o resto não ativo da vida do trabalhador (...)” (ECHEVERRÍA, 1986, p. 134).

Tomar a trajetória de dilapidação do valor da força de trabalho como essência do conceito de superexploração do trabalho esbarra em uma questão fundamental sobre a obra de Marini, colocada por Jaime Osorio da seguinte maneira:

“Cuando Marini afirma que “el fundamento de la dependencia es la superexplotacion del trabajo” y señala como las tres formas que esta asume a la intensificación del salario, la prolongación de la jornada y la remuneración por abajo del valor de la fuerza de trabajo, pienso que esta última es la que desempeña el papel central en su tesis. El pago del salario por abajo del valor de la fuerza de trabajo le da sentido a las propuestas duras de Marini referidas a la reproducción del capital en las economías dependientes, sobre todo la gestación de una estructura productiva que se separa de las necesidades de las masas trabajadoras y la consecuente ruptura del ciclo del capital”(OSORIO, 2009, p. 140, grifos nossos).

Osorio mostra que a percepção de muitos sobre a importância da remuneração abaixo do valor da força de trabalho para a superexploração não é uma leitura errônea ou descabida. Pelo contrário, assenta-se em uma centralidade real, pois é a partir desta dimensão que Marini desdobra outros elementos de sua obra, como a especificidade do ciclo do capital dependente e a dinâmica subimperialista, por exemplo.

Entretanto, defendemos que é importante não confundir os efeitos ou a importância da remuneração abaixo do valor da força de trabalho (variando conforme o período histórico e o tipo de formação social) na obra de Marini, com a essência da superexploração do trabalho. Reconhecer o papel da remuneração abaixo do valor da força de trabalho para a obra de Marini não implica tomá-la como elemento articulador da superexploração, papel que caberia, segundo nossa interpretação, à dilapidação do valor da força de trabalho. Isso porque os demais mecanismos da superexploração enunciados por Marini, e outros que porventura venham a se constituir, podem assumir preponderância na manifestação da superexploração da força de trabalho, tomando ou pelo menos compartilhando o papel basilar que, segundo o entendimento de Osorio, Marini teria atribuído à remuneração abaixo do valor da força de trabalho.

Progreso técnico, concorrência capitalista e mais valia extraordinária

Retomando a formulação original de Marini (2005a), a superexploração desempenharia uma função compensatória perante o processo de transferência de valor dos

países dependentes para o centro imperialista, processo este consubstanciado na chamada “troca desigual”, uma das mais importantes particularidades do capitalismo dependente.

Dada a diferença de produtividade entre a burguesia local e o capital internacional na produção de mesmas mercadorias, bem como o monopólio, pelo último, de mercadorias não produzidas nas economias dependentes⁷⁸, o capital-mercadoria internacional conseguiria, nas economias dependentes, mais valia extraordinária (MARINI, 2005a, p. 151/153), gerando um processo estrutural de transferência de valor ao centro capitalista, a “troca desigual”.

A burguesia local, impossibilitada de contar com progresso técnico que aumente a produtividade do trabalho, apela ao aumento da massa de valor produzido⁷⁹, via superexploração do trabalho, para compensar parcialmente a mais valia perdida na troca desigual.

Ou seja, tal aumento, via superexploração, conciliaria a continuidade da acumulação de capital no espaço econômico nacional e a condição dependente com transferência de mais valia para a economia internacional, invalidando concepções equivocadas que identificam a dependência com um possível processo de estagnação na acumulação⁸⁰.

Após estabelecer a relação teórica entre superexploração do trabalho e troca desigual em *Dialética da Dependência*, Marini faz uma ponderação de suma importância: a citada relação não constitui uma causalidade unívoca, ou seja, a superexploração não decorre exclusivamente da necessidade de compensação trazida pela troca desigual. Nas palavras de Marini,

“(…) não é a rigor necessário que exista a troca desigual para que comecem a operar os mecanismos de extração de mais-valia mencionados; o simples fato da vinculação ao mercado mundial, e a conversão conseguinte da produção de valores de uso em valores de troca que isso acarreta, tem como resultado imediato desatar um afã por lucro que se torna tanto mais

⁷⁸ Para um debate pormenorizado sobre a transferência de valor das economias dependentes na forma da troca desigual, consultar os trabalhos pioneiros de Arghiri Emmanuel (1971a, 1971b). Para o debate sob a ótica da obra de Marini, consultar Borges Neto (2011) e Amaral e Carcanholo(2009).

⁷⁹ “*En su concepto, la superexplotación se expresa pues en el incremento de la cuota de plusvalía sobre la base de una masa mayor de plusvalía y un valor unitario constante; la única excepción, que la acerca al aumento de la explotación sobre la base de una mayor productividad del trabajo, adviene del aumento de intensidad, el cual, si se generaliza a toda la rama de producción y se estabiliza a un nivel superior, conduce a la reducción del tiempo de trabajo socialmente necesario para producir la mercancía y, pues, a la reducción de su valor unitario*” (MARINI, 2008a, p. 177/178, grifos no original).

⁸⁰ Para uma análise sobre a impossibilidade de se imputar concepções de estagnação à formulação da Teoria da Dependência, em especial à obra de Marini, consultar a dissertação de Carmo Sobrinho (2001), em especial a Parte II, e o capítulo 4, seção 2.

desenfreado quanto mais atrasado é o modo de produção existente”(MARINI, 2005a, p. 155 grifos nossos).

Para Marini, as condições suficientes à ocorrência da superexploração do trabalho seriam a vinculação ao mercado mundial (leia-se a instalação da concorrência capitalista como princípio de organização econômica) e a modificação da produção local em direção ao caráter mercantil. Tais apontamentos suscitam importantes dúvidas: seria teoricamente possível a superexploração do trabalho fora das economias e sociedades dependentes? Em caso afirmativo, o papel da superexploração seria o mesmo daquele desempenhado nas economias dependentes?

Tais questões compõem a controvérsia da relação entre dependência e superexploração do trabalho, marcada pelo uso do vocábulo “especificidade”, que denota pelo menos dois significados: o de que a superexploração não só se constituiria em formações sociais dependentes, e o de que a dependência seria produto direto da superexploração do trabalho.

A concorrência capitalista ganha primazia na formulação da superexploração do trabalho. A formulação de Marini permite vincular a concorrência entre capitais e superexploração em um elevado nível de generalidade, que suplanta a questão internacional apontada em *Dialética da Dependência*, pois toda e qualquer concorrência, no âmbito do mercado externo ou interno, poderia desencadear a superexploração, principalmente quando da ocorrência da mais valia extraordinária⁸¹. Marini aprofunda a relação entre concorrência interna, mais valia extraordinária e superexploração em um de seus mais densos trabalhos, intitulado *Mais valia extraordinária e acumulação de capital* (MARINI, 1979a). Partindo dos esquemas setoriais de reprodução do capital marxianos⁸² e suprimindo a influência do

⁸¹ “A mais-valia extraordinária desvaloriza individualmente as mercadorias, mas mantém seu valor social, uma vez que está fundada no monopólio tecnológico, ampliando a massa física de mercadorias. Sua realização, quando se converte em lucro extraordinário, exige, portanto, demanda ampliada. Esta demanda não pode ser impulsionada pelos bens de consumo necessários, pois isto suporia a transferência da mais-valia apropriada à força de trabalho, sob a forma de aumento dos custos do trabalho ou queda de preços, destruindo total ou parcialmente o lucro extraordinário. Esta é proporcionada, preferencialmente, pelos bens de consumo de luxo e seus insumos produtivos: sua base material é a economia relativa de trabalho estabelecida pela inovação tecnológica que desloca demanda dos trabalhadores ao capital” (MARTINS, 2011b, p. 17/18).

⁸² Marini parte dos esquemas originais de Marx com “(...) dos grandes sectores de la producción: medios de producción (I) y medios de consumo (II); a distinguir en este último dos subsectores: medios de consumo necesario (IIa), que se destinan al consumo de los trabajadores, y medios de consumo de lujo (IIb), que la clase capitalista compra al gastar su plusvalía como renta y no como capital, es decir, al atender a su consumo individual.”(MARINI, 1979a). “Para o autor, a inovação tecnológica e a mais-valia extraordinária estão ligadas prioritariamente ao segmento de bens de consumo de luxo (...) neste artigo, o autor preocupa-se com a mais-valia extraordinária, ultrapassando o plano de análise do capitalista individual no interior de seu ramo para situar-se no intersetorial, ao perguntar-se qual setor é capaz de sustentar seu estabelecimento de maneira sistemática”(MARTINS, 2011b, p. 17).

mercado internacional⁸³, Marini mostra como a concorrência intra setorial⁸⁴, calcada em diferenciais tecnológicos⁸⁵ que geram mais valia extraordinária em favor dos setores mais intensivos em tecnologia, leva os demais setores à superexploração como meio de compensação e forma de compatibilizar a acumulação com transferência de valor intra setorial⁸⁶.

Neste mesmo ensaio, Marini agrega uma importante dimensão à construção do conceito de superexploração: significados diferentes para os diferentes portes de capitais. Enquanto a burguesia local, atuando em empresas que operam em condições produtivas médias ou mesmo abaixo das mesmas, apelaria diretamente à superexploração, os capitais monopólicos, de maior composição orgânica, conseguiriam diminuir o nível da remuneração de sua força de trabalho⁸⁷ valendo-se indiretamente da superexploração, pois essa rebaixa a remuneração da força de trabalho empregada nas condições médias, referência para a fixação dos demais salários, inclusive aqueles dos setores monopólicos (MARINI, 1979b).

Colocada teoricamente a possibilidade da superexploração para além das formações sociais dependentes, Marini se posiciona claramente pela manifestação histórica da

⁸³Segundo Marini, na discussão dos esquemas setoriais de reprodução, Marx foi levado “(...) *por razones metodológicas, a excluir al comercio exterior: él está trabajando no conun país capitalista, sino conel modo de producción capitalista, respecto al cual todo efectodel comercio exterior no puedeconsiderarse sino como neutro*” (MARINI, 1979a).

⁸⁴“(...) *al transferir a los precios en menor medida que I y IIa los aumentos de productividad, el subsector IIb establece con los demás una relación que implica una transferencia intersectorial de plusvalía, vía precios, que va más allá de la que correspondería estrictamente a los mecanismos de nivelación de la cuota de ganancia y que más bien los violan; en otros términos, se configura una situación similar a la que alude la noción de intercambio desigual en la economía internacional. Ello reduce, pues, la masa de ganancia que toca a I y IIa (aunque las ramas de I que producen fundamentalmente para IIb puedan resarcirse, recurriendo también a la plusvalía extraordinaria) y presiona hacia abajo su cuota de ganancia. En otras palabras: el sector IIb ejerce un efecto depresivo sobre la cuota general de ganancia, el cual es rigurosamente la contrapartida de la ganancia extraordinaria que en él se verifica. Observemos, finalmente, que la especificidad de IIb, en cuanto a la producción de plusvalía extraordinaria y su conversión en ganancia extraordinaria, se acentúa necesariamente allí donde rige la superexplotación del trabajo, configurando una situación en que privan salarios bajos y ganancias elevadas*” (MARINI, 1979a).

⁸⁵Tal entendimento reaparece no ensaio *Processos e tendências da globalização capitalista*. Ao discutir o processo de industrialização dependente, mais especificamente o papel do capital internacional neste processo, nosso autor argumenta que “(...) *la brusca introducción de innovaciones en parques industriales caracterizados por un parco desarrollo técnico condujo a una gran heterogeneidad tecnológica, particularmente en los sectores a que se dirigió la inversión extranjera: el de bienes de consumo suntuario y el de bienes de capital, lo cual agudizó las transferencias internas de plusvalía a través de los precios de producción y aceleró el grado de concentración de la economía*” (MARINI, 2008b, p. 251).

⁸⁶Para uma formalização algébrica que relaciona o esquema setorial marxiano e a superexploração do trabalho, ver os trabalhos de Carlos Eduardo Martins (1999, 2011a, em especial o item 3 do capítulo 6).

⁸⁷“*La superexplotación se refleja en una escala salarial cuyo nivel medio se encuentra por debajo del valor de la fuerza de trabajo, lo que implica que aún aquellas capas de obreros que logran su remuneración por encima del valor medio de la fuerza de trabajo (los obreros calificados, los técnicos, etcétera) ven su salario constantemente presionado en sentido descendente, arrastrado hacia abajo, por el papel regulador que cumple el salario medio respecto a la escala de salarios en su conjunto*” (MARINI, 1979b).

superexploração nos países imperialistas em *Processos e Tendência da Globalização Capitalista*(MARINI, 2008b), um de seus últimos escritos.

Ao propor uma interpretação da trajetória da economia mundial desde a segunda guerra mundial, Marini (2008b) destaca o acirramento da competição intercapitalista, culminando na década de 1970 com uma crise que impulsiona uma onda de fusões e aquisições, bem como de inovações tecnológicas (notadamente microeletrônica, informática, biotecnologia, energia e indústria aeroespacial) que deságuam em um período de aumento de investimentos sem aumento de empregos. Tal quadro engendra uma divisão internacional do trabalho que amplifica a dependência, pois a tecnologia controlada pelos países centrais passa a se assentar sobre uma base técnica e simbólica do conhecimento que exige um montante de recursos muito mais expressivo para serem manipulados.

O novo padrão tecnológico, que homogeneizou o padrão de capital fixo e circulante (MARINI, 2008b, p. 261) intensificou a competição entre as grandes empresas, as quais têm cada vez mais dificuldades de estabelecer monopólios tecnológicos por períodos longos (MARINI, 2008b, p. 266), além de afetar o padrão de trabalho que acaba por se tornar mais intenso onde se adotam as novas tecnologias. A formação de um mercado verdadeiramente mundial coloca a possibilidade de mais valia extraordinária por toda a cadeia produtiva global das grandes empresas que esgrimam os avanços tecnológicos, incidindo inclusive sobre o centro capitalista⁸⁸. Com isso, abre-se a generalização da superexploração para os países do centro capitalista,

“(…) acentuando la internacionalización de los procesos productivos y la difusión constante de la industria hacia otras naciones, no ya simplemente para explotar ventajas creadas por el proteccionismo comercial, como en el pasado, sino sobre todo para hacer frente a la agudización de la competencia a nivel mundial. En ese movimiento desempeña papel

⁸⁸ “Nos anos 1990, Marini volta-se para a globalização capitalista, buscando analisar seus fundamentos. Ele afirma que a superexploração, então característica da periferia, se generaliza para os centros do sistema mundial. Para explicar este movimento, o autor aponta as duas novas formas de obtenção de mais-valia extraordinária no capitalismo globalizado: o monopólio da ciência e do trabalho intensivo em conhecimento; e a descentralização das tecnologias físicas, que perdem seu lugar estratégico na divisão internacional do trabalho e são transferidas para a periferia e a semiperiferia na busca do trabalho superexplorado. Este passa a produzir mercadorias para a economia mundial que competem parcialmente com a especialização produtiva dos centros, utilizando tecnologias com alta produtividade. O resultado é a tendência a nivelar a composição técnica do capital no mundo, mediante reorganização da divisão internacional do trabalho que cria um novo monopólio, de dimensões globais, capaz de impor significativas assimetrias à burguesia de base estritamente nacional dos países centrais. Esta, em consequência, recorre à superexploração em face de sua incapacidade de restabelecer suas taxas de lucro por meio do dinamismo da corrida tecnológica” (MARTINS, 2011b, p. 21).

destacado, aunque no exclusivo, la superexplotación del trabajo (...) De este modo se generaliza a todo el sistema, incluso los centros avanzados, lo que era un rasgo distintivo —aunque no privativo— de la economía dependiente: la superexplotación generalizada del trabajo. Su consecuencia —que era su causa— es la de hacer crecer la masa de trabajadores excedentes y agudizar su pauperización, en el momento mismo en que el desarrollo de las fuerzas productivas abre perspectivas ilimitadas de bienestar material y espiritual a los pueblos” (MARINI, 2008b, p. 267/268).

Muitos compartilham da visão de Marini sobre o espraio da superexploração para além das economias dependentes, como é o caso de Adrián Sotelo Valencia, que defende categoricamente a vigência da superexploração nas economias centrais:

“(...) consideramos que la categoría superexplotación es históricamente constituyente de las economías y de las sociedades latinoamericanas mientras que, en la actualidad, se va convirtiendo en operativa en la economía internacional, en particular, en los países avanzados del sistema capitalista y, hoy, en sus nuevas periferias que constituyen nuevos eslabones de las cadenas mundializadas de producción de valor y de valorización del capital en la región europea” (VALENCIA, 2013b, p. 92).

Autores como Eliseu Araújo também concluem pela disseminação da superexploração para além das economias dependentes ⁸⁹:

“(...)começaram a ganhar espaço nas economias avançadas formas de incremento da taxa de exploração antes associadas às economias dependentes. Trata-se, principalmente: i) do avanço da intensificação do trabalho (é claro que esta última não é exclusiva da fase atual; apenas se aprofundou); ii) de mecanismos não convencionais de prolongamento da jornada de trabalho. Isso nos permite afirmar que a superexploração tornou-se, na fase atual, um fenômeno de grande amplitude comparativamente a fases anteriores do capitalismo. Diante disso, não é apropriado associar a superexploração exclusivamente ao fenômeno da dependência. O aspecto importante é a magnitude que assume, na fase

⁸⁹ Mesmo concordando com a conclusão de Eliseu de Araújo sobre a abrangência do fenômeno da superexploração no capitalismo contemporâneo, devemos aqui registrar nossa discordância quanto a um de seus argumentos, o de que a intensificação do trabalho seria uma forma de exploração associada inicialmente à dependência. Encaramos que é relativamente consensual a visão de que uma das principais características da exploração do trabalho nas formações sociais imperialistas é a intensificação do trabalho, associada à predominância da mais valia relativa, como argumentam autores como Mandel (1982) e Osorio (2004, 2013a).

atual, o EIR, num contexto marcado pela precarização das relações de trabalho. É isso que explica, em última instância, a proliferação de situações de fixação do salário abaixo do valor da força de trabalho” (ARAÚJO, 2011, p. 122).

Considerando o papel da concorrência no desatar da superexploração do trabalho, a exemplo do mercado mundial em *Dialética da Dependência*, do esquema departamental em *Mais Valia Extraordinária e Acumulação de Capital*, e da proposição de *Processos e Tendências da Globalização Capitalista*, nos parece claro que a superexploração para além das economias dependentes é uma possibilidade contida na formulação de Marini.

Marcelo Carcanholo(2013a, 2013b) e Andrei Massa (2013) defendem a especificidade da superexploração no capitalismo dependente, ressaltando o mecanismo de transferência de valor⁹⁰, ou melhor, o papel compensatório da superexploração perante a transferência de valor⁹¹:

“O mecanismo de compensação é justamente a superexploração da força de trabalho. Isto comprova que: i) a superexploração é uma categoria que não pode ser confundida com as distintas formas existentes no capitalismo para elevar a taxa de mais-valia (taxa de exploração), ainda que só possa se materializar por meio destas formas; e ii) a superexploração é uma categoria específica da economia dependente – portanto, em um menor nível de abstração do que as leis gerais do modo de produção capitalista –, mesmo que, evidentemente, enquanto forma de elevação da taxa de mais-valia, opere em qualquer economia capitalista, mesmo nas centrais (...) Dessa forma, esse “mecanismo de compensação” seria a única forma de o capitalismo dependente se desenvolver capitalistamente, o que comprova a especificidade objetiva e, portanto, categorial do capitalismo dependente” (CARCANHOLO, 2013a, p. 83).

É interessante notar que a defesa da especificidade da superexploração no capitalismo dependente ocorre quando se ressalta a transferência de valor em uma dimensão nacional,

⁹⁰ Andrei Massa chega a atribuir à especificidade da superexploração no capitalismo dependente o papel de alicerce da própria TMD, pois o “(...) contrário disso, a negação de sua especificidade, coloca em dúvida todo o arcabouço teórico da TMD, no geral, e de Marini, em particular” (MASSA, 2013, p. 65).

⁹¹ “Em função da inserção subordinada das economias dependentes na lógica mundial da acumulação capitalista, definem-se mecanismos estruturais de transferência do valor que, embora produzido nestas economias, é realizado e acumulado no ciclo do capital das economias centrais”(CARCANHOLO, 2013a, p. 81). “(...) entendemos a superexploração enquanto mecanismo de compensação, dado a posição subordinada dos países dependentes e tudo o que ela implica. Tome, principalmente, que a superexploração da força de trabalho é fundamento da TMD, não podendo subsistir, portanto, uma sem a outra”(MASSA, 2013, p. 65).

contrapondo países dependentes e imperialistas⁹². Entretanto, ao se deslocar a discussão para outra unidade de análise, como a dos capitais individuais, percebe-se que a transferência de valor também está inscrita na relação intracapitalista em geral, a qual pode perpassar diferentes formações sociais, inclusive as imperialistas. Tal constatação não implica negar a importância da superexploração do trabalho para a formação das economias dependentes, mas reforçar que a acumulação de capital pode lançar mão da superexploração do trabalho nos mais distintos contextos sociais.

Se a superexploração pode acontecer em formações sociais distintas das dependentes, teria ela o mesmo significado ou efeito? Muitos autores respondem que o significado ou efeito seriam distintos, supostamente preservando a especificidade da superexploração para a América Latina. Nas palavras de Almeida Filho, “*a condição de superexploração está registrada historicamente em diferentes contextos históricos e formações sociais. Porém, na América Latina, esta condição não só esteve presente, como também se reproduziu, ganhando o sentido de especificidade*” (ALMEIDA FILHO, 2013, p. 173).

Para Jaime Osorio, a superexploração nos países imperialistas aconteceria predominantemente pelos mecanismos de prolongação de jornada e intensificação do trabalho, ao passo que no capitalismo dependente seria a remuneração abaixo do valor da força de trabalho:

“La expansión de la explotación redoblada del trabajo en el mundo imperial opera básicamente sobre la base de la intensificación del trabajo y (...) mediante la prolongación de la jornada laboral, agudizando-se la compra-venta de la fuerza de trabajo por debajo de su valor en los segmentos más desprotegidos de la población trabajadora, ahí donde se concentran mayoritariamente los migrantes legales e ilegales y los trabajadores semiactivos de la población local (...) pero al no ir acompañada estas medidas de una reducción drástica del salario, el poder de consumo de los trabajadores sometidos a estas formas de explotación

⁹²Andrei Massa (2013) se atém, em diversos momentos, à relação entre países, parecendo secundarizar a relação concorrencial entre capitais. Tomemos um trecho para ilustrar esta abordagem: “*Cabe destacar aqui dois fatores, o primeiro é que a situação de dependência impõe aos países uma perda de mais-valia no comércio internacional e, esta perda, implica que algo seja feito para compensá-la. E o segundo é que o artifício escolhido para isso foi a superexploração da força de trabalho. É este mecanismo monstruoso o fundamento deste capitalismo dependente, que faz dele um capitalismo sui generis. Marini cunha um novo conceito para se referir exatamente a este fenômeno: a perda de capital x mecanismo de compensação. A este mecanismo de compensação Marini atribui a categoria superexploração, caracterizando-a pela prolongação da jornada de trabalho, aumento da intensidade do trabalho e pagamento da força de trabalho abaixo de seu real valor. Estes são, antes, a manifestação do fenômeno*” (MASSA, 2013, p. 58/59).

redobrada no decae significativamente y pueden mantener un papel activo en el mercado. En el mundo dependiente todas las formas de la explotación redobrada del trabajo se han agudizado, principalmente mediante el derrumbe de los salarios por debajo del valor de la fuerza de trabajo en el momento de la compra-venta de esta mercancía”(OSORIO, 2009, p. 118)

Valencia (2013b) também argumenta que a superexploração, presente nas economias centrais, desempenha um papel distinto daquele verificado nas economias e sociedades dependentes: ela não altera a predominância da mais valia relativa no centro capitalista, e não afeta o aumento da capacidade produtiva do trabalho, a incorporação de progresso técnico e a dinâmica do mercado de consumo de bens saláris⁹³.

Desloquemos nossa atenção à dimensão do progresso técnico, com a qual a superexploração apresentaria duas relações. A primeira decorre da compensação da transferência de valor pela ocorrência de mais valia extraordinária, a qual se origina de diferenças entre o valor individual e o socialmente necessário para a produção de mercadorias, produto da maior produtividade do trabalho associada ao emprego de progresso técnico no processo produtivo. Portanto, a concorrência apoiada em Ciência e Tecnologia coloca a superexploração como um mecanismo capitalista de compensação concorrencial. A segunda relação deriva do próprio progresso técnico como forma de superexploração via intensificação do trabalho⁹⁴. Ou seja, os capitais que aplicam diretamente novas técnicas, máquinas e equipamentos, podem desatar processos de superexploração do trabalho, evidenciando, de forma inequívoca, a falácia de identificar superexploração a formas de produção pouco desenvolvidas tecnologicamente, vulgarmente identificadas pelas alcunhas de “atrasadas” ou “arcaicas”.

⁹³ “La diferencia sustancial, respecto a la vigencia de la superexplotación en ambos tipos de capitalismo, consiste en que en los países dependientes ésta se configura –y funciona– bajo la égida de procesos de producción y de trabajo fundados en el plusvalor absoluto, en la intensificación del trabajo y, por último, en la reducción del fondo de consumo obrero. En el capitalismo avanzado, por el contrario, la superexplotación se circunscribe a los ciclos dominantes del capital –que funcionan en términos regionales e internacionales– y opera bajo la hegemonía del plusvalor relativo; al incesante aumento de la capacidad productiva del trabajo, la aplicación de la ciencia y la tecnología a los procesos productivos y de trabajo y, por último, a las dinámicas internas de los mercados de consumo que reclaman cierto poder de compra de las clases trabajadoras que los dinamizan, aunque en muchas fracciones de ellas, se estén reduciendo sus niveles salariales configurando poblaciones trabajadoras de bajos salarios, pobres, precarias, polivalentes, con bajo poder de compra y acceso limitado para adquirir los satisfactores básicos para la vida” (VALENCIA, 2013b, p. 92/93).

⁹⁴ Os trabalhos de Dal Rosso(2008) e Alves (2007, 2011) mostram como a intensificação do trabalho torna-se um corolário do progresso técnico contemporâneo. Além disso, lembremos que a intensificação do trabalho, ao contrário de outras dimensões como a distribuição e a duração do tempo de trabalho, não possui uma regulamentação, um parâmetro moral ou mesmo legal aceito de limite superior (CARDOSO, 2010; DAL ROSSO, 2008).

Carlos Eduardo Martins ressalta o papel crucial da dimensão concorrencial e do diferencial tecnológico na formulação mariniana da superexploração do trabalho⁹⁵, ao sugerir que a burguesia local se vale não apenas da superexploração como forma de compensação, mas que certas frações recorrem a própria tecnologia estrangeira como forma de ampliar o diferencial tecnológico setorial e buscar a mais valia extraordinária, conseqüentemente reforçando o recurso à superexploração para os demais setores:

“(...) a tecnologia estrangeira entra aos saltos, concentrando-se no segmento de bens de consumo suntuários, e limita drasticamente a capacidade de resposta local. Isto ocorre em função da conjunção de dois fatores: das assimetrias tecnológicas presentes na economia mundial e do controle do Estado nos países dependentes por segmentos dos capitais locais que buscam o lucro extraordinário e utilizam-se, para isto, da tecnologia estrangeira, internalizando a especialização produtiva complementar à estabelecida pelo grande capital internacional em seus Estados nacionais de origem (...) A superexploração não atinge evidentemente apenas o segmento de bens necessários. Generaliza-se na formação social. Esta recompõe a taxa de lucro das empresas do setor de bens de consumo suntuário que sofrem assimetrias tecnológicas e as taxas de lucro das filiais das empresas estrangeiras que transferem excedentes para proprietários não residentes e lideram o dinamismo tecnológico. Cristaliza-se um segmento monopólico da burguesia nacional, associado à tecnologia estrangeira, que auferem altas taxas de mais-valia e de lucro, beneficiando-se do mercado de trabalho regido pela superexploração para

⁹⁵ Martins foi o pioneiro em propor a formalização de um modelo matemático que mostra as relações setoriais de reprodução do capital levando à superexploração (MARTINS, 1999). A questão é retomada e aprimorada em outros trabalhos: “(...) *diante da apropriação de mais-valia fundada no dinamismo tecnológico do segmento de bens de consumo suntuário, o segmento de bens de consumo necessário busca reagir. Duas são as formas de fazê-lo: a primeira, própria dos países centrais, é neutralizar parcialmente o monopólio do setor de bens de consumo de luxo pela via da competição tecnológica. Para isto, é necessário certo grau de homogeneidades tecnológicas intersetorial e social. Este processo permitirá inicialmente ao empresário individual que atua no segmento de bens necessários alcançar a mais-valia extraordinária em seu interior. Mas, ao se generalizar neste segmento, a competição tecnológica, os monopólios intrasetoriais reduzir-se-ão e as mercadorias que compõem o valor da força de trabalho desvalorizar-se-ão socialmente, produzindo mais-valia relativa. A outra forma é mediante a superexploração do trabalho. Incapaz de neutralizar até mesmo relativamente os efeitos deletérios do monopólio tecnológico sobre sua taxa de lucro, o setor de bens de consumo necessário recorre à superexploração do trabalho para restabelecê-la, elevando a taxa de mais valia e a taxa média de lucro, movimento que não se pode fazer sem a destruição e concentração de capitais neste ramo. Esta situação ocorre quando a parte constituída pela massa de valor referente à produção de mais-valia do setor de bens de consumo necessário for inferior àquela representada pela apropriação que sofre. Para isto se estabelecer, são necessárias duas condições: a produtividade e/ou dinamismo neste segmento ser inferior à metade daquela no segmento de bens de consumo suntuário; e este, por sua vez, determinar as condições médias de produção em proporção ao menos equivalente ao segmento de bens necessários*” (MARTINS, 2011b, p. 18/19).

projetar-se nacional e internacionalmente. O setor monopólico da burguesia dependente, representado pelo grande capital internacional e nacional, tem a base de sua mais-valia extraordinária no monopólio setorial que exerce na economia dependente e transfere para os capitais de composição social média ou inferior as perdas que sofre por sua inserção mundial dependente. Estas se manifestam na deterioração dos termos da troca, nas remessas de lucros e nos pagamentos de juros/amortização de dívidas ou de serviços tecnológicos, comerciais e financeiros internacionais”(MARTINS, 2011b, p. 19/20).

Considerando a relação entre concorrência e superexploração do trabalho, fica claro que a mais valia extraordinária e o progresso técnico, por figurarem em dimensões de análise distintas e complementares como o momento internacional em *Dialética da Dependência* e o momento nacional em *Mais valia extraordinária e acumulação de capital*, são elementos indispensáveis para o entendimento da superexploração do trabalho em Marini.

A relação entre superexploração do trabalho e acumulação de capital

Paralelo à dimensão de alteração e dilapidação do valor da força de trabalho, o conceito de superexploração do trabalho gera uma formulação sobre a acumulação de capital⁹⁶ que caracterizaria o “ciclo do capital dependente”, nas palavras de Marini. A superexploração não apenas conciliaria a acumulação interna com a transferência de valor para o exterior, via aumento da massa de mais valia, mas responderia pela especificidade da acumulação de capital dependente.

Marini (1979b) propõe uma análise a partir do esquema marxista de acumulação de capital $D - M - D'$, em que D representa capital dinheiro, M capital mercadoria usado no processo produtivo, e D' capital dinheiro acrescido quantitativamente, cujo acréscimo denotaria o lucro ou mais valia. Marini propõe que cada uma das partes do esquema represente uma fase da acumulação de capital, as quais, em conjunto, formariam o ciclo do capital (isto porque a lógica capitalista leva a que D' adentre interminavelmente novas fases de acumulação como D). Cada uma das fases apresentaria importantes particularidades na economia dependente.

⁹⁶ “A categoria da superexploração deve ser entendida, portanto, como i) um conjunto de modalidades que implicam a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor e o esgotamento prematuro da força físico-psíquica do trabalhador; e ii) que configuram o fundamento do capitalismo dependente, junto com a transferência de valor e a cisão entre as fases do ciclo do capital” (LUCE, 2013a, p. 147).

A primeira fase, também denominada por Marini de primeira fase de circulação, correspondente à passagem D-M e ao gasto capitalista do Investimento, mostraria a metamorfose do capital dinheiro em capital mercadoria. Na economia dependente, esta fase seria marcada pela origem do capital dinheiro, com o capital internacional desempenhando papel de suma importância perante o capital nacional e os gastos públicos, não só pelo destino setorial, mas pelo fato de ser o único que pode apresentar um sentido inverso, o desinvestimento ou fuga de capital. Além disso, a origem do capital dinheiro influenciaria a origem do capital mercadoria, a exemplo dos investimentos estrangeiros importando máquinas e tecnologias. As contradições e instabilidades decorrentes da forte presença do capital dinheiro estrangeiro marcariam a primeira fase de circulação na economia dependente.

A segunda fase do ciclo do capital dependente corresponde a de acumulação e produção (M), na qual o padrão tecnológico estabelecido pela fase anterior determinaria os patamares de produtividade do trabalho e de tempo socialmente necessário para a ocorrência de mais valia extraordinária. Marini (1979b) argumenta que a especificidade das economias dependentes seria o recurso, nesta fase, aos processos compensatórios de superexploração, diante da transferência de valor vinda da impossibilidade de competição tecnológica com o padrão estrangeiro muito mais produtivo, o qual, por ser gerado em um contexto social que busca a economia de mão-de-obra, ajuda a conformar um grande excedente de oferta de força de trabalho nas economias dependentes, reforçando a superexploração.

A terceira fase do ciclo do capital dependente seria a de realização do capital, correspondente a passagem de M-D', amplamente influenciada pelas especificidades das duas fases precedentes. Aqui, o capital mercadoria toma a forma de bens de consumo necessários (destinado ao consumo individual dos trabalhadores a partir dos salários), bens suntuários (ligados à mais valia não acumulada e ao consumo não produtivo dos capitalistas) e os bens de capital (ligados à mais valia acumulada e ao investimento dos capitalistas). A distribuição de renda resultante das fases anteriores, bem como a presença do capital estrangeiro e sua tecnologia que geram transferência de mais valia ao exterior, passam a assentar a acumulação de capital dependente sobre a demanda de bens suntuários e dos mercados exteriores. Vejamos isso mais detalhadamente.

Segundo Marini, como os trabalhadores passam a não ser relevantes para a realização da produção, dada sua capacidade comprimida de demanda apoiada em salários que não permitem repor muita das vezes sequer o valor da força de trabalho, formar-se-iam na

economia dependente dois mercados ou “esferas distintas de realização da produção”: uma voltada para o consumo de bens-salário pelos trabalhadores, chamada por Marini de esfera “baixa”, de pouco dinamismo; e outra voltada ao consumo suntuário ou de bens de consumo duráveis, a chamada esfera “alta”, extremamente dinâmica por apoiar-se na mais valia acumulada pela superexploração e por concentrar as inovações tecnológicas e a presença do grande capital local e internacional (MARINI, 2005a, p. 152/169).

A coexistência de duas “esferas” de circulação, diante das distintas possibilidades de acumulação e de concentração de renda, implica uma composição setorial de capitais concentrada na produção direcionada à chamada “esfera alta”. Tal hipertrofia do setor de bens destinados à “esfera alta” desemboca em entraves para a realização do capital dependente, dada a capacidade limitada dessa esfera em absorver ou realizar a produção crescente destinada a ela.

Marini chama a atenção para a solução adotada pelo capitalismo brasileiro: a instauração de uma dinâmica subimperialista⁹⁷, a qual busca ampliar o mercado externo como uma das fontes de demanda efetiva⁹⁸ para contornar as limitações de realização geradas pela vigência da superexploração.

Nas palavras de Marini, as particularidades do ciclo do capital dependente poderiam ser resumidas da seguinte maneira:

“(…) podríamos decir que el ciclo del capital en la economía dependiente se caracteriza por un conjunto de particularidades. Entre ellas el papel que juega el capital extranjero en la primera fase de circulación, tanto bajo la forma dinero como la de mercancía, así como el hecho de que la producción determina transferencias de plusvalía (que se harán visibles en la segunda fase de circulación); fija la plusvalía extraordinaria y se desarrolla sobre la base de la superexplotación del trabajo; ambos hechos llevan a la concentración del capital y a la monopolización precoz, al

⁹⁷ “(...) não podendo estender aos trabalhadores a criação de demanda para os bens supérfluos, e se orientando antes para a compressão salarial, o que os exclui de fato desse tipo de consumo, a economia industrial dependente não só não teve de contar com um imenso exército de reserva, como também se obrigou a restringir aos capitalistas e camadas médias altas a realização das mercadorias supérfluas. Isso colocará, a partir de certo momento (...) a necessidade de expansão para o exterior, isto é, de desdobrar novamente – ainda que agora a partir da base industrial – o ciclo de capital, para centrar parcialmente a circulação sobre o mercado mundial. A exportação de manufaturas, tanto de bens essenciais quanto de produtos supérfluos, converte-se na tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores desarticuladores que a afligem (...) nos últimos anos, a expressão acentuada dessas tendências no Brasil nos levou a falar de um subimperialismo” (MARINI, 2005a, p. 179).

⁹⁸ Outras duas fontes de demanda componentes do subimperialismo, segundo Marini (1977a, 1977b), são os gastos estatais e a expansão da produção e consumo de bens suntuários.

tiempo que divorcian la estructura de producción de las necesidades de consumo de las masas. La distorsión en la distribución del ingreso que de allí se origina dinamiza, en la segunda fase de circulación, el sector del mercado capaz de sostener el desarrollo de las ramas de producción suntuaria, forzando a agravar esa distorsión en la medida en que dichas ramas aumentan su producción y demandan más mercado. Los límites con que choca esa segunda fase de circulación, tanto por la transferencia de plusvalía al exterior como por la deformación de la estructura de ingreso interna, la empujan hacia el exterior llevándola a buscar la realización de parte de las mercancías en el mercado mundial, con lo que se cierra el círculo de la dependencia del ciclo del capital respecto al exterior”(MARINI, 1979b).

Portanto, a superexploração do trabalho responderia não só pela conformação de esferas de realização que moldariam a acumulação de capital, além de estimular o esquema subimperialista brasileiro, mas conciliaria a acumulação interna com a transferência de valor para o exterior, tornando-se peça central nas possibilidades do “ciclo do capital dependente”⁹⁹.

A trajetória de construção do conceito de superexploração do trabalho nos desdobramentos da Dialética da Dependência e a ampliação dos mecanismos de superexploração do trabalho

A pretensão teórica e as implicações políticas do subimperialismo e da superexploração do trabalho geraram uma onda de críticas e polêmicas na década de 1970. Trabalhos como o de Fernando Henrique Cardoso e José Serra (1979) que imputavam uma visão estagnacionista a Marini, bem como a identificação da superexploração à mais valia absoluta; o de Agustín Cueva (1977) que debatia o estatuto teórico da dependência; e o de Enrique Hett e Jorge Castañeda (1978) que criticaram a ausência da luta de classes em Marini e a predominância de uma visão economicista em sua obra, dentre outras críticas, levaram Marini a escrever dois ensaios de resposta, o posfácio *Sobre a Dialética da Dependência*

⁹⁹ É importante destacarmos que a ideia de ciclo do capital dependente pressupõe diferenças para com o ciclo do capital em geral, o qual poderia ser tomado como expressando aquele que ocorre nos países imperialistas. *Grosso modo*, a primeira fase teria como origem relevante do capital dinheiro o capital nacional (em que pese a globalização financeira alterar este ponto); a segunda fase mostraria a predominância da mais valia relativa e a concorrência assentada na mudança tecnológica; e a terceira fase caracterizar-se-ia pelo papel central dos investimentos em bens de capital e do mercado interno.

(MARINI, 2005c) e *As razões do neo desenvolvimentismo* (MARINI, 2008a), os quais trouxeram novos elementos para o conceito superexploração do trabalho.

No primeiro dos ensaios citados, Marini (2005c) faz três importantes esclarecimentos sobre críticas equivocadas à noção de superexploração do trabalho. Primeiro, mostra a incorreção de identificar o conceito à produção de mais valia absoluta,

“O conceito de superexploração não é idêntico ao de mais-valia absoluta, já que inclui também uma modalidade de produção de mais-valia relativa — a que corresponde ao aumento da intensidade do trabalho. Por outra parte, a conversão de parte do fundo de salário em fundo de acumulação do capital não representa rigorosamente uma forma de produção de mais-valia absoluta, posto que afeta simultaneamente os dois tempos de trabalho no interior da jornada de trabalho, e não apenas o tempo de trabalho excedente, como ocorre com a mais-valia absoluta. Por tudo isso, a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real” (MARINI, 2005c, p. 188/189).

Não apenas por comportar modalidades de mais valia relativa (intensificação do trabalho), a superexploração afeta simultaneamente os tempos de trabalho necessário e excedente, quando na modalidade de compressão salarial, tornando impossível, se não errôneo, identificar a categoria com a mais valia absoluta, ou ainda com uma mais valia absoluta anômala.

O segundo esclarecimento feito por Marini é que a superexploração não corresponderia à sobrevivência de modos primitivos de acumulação, uma vez que é algo inerente ao capitalismo e cresce, inclusive, com o desenvolvimento da força produtiva do trabalho (MARINI, 2005c, p. 192). Inerente porque a superexploração pressupõe a ligação ao mercado mundial de uma produção mercantilizada, em que tudo passa a ser encarado pelo seu valor de troca, inclusive a força de trabalho. Crescente correlativamente ao aumento da força produtiva do trabalho porque a superexploração é amplamente compatível com a introdução do progresso técnico.

O terceiro esclarecimento feito por Marini é que a superexploração tende a obstaculizar a passagem da predominância da mais valia absoluta para a relativa nas economias dependentes

“(…) o fato de que as condições criadas pela superexploração do trabalho na economia capitalista dependente tendem a obstaculizar seu trânsito desde a produção de mais valia absoluta à mais-valia relativa, enquanto forma dominante nas relações entre capital e trabalho. A gravitação desproporcional que a mais-valia extraordinária assume no sistema dependente é o resultado disso e corresponde a expansão do exército industrial de reserva e ao estrangulamento relativo da capacidade de realização da produção. Mais que meros acidentes no curso do desenvolvimento dependente, ou elementos de ordem transicional, esses fenômenos são manifestações da maneira particular como incide na economia dependente a lei geral de acumulação de capital. Em última instância, é de novo à superexploração do trabalho que temos de nos referir para analisá-los” (MARINI, 2005c, p. 194).

A assertiva de Marini sobre o impedimento da passagem da mais valia absoluta para a relativa¹⁰⁰ ressalta e reafirma dois elementos de suma importância para a superexploração do trabalho: a mais valia extraordinária e o exército industrial de reserva - EIR. Marini (1979a) sugere que o aumento da produtividade na economia dependente, ao invés de gerar a predominância da mais valia relativa, implicaria no agravamento da superexploração, dado o aumento do EIR pela introdução das técnicas de produção poupadoras de mão de obra, desenhadas para economias com força de trabalho escassa.

No trabalho intitulado *As razões do neo desenvolvimentismo* (MARINI, 2008a), encontramos uma importante proposta de ampliação dos mecanismos de extração de mais valia na superexploração.

Marini sugere a possibilidade da elevação do valor da força de trabalho, decorrente da mudança do componente histórico moral¹⁰¹ da mesma, sem o movimento correspondente

¹⁰⁰ “O autor parte da compreensão do capitalismo como sistema mundial hierarquizado, monopólico e desigual que produz e reproduz padrões nacionais/locais distintos de acumulação. Este sistema cria centros mundiais da acumulação de capital e regiões dependentes em processo global de transferência de valor que tende a retroalimentar esta polarização. Enquanto os centros tendem, à medida que se desenvolve o modo de produção capitalista e sua base tecnológica industrial, a gravitar para a mais-valia relativa, os países dependentes fundamentam seus padrões de acumulação na superexploração do trabalho” (MARTINS, 2011b, p. 16/17).

¹⁰¹ “Haverá superexploração do trabalho sempre que os índices salariais do conjunto dos trabalhadores, representativos dos preços da força de trabalho, tiverem queda em face do múltiplo constituído pelos de qualificação e intensidade do trabalho, que representam o valor desta. Haverá ainda superexploração quando, em situação de relativo desenvolvimento tecnológico, os preços da força de trabalho forem insuficientes para atender às necessidades básicas de consumo do trabalhador, que vive em situação de pobreza estrutural, não reproduzindo plenamente sua força de trabalho” (MARTINS, 2013, p. 39).

da remuneração, como um mecanismo de superexploração do trabalho. Nas palavras de nosso autor,

“(…) las necesidades sociales son tan fundamentales como las estrictamente físicas para la reproducción de la fuerza de trabajo, acorde a las exigencias que plantea el mercado de trabajo y el mismo desarrollo de las fuerzas productivas. El obrero debe presentar, por ejemplo, el nivel mínimo de calificación (o educación) exigido, para poder vender su fuerza de trabajo, del mismo modo como no puede prescindir del radio, e incluso de la televisión, cuando estos medios de comunicación se generalizan sob pena de convertirse en un bruto, por debajo de nivel cultural de la sociedad en que debe vivir y producir. Resumiendo: es posible afirmar que, pese al deterioro del salario real, el obrero ha visto aumentar el valor de su fuerza de trabajo, haciendo aún más dramática la brecha creciente entre dicho valor y el ingreso real que percibe” (MARINI, 2008a, p. 214).

Mais do que uma quarta forma ou mecanismo de superexploração, a formulação de Marini sobre o aumento do valor da força de trabalho pelo componente histórico moral mostra a constante reflexão e atualização do autor sobre a categoria, mostrando-a como algo inacabado, aberta a novas formas e determinações¹⁰². Mesmo configurando-se como um dos motivos para a não aceitação do conceito dentre os adeptos do marxismo, tal característica mostra o esforço do conceito em captar as especificidades do capitalismo dependente e incorporar novos elementos da exploração capitalista¹⁰³.

No texto *O ciclo do capital na economia dependente* (MARINI, 1979b), Marini busca aprofundar o entendimento da dinâmica de acumulação do capitalismo dependente, e chama a atenção para o fato de que a superexploração do trabalho necessita de arranjos

¹⁰²“En todo caso, los modelos de análisis de Ruy Mauro Marini no se configuran desde alguna dogmática, y menos desde el afán de ser completos y cerrados. Aluden a un marxismo abierto que debe poner recurrentemente sus instrumentales a prueba. La historia social de la humanidad no se detiene; es más, sus ritmos se aceleran singularmente, obligando al pensamiento anticapitalista de diverso origen a reajustar- se constantemente” (HERRERA, 2012, p. 26).

¹⁰³ Jaime Osorio resalta aspecto similar ao que estamos enfatizando, mas em uma dimensão correlata da obra de Marini, a da dependência: “(...) cuando hablamos del paradigma de la dependencia, hacemos énfasis en la obra en donde el tema alcanza su mayor madurez, *Dialéctica de la dependencia* (1973), de Ruy Mauro Marini junto a otros escritos posteriores. Al igual que Prebisch este autor recoge una serie de propuestas, rearticulándolas, reformulándolas y añadiéndoles la impronta de su original interpretación, amén de gestar nuevas categorías, todo lo cual le permite alcanzar la más elaborada y seria interpretación de la especificidad del capitalismo latinoamericano” (OSORIO, 2009, p. 102).

institucionais¹⁰⁴ e condições econômicas¹⁰⁵ que dificultem a reivindicação dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho.

Recapitulando o percurso pela obra de Marini ao mostrar a trajetória da construção da superexploração do trabalho, dois aspectos importantes se destacam. A progressiva construção do conceito de superexploração do trabalho e o amplo escopo do conceito de superexploração, abarcando simultaneamente a degradação da vida útil da força de trabalho, a função compensatória ao processo de transferência de valor para as economias avançadas, e a conformação de um ciclo para o capital dependente com limites de realização e concentração setorial de capitais.

A relação entre superexploração do trabalho, exploração, mais valia extraordinária e mais valia relativa

Antes de prosseguirmos, é importante demarcarmos as diferenças e relações entre a superexploração do trabalho e algumas importantes categorias marxianas.

A primeira e mais importante diz respeito ao conceito de exploração, cuja expressão seria a mais valia. Para Marx, a jornada de trabalho se divide em duas frações, a necessária, correspondendo ao tempo de trabalho requerido para repor o valor da força de trabalho (TTN); e a fração excedente, que será apropriado pelo capitalista e assumirá a forma de mais valia (TTE).

Conseqüentemente, a exploração capitalista pode atuar sobre as distintas frações da jornada de trabalho, implicando nas categorias de mais valia absoluta, focando o aumento do peso da fração excente sobretudo pelo prolongamento da jornada de trabalho; e na categoria de mais valia relativa, que atua na diminuição da proporção do trabalho necessário para aumentar a fração excedente e conseqüentemente da mais valia.

Se uma das características da superexploração, apontada pelo próprio Marini, é de atuar simultaneamente sobre ambas as frações do tempo de trabalho, seria a superexploração uma nova modalidade de exploração, figurando como um terceiro tipo ao lado da mais valia absoluta e relativa?

¹⁰⁴ “Sobre la tasa de efectividad del ejército industrial de reserva y apelando a mecanismos coercitivos (como la política oficial de contentación salarial y la represión policíaca), la dictadura militar ha viabilizado la tendencia del capitalismo brasileño a la fijación del salario real por debajo del valor de la fuerza de trabajo” (MARINI, 2008a, p. 209).

¹⁰⁵ Com destaque para o Exército industrial de reserva - EIR crescente, com formas de desemprego aberto e disfarçado.

O percurso que realizamos pela obra de Marini, mostrando a progressiva construção da categoria de superexploração do trabalho, permite que a entendamos não como uma nova modalidade de exploração, mas como um subconjunto de formas e modalidades enquadradas tanto na mais valia relativa como na absoluta, e que trariam a singularidade teórica de dilapidarem o valor da força de trabalho.

Passemos a outra categoria, a de mais valia extraordinária. Tal categoria tem a singularidade de resultar da repartição de mais valia de outros capitalistas. Dado o tempo médio de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria em determinado mercado, a mais valia extraordinária surge da concorrência pela venda de mercadorias produzidas abaixo do tempo médio vigente neste mesmo mercado. Daí entender a qualificação extraordinária como aquela que provem de outro âmbito que não o da produção, ligada à repartição da mais valia que seria apropriada por outros capitalistas.

Portanto, enquanto as categorias de mais valia absoluta e mais valia relativa se referem a formas de exploração da força de trabalho no âmbito da produção, a categoria de mais valia extraordinária decorre da concorrência entre os próprios capitalistas.

Diferentemente da relação com as categorias de mais valia absoluta e relativa, com as quais a superexploração estabelece uma relação de pertencimento ou enquadramento parcial em ambas, com a mais valia extraordinária a relação teórica assume natureza distinta. A elaboração da superexploração por Marini mostrava-a como uma resposta, reação ou enfrentamento dos capitalistas à ocorrência da mais valia extraordinária, sob a forma de transferência de valor para o exterior.

Neste ponto é importante demarcarmos, com mais afinco, as diferenças entre a superexploração do trabalho e a forma de exploração que envolve a mudança do valor da força de trabalho, a modalidade relativa de mais valia¹⁰⁶, discutida no capítulo X do Livro I d'O Capital. Segundo Marx,

“(...) o tempo de trabalho necessário para produzir a força de trabalho ou para reproduzir seu valor pode diminuir, não porque o salário do trabalhador cai abaixo do valor de sua força de trabalho, mas só porque esse próprio valor cai” (MARX, 1996, p. 431).

Nosso autor prossegue qualificando a natureza da alteração do valor da força de trabalho

¹⁰⁶ “A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa” (MARX, 1996, p. 431–432).

“Porém, tal diminuição do valor da força de trabalho (...) é impossível, sem aumentar a força produtiva do trabalho (...) uma revolução nas condições de produção de seu trabalho, isto é, em seu modo de produção e, portanto, no próprio processo de trabalho. Entendemos aqui por aumento da força produtiva do trabalho em geral uma alteração no processo de trabalho, pela qual se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria, que um menor quantum de trabalho adquira portanto a força para produzir um maior quantum de valor de uso”(MARX, 1996, p. 431).

Recordemos que, segundo Marx, o grau de exploração da força de trabalho corresponde à taxa de mais valia, a qual pode ser expressa de duas maneiras. A primeira é comparando o volume de valor criado sob a forma de mais valia (m) ao longo da jornada de trabalho, com o volume de valor despendido pelo capitalista na forma de capital variável (v), gerando a expressão m/v , que denotaria a proporção em que se valorizou o capital variável. A segunda maneira de expressar a taxa de mais valia apoia-se na divisão da jornada de trabalho entre os tempos de trabalho necessário e excedente e a consequente diminuição do primeiro tempo de trabalho em favor do segundo.

Pelo pressuposto metodológico que permeia a exposição d’*O Capital*, mercadorias trocadas pelos seus valores, infere-se que a mais valia relativa relaciona-se com as necessidades de reprodução dos trabalhadores de modo a atendê-las minimamente, independentemente do grau ou nível em que elas estejam estabelecidas, proporcionando a reprodução com uma porção menor de tempo de trabalho necessário.

O mesmo não se dá com a superexploração. A desvalorização da força de trabalho superexplorada ocorre pelo não atendimento pleno das necessidades de reprodução do trabalhador, retomando a ideia de reprodução atrofiada de Marx. Nas palavras de Santana, “(...) o capital, ao encurtar o tempo de vida útil e de vida total do trabalhador, apropria-se, no presente, dos anos futuros de trabalho” (SANTANA, 2013, p. 24).

As diferenças de desvalorização da força de trabalho entre a mais valia relativa e superexploração podem ser captadas pela divisão entre os tempos de trabalho necessário e excedente. A mais valia relativa atua no tempo de trabalho necessário, implicando em variações inversamente proporcionais ao tempo de trabalho excedente, ao passo que, conforme sugere Marini, a superexploração do trabalho atua simultaneamente sobre os tempos de trabalho necessário e excedente

Outra diferença importante é a direção da mudança de valor. A desvalorização acarretada pela mais valia relativa diminuiria o valor diário e total da força do trabalho, supondo jornada de trabalho e necessidades do trabalhador constantes¹⁰⁷. Já a superexploração incrementa o valor diário da força de trabalho, decorrente do maior desgaste ou impedimento da plena reprodução da força de trabalho¹⁰⁸.

A superexploração também varia aquilo que é tomado como constante na mais valia relativa, a exemplo da jornada de trabalho ou da necessidade de reprodução do trabalhador, esta última majorada diante do maior desgaste da força de trabalho.

A mais valia relativa requer, para se manifestar, a intermediação de um setor produtivo específico, o produtor de bens de consumo duráveis que sustenta o consumo reprodutivo da força de trabalho¹⁰⁹. A superexploração prescinde desse tipo de intermediação para alterar o valor da força de trabalho.

A superexploração, portanto, mostra-se compatível com o progresso técnico, não só no plano teórico, mas também no histórico¹¹⁰, como sugere Adrián Sotelo Valencia:

“(…) Se debe aclarar que la superexplotación, en tanto régimen de producción y de acumulación de capital, no es un concepto excluyente del de plusvalía relativa; no niega la dependencia cuando esa plusvalía emerge y se desarrolla en el sistema productivo e industrial, incluso, hasta cierto punto, impone su lógica –aunque no su hegemonía– en la producción y acumulación de capital desde la dinámica de acumulación y reproducción

¹⁰⁷“(…) toda vez que la intensificación de la acumulación depende de la existencia de tempo de trabajo excedente, es decir, de la modificación de la relación entre los tempos productivos en favor de este, la correspondencia estable entre el valor del salario y la atención sino dos alternativas para incrementar la plusvalía: el aumento de la jornada de trabajo o, manteniéndose igual la jornada e incluso disminuyéndola, la reducción del tempo de trabajo necesario. A estas alternativas básicas corresponden las categorías de plusvalía absoluta y de plusvalía relativa, siendo importante notar que la última corresponde a la desvalorización real de la fuerza de trabajo”(MARINI, 1974, p. 113/114).

¹⁰⁸“(…) o prolongamento da jornada, ao implicar um maior desgaste da força de trabalho, acarreta um aumento do seu valor, de modo a permitir a reposição do valor da massa aumentada de meios de subsistência. Aliás, o valor da força de trabalho não apenas aumenta, mas o faz em proporção superior ao aumento da jornada”(ARAÚJO, 2011, p. 24).

¹⁰⁹“(…) sobressai uma diferença importante entre a mais-valia absoluta e a relativa. Na primeira, o aumento da mais-valia constitui um objetivo perseguido intencionalmente pelo capitalista individual; na segunda, constitui um resultado não-intencional da ação dos capitalistas. Cada um deles busca estritamente reduzir custos para aumentar seus lucros. Agora, quando o aumento da produtividade ocorre nos setores produtores de bens-salário, o valor da força de trabalho se reduz, aumentando a mais-valia. Vale reiterar: esse é um resultado que, embora beneficiando a classe capitalista como um todo, não é buscado conscientemente pelos capitalistas individualmente considerados”(ARAÚJO, 2011, p. 29).

¹¹⁰“(…) o desenvolvimento do modo de produção capitalista, mesmo em suas formas superiores, não suprime e nem se dá independentemente das formas inferiores de acumulação, distintas do aumento da produtividade que corresponde à extração de mais-valia relativa. Ao contrário, a produção capitalista, à medida que desenvolve a força produtiva do trabalho, acentua e cria condições para uma maior exploração da força física do trabalhador, da qual se faz acompanhar”(HADLER, 2013, p. 115/116).

de las grandes empresas tranacionales (...) la superexplotación del trabajo es la categoría hegemónica que domina – y subsume – a la plusvalía relativa y a los restos de formas arcaicas de explotación y producción que nutrieron en el pasado los estudios sobre los modos de producción en América Latina” (VALENCIA, 2013b, p. 82/83).

Uma questão de suma relevância para a superexploração do trabalho é o enquadramento ou não do aumento da intensidade do trabalho dentro da mais valia relativa. Marcelo Carcanholo contesta tal possibilidade da seguinte forma:

“(...) em termos teóricos, o aumento de produtividade leva à redução do valor individual das mercadorias porque maior quantidade de valores de uso foi produzida, em uma mesma jornada de trabalho, com mesmo dispêndio de trabalho. A elevação da intensidade, mantida a jornada de trabalho, incrementa a produção de valores de uso, mas seus valores individuais não se reduzem necessariamente, porque o valor total produzido também se eleva” (CARCANHOLO, 2013a, p. 91).

A questão crucial para o Carcanholo é o valor contido na produção¹¹¹. A mais valia absoluta assenta-se na elevação do valor produzido e a intensificação do trabalho compartilharia tal característica, o que levaria o enquadramento da última à modalidade absoluta. Tal interpretação só é possível ao desconsiderar outra dimensão da produção de mais valia, a divisão do tempo de trabalho entre as frações necessária (TTN) e excedente (TTE).

Quando aplicada à intensificação do trabalho, o dispêndio de mais esforço implica que o TTN sofre elevação, uma vez que há a necessidade de mais recursos para recompor o nível de habilidade e destreza da força de trabalho. Mas, mantida a remuneração da força de trabalho equivalente ao TTN em patamar anterior à intensificação, é o TTE que se eleva em detrimento do TTN quando do aumento da intensidade, mesmo que o valor produzido se eleve. Daí considerarmos a intensificação como uma modalidade relativa.

Recapitulando, a essência do conceito de superexploração do trabalho repousa na desvalorização pela dilapidação do valor total da força de trabalho, sendo a superexploração desatada pela concorrência capitalista em geral, a qual implica na possibilidade teórica e histórica de ocorrência em formações sociais distintas das dependentes.

¹¹¹ É interessante notarmos que as modalidades de mais valia relativa e absoluta que são englobadas pela superexploração, intensificação e aumento da jornada respectivamente, são “*inteiramente semelhantes quanto aos seus impactos sobre o valor novo (que aumenta) e sobre o valor individual da mercadoria (que permanece inalterado)*” (ARAÚJO, 2011, p. 32).

A elaboração da Teoria do Valor Trabalho em Marx

O papel da troca de equivalentes dentro da Teoria do Valor é de suma importância para entendermos a relação entre superexploração e TVT. Para situarmos adequadamente a questão, devemos resgatar a elaboração marxiana, não propondo refazer o longo e intenso caminho percorrido por Marx na elaboração de sua Teoria do Valor Trabalho, iniciado com a crítica dos economistas políticos (sobretudo Adam Smith e David Ricardo), e muito menos elencar as inúmeras polêmicas que o tema suscitou¹¹², mas retomar os principais traços e elementos de duas dimensões da TVT: a troca de equivalentes e o valor da força de trabalho, pois estas são centrais para entender a relação da superexploração do trabalho com a TVT.

Na análise sobre a mercadoria, que abre o Livro Primeiro de *O Capital* (MARX, 1996), Marx enuncia o duplo caráter da forma mercadoria, a saber, comportar simultaneamente valor de troca e valor de uso¹¹³. Nas palavras de nosso autor, “(...) os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do valor de troca (...)”. Em seguida, Marx propõe a relação entre os elementos que dão o duplo caráter à mercadoria, “(...) o valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam (...)” (MARX, 1996, p. 166).

Enunciado que o valor de troca possibilita não só o ato social de permuta, mas também versa sobre a dimensão quantitativa dessa permuta, Marx passa a discutir a substância do valor, indicando que, inicialmente, cabe ao Trabalho o papel de fonte do valor. Inicialmente porque o conceito de Trabalho, fonte e substância do valor, vai sofrer algumas importantes qualificações. A primeira decorre do caráter abstrato que assume o Trabalho organizado pelas relações de capital. Nas palavras de nosso autor,

“(...) Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também,

¹¹² Outras obras já contribuíram, de forma muito competente e sob uma diversidade de perspectivas, para tal empreitada, cabendo-nos apenas remeter o leitor interessado aos trabalhos de Reinaldo Carcanholo (2011, 2013c), Bolívar Echeverría (1986), Enrique Dussel (1988, 1990), Claudio Napoleoni (1985), Roman Rosdolsky (2001), Alfredo Saad Filho (2001, 2011) e Jorge Veraza (2007).

¹¹³ “As mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores de uso ou de corpos de mercadorias, como ferro, linho, trigo etc. Essa é a sua forma natural com que estamos habituados. Elas são só mercadorias, entretanto, devido à sua duplicidade, objetos de uso e simultaneamente portadores de valor. Elas aparecem, por isso, como mercadoria ou possuem a forma de mercadoria apenas na medida em que possuem forma dupla, forma natural e forma de valor” (MARX, 1996, p. 176).

portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato”(MARX, 1996, p. 168).

Após delinear a ligação entre valor e trabalho abstrato, Marx procede a uma segunda qualificação ao afirmar que trabalho se vincula ao valor, trazendo à luz o conceito de trabalho socialmente necessário,

“(…) tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho (...) é, portanto, apenas o quantum de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor”(MARX, 1996, p. 169).

Concluída a qualificação do trabalho em termos quantitativos e qualitativos com as noções de trabalho socialmente necessário¹¹⁴ e de trabalho abstrato, Marx mostra a conexão indissolúvel entre o desenvolvimento das formas valor e mercadoria.

“(…) segue daí que a forma simples de valor da mercadoria é ao mesmo tempo a forma mercadoria simples do produto do trabalho e que, portanto, também o desenvolvimento da forma mercadoria coincide com o desenvolvimento da forma valor(MARX, 1996, p. 189) (...) A forma valor geral, que representa os produtos de trabalho como meras gelatinas de trabalho humano indiferenciado, mostra por meio de sua própria estrutura que é a expressão social do mundo das mercadorias. Assim, ela evidencia que no interior desse mundo o caráter humano geral do trabalho constitui seu caráter especificamente social (...)” (MARX, 1996, p. 194).

¹¹⁴ “El trabajo pone la sustancia del valor pero no su magnitud, esta es una diferencia decisiva que establece Marx. La magnitud del valor se constituye solamente en el intercambio a partir de que se establece qué es lo socialmente necesario, no a partir del mero desgaste de un trabajador individual sino en la correlación de todos los trabajos individuales o entre el desgaste total de la sociedad y la satisfacción de las necesidades mediante los productos que fueron producidos. Así es como se construye lo socialmente necesario. Primero se establece una virtualidad: el tiempo de trabajo que es el socialmente necesario porque funciona de acuerdo a las técnicas y métodos promedio. Un trabajo individual que funciona de esta manera es socialmente necesario pero sólo en términos virtuales. La noción de tiempo de trabajo socialmente necesario se redondea en el consumo, es decir, en la satisfacción de las necesidades, y la antesala del consumo es la correlación de todos los consumidores en el mercado, donde confrontan sus necesidades y capacidades y desechan lo que no les sirve y exaltan y dejan que prevalezca lo que les sirve. Sólo así queda establecido el tiempo de trabajo socialmente necesario, no solamente en su base necesaria o productiva sino en su aspecto suficiente o de consumo, correspondiente a la dimensión de la necesidad” (VERAZA, 2007, p. 207).

Ao mostrar que o valor corresponde ao trabalho humano necessário para a reprodução social, quantitativamente determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário e qualitativamente determinado pelo caráter abstrato do trabalho e que, ao assumir a forma de mercadorias em uma sociedade constituída de produtores individuais independentes, implica também nas formas de valor de uso e de troca para o produto do trabalho¹¹⁵, a formulação da Teoria do Valor Trabalho em Marx avança para a incorporação do dinheiro como forma privilegiada de expressão do valor na sociedade capitalista¹¹⁶, cuja forma preço das mercadorias seria sua manifestação.

Pelo exposto acima, a forma mercadoria seria o elemento responsável por colocar a dimensão teórica da troca de equivalentes na TVT. Vejamos a questão mais detalhadamente.

A troca de equivalentes

Por assumir a forma mercadoria, o trabalho social requer a venda, troca ou permuta para que seja cancelado ou validado como trabalho útil socialmente e se apresente, de forma efetiva, como valor. Tal fato implica discutir sob quais parâmetros ocorreriam a chancela do trabalho na qualidade social. O primeiro dos fatos resulta no atendimento de certa necessidade social (expressa comumente pelo vocábulo utilidade), e envolve o valor de uso da mercadoria, portanto, uma dimensão qualitativa. O segundo parâmetro é a proporção de troca entre os trabalhos individuais materializados nos valores de uso. Tal dimensão quantitativa coloca diretamente a questão da equivalência, da igualdade entre dois ou mais elementos, seja na forma do *quantum* de trabalho envolvido no intercâmbio de mercadorias, seja na redução de diferentes trabalhos individuais a uma expressão comum, a forma preço.

A equivalência na troca, pressuposta na formulação de Marx, abarca a forma preço, mas esta última apresenta uma interessante especificidade. Segundo nosso autor,

“A forma preço, porém, não só admite a possibilidade de incongruência quantitativa entre grandeza de valor e preço, isto é, entre a grandeza de valor e sua própria expressão monetária, mas pode encerrar uma contradição qualitativa, de modo que o preço deixa de todo de ser

¹¹⁵ “A contraposição que Marx estabelece é sempre entre a forma social-*natural* ou substrato de valor de uso do processo de produção/consumo e a forma social-*capitalista* ou estrato de valor (valorizando-se) que subsume ou subordina a primeira. Esta ideia de uma contradição entre um nível de valor de uso e um nível de valor constitui na verdade a *hipótese principal* a partir da qual o discurso teórico de Marx gera sua capacidade de descobrir os traços essenciais da reprodução da riqueza capitalista” (ECHEVERRÍA, 1986, p. 52 tradução nossa, destaques no original feitos pelo autor).

¹¹⁶ “*Dinheiro, como medida de valor, é forma necessária de manifestação da medida imanente do valor das mercadorias: o tempo de trabalho*” (MARX, 1996, p. 219).

expressão de valor, embora dinheiro seja apenas a forma valor das mercadorias. Coisas que, em si e para si, não são mercadorias, como por exemplo, consciência, honra etc., podem ser postas à venda por dinheiro pelos seus possuidores e assim receber, por meio de seu preço, a forma mercadoria. Por isso, uma coisa pode, formalmente, ter um preço, sem ter um valor”(MARX, 1996, p. 226).

Como mostra a passagem acima, a forma preço, justamente por possibilitar a equivalência entre diferentes quantidades de mercadorias distintas, traz intrinsecamente uma possibilidade de divergência, entre preço, entendido como expressão monetária do valor, e a própria grandeza deste último¹¹⁷. Tal posição é reforçada em uma passagem de suma importância, na qual Marx avalia a possibilidade de divergência entre preço e valor de um item específico, a força de trabalho.

“(…) se 1 hora de trabalho se representa num quantum de ouro de 1/2 xelim ou 6 pence e o valor da força de trabalho monta a 5 xelins, o trabalhador tem de trabalhar 10 horas por dia para repor o valor diário de sua força de trabalho pago pelo capital ou para produzir um equivalente do valor dos seus meios de subsistência diariamente necessários. Com o valor desses meios de subsistência é dado o valor de sua força de trabalho, com o valor de sua força de trabalho é dado seu tempo de trabalho necessário. A grandeza do mais-trabalho obtém-se, porém, subtraindo da jornada de trabalho total o tempo de trabalho necessário. Subtraindo-se 10 horas de 12 ficam 2, e não se pode ver como, nas condições dadas, o mais-trabalho pode ser prolongado além de 2 horas. Na verdade, o capitalista pode pagar ao trabalhador, em vez de 5 xelins, 4 xelins e 6 pence ou menos ainda. Para reproduzir esse valor de 4 xelins e 6 pence bastariam 9 horas de trabalho, cabendo assim ao mais-trabalho 3 horas em vez de 2 da jornada de trabalho de 12 horas e aumentando-se a própria mais-valia de 1 xelim para 1 xelim e 6 pence. Mas esse resultado somente seria obtido mediante compressão do salário do trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho. Com os 4 xelins e 6 pence que produz em 9 horas, ele dispõe de 1/10 menos meios de subsistência do que antes, e assim a reprodução de sua força de trabalho

¹¹⁷ “Una cosa es la exposición lógica deductiva de la sustancia, la magnitud y la forma del valor, y otra cosa es el proceso social práctico de la constitución de la sustancia, de la forma del valor y, finalmente, de la magnitud precisa del mismo” (VERAZA, 2007, p. 208). “La forma del valor media a la sustancia del valor para que pueda lograrse la determinación final de la magnitud del valor de la mercancía, misma que va a ser la base de su expresión como precio” (VERAZA, 2007, p. 209).

só se dá de maneira atrofiada. O mais-trabalho neste caso apenas seria prolongado por ultrapassar seus limites normais, seu domínio só se expandiria usurpando parte do domínio do trabalho necessário. Apesar do papel importante que esse método desempenha no movimento real do salário, ele é aqui excluído pelo pressuposto de que as mercadorias, inclusive portanto a força de trabalho, sejam compradas e vendidas por seu pleno valor” (MARX, 1996, p. 430, destaques nossos).

Outra passagem que reforça esta possibilidade é a seguinte:

“Visto que o produto-valor, no qual a jornada de trabalho se representa, cresce com o próprio prolongamento desta, o preço da força de trabalho e a mais-valia podem crescer simultaneamente com incremento igual ou desigual. Esse crescimento simultâneo é, portanto, possível em dois casos, a saber, com prolongamento absoluto da jornada de trabalho e com intensidade crescente do trabalho, sem tal prolongamento. Com a jornada de trabalho prolongada, o preço da força de trabalho pode cair abaixo de seu valor, embora nominalmente permaneça inalterado ou mesmo suba. É que o valor diário da força de trabalho, como será lembrado, é calculado sobre sua duração média, ou seja, sobre a duração normal da vida de um trabalhador e sobre uma correspondente transformação normal, ajustada à natureza humana, de substância vital em movimento. Até certo ponto, o desgaste maior de força de trabalho, inseparável do prolongamento da jornada de trabalho, pode ser compensado por maior restauração. Além desse ponto, o desgaste cresce em progressão geométrica e ao mesmo tempo todas as condições normais de reprodução e atuação da força de trabalho são destruídas. O preço da força de trabalho e o grau de sua exploração deixam de ser grandezas comensuráveis” (MARX, 1996, p. 154, destaques nossos).

Isaak Rubin (1980) é um dos autores que mais trabalhou a necessidade de divergência entre valores e preços para a plena consecução da “lei do valor”. Ao discutir a regulação do trabalho social no capitalismo, realizado por produtores independentes e não coordenados previamente, Rubin mostra que a divergência entre valores e preços é algo inerente e necessário para uma distribuição do trabalho social que permita a reprodução social. Nas palavras de nosso autor

“(…) os preços médios não correspondem aos movimentos reais dos preços concretos de mercado, mas os explicam. Esta formulação teórica, abstrata,

sobre o movimento de preços é, de fato, a “lei do valor”. Pode-se ver, então, que toda a objeção à teoria do valor baseada no fato de que os preços concretos de mercado não coincidem com “valores” teóricos nada mais é que um mal entendido. A inteira concordância entre preço de mercado e valor significaria a eliminação do único regulador que impede os diferentes ramos da economia social de se moverem em direções opostas. Isto levaria a um colapso da economia”(RUBIN, 1980, p. 93).

A distribuição do trabalho social como o sentido da TVT perpassa a discussão sobre a equalização da taxa de lucro feita por Marx no livro III de *O Capital*, quando nosso autor mostra, supondo uma determinada taxa média de lucro, a distribuição dentre os setores produtivos da mais valia produzida no conjunto da economia, de forma que os capitais com maior composição orgânica em concorrência com os demais, durante o estabelecimento dos chamados preços de produção, se apropriam de uma parte ou proporção da mais valia total superior a que eles próprios produziram.

A formulação do preço de produção implica que a magnitude do valor da mercadoria originalmente constituído nos moldes do Livro I, passa a não mais corresponder àquela dada pela concorrência entre a pluralidade de capitais do Livro III¹¹⁸, dada a redistribuição da mais valia em direção à equalização da taxa média de lucro. Tal fato mostra, por um lado, a imbricação da equivalência na forma mercadoria e, por outro lado, o pressuposto de que a troca de equivalentes desempenha um papel de suma relevância na organização expositiva de *O Capital*, qual seja, a de possibilitar a clarificação do surgimento da mais valia no âmbito da produção¹¹⁹ e o do dinheiro como equivalente geral.

Sendo assim, a forma mercadoria comporta ontologicamente tanto a equivalência como a não equivalência¹²⁰. A não equivalência deve ser encarada como parte, elemento ou dimensão constitutiva da elaboração marxiana sobre o valor trabalho, invalidando qualquer

¹¹⁸ Enquanto no Livro I trabalha-se com a soma dos capitais constante e variável e da mais valia, no Livro III o conceito de preço de produção resulta da soma do capital variável, capital constante e taxa média de lucro.

¹¹⁹ “(...) no nível de abstração do livro I de *O capital*, no qual a questão é mais tratada, não fazia sentido analisar o aumento da taxa de mais-valia em razão da redução do salário, ainda que a possibilidade real de que isto aconteça tenha sido inúmeras vezes remarcada. Isto porque ali se tratava de entender o processo de produção do capital, abstraindo-se da análise todas as reais dificuldades que ele tem para circular e realizar o valor produzido, temática dos outros livros. Assim, no livro I desta obra, supõe-se que todo o valor produzido será realizado; ou melhor, que as mercadorias serão vendidas no volume e na magnitude de valor em que foram produzidas. Em termos da mercadoria força de trabalho, isto significa que os salários corresponderiam ao valor da força de trabalho” (CARCANHOLO, 2013a, p. 78).

¹²⁰ Lembrando que, como apontado acima por Marx, não só é possível mercadorias com preços distintos dos valores, como mercadorias sem valor que apresentam preço.

entendimento quanto à existência de um escopo na TVT que se restringiria ao âmbito da equivalência entre valores e destes com a forma preço¹²¹.

Pelo fato do desenvolvimento das relações capitalistas conferirem a tudo a forma mercadoria, a qual requer expressão na forma preço para adentrar a troca mercantil, a mercadoria força de trabalho passa a apresentar uma forma preço específica, o salário¹²². Isso implica que valor e a forma preço da força de trabalho possuem certa autonomia na sua relação, pois existem processos sociais específicos a cada uma dessas dimensões, reforçando o entendimento de que tanto a divergência como a equivalência são aspectos teóricos constitutivos da TVT¹²³. Nas palavras de Pedro Santana,

“(…) A forma salário, que aparece no âmbito da circulação mercantil, corresponde ao preço da força de trabalho negociado no seu mercado específico, a forma aparente e reificada do tempo de trabalho socialmente necessário à reposição do desgaste do trabalhador. Logo, preço e valor da força de trabalho representam fenômenos substancialmente diferentes. Um refere-se à circulação, enquanto outro remonta às condições de produção”(SANTANA, 2013, p. 28).

Outros autores abordaram a temática das dimensões da equivalência e de sua negação no âmbito da troca mercantil e, mesmo sob uma ótica distinta a nossa, chegam à mesma conclusão.

Para Roman Rosdolsky (2001), a relação entre capital e trabalho enseja uma ótica de troca mercantil simples (representada pelo anagrama M-D-M) para o trabalhador, que troca sua mercadoria, a força de trabalho, pelo valor de reprodução da mesma. Já para o capital, a troca deve envolver “receber mais valor do que aquele que entregou” (ROSDOLSKY, 2001,

¹²¹ “Marx é o único autor que consegue explicar a mais-valia (lucro) mesmo admitindo a troca de equivalentes como norma das relações mercantis. Isto significa que o capital, mesmo pagando um salário equivalente ao valor da força de trabalho, consegue se apropriar de um valor excedente, a mais-valia (...) como toda e qualquer mercadoria, a força de trabalho é uma unidade dialética entre seu valor de uso e seu valor. Este último equivale ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzir e reproduzir a capacidade de trabalho, de acordo com determinações sociais e históricas. Admitir a troca de equivalentes significa admitir que os salários pagos correspondem a este valor da força de trabalho” (CARCANHOLO, 2013a, p. 74).

¹²² Autores como Veraza (2007) destacam a importância da forma salário: “(...) La transfiguración del valor de la fuerza de trabajo en salario, que le encubre al capitalista de dónde proviene la ganancia que explota y le encubre al obrero el proceso en el que se le explota, es una condición de posibilidad, de orden sociológico y humano o antropológico, del proceso de explotación económica de la fuerza de trabajo (...) La transfiguración de la ganancia — producto de la explotación de plusvalor — es posterior, mientras que la transfiguración del valor de la fuerza de trabajo en salario es básica y corresponde directamente a la esencia del sistema” (VERAZA, 2007, p. 175).

¹²³ “O valor da força de trabalho – ou salário – pode corresponder ou não ao seu valor. Permanecendo igual o valor da força de trabalho, o preço da força de trabalho varia em virtude da relação entre demanda e oferta de força de trabalho” (ARAÚJO, 2011, p. 22).

p. 173), ou seja, mostrar-se uma fase do circuito de acumulação ampliado do capital (D-M-D'), que coloca ontologicamente a não equivalência entre D e D', sendo o segundo termo quantitativamente maior que o primeiro termo. Portanto, ao recorrer aos diferentes sentidos da venda da força de trabalho para o capitalista e para o trabalhador, Rosdolsky mostra também que a não equivalência é constitutiva da forma mercadoria.

Já autores como Marcelo Carcanholo argumentam que a não equivalência entre valores e preços não pode ser considerada como algo contraditório ou até mesmo externo à TVT, responsável pelo “truncamento” ou invalidação da própria TVT. Nas palavras do autor:

“Não é incomum interpretar tanto os mecanismos de transferência de valor (a troca desigual) quanto a própria superexploração (salários abaixo do valor da força de trabalho) como se fossem um “truncamento” da lei do valor que opera na economia mercantil-capitalista. Isto porque tanto um quanto outro significam que os preços das mercadorias não corresponderiam aos seus valores. Entende-se aqui que a lei do valor operaria quando os preços correspondessem aos valores das mercadorias. Marini tem este entendimento (...) A lei do valor, ao menos conforme a teoria de Marx, não pode ser entendida como uma correspondência quantitativa dos preços em relação ao valor, a partir da troca de equivalentes em um sentido pouco rigoroso (...) Existe aí, tanto por Marini como por seus intérpretes, uma má compreensão da lei do valor (CARCANHOLO, 2013a, p. 87/88).

Carcanholo, após defender uma acertada interpretação sobre o papel da não equivalência entre valores e preços na TVT, sugere que Marini padeceria de uma interpretação assentada justamente na não equivalência como algo fora do escopo da TVT¹²⁴. Tal posição apoia-se em uma abordagem exegética da mais conhecida obra de Marini, *Dialética da Dependência*, mais especificamente em dois trechos que trazem as referências de “realizar transferências de valor, passando por cima das leis da troca”, e de “permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual”. Vejamos tais excertos. O primeiro enfatiza a relação entre leis da troca e equivalência:

¹²⁴ Andrei Massa compartilha da mesma concepção ao tomar o termo “violação” usado por Marini como indício de uma concepção de TVT baseada na equivalência dos valores mercantis: “Cabe aqui uma crítica ao Marini, pois não há violação da lei do valor, senão seu mais claro vigor. Nos livros I e II de *O Capital*, Marx supõe que o processo de realização ocorre sem problemas e que, portanto, os preços equivaleriam aos valores. Mas isso é circunstancial e, no livro III, Marx deixa claro que as mercadorias não são vendidas pelos seus valores”(MASSA, 2013, p. 53).

“Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis da troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias” (MARINI, 2005a, p. 151, destaques nossos).

No segundo trecho de interesse, Marini teoriza a transferência de valor entre economias imperialistas e dependentes como um motivo particular para a superexploração do trabalho, ao argumentar que uma das modalidades de transferência, a que envolve troca entre setores econômicos distintos, implicaria na transgressão da troca de equivalentes:

“No segundo caso – transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas – o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual” (MARINI, 2005a, p. 152, destaques nossos).

É inegável que os excertos acima trazem elementos que permitem imputar a Marini uma concepção de TVT assentada exclusivamente na troca de equivalentes. Entretanto, consideramos que as passagens apresentam limitações de ordem estritamente estilística, da escolha de expressões que permitem uma dubiedade de exposição, não sendo possível inferir das mesmas a existência de incongruências ou contradições sobre esse aspecto na obra de Marini. Isto porque nos escritos posteriores à *Dialética da Dependência*, Marini não tece outras referências à “violação da lei de trocas” ou “elisão da lei do valor” pela superexploração, o que reforça o aspecto meramente estilístico no uso dos termos, sem quaisquer desdobramentos teóricos¹²⁵.

Recapitulando, o desenvolvimento das relações capitalistas dissemina a forma mercadoria, a qual requer expressão na forma preço para adentrar a troca mercantil. Esta última forma traz intrinsecamente a possibilidade tanto da equivalência, como de seu contrário, da divergência entre preço e valor.

¹²⁵ A questão estilística dos termos usados por Marini em *Dialética da Dependência* parece-nos mais clara quando tomamos o texto *Mais-valia extraordinária e acumulação de capital* em tela, pois ao deslocar a causa da superexploração da concorrência internacional para o âmbito estritamente doméstico, Marini não volta a recorrer nem aos mesmos termos de *Dialética da Dependência*, e muito menos a expressões com significado semelhante.

A superexploração na obra de Marx

Considerar que a TVT abarca simultaneamente a equivalência e seu contrário, a não equivalência, e que este conteúdo duplo e inseparável se reflete na própria elaboração conceitual da superexploração do trabalho resolve, por um lado, a polêmica da existência de um escopo distinto para a superexploração e a TVT. Mas, por outro lado, coloca as bases de outra querela: a equiparação da exploração em Marx com a superexploração em Marini, implicando a existência de uma categoria de superexploração dentro da TVT marxiana, formulação que tem como trabalho pioneiro o de Nascimento, Dillenburg e Sobral (2013).

A proposição da tese de “(...) *o que Marx chama de exploração da classe trabalhadora pelos capitalistas individuais é o mesmo que Marini chama de superexploração*” (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2013, p. 115), fundamenta a construção da expressão “(super)exploração da classe trabalhadora” e decorre da articulação de alguns elementos na argumentação de Nascimento, Dillenburg e Sobral (2013), como veremos a seguir.

Um primeiro argumento é o da concorrência¹²⁶, própria de toda e qualquer relação de capital que, ao impulsionar uma busca desenfreada e infinita por mais valia, engendra “(...) *o movimento do capital – sugador e apropriador de mais-valia (...) [o qual] contém em si mesmo todos os mecanismos de (super)exploração que carregam consigo, cada um individualmente ou combinados entre si, a capacidade de reduzir o preço da força de trabalho para um patamar abaixo do seu valor (...)*” (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2013, p. 100). Para nossos autores, a concorrência capitalista traria, ontologicamente, a possibilidade lógica e histórica da superexploração.

O segundo elemento argumentativo de Nascimento, Dillenburg e Sobral avança na direção da forma como Marx constrói sua análise dialética da exploração do trabalho. Para nossos autores,

¹²⁶“(…) já na parte VI, analisando a forma de pagamento por tempo, Marx (...) chama atenção para a concorrência entre os trabalhadores e também para a concorrência entre os próprios capitalistas. No primeiro caso, a concorrência é o “motivo” que capacita e, no segundo caso, o “motivo” que impulsiona o capitalista a reduzir o preço do trabalho, levando-o a dilatar mais ainda o tempo de trabalho, apropriando-se de uma maior proporção de tempo de trabalho não pago” (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2013, p. 110). “(...) naquela (circulação), encontra-se o verdadeiro motivo que acirra o uso destes mecanismos de superexploração – porque viola o pressuposto da troca de equivalentes entre capital variável adiantado e valor da força de trabalho: a permanente guerra intercapitalista – a tendência à centralização do capital –, que gera, por consequência, a divisão entre exército de trabalhadores da reserva e exército de trabalhadores da ativa (...)” (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2013, p. 103–104).

“(...) todos (...) significados – da exploração – são progressivamente, ao longo da exposição do livro I, desvendados e expostos e, em seguida, superados – no sentido de mostrar que o real fundamento não é só a exploração, por maior que seja o seu grau – capítulo VII –, mas a superexploração da classe trabalhadora – particularmente, capítulos VIII, XIII, XV, XVIII, XIX, XXII e XXIII. Quando desvendados e expostos, Marx pressupõe a justeza da lei das trocas de equivalentes presente na consciência da economia política burguesa, ou seja, pressupõe que a mercadoria força de trabalho é comprada no mercado pelo capitalista por um preço que corresponde ao seu valor (...) quando superados, desvenda que aquele pressuposto é mera aparência, que é superado (...) que o desejo e a necessidade de extração de mais-valia impulsiona os capitalistas individuais a empregarem de forma cada vez mais aguda e aperfeiçoada os mecanismos de (super)exploração da força de trabalho para além do normal – não permitindo uma reprodução normal da classe trabalhadora –, que resulta no pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor” (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2013, p. 103).

Para nossos autores, Marx iria progressivamente construindo uma análise que superaria o pressuposto da troca de equivalentes na compra da força de trabalho, relegando-o à condição de mera aparência, de expressão fenomênica “(...) *própria da consciência superficial da sociedade burguesa*” (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2013, p. 111). Tal trajetória de superação, que desvelaria progressivamente a ilusão burguesa da relação capital/trabalho sob o pressuposto da troca de equivalentes, seria iniciada com a discussão da modalidade de mais valia absoluta, na forma de extensão da jornada de trabalho que afeta o valor da força de trabalho, passando pela modalidade de mais valia relativa que pode rebaixar o valor da força de trabalho; pela grande indústria que, pelo uso de avanços tecnológicos na forma de maquinaria, permite ao capital se libertar dos “(...) *limites fisiológicos e da habilidade da força de trabalho humana*” (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2013, p. 107); chegando ao ápice da discussão da Lei Geral de Acumulação no capítulo XXIII do Livro I, na qual Marx mostraria a necessidade e funcionalidade da formação e expansão do Exército Industrial de Reserva – EIR e a imposição da não equivalência entre valor e remuneração da força de trabalho como regra e padrão do modo de acumulação capitalista.

Nascimento, Dillenburg e Sobral (2013) inferem a existência, em Marx, de uma categoria de superexploração do trabalho que articula, de um lado, a narrativa marxiana como uma superação progressiva do pressuposto da equivalência, cujo ápice seria a Lei Geral de Acumulação e a demonstração do rebaixamento da remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor como realidade imanente da acumulação capitalista e, de outro lado, a busca desenfreada de mais valia pelo capital, sob a égide da concorrência, a qual coloca a superexploração como realidade histórica e possibilidade teórica¹²⁷. Ou seja, nossos autores entendem a superexploração como regra geral da formulação marxiana.

A proposição de Nascimento, Dillenburg e Sobral (2013) acaba por se apoiar em um expediente de tomar as partes pelo todo. Encontram, em Marx, os elementos que posteriormente aparecerão na proposição de superexploração do trabalho de Marini e consideram a presença de tais elementos como sinal inequívoco da existência de um conceito de superexploração em Marx¹²⁸. Tal procedimento esquece que a elaboração do conceito de superexploração requer um esforço teórico específico de articulação desses elementos que não encontra paralelo na obra de Marx, o qual impossibilita inferir um conceito de superexploração pela simples presença de seus elementos constitutivos na obra de Marx.

Nesse sentido, posições de autores como Pedro Santana nos parecem contextualizar de forma muito precisa a herança marxista do conceito de superexploração do trabalho:

“Não existe, por certo, nos textos “econômicos” de Karl Marx, seja nos Grundrisse, em O capital, ou ainda nas Teorias sobre a Mais-Valia, a

¹²⁷ Interessante notar que uma concepção semelhante pode ser encontrada no trabalho de Hett e Castañeda: “(...) bem sabido é que o sobretrabalho não é um invento dos capitalistas: a totalidade do trabalho do escravo, por exemplo, não é gratuita. O trabalhador necessita sempre reproduzir sua força de trabalho, mas é um fato que a superexploração que consiste em impedir a plena reprodução do trabalhador é uma realidade histórica do capital. A classe exploradora encerra uma tendência a ela. Mas este recurso conhece o limite imperioso, a saber, o esgotamento prematuro, e mais ainda, a morte do trabalhador. Outros modos de produzir funcionam em certas condições baseadas na superexploração, como é o caso do escravismo. Mas no capitalismo, a presença inegável da superexploração adquire características particulares. Consiste em salários que não representam o valor total dos meios necessários para a subsistência do trabalhador, dada a intensidade do trabalho. Esta é a concepção de Marx: a superexploração é uma tendência concomitante ao capitalismo, mas só a exploração em sua reprodução é constitutiva dele” (HETT; CASTAÑEDA, 1978, p. 55–56).

¹²⁸ Almeida Filho tece críticas semelhantes à tese da existência de uma categoria de superexploração em Marx: “Um sentido possível de superexploração em Marx é o de rompimento das características básicas que regulam as trocas com base na lei do valor. Os limites da extração da mais-valia na exposição de Marx estão dados pela jornada de trabalho e pelo custo de reprodução da força de trabalho (...) Marx mostra, nesse capítulo da jornada de trabalho, que, em muitos casos, não havia limites legais, e, mesmo na presença deles, registra relatos de inspetores de fábrica que mostram as burlas dos limites. Nestes casos, Marx se refere a um impulso voraz por mais-trabalho, mas não denomina de superexploração. Da mesma forma, ele o faz para a situação de pagamento insuficiente para a reprodução da força de trabalho. Não parece ser inapropriado chamar de superexploração a extrapolação dos limites à produção de mais-valia dados pela jornada e pelo custo de reprodução da força de trabalho. Entretanto, é preciso ter sempre presente que aí está sendo dada uma conotação distinta daquela utilizada por Marx” (ALMEIDA FILHO, 2013, p. 172).

utilização conceitualmente precisa desse termo [superexploração]. Porém, pode-se vislumbrar, sobretudo em *O Capital*, a existência de certas premissas metodológicas para um possível desenvolvimento posterior do conceito de superexploração do trabalho, como, por exemplo, quando Marx identifica situações em que a remuneração da força de trabalho por baixo de seu valor assume relevância teórica para a compreensão da dinâmica do sistema” (SANTANA, 2013, p. 21).

Outra implicação da tese de Nascimento, Dillenburg e Sobral (2013) é pressupor que a superexploração do trabalho estaria desenvolvida com o mesmo conteúdo nas elaborações de Marx e Marini, postura que revela traços de uma leitura anacrônica de Marx, ao projetar um conceito elaborado posteriormente em uma obra do passado. A saída para essa limitação ou contradição seria explicitar que não existe correspondência imediata entre a superexploração de Marx e de Marini, o que leva ao questionamento justamente da escolha do termo superexploração para a análise da obra de Marx.

A tese de Nascimento, Dillenburg e Sobral (2013) – a presença na obra de Marx de uma categoria de superexploração – apresenta outra implicação inusitada: pela sua lógica de construção, deveria ser extensível a outros conceitos, como a teoria do Imperialismo ou da Ideologia, para citar alguns exemplos, algo pouco aventado na literatura das Ciências Sociais, dado o desenvolvimento de novos elementos que as teorias do Imperialismo e da Ideologia ganharam após a obra de Marx, tornando impossível a defesa da presença dessas teorias em Marx, mesmo herdando dela os pontos centrais.

Autores como Carcanholo (2013a) também discordam da tese de uma categoria de superexploração em Marx, mas por viés distinto, focando a relação entre superexploração e dependência em Marini e Marx. Nas palavras do autor, se “(...) a categoria (...) *superexploração da força de trabalho é central dentro da teoria marxista da dependência, o mesmo não pode ser dito para Marx, ou até para autores que procurem diretamente em Marx, sem categorias de intermediação, explicações e utilizações de O capital para o entendimento de um fenômeno que este autor [Marx] nem se propôs a analisar; ao menos; não no nível de abstração que ali se lhe impunha*” (CARCANHOLO, 2013a, p. 77).

Assim, a proposição da superexploração na obra de Marx se apóia em uma equiparação indevida entre níveis de abstrações sumamente distintos: o utilizado por Marx

para captar as características mais gerais do modo de produção capitalista¹²⁹, e aquele adotado por Marini, atinente à especificidade do capitalismo dependente¹³⁰. Isso implicaria “(...) justapor em um mesmo nível de abstração categorias que dizem respeito a distintos níveis de determinação do objeto a ser explicado”(CARCANHOLO, 2013a, p. 77).

Diante do exposto, fica claro que Marx, ao estabelecer os elementos que posteriormente Marini iria articular no conceito de superexploração do trabalho, não possui uma elaboração que possa ser equiparada ao conceito de Marini, em que pese o acerto de Nascimento, Dillenburg e Sobral (2013) em apontar as características discursivas da obra de Marx, como a de superar progressivamente a aparência da equivalência na relação capital trabalho.

Recapitulando, a não equivalência deve ser considerada dimensão constitutiva da TVT. É nesse sentido que a superexploração do trabalho se mostra como uma reafirmação da TVT, pois alça a não equivalência ao primeiro plano das atenções, como elemento central de um conjunto de modalidades de exploração que desgasta e dilapida a força de trabalho. Apontar que a TVT não desenvolveu certa dimensão, leia-se relações de troca não equivalentes, é algo completamente distinto de afirmar que a TVT não abarca tal dimensão. Considerar a existência de um conceito de superexploração em Marx esbarra em vários inconvenientes teóricos, sendo os principais equivar os componentes da superexploração (as partes) à formulação do conceito (o todo), além de pressupor um desenvolvimento equivalente do conceito mariniiano em Marx, algo que traz traços de uma leitura anacrônica da obra de Marx.

O valor da força de trabalho

¹²⁹ “Portanto, para Marx, superexploração da força de trabalho significa apenas formas ou mecanismos de elevação da taxa de mais-valia, especificamente por intermédio de uma redução dos salários abaixo do valor da força de trabalho, nunca uma categoria específica do capitalismo (...) Marx procura apreender da dinâmica capitalista as suas leis gerais de funcionamento. Portanto, ele está preocupado em identificar as características do funcionamento de uma economia capitalista, não importando neste nível de abstração as distintas especificidades reais que determinadas localidades, países e regiões podem apresentar dentro deste modo de produção” (CARCANHOLO, 2013a, p. 78/79).

¹³⁰ “Há superexploração da força de trabalho nas economias centrais? Entendida meramente como formas específicas de elevar a taxa de mais-valia, de forma que os salários fiquem abaixo dos valores da força de trabalho, evidentemente sim, pois é do funcionamento do capitalismo, qualquer que seja ele, que isto se processe. Entretanto, considerada como uma categoria, nos termos aqui discutidos, específica do capitalismo dependente, como forma de compensar justamente os condicionantes estruturais que definem a dependência – mecanismos de transferência de valor –, claro que não” (CARCANHOLO, 2013a, p. 89/90).

A discussão do valor da força de trabalho é um parâmetro essencial, tanto na formulação da superexploração do trabalho de Marini, como na TVT de Marx.

Na obra de Marini, o valor da força de trabalho é um dos elementos que enquadram determinadas formas de extração de mais valia sob a designação de superexploração do trabalho, mais precisamente aquelas que alteram ou dilapidam o valor da força de trabalho de modo a impor uma reprodução atrofiada¹³¹ da última.

Na obra de Marx, o valor da força de trabalho é essencial para caracterizar a categoria de mais valia, pois a jornada de trabalho se divide em duas frações concorrentes, denominadas por Marx de excedente (fonte da mais valia) e necessária (requerida para a reprodução da força de trabalho)¹³².

O valor da força de trabalho, entendido como o *quantum* de trabalho socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho, relaciona-se com a fração necessária da jornada de trabalho, mostrando-se uma variável que influencia a magnitude da mais valia.

“O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de

¹³¹ “Como visto, o custo de reprodução da força de trabalho equivale à soma do valor das mercadorias necessárias à reposição da condição geral do trabalhador. Este seria equivalente ao custo mínimo necessário à reprodução tanto da energia do trabalhador gasta no processo produtivo quanto de sua condição de trabalhador ao longo de sua vida, nas condições históricas, políticas e culturais de cada sociedade. A superexploração se estabelece quando a remuneração do trabalho se situa abaixo deste valor, considerando-se como dadas a jornada e a intensidade do trabalho” (ALMEIDA FILHO, 2013, p. 173).

¹³² “Produzindo num contexto que se baseia na divisão social de trabalho, ele não produz seus meios de subsistência diretamente, mas sob a forma de uma mercadoria particular (...) A parte de sua jornada de trabalho que ele precisa para isso é maior ou menor conforme o valor de seus meios de subsistência diários médios (...) Mas, como na parte da jornada de trabalho em que produz o valor diário da força de trabalho (...) ele produz apenas um equivalente ao valor dela já pago pelo capitalista e, portanto, repõe apenas o valor adiantado do capital variável pelo novo valor criado, aparece essa produção de valor como mera reprodução. A parte da jornada de trabalho, portanto, em que sucede essa reprodução, eu chamo de tempo de trabalho necessário, e de trabalho necessário o trabalho despendido durante esse tempo. Necessário ao trabalhador, por ser independente da forma social de seu trabalho. Necessário ao capital e seu mundo, por ser a existência contínua do trabalhador a sua base. O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário (...) chamo de tempo de trabalho excedente, e o trabalho despendido nela: mais-trabalho (*surpluslabour*)” (MARX, 1996, p. 331).

trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor” (MARX, 1996, p. 288).

Para Marx, o tempo de trabalho socialmente requerido para a manutenção e existência da força de trabalho toma corpo em um conjunto de mercadorias ou meios de subsistência, o qual expressa o valor da força de trabalho. A forma “meio de subsistência” do valor da força de trabalho implica uma determinação de, pelo menos, duas dimensões teóricas¹³³: o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e o elemento histórico moral do valor da força de trabalho.

Forças produtivas e valor da força de trabalho

O grau de desenvolvimento das forças produtivas¹³⁴ afeta diretamente o tempo de trabalho socialmente necessário à produção dos bens de subsistência, sendo que estes proporcionam a satisfação de um conjunto de necessidades que permitem a plena reprodução da capacidade laborativa do trabalhador¹³⁵. Sendo assim, quanto maior o grau de

¹³³ “La reproducción de los trabajadores, -que incluye a las nuevas generaciones, por lo que debe contemplar en su valor a la familia obrera- no puede ser calculada como la suma de un monto determinado de calorías, proteínas y vitaminas que se encuentren en bienes cualesquiera, lo que implicaría considerar la reproducción fisiológica como quien le da de comer a un animal de carga. Existen elementos históricos y morales que no pueden ser soslayados, que hacen que esas calorías, vitaminas y proteínas no puedan ser calculadas sobre la base de cualquier alimento, sino sobre aquellos que constituyen parte de la cultura y de la historia alimenticia de un pueblo” (OSORIO, 2004, p. 47).

¹³⁴ “O valor da força de trabalho se resolve no valor de uma soma determinada de meios de subsistência. Ele muda, portanto, também com o valor desses meios de subsistência, isto é, com a grandeza do tempo de trabalho exigido para sua produção” (MARX, 1996, p. 289). “Ainda que o valor de uma mercadoria seja determinado pelo quantum de trabalho contido nela, esse próprio quantum é socialmente determinado. Se muda o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção — e o mesmo quantum de algodão, por exemplo, representa maior quantum de trabalho em colheitas desfavoráveis do que em favoráveis — há um efeito retroativo sobre a mercadoria antiga, que sempre vale como exemplo isolado de sua espécie, cujo valor sempre se mede pelo trabalho socialmente necessário, isto é, sempre pelo trabalho necessário nas condições sociais presentes” (MARX, 1996, p. 326). Elizeu Araújo aponta um aspecto importante da relação entre desenvolvimento das forças produtivas e valor da força de trabalho: “Embora um aumento da produtividade implique uma redução do valor da força de trabalho, o preço da força de trabalho não corresponde necessariamente ao novo valor. O grau da queda do preço da força de trabalho depende do peso relativo que a pressão do capital, de um lado, e a resistência do trabalhador, de outro, jogam no prato da balança. Assim, o aumento da produtividade demarca apenas o novo limite mínimo do preço da força de trabalho” (ARAÚJO, 2011, p. 29).

¹³⁵ Bolívar Echeverría coloca a questão nos seguintes termos: “A força de trabalho só existe na medida em que existe o trabalhador. Ela é só um elemento do conjunto de capacidades vitais deste, e sua existência depende do fato de que este conjunto de capacidades se encontra mantida pela satisfação de um conjunto correspondente de necessidades vitais. Este conjunto, por sua parte, se compõe minimamente das necessidades de habitação, vestuário e sustento que tem toda a unidade familiar elementar. Para que se reproduza a força de trabalho é indispensável que sua venda como mercadoria aporte ao trabalhador o dinheiro suficiente para manter a vida de, ao menos, os indivíduos humanos durante todo tempo de sua existência: a vida do indivíduo

desenvolvimento da força produtiva do Trabalho, menos tempo socialmente necessário seria requerido para a produção de um dado conjunto de bens necessários.

Entretanto, a materialização de menos tempo de produção para saciar um conjunto de necessidades traz uma importante mediação: a questão dos bens que passam a expressar a última¹³⁶. Nas palavras de Marx,

“Para que diminua o valor da força de trabalho, o aumento da força produtiva tem de atingir ramos industriais cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, que, portanto, ou pertençam à esfera dos meios de subsistência costumeiros ou possam substituí-los. Mas o valor de uma mercadoria não é determinado apenas pelo quantum de trabalho que lhe dá sua forma definitiva, mas também pela massa de trabalho contida em seus meios de produção (...) O aumento da força produtiva e o correspondente barateamento das mercadorias nas indústrias que fornecem os elementos materiais do capital constante, os meios de trabalho e o material de trabalho para produzir os meios de subsistência necessários, do mesmo modo reduzem o valor da força de trabalho. Por outro lado, em ramos de produção que não fornecem nem meios de subsistência necessários nem meios de produção para fabricá-los, o aumento da força produtiva deixa o valor da força de trabalho igual ao que era”(MARX, 1996, p. 432).

Portanto, o desenvolvimento da força produtiva não afeta o valor da força de trabalho apenas de forma direta (pelo aumento da produtividade nos bens que expressam o valor da força de trabalho), mas também por dois canais indiretos: os próprios meios de produção dos citados bens, com o barateamento ou diminuição de tempo de produção afetam o valor das mercadorias que passa a produzir; e a alteração do conjunto de mercadorias que expressa o valor da força de trabalho, propiciada pela difusão de novas mercadorias ligadas ao avanço da força produtiva na forma de inovações tecnológicas.

Nesse segundo canal indireto de influência da força produtiva sobre o valor da força de trabalho, Jaime Osorio(2004) pondera que coexistem duas tendências opostas. De um lado, a generalização de certos bens e ou serviços que passam a fazer parte da reprodução da

portador da força de trabalho do trabalhador mercantilizável e a vida de um companheiro seu, cuja força de trabalho não é mercantilizável” (ECHEVERRÍA, 1986, p. 132).

¹³⁶ Araújo (2011, p. 20) coloca a questão nos seguintes termos: “(...) o valor da força de trabalho depende: (a) da quantidade de meios de subsistência que entram no consumo do trabalhador; e (b) do valor desses meios de subsistência”.

força de trabalho¹³⁷, elevando o valor da mesma; de outro, o aumento da produtividade e o consequente barateamento e rebaixamento do valor desses mesmos bens e ou serviços¹³⁸¹³⁹.

Teoricamente, a relação entre superexploração e desenvolvimento das forças produtivas é contraditória. Ao mesmo tempo em que pode acarretar intensificação do trabalho, uma das formas de superexploração, a mudança nas forças produtivas pode ampliar as possibilidades de consumo ao rebaixar o valor das mercadorias em decorrência de uma maior produtividade do trabalho, o que poderia desvalorizar a força de trabalho proporcionando a plena reprodução das capacidades laborais, contrapondo-se à superexploração.

Piso do valor da força de trabalho e o componente histórico moral

A segunda dimensão envolvida na determinação do valor da força de trabalho seria a magnitude mínima para continuar disponível com plena reposição das condições laborativas físicas e mentais. Nas palavras de Marx,

“Se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele deve poder repetir o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições de força e saúde. A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal. As próprias necessidades naturais, como alimentação, roupa, aquecimento, moradia etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, o âmbito das assim chamadas necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação, é ele mesmo um produto histórico e depende, por isso, grandemente do nível cultural de um país, entre outras coisas também essencialmente sob que condições, e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida, se constituiu a classe dos trabalhadores livres. Em

¹³⁷ “El desarrollo material de la sociedad y la generalización de nuevos bienes van convirtiendo a éstos en bienes necesarios en épocas determinadas. Por ello, no tiene nada de extraño que en barriadas urbanas pobres se multipliquen las antenas de televisión, a pesar de que sus habitantes no cuenten con los alimentos básicos. Lo que debe sorprender no son las antenas, sino que a estas alturas del desarrollo societal existan personas que no pueden contar con los bienes materiales básicos, propios de la época en que viven, y satisfacer al mismo tiempo el resto de sus necesidades de manera suficiente” (OSORIO, 2004, p. 47).

¹³⁸ “Pero el incremento de la productividad y el abaratamiento de los bienes indispensables en general, actúa en sentido contrario, con lo cual el valor de la fuerza de trabajo se ve permanentemente tensionado por estas dos fuerzas” (OSORIO, 2004, p. 47).

¹³⁹ Elizeu Araújo aponta que “o barateamento dos meios de subsistência pode-se dar *pari passu* com o aumento da sua quantidade, de modo a impedir que a queda do valor da força de trabalho seja proporcional ao aumento da produtividade. O curso real dependerá da capacidade de resistência dos trabalhadores” (ARAÚJO, 2011, p. 42).

antítese às outras mercadorias a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral. No entanto, para determinado país, em determinado período, o âmbito médio dos meios de subsistência básicos é dado” (MARX, 1996, p. 288–289).

Marx ressalta, nesse trecho, a questão fundamental da especificidade da mercadoria força de trabalho: o elemento histórico e moral da determinação do valor da força de trabalho, uma vez que as necessidades básicas e o modo de satisfação das mesmas são “*um produto histórico e depende, por isso, grandemente do nível cultural de um país*” (MARX, 1996, p. 289).

Ou seja, a própria delimitação daquilo a ser considerado como meio de subsistência do trabalhador e que, portanto, comporia o valor da força de trabalho, ganha uma conotação ou determinação histórica e moral, fazendo com que o tempo histórico, a cultura e a geografia influenciem o valor da força de trabalho¹⁴⁰. Nas palavras de Jaime Osorio, as necessidades da classe trabalhadora variam com o passar do tempo e da organização da sociedade, ou seja, que as “*(...) necesidades básicas de la población trabajadora no son las mismas hoy en día que a finales del siglo XIX o a comienzos del siglo XX, simplemente porque ellas han variado para el conjunto de la sociedad*” (OSORIO, 2004, p. 46).

Bolívar Echeverría (1986) é um dos autores que tenta avançar na discussão do limite mínimo ou piso ao qual o valor da força de trabalho deveria corresponder. O autor argumenta que o valor da força de trabalho varia não só segundo situações concretas, mas também pelo enfrentamento entre duas tendências contrapostas: a de um sujeito social que se atém a uma “*noção cultural concreta, passadista ou futurista, de dignidade humana*”, presente na conformação dos Estados-Nações, que institui um ponto a partir do qual a existência dos indivíduos deixa de ser compatível com a dignidade humana; e a de “*socialização mercantil capitalista, que define na prática o ser humano como pura e simples força de trabalho*” (ECHEVERRÍA, 1986, p. 125), a qual influencia a nacionalização da noção histórico-

¹⁴⁰ “*Con las dimensiones espacio y tiempo se hacen presente nuevos elementos a considerar. El lugar geográfico es importante en relación al valor de la fuerza de trabajo, ya que las particularidades climáticas definen necesidades específicas. Considérese simplemente las diferencias que reclama una zona de clima frío frente a otra de clima tropical en relación al tipo de alimentación, vestuario, vivienda, etc. También deben considerarse cuestiones referidas a la educación, la cultura y las costumbres en las que han sido educados los trabajadores, lo que hace que determinadas necesidades básicas se resuelvan de maneras distintas en diversos países, regiones y culturas. Por ejemplo, una cultura sustentada en el maíz soluciona sus necesidades básicas en materia alimenticia de manera distinta a otras sustentadas en el trigo o en el arroz*” (OSORIO, 2004, p. 46).

cultural de dignidade humana, de forma a rebaixá-la até as necessidades estritamente biológicas.

O aporte de Bolívar Echeverría à teorização do limite mínimo para o valor da força de trabalho ressalta a influência da dimensão política, cujo fator decisivo seria, em última instância, “(...) *a capacidade do trabalhador superar, mediante sua própria organização, a desvantagem em que se encontra ante ao capitalista devido ao fato de que seus membros individuais, ameaçados pelo desemprego, competem uns com os outros na oferta da força de trabalho mais barata*” (ECHEVERRÍA, 1986, p. 126).

Bolívar Echeverría sugere que a imbricação da força de trabalho no indivíduo implica que a primeira passa por distintas fases segundo a trajetória biológica e social do último: “(...) *de fato, o indivíduo que deve vender sua força de trabalho só pode fazê-lo na parte intermediária de sua vida. Na parte inicial, sua força de trabalho se encontra apenas em processo de formação e não é mercantilizável; na parte final se encontra em retiro, está em vias de se esgotar e tampouco pode ser mercantilizável*” (ECHEVERRÍA, 1986, p. 133).

Com isso, a historicidade do valor da força de trabalho requer a consideração de períodos em que a mercantilização da força de trabalho era impedida, seja por questões técnicas (incapacidade de realizar as funções laborativas, seja por carência de formação ou desgaste), sociais (impedimento da venda da força de trabalho de certas faixas etárias, a exemplo do trabalho infantil), da organização familiar do trabalhador (enquanto instância básica de reprodução da força de trabalho), e da especialização ou adestramento técnico da força de trabalho requerido para as especificidades do processo de produção de mercadorias subsumido ao processo de valorização do capital¹⁴¹.

“O proprietário da força de trabalho é mortal. Se, portanto, sua aparição no mercado é para ser contínua, como pressupõe a contínua transformação de dinheiro em capital, então o vendedor da força de trabalho precisa perpetuar-se “como todo indivíduo se perpetua pela procriação”. As forças de trabalho subtraídas do mercado pelo desgaste e morte precisam ser continuamente substituídas ao menos por um número igual de novas forças de trabalho. A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos substitutos, isto é, dos filhos dos trabalhadores, de modo que essa *race* (sic) de

¹⁴¹ “(...) *ora, esse tempo de trabalho não é outro senão o necessário à produção dos meios de subsistência do trabalhador. Nesse montante estão compreendidos os meios de subsistência necessários à manutenção dos filhos dos trabalhadores, assim como os custos de aprendizagem*” (ARAÚJO, 2011, p. 20).

peculiares possuidores de mercadorias se perpetue no mercado de mercadorias. Para modificar a natureza humana geral de tal modo que ela alcance habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho, tornando-se força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso determinada formação ou educação, que, por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes mercantis. Conforme o caráter mais ou menos mediato da força de trabalho, os seus custos de formação são diferentes” (MARX, 1996, p. 289).

O piso para o valor da força de trabalho assentado em um elemento histórico moral coloca em evidência uma importante especificidade desta mercadoria especial, e possibilita uma explicação sobre a variação da magnitude do valor da força de trabalho no tempo e espaço.

Outro importante elemento a ser considerado, mesmo não afetando diretamente o valor da força de trabalho, mas a forma preço da última é a formação do chamado exército industrial de reserva (EIR). A acumulação de capital coloca, pelo seu ritmo e composição técnica, uma demanda de força de trabalho para extração de mais valia. Tal demanda, ao expandir e consolidar as relações de capital por toda a sociedade, afeta a oferta de trabalho, expandindo-a¹⁴², fazendo com que a classe trabalhadora aumente¹⁴³ e crie uma superpopulação relativa, uma porção da classe trabalhadora não empregada pelo capital que pressiona os trabalhadores empregados a rebaixarem seus salários sob pena de serem substituídos por aqueles desempregados que compõe o EIR.

A superexploração do trabalho estabelece um duplo vínculo¹⁴⁴ com a formação do EIR: por acarretar o desgaste da força de trabalho, a superexploração pressupõe uma grande e elástica oferta de trabalho para reposição quantitativa da força de trabalho continuamente

¹⁴² “Viu-se que o desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força produtiva do trabalho — simultaneamente causa e efeito da acumulação — capacita o capitalista a pôr em ação, com o mesmo dispêndio de capital variável, mais trabalho mediante exploração extensiva ou intensiva das forças de trabalho individuais. Viu-se, além disso, que com capital do mesmo valor ele compra mais forças de trabalho ao deslocar progressivamente força de trabalho mais qualificada por menos qualificada, madura por imatura, masculina por feminina, adulta por adolescente ou infantil” (MARX, 1996, p. 266).

¹⁴³ A “(...) reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado” (MARX, 1996, p. 246).

¹⁴⁴ “O aumento em larga escala do desemprego provê as condições ideais para o aumento da taxa de exploração. Seu efeito é duplo. Por um lado, incide sobre o preço da força de trabalho, tornando possível um crescimento mais lento do salário real ou, eventualmente, sua redução. Por outro, incide sobre as condições em que se dá o consumo da mercadoria força de trabalho, favorecendo mecanismos como a intensificação do trabalho e o prolongamento do tempo de trabalho” (ARAÚJO, 2011, p. 96).

dilapidada de acordo com as necessidades do capital; mas também se vincula ao EIR por este desempenhar um papel regulador do preço da força de trabalho, rebaixando o último¹⁴⁵ pela concorrência entre os trabalhadores.

A superexploração do trabalho acaba atuando sobre todos os componentes do elemento histórico e moral do valor da força de trabalho. Quando assume a forma de modalidade de extração de mais valia predominante, rebaixa a noção histórico-cultural de dignidade humana. Ao tornar-se norma ou padrão de exploração, conforma o imaginário social da época e naturaliza-se. Condições de trabalho precárias, salários insuficientes e grandes contingentes do EIR, algumas das formas empíricas de manifestação da superexploração do trabalho, são processos que conformam um ambiente de grande contenção das reivindicações dos trabalhadores.

Pela ótica das forças produtivas, atenua o impulso concorrencial vindo do aumento da produtividade do trabalho através de mudanças técnicas.

Neste ponto, cabe uma ponderação sobre posições como a de Hett e Castañeda:

“A contradição principal do capitalismo não reside, como parece pensar Marini, no aparente caminho sem saída econômica em que se coloca o capital. A verdadeira contradição é a luta de classes. Esta está ausente do texto de Marini, onde só encontramos como um reflexo delas em sua versão de superexploração. Mas mesmo nesse caso se trata de um movimento unilateral. O proletariado forma uma classe passiva, paralisado pela existência de um exército de reserva. Daí que o valor do trabalho estar predeterminado, que a superexploração se perpetue, que o mercado de bens manufaturados está sempre mais além do alcance dos trabalhadores” (HETT; CASTAÑEDA, 1978, p. 60–61).

Mais do que a peculiar interpretação de nossos autores sobre a existência e o papel da dimensão política na obra de Marini, Hett e Castañeda exaram uma concepção interessante sobre o EIR: a de que Marini atribuiria uma eficácia absoluta ao EIR no apaziguamento da luta de classes, de tal forma a perpetuar a superexploração. Tal posição nos parece pouco consistente, seja do ponto de vista lógico em aceitar a eficácia absoluta do EIR, seja do ponto de vista da leitura da obra de Marini, pois tanto a inexistência da luta de classes e a eficácia absoluta ao EIR não se sustentam em uma análise da obra de Marini.

¹⁴⁵“(…) dadas as condições de formação do capitalismo dependente, o processo de reprodução ampliada do capital terá como pilar básico a superexploração do trabalho. Primeiramente, dado o excedente estrutural de mão-de-obra, a correlação de forças entre capital e trabalho se mostrará severamente desequilibrada em prejuízo do segundo, impedindo a regulação da exploração” (HADLER, 2013, p. 126).

Valor diário e total da força de trabalho

Uma das mais interessantes abordagens de Marx sobre o valor da força de trabalho, apresentada no capítulo VIII d'O Capital, congrega questões históricas, cronológicas, políticas e sobre a técnica da produção: a que trata da distribuição cronológica do valor da força de trabalho. Marx propõe que a capacidade laborativa do trabalhador corresponde a um montante de valor, respaldado no tempo de vida útil da força de trabalho para o capital. Tal valor ou tempo de vida útil seria distribuído ao longo do tempo pelas jornadas diárias de trabalho.

“(…) mediante prolongamento desmesurado da jornada de trabalho, podes em 1 dia fazer fluir um quantum de minha força de trabalho que é maior do que o que posso repor em 3 dias. O que tu assim ganhas em trabalho, eu perco em substância de trabalho. A utilização de minha força de trabalho e a espoliação dela são duas coisas totalmente diferentes. Se o período médio que um trabalhador médio pode viver com um volume razoável de trabalho corresponde a 30 anos, o valor de minha força de trabalho que me pagas, um dia pelo outro, é $1/365 \times 30$ ou $1/3.650$ de seu valor global. Se, porém, tu a consumes em 10 anos, pagas-me $1/10.950$ em vez de $1/3.650$ diariamente seu valor global, portanto, apenas $1/3$ de seu valor de 1 dia, e furtas-me assim diariamente $2/3$ do valor de minha mercadoria. Pagas-me a força de trabalho de 1 dia, quando utilizas a de 3 dias. Isso é contra nosso trato e a lei do intercâmbio de mercadorias” (MARX, 1996, p. 348).

O cerne da formulação de Marx é a existência de uma dupla dimensão temporal do valor da força de trabalho, a diária e a total, sendo que a primeira está determinada pela última, pois os valores presentes nas jornadas diárias de trabalho são apenas divisores do valor total¹⁴⁶.

Jaime Osorio (1975, 2004, 2013b) é um dos autores que aprofundam a discussão da superexploração do trabalho pela dimensão da distribuição temporal do valor da força do trabalho. O autor considera que o valor total da força de trabalho varia segundo o tempo de vida útil dos trabalhadores e esse, por sua vez, de acordo com as “*condiciones imperantes*

¹⁴⁶ “En el análisis de Marx respecto al valor de la fuerza de trabajo se encuentran presenten dos dimensiones: por un lado, el valor diario; por otro, el valor total. Este último considera el tiempo total de vida útil del trabajador o el total de días que el poseedor de la fuerza de trabajo puede vender su mercancía en el mercado en buenas condiciones, además de los años de vida en que ya no participará en la producción o años de retiro. Es el valor total de la fuerza de trabajo el que determina su valor diario. A ello alude Marx cuando indica que “(…) el valor de un día de fuerza de trabajo está calculado (...) sobre su duración normal media o sobre la duración normal de la vida de un obrero y sobre el desgaste normal medio(…)” (OSORIO, 2004, p. 44/45).

em la época”¹⁴⁷, retomando a dimensão histórico-cultural da força de trabalho¹⁴⁸ aventada por Marx.

Autores como Osorio (1975, 2013a) e Luce (2013a, p. 146) sugerem uma classificação dos mecanismos de mais valia abarcados pela superexploração: aqueles que afetam o fundo de consumo do trabalhador, ou valor diário, envolvendo a remuneração salarial da forma mercadoria (rebaixamento abaixo do valor ou elevação do valor), e aqueles que afetam o chamado “fundo de vida”, ou valor total da força de trabalho, recaindo diretamente sobre a capacidade de trabalho do trabalhador (intensificação e aumento da jornada).

Ao desenvolver a dimensão cronológica da força de trabalho, Osorio mostra que o valor da última possui uma dupla dimensão que, por mais imbricadas que sejam, podem ser separadas analiticamente. Nas palavras de nosso autor,

“Un salario insuficiente o un proceso de trabajo con sobredesgaste (sea por la prolongación de la jornada laboral, sea por la intensificación del trabajo), que acorten el tiempo de vida útil total y de vida total, constituyen casos en donde el capital se está apropiando hoy de años futuros de trabajo y de vida. En definitiva, estamos frente a procesos de superexplotación, en tanto se viola el valor de la fuerza de trabajo. Es importante considerar que con los elementos anteriores la idea de remunerar a la fuerza de trabajo por su valor no puede ser reducida a un asunto puramente salarial. El trabajador debe encontrar el conjunto de condiciones que son indispensables para producir y reproducir su fuerza de trabajo, y dentro de ellas el salario es importante, pero no es el único elemento” (OSORIO, 2004, p. 45, destaque no original).

¹⁴⁷ “Los avances en la medicina social, por ejemplo, han permitido elevar la esperanza de vida, por lo que el tiempo de vida productiva y de vida total también se han prolongado. Esto implica que si en la actualidad un individuo puede laborar 30 años bajo condiciones normales, el pago diario de la fuerza de trabajo debe permitirle reproducirse de tal forma que pueda presentarse en el mercado laboral durante 30 años y vivir un determinado monto de años de retiro en condiciones normales, y no menos” (OSORIO, 2004, p. 45).

¹⁴⁸ “Una vez establecido el tiempo de vida útil y de vida promedio total de los trabajadores, cifra que en cada época está determinada por las condiciones médico-sociales imperantes, se debe pasar al cálculo del valor diario de la fuerza de trabajo, mismo que debe hacer posible la venta de la fuerza de trabajo en condiciones normales por el monto de años arriba considerados. El valor diario de la fuerza de trabajo se determina por el valor de los medios de vida necesarios para asegurar la subsistencia y reproducción de su poseedor. Aparecen aquí las necesidades referidas a alimentos, vestido, vivienda, educación, salud, etc.”(OSORIO, 2004, p. 46).

Por ser algo imbricado ou intrínseco ao ser humano, a força de trabalho liga-se de forma inseparável ao desenvolvimento biológico e social do trabalhador (valor de uso da mesma para o capital). A discussão proposta pela superexploração reforça a interação entre as dimensões biológicas e sociais da força de trabalho quando traz, ao primeiro plano, o desgaste prematuro da força de trabalho¹⁴⁹ como elemento basilar, uma forma específica de desmercantilização da força de trabalho pelo desgaste¹⁵⁰, que encurta cronologicamente ou até suprime as possibilidades de oferta da força de trabalho ao capital, em que pese a dilapidação da vida útil da força de trabalho não necessariamente implicar o mesmo na vida biológica¹⁵¹.

O trabalhador, ao dispor da sua força de trabalho para venda como forma de sobrevivência, está sujeito às dificuldades para a plena recuperação orgânica que possibilite a manutenção da força de trabalho em condições de uso pelo capital. Certos usos da força de trabalho podem acarretar traumas que debilitam permanentemente a capacidade e, conseqüentemente, a força de trabalho, tanto na dimensão física quanto na psicológica. Assim, mesmo maiores remunerações salariais ou períodos de repouso e descanso serão impotentes em repor as condições anteriores¹⁵².

¹⁴⁹Marcelo Carcanholo tem uma leitura particular sobre o papel do desgaste da força de trabalho na superexploração: “*Osorio argumenta que o aumento da intensidade reduz o valor da força de trabalho, implicando mais-valia relativa. Mas, se este argumento é válido e, a partir do que foi visto, a extensão da jornada de trabalho (por definição, a forma clássica de mais-valia absoluta) ou a intensificação do trabalho (sem recomposição da capacidade de trabalho) implicam, tanto uma quanto a outra, redução da vida útil do trabalhador; isto significaria, em ambos os casos, redução do valor da força de trabalho. Por este caminho, poder-se-ia chegar à conclusão de que a mais-valia absoluta também é relativa. Independentemente da ironia, deve-se destacar que, mesmo confundindo as categorias de produtividade, intensidade, mais-valia absoluta e mais-valia relativa, a teoria marxista da dependência não estaria fadada a entender o processo de acumulação de capital dependente, com base na superexploração da força de trabalho, como um processo de mais-valia absoluta*” (CARCANHOLO, 2013a, p. 93).

¹⁵⁰“*Estes mecanismos podem se desenvolver isoladamente ou de maneira combinada, de acordo com a fase em curso de acumulação de capital, mas representam maior desgaste do trabalhador e, conseqüentemente, o esgotamento prematuro e a limitação da sua força de trabalho, em condições tecnológicas determinadas*” (MARTINS, 2011b, p. 17).

¹⁵¹ Como já discutido anteriormente, a diminuição simultânea da vida útil e da biológica abarcam os casos de morte por excesso ou exaustão do trabalho.

¹⁵² “*(...) contar com menos tempo para repouso e recuperação de sua força vital – seja reduzindo o tempo de almoço, seja reduzindo o tempo de descanso semanal, seja ainda reduzindo o tempo de descanso de férias – não poderá ser compensado com aumento da quantidade de bens consumidos. Com isso, o sobre desgaste de sua corporeidade físico-psíquica tende a levar à piora de suas condições de vida, ao adoecimento e ao esgotamento prematuro de seu tempo de vida útil. Que os trabalhadores aceitem essas medidas em troca de adicionais/abonos salariais apenas revela como a remuneração da força de trabalho por baixo de seu valor leva a que tenham de se submeter à violação de seu fundo de vida no esforço de tentar compensar a apropriação de seu fundo de consumo. Aqui se vê, flagrantemente, se combinarem duas formas de superexploração, a conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital e o prolongamento da jornada além da jornada normal, ambos atentando, isto é, violando, respectivamente, o fundo de consumo e o fundo de vida do trabalhador*” (LUCE, 2013a, p. 156).

Os casos mais emblemáticos e extremos de superexploração seriam aqueles de esgotamento orgânico do trabalhador e morte por excesso de trabalho. Dal Rosso(2008, 2013) e Costa (2014) mostram que a morte por sobre-esforço no trabalho é reconhecida juridicamente apenas no Japão e designada pelo termo *karoshi*. No Brasil, em que pesem evidências do nexos causal entre adoecimento e morte relacionada à ocupação na indústria sucroalcooleira¹⁵³, não existe arcabouço jurídico que reconheça a morte por excesso de trabalho¹⁵⁴, o que não impede que teoricamente possamos enquadrar tais casos como o extremo de dilapidação da força de trabalho, que ultrapassa o âmbito social do valor de uso para o capital (a capacidade de trabalhar), afetando a dimensão biológica de existência do trabalhador.

O conceito de superexploração tendo como eixo o desgaste da força de trabalho, que implica na alteração do valor da mesma, também abarcaria as chamadas doenças profissionais como as lesões por esforço repetitivo (LER), distúrbios osteomusculares (DORT) e transtornos mentais¹⁵⁵. Portanto, uma grande gama de processos envolvendo o agravamento e a precarização das condições de trabalho, saúde e segurança dos trabalhadores poderia ser relacionada à superexploração do trabalho¹⁵⁶.

Retomemos os principais elementos de nosso percurso sobre a discussão da superexploração do trabalho. A construção do conceito em Marini mostra-se um processo progressivo e aberto, com grande potencial para captar novas características da superexploração, valendo-se também de um amplo escopo de elementos articulados na elaboração original de Marini.

A superexploração do trabalho mostra-se como uma reafirmação da TVT, pois ressalta a não equivalência entre valores, dimensão constitutiva da TVT, como elemento central de um conjunto de modalidades de exploração que desgasta e dilapida a força de

¹⁵³ Podemos encontrar interessantes estudos de caso sobre a superexploração do trabalho na indústria canavieira nos trabalhos de Adriano Pereira Santos (2013b) e Cândida Costa (COSTA, 2014). Apesar de os autores não se deterem sobre a categoria superexploração, usam-na para captar os principais traços da exploração da força de trabalho no ramo canavieiro, de forma fidedigna à elaboração de Marini.

¹⁵⁴ Segundo Cândida Costa, no Brasil “(...) as mortes dos trabalhadores no setor sucroalcooleiro foram associadas, nos atestados de óbitos, a causas como acidente vascular cerebral (AVC), parada cardiorrespiratória ou causa desconhecida” (COSTA, 2014, p. 68).

¹⁵⁵ “La intensidad del trabajo propicia un tipo de desgaste que termina reduciendo la vida útil del trabajador “en condiciones normales”, por la vía de enfermedades nerviosas y mentales, y por una elevación de los accidentes del trabajo, a diferencia de la prolongación de la jornada, con desgastes físicos inmediatos no sólo por accidentes” (OSORIO, 2004, p. 54).

¹⁵⁶ “O adoecimento laboral é expressão, no plano da singularidade humana, do processo de desfeiteiração do ser genérico do homem, que, nas condições da crise da estrutural do capital, assume dimensão ampla e intensificada com a superexploração da força de trabalho” (ALVES, 2013, p. 15).

trabalho. Com isso, mostramos ser problemática a leitura da existência de escopos teóricos distintos para a TVT e a superexploração do trabalho, a primeira assentada na preservação e a segunda no rompimento da equivalência de valor nas trocas mercantis.

O entendimento da existência de um conceito de superexploração em Marx esbarra em problemas de tomar os elementos que posteriormente aparecerão na proposição de superexploração do trabalho de Marini como sinal inequívoco da existência da teoria em Marx, desconsiderando o esforço teórico específico de articulação desses elementos em Marini e que não encontra paralelo na obra de Marx.

A relação entre superexploração e desenvolvimento das forças produtivas é contraditória, pois possibilita tanto a intensificação do trabalho, uma das formas de superexploração, como a ampliação das possibilidades de consumo ao rebaixar o valor das mercadorias com uma maior produtividade do trabalho.

A superexploração do trabalho, quando assume a forma de modalidade de extração de mais valia predominante, rebaixa a noção histórico-cultural de dignidade humana, conforma o imaginário social da época e naturaliza-se, atenuando o impulso concorrencial vindo do aumento da produtividade do trabalho através de mudanças técnicas.

Ao resgatarmos o papel da concorrência e da mais valia extraordinária na formulação de Marini, constatamos a possibilidade da ocorrência da superexploração nas formações sociais imperialistas, mesmo que a presença da superexploração em países imperialistas e dependentes apresente efeitos distintos sobre a acumulação de capital em formações sociais específicas.

Para além da discussão dos eixos de relação dialética com a TVT e das polêmicas internas ao conceito de superexploração, nos parece ser imprescindível um panorama dos autores que já abordaram o conceito. Veremos isso nas próximas seções.

A superexploração do trabalho em abordagens divergentes

O relativo desconhecimento da Teoria Marxista da Dependência (TMD), para além da América Latina¹⁵⁷, responde em grande parte pela pouca difusão do conceito e pelo reduzido número de trabalhos que discutem a superexploração do trabalho nos termos propostos por Marini.

¹⁵⁷ Tal desconhecimento da TMD deve-se, em grande parte, pela publicação apenas das obras de André Gunder Frank e Fernando Henrique Cardoso em inglês, os quais foram tomados comumente como exclusivos representantes da Teoria da Dependência.

Mesmo dentre os autores que se propuseram à divulgação da produção marxista da dependência fora da América Latina, como Cristóbal Kay (1989), Magnus Blomstrom e Bjorn Hettne (1990), Ronald Chilcote (1974, 1983) e mais recentemente Andy Higginbottom (2010, 2013a, 2013b), a abordagem converge para um mesmo padrão quando se trata especificamente da superexploração do trabalho: ou apenas cita-se lateralmente a existência do conceito em Marini ou trazem uma mera descrição da formulação original da superexploração, sem adentrar quaisquer discussões sobre o conceito, contribuindo, mesmo que involuntariamente, para a pouca difusão da superexploração.

Mesmo neste cenário é possível identificarmos um restrito conjunto de autores que trataram mais diretamente do conceito de superexploração do trabalho, passíveis de uma agrupação, primeiramente, quanto ao posicionamento de aceitação ou negação do conceito de superexploração e, em seguida, dentro de cada posição, quanto a aspectos particulares. Tal procedimento nos permite construir quatro subgrupos ou correntes.

Uma primeira corrente corresponde aos autores que aceitam a pertinência da superexploração e retomam o diálogo com a obra de Marini para interpretar o Brasil contemporâneo. Figura entre eles Marcelo Carcanholo (2013a, 2013b), Jaime Osorio (1975, 2004, 2009, 2013a), Adrian Sotelo Valencia (2008, 2009, 2013a), Mathias Luce (2011, 2012, 2013a, 2013c), Niemeyer Almeida Filho (2013), Pedro Santana (2013), Carlos Nascimento (2013), Carlos Eduardo Martins (1999, 2011a, 2013), Pedro Duarte (2010), Andrei Massa (2013) e Nilson Araújo de Souza (1980, 2009a). Devido ao viés da corrente, eminentemente de resgate e debate teórico sobre a superexploração do trabalho, seus autores já foram abordados nas seções precedentes em que discutimos a relação entre superexploração e TVT.

Ainda dentre os que aceitam o conceito de superexploração, existe um conjunto de trabalhos com formulações que se aproximam da superexploração conforme apresentada por Marini, mas apresenta divergências em elementos importantes, como são os casos de Bolívar Echeverría (1986), Giovanni Alves (2000, 2007, 2014), Samir Amin (1977), John Smith (2010), Baidyanath Ghosh (2001), Patrick Bond (2007), Etienne Balibar (1993), David Harvey (2010) e Henry Veltmeyer (1983, 2011), de tal forma ser impossível atribuir-lhes um desenvolvimento do conceito de superexploração.

Uma terceira corrente ou subgrupo abarca os trabalhos que buscam invalidar e combater a obra de Marini, perseguindo inconsistências de ordem lógico-teórica na superexploração do trabalho. Figuram neste grupo autores como Fernando Henrique

Cardoso (1979; 1974), Enrique Hett e Jorge Castañeda (1978), Guido Mantega (1987) e Valenzuela Feijóo (1997).

A quarta corrente questiona a pertinência histórica e política do conceito de superexploração do trabalho, argumentando pela insuficiência ou limitação do conceito e da obra de Marini para o entendimento do Brasil contemporâneo. Figuram nesta corrente autores como Virginia Fontes (2010) e Enrique Dussel (1988).

Vejam os aportes dos três últimos subgrupos detalhadamente, começando pela corrente que usa o termo, mas não o conceito de superexploração de Marini.

A abordagem de Bolívar Echeverría

Bolívar Echeverría compartilha o foco analítico da alteração do valor da força de trabalho a partir da manutenção da capacidade laborativa:

“(...) o trabalhador aluga ao capitalista um “objeto” que sua propriedade – a força de trabalho –; portanto, o capitalista, depois de usá-lo, tem que devolvê-lo. Se o devolve só em parte ou deteriorado, o capitalista, no intercâmbio, estaria tomando mais do que dá; despojará o trabalhador de parte de sua propriedade privada. Igualmente, se o salário que recebe pelo aluguel de sua força de trabalho não permite ao trabalhador pagar os custos de restauração da mesma, o capitalista, em troca, estaria dando menos do que recebe; roubaria do trabalhador uma parte do valor que lhe corresponde” (ECHEVERRÍA, 1986, p. 132).

Valendo-se do vocábulo sobre-exploração, a formulação de Echeverría apresenta duas especificidades importantes. A primeira advém do destaque para a dimensão mercantil da força de trabalho, fazendo com que a possibilidade de plena reprodução da força de trabalho ganhe *status* de problema fundamental¹⁵⁸, o que envolve não só as questões de remuneração da força de trabalho¹⁵⁹, mas também as possibilidades de venda da força de

¹⁵⁸ “Trata-se de um desgaste cotidiano excessivo ou de uma restauração cotidiana insuficiente, a sobre-exploração que o capital faz do trabalhador, e que dá lugar ao mais valor suplementar, implica o pagamento de um salário inferior ao valor da mercadoria força de trabalho. E dizer, implica a diminuição qualitativa ou total da reprodução do trabalhador por abaixo do nível aceitável em termos histórico-culturais como propriamente humano” (ECHEVERRÍA, 1986, p. 135).

¹⁵⁹ “O fracionamento do intercâmbio entre força de trabalho e meios de subsistência é o fato que permite a aparição da sobre-exploração e a geração de mais-valor suplementar. Se, por um lado, o capitalista paga ao trabalhador menos do que este necessita dia a dia para restaurar sua força de trabalho, ou se, por outro lado, gasta dela mais do que é restaurável dia a dia, o consumo da mesma deixa de implicar somente em uma diminuição, um desgaste ou envelhecimento naturais do trabalhador e passa a ser uma destruição paulatina da mesma. Se a força de trabalho se desgasta em cada jornada de trabalho além dos limites sócio-naturais estabelecidos, o trabalhador deixa de estar em condições de consumir adequadamente seus meios de subsistência no período de restauração e desfrute de seu dia vital, e deixa, portanto, de reproduzir

trabalho ao longo da vida do trabalhador¹⁶⁰. Tal enfoque aproxima Echeverría da formulação de Marini.

A segunda especificidade da interpretação de Echeverría decorre da concepção da natureza da sobre-exploração ligada ao grau de exploração, ou seja, se manifestaria quando determinados limites da exploração (ligados à capacidade de plena reprodução) fossem atingidos.

“(…) A única maneira de distinguir o ponto a partir do qual a taxa de mais-valia expressa a presença de um mais valor espúrio ou suplementar junto ao mais valor “legal”, e dizer, o limite além do qual a exploração capitalista se agudiza até implicar uma sobre-exploração ou um despojo direto do trabalhador, é mediante a análise da complexidade que caracteriza o processo de reprodução da força de trabalho” (ECHEVERRÍA, 1986, p. 132).

Este enfoque afasta a concepção de Echeverría da superexploração de Marini. O desgaste como natureza ou elemento aglutinador do conceito de superexploração não pode ser equiparado ou confundido teoricamente como uma exceção do processo de exploração que, ao passar de certo nível quantitativo, ganha o caráter superexplorador¹⁶¹. A superexploração do trabalho é uma modalidade específica de extração de mais valia que congrega certos mecanismos de extração, os quais têm em seu cerne a dilapidação da força de trabalho como regra e não como uma exceção, como teoriza Echeverría.

adequadamente sua humanidade. Igualmente, se o trabalhador não dispõe dos meios de subsistência requeridos, na mediada sócio-natural estabelecida, a restauração da força de trabalho obriga ao sacrifício da satisfação de outras necessidades e implica também uma reprodução defeituosa de sua existência como ser humano” (ECHEVERRÍA, 1986, p. 133/134).

¹⁶⁰ “*Olhada em seu aspecto quantificável, a presença desta sobre-exploração do trabalhador resulta aproximadamente detectável quando se trata da primeira de suas modalidades, o desgaste cotidiano excessivo da força de trabalho. Neste caso, o consumo que o capitalista faz da magnitude da força de trabalho se realiza em um lapso de tempo menor que a duração da idade produtiva do indivíduo produtor. A parte final deste período passa a somar-se, ou a substituir (como acontece geralmente, pois a duração da vida se encurta) o resto não ativo da vida do trabalhador (...)*” (ECHEVERRÍA, 1986, p. 134).

¹⁶¹ “*A superexploração é uma forma particular de exploração e esta particularidade consiste em que é uma exploração na qual o valor da força de trabalho é violado. Tal violação pode ocorrer por diversos mecanismos, seja no mercado – no momento de sua compra e venda –, seja no próprio processo de trabalho – por um desgaste “anormal”, extensivo ou intensivo” (OSORIO, 2013a, p. 51); “(...) superexploração, se significar apenas “mais exploração”, não tem maior significado teórico, para além de meras formas concretas de elevação do grau de exploração, de aumento da taxa de mais-valia” (CARCANHOLO, 2013a, p. 75); “(...) o problema da superexploração tem a ver não com o nível de exploração em si, mas com o caminho que leva a ele – se implica ou não uma remuneração abaixo do valor da força de trabalho” (ARAÚJO, 2011, p. 120).*

Progresso técnico e a discordância de Giovanni Alves

A relação entre superexploração e progresso técnico não é consensual na literatura. Giovanni Alves é um autor que em sua trajetória muda de posição, ao passar do uso de um conceito particular de superexploração, em que discorda de certos aspectos da formulação de Marini, para uma posição de plena identificação com o último. Vejamos.

Alves (2000) se vale do conceito de superexploração para a interpretação do capitalismo brasileiro a partir da década de 1970 de forma muito próxima àquela usada por Marini, porém sem enxergar a incorporação do progresso técnico no conceito de superexploração de Marini. Nas palavras de Alves,

“(...) o conceito de superexploração do trabalho que utilizamos é diverso do utilizado por Ruy Mauro Marini, no qual a superexploração do trabalho não implicava um aumento da capacidade produtiva do trabalhador assalariado (Marini, 1973:41). Sob o período da nova internacionalização do capital, a superexploração do trabalho assume nova determinação: ela pressupõe desenvolvimento de novas tecnologias no interior de um complexo social em que a classe operária não consegue erguer obstáculos à sanha avassaladora do capital. Nesse caso, a discrepância entre os rendimentos do trabalho e os rendimentos do capital tende a tornar-se cada vez maior, em termos relativos e não absolutos, posto que é possível, segundo a conjuntura do ciclo capitalista, que haja incremento de salário real – o que pode implicar melhoria do padrão de vida para parcelas de classe operária” (ALVES, 2000, p. 161).

A leitura que Alves faz da obra de Marini nos parece equivocada, mesmo se nos ativermos a apenas um trabalho, *Dialética da Dependência*, onde encontramos referências à relação entre progresso técnico e intensificação do trabalho que contrariam cabalmente a visão de Alves. Além disso, a referência de Marini ao não aumento da capacidade produtiva do trabalhador, quando da discussão da introdução de progresso técnico na economia dependente, objetiva ressaltar o interesse da burguesia local em aumentar a massa de mais valia, independentemente da trajetória da taxa de mais valia, e conseqüentemente a impossibilidade de hegemonia da mais valia relativa.

Por fim, escritos como *Mais-valia extraordinária e acumulação de capital* (MARINI, 1979a), em que Marini demonstra como um diferencial tecnológico setorial implicaria em transferência de valor intersetorial a favor do setor com progresso técnico, ao

qual leva à superexploração do trabalho como forma de compensação, reforçam o esforço de Marini em trazer para o cerne do conceito a relação com o progresso técnico.

Em trabalho posterior, Alves (2007) retoma o conceito de superexploração, mas de forma lateral, sem aprofundar maiores análises a partir do conceito¹⁶².

Somente em Alves (2014), quando o autor volta-se para a interpretação da década de 2000, ressurgem o conceito de superexploração de forma mais explícita, revendo a posição anterior de divergência à elaboração de Marini¹⁶³, ao articular a superexploração a partir da intensificação do tempo de trabalho - conceito mais amplo que o tempo da jornada de trabalho, pois abarcaria o tempo de vida fora do trabalho também - pela junção entre a gestão toyotista da força de trabalho e as possibilidades de controle ofertadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação.

Superexploração, a dimensão quantitativa da mais valia e o rebaixamento do valor da força de trabalho

É possível identificar na literatura uma heterogênea corrente de autores que aceitam e se valem do termo superexploração, mas em uma acepção própria, distinta daquela usada por Marini, pois acabam enfatizando com o uso do termo a dimensão quantitativa da extração de mais valia.

Dentre tais autores, encontramos Samir Amin (1977), que ao discutir a formação do sistema capitalista mundial hierarquizado, confere especial atenção ao papel do comércio internacional na apropriação que o imperialismo faz do valor produzido nos países dependentes. Posto que a transferência de valor implica uma substancial elevação da taxa de

¹⁶² “Embora seja legítimo, da ótica do trabalho, o objetivo em reduzir as doenças ocupacionais, o que se oculta, por outro lado, é a natureza intensificada e de superexploração do trabalho sob o regime de produção toyotista. Preserva-se um corpo útil, disciplinado e submisso, não apenas no local de trabalho, mas inclusive em casa (a lógica do capital tende a invadir o espaço doméstico)” (ALVES, 2007, p. 226); “O toyotismo se caracteriza pela vigência da superexploração da força de trabalho. Com o capitalismo global, marcado pela IV Revolução Tecnológica, o salário real tende mais do que nunca, a não acompanhar a produtividade do trabalho social. É possível até ocorrer, sob certas circunstâncias, um incremento do salário real de operários e empregados, mas o “arrocho” do salário relativo é um traço constitutivo do novo regime de acumulação flexível do qual o toyotismo é seu “momento predominante” (ALVES, 2007, p. 227); “Entretanto, no caso do comércio, cerca de 79,6% estão na faixa salarial de até 3,00 s.m.[salário mínimo]. E no caso da agropecuária, apesar do crescimento do contingente do proletariado estável ligado a este setor da economia nacional, a faixa salarial que tendeu a crescer (de 70,9 para 78%), foi a de até 3,00 s.m. A faixa salarial de 3,01 a 7,00 s.m. decresceu, seguindo a tendência do setor industrial, o que demonstra, de modo geral, o “arrocho salarial” em setores produtivos que agregam valor à mercadoria. É a vigência da superexploração da força de trabalho na ‘década neoliberal’” (ALVES, 2007, p. 266/267).

¹⁶³ “No decorrer deste livro, utilizaremos o conceito de superexploração do trabalho desenvolvido por Ruy Mauro Marini para caracterizar a forma histórica de exploração da força de trabalho no Brasil” (ALVES, 2014).

exploração ou de mais valia nos países dependentes, a superexploração, para Amin¹⁶⁴, seria uma concepção que toma apenas e exclusivamente a dimensão quantitativa¹⁶⁵.

Smith (2010)¹⁶⁶ faz do conceito de superexploração o eixo de seu trabalho, colocando-o como processo central que impulsiona a internacionalização do capital na era da globalização ou do novo imperialismo. Para esse autor, as grandes empresas multinacionais do Norte seriam os grandes agentes da globalização ou do novo imperialismo. Smith argumenta que a internacionalização das mesmas busca a substituição do custo dos altos salários domésticos pelos baixos salários da região Sul (SMITH, 2010, p. 11). Tal situação caracterizava a superexploração “(...) *of low-wage workers in the global South is now of ‘core’ importance to capitalists in the imperialist countries*” (SMITH, 2010, p. 22). O argumento de Smith tem o mérito de retomar a superexploração como fenômeno ligado à concorrência capitalista, entretanto reduz a superexploração a uma mera intensificação da exploração¹⁶⁷, ou seja, a uma dimensão quantitativa e, dentro desta dimensão quantitativa, preocupa-se com a expressão salarial¹⁶⁸ da força de trabalho e não com a trajetória do valor da força de trabalho.

Baidyanath Ghosh (2001) apresenta uma leitura da obra de Marini na qual o subdesenvolvimento da periferia capitalista decorreria do constrangimento ao aumento do mercado diretamente ligado à superexploração do trabalho:

¹⁶⁴“(…) *To be sure, beginning in 1914, or 1930 at the latest, the flow of capital export from center to the periphery diminished relatively, but this was due precisely to a dynamic unequal development based on the unequal exploitation of labor resulting from this export of capital. Between 1880 and 1930, capital was not overabundant in absolute terms; but it obtained a higher output in the periphery by establishing modern facilities (with high productivity) which intensified the exploitation of labor Power. This overexploitation limiter the possibilities for subsequent extended accumulation in the periphery, thereby reducing the possibilities for the profitable export of capital*”(AMIN, 1977, p. 131, grifos nossos).

¹⁶⁵ Neste sentido, é interessante a precisa e arguta crítica de Veltmeyer (1983, p. 222) a Amin: “(...) *Strictly speaking, however, we cannot speak here of “superexploitation”, which implies more than a magnitude of unpaid labor; it implies the forced reduction of the value of labor Power (which is, in any case, lower in peripheral regions for historical reasons)*”.

¹⁶⁶ O argumento apresentado por Smith (2010) é amplamente adotado por Foster, McChesney e Jonna (2011), nos levando a apresentar apenas o primeiro autor.

¹⁶⁷“*For present purposes, exploitation can be simply defined. If the working day comprises two parts, necessary labor-time (the time a worker takes to create value equal to what he/she consumes) and surplus labor-time (the time spent producing surplus value for the capitalist), the rate of exploitation is the ratio between them, and super-exploitation signifies a higher rate of exploitation than the prevailing average domestic rate of exploitation within the imperialist economies*” (SMITH, 2010, p. 22). “*Here, ‘super-exploitation’ signifies subjection to a higher rate of exploitation than that endured by the working indigenous class in the imperialist countries; a quality common to migrant workers and those working for migrant TNCs*” (SMITH, 2010, p. 23).

¹⁶⁸“*The central argument of this thesis highlights the increased dependence of northern capitalists on the proceeds of super-exploitation of low-wage workers in the global South, as captured in the term ‘global labor arbitrage’, which denotes the substitution of relatively highly paid domestic labor by low-wage southern labor*” (SMITH, 2010, p. 23).

“The workers are not required for the realization in the dependent country. One implication of stagnant wage level is that market also remains stagnant and limited: markets do not expand at all (...) Marini argues that surplus value is produced in the periphery but it is appropriated in the center. The surplus is transferred from the periphery to the center through the mechanism of underconsumption of the working class” (GHOSH, 2001, p. 124).

A leitura de Ghosh não enfatiza a dimensão quantitativa do processo de produção da mais valia, mas os efeitos que a superexploração exerce sobre a esfera da circulação, valendo-se de referências como subconsumo para qualificar a superexploração.

Apoiado nessa interpretação, Ghosh (2001, p. 124) tece três críticas à elaboração de Marini. A primeira decorre da falta de percepção de que a superexploração teria um limite, pois os salários não poderiam se reduzir abaixo do mínimo de subsistência sob pena de devastação física da classe trabalhadora e o conseqüente impedimento da expansão do próprio capitalismo. Tal crítica perde de vista i) não só a avaliação de Marini do caráter antissocial da superexploração, ii) mas também o pressuposto da existência de um grande EIR a fornecer constantemente novos braços, e iii) não considera o componente histórico-moral da composição valor da força de trabalho, a qual pode ser o objeto de superexploração, sem atingir diretamente o componente biológico da força de trabalho.

A segunda crítica de Ghosh seria que o consumo dos trabalhadores não importaria para a produção, renda e emprego, leitura esta que distorce a visão de Marini, pois confunde atrofia do setor de bens de consumo voltado aos trabalhadores com irrelevância do referido setor.

A terceira crítica seria a de que, ao contrário do que Marini supostamente defendia, os trabalhadores do terceiro mundo consumiriam uma série de mercadorias, uma inferência que não encontra bases materiais ou teóricas na obra de Marini e que reflete o entendimento equivocado da existência de uma tese de pauperização absoluta na formulação de Marini, como bem nos lembra Jaime Osorio:

“La superexplotacion del trabajo no implica necesariamente por tanto, que los trabajadores consuman cada vez menos – como en la pauperización absoluta - sino que consuman una masa de bienes inferior a la que es necesaria para reproducir la fuerza de trabajo en condiciones normales en un determinado momento histórico (...) la superexplotacion tampoco es exclusiva de las condiciones más atrasadas de la producción capitalista.

Por el contrario, ésta puede ir paralela con la introducción de mayores adelantos tecnológicos y con formas avanzadas de organización del trabajo” (OSORIO, 2009, p. 116).

Autores como Patrick Bond (2007), ao analisar a trajetória do debate da economia política sul africana, invocam o termo superexploração para referir-se à convivência de relações capitalistas e não capitalistas na África do Sul, no que chama do enfoque de “duas economias” (*two economies*)¹⁶⁹, e mostra como a manutenção das relações não capitalistas é funcional para a própria acumulação capitalista, pois pressiona para baixo o valor da força de trabalho pelos mais diversos expedientes, como a migração, a discriminação racial, a manutenção das estruturas tribais, etc. Tal diminuição do valor da força de trabalho pela maior exploração do setor não capitalista seria o cerne da superexploração do trabalho na visão de Bond.

Apesar de tratar do movimento do valor da força de trabalho, a abordagem de Bond foca na questão quantitativa de aumento da exploração, seja daqueles sob relações não capitalistas ou dos trabalhadores em relações capitalistas pressionados pelo setor não capitalista.

Ao propor uma discussão sobre a formação de uma burguesia internacional, Etienne Balibar (1993) argumenta que a internacionalização do capital não implica na homogeneização dos padrões de desenvolvimento, mas ao contrário, na fragmentação e divergência de estratégias de exploração por parte da burguesia de diferentes lugares, combinando diversamente “(...) *an economic policy, linked with a certain productive combination of technology, finance and incitements to surplus labour, together with a social policy for the management and institutional control of the population*” (BALIBAR, 1993, p. 176/177).

No contexto da citada discussão, Balibar chama a atenção para a elaboração de Linhart (1981) em cuja análise das condições de trabalho na indústria canvieira de Pernambuco ao final da década de 1970 transparecia uma interpretação que caracterizaria o

¹⁶⁹“For Marxists, the idea of superexploitation is often captured by ‘permanent primitive accumulation’, in which the initial capitalist strategy of dispossessing non-capitalist spheres – most famously in land enclosures which forced peasants into a proletarianisation process – becomes permanent. Superexploitation is a way to understand South Africa’s history of extremely biased accumulation, combining capitalism and non-capitalist sites of work, of life and of nature. This process of ‘uneven and combined development’ can be identified in history as integral to the ‘original’ moment of capital accumulation considered by Marx as ‘primitive’, i.e., in the initial stages when the new mode of production was gathering momentum not on the basis of exploitation at the point of production – the main point of *Das Kapital* – but rather in the superexploitative relations between market and non-market activities” (BOND, 2007, p. 3).

capitalismo com uma tendência constante à superexploração¹⁷⁰. Ao criticar tal concepção, Balibar apela ao argumento de que a superexploração não seria universalmente compatível com a lógica racional da própria exploração capitalista, caso implique na negação de certos pressupostos da própria reprodução da força de trabalho¹⁷¹. Complementa a argumentação defendendo que, na economia mundial, todas as formas de exploração são passíveis de convivência¹⁷².

O debate proposto por Balibar, apesar de apenas tangenciar a discussão sobre a superexploração, gera duas questões interessantes: i) a de que a superexploração pode conviver e se articular com outras formas de exploração, algo de extrema pertinência e correção; e que ii) tal convivência se daria nos termos de uma dualidade na formação social e, por isso, a incompatibilidade entre a superexploração e as condições de reprodução da força de trabalho, o que retrocede ao avanço da concepção anterior, pois a superexploração pode se dar nos empreendimentos capitalistas mais avançados tecnologicamente, os quais seriam a parte avançada ou moderna da formação social dual. Transparece na argumentação de Balibar, até pelo recurso à noção de dualidade, que a superexploração seria restrita aos modos de produção arcaicos, pois os atributos por ele destacados como integrantes da

¹⁷⁰ O livro de Linhart relata um trabalho de campo quando de uma viagem ao estado de Pernambuco no ano de 1979, no qual o autor testemunha a dura condição de vida dos trabalhadores da cana de açúcar, relatando a brutal carestia material e repressão política que sofriam. Entretanto, mesmo trazendo elementos caracterizáveis pela superexploração, Linhart (1981) não se refere ao termo em nenhum momento de seu texto.

¹⁷¹ “(...) *As I have suggested elsewhere in the wake of others such as Robert Linhart, what characterizes the capitalist process of production is not simple exploitation but the constant tendency to super-exploitation, without which there would be no means of counter acting the tendency of the rate of profit to fall (or the 'diminishing returns' of a given productive combination, that is, the increasing costs of exploitation). But super-exploitation is not universally compatible with the rational organization of exploitation itself, if it implies, for instance, maintaining a mass of workers at a very low level of subsistence and training, or the absence of welfare legislation and democratic rights which, elsewhere, have become an integral part of the conditions of reproduction and use of labor-power (not to mention, as with apartheid, the denial of citizenship pure and simple)*” (BALIBAR, 1993, p. 177).

¹⁷² “*For this reason, the (shifting) distinction between the core and the periphery of the world-economy corresponds also to the geographical and politico-cultural distribution of strategies of exploitation. Contrary to the illusions of development, which suppose that inequalities represent merely a lagging behind that will gradually be made up, the valorization of capital in the world-economy implies that practically all historical forms of exploitation should be used simultaneously, from the most 'archaic' (including unpaid child labor as in Moroccan or Turkish carpet factories) to the most 'up-to-date' (including job 'restructuring' in the latest computerized industries), the most violent (including agricultural serfdom in Brazilian sugar plantations), or the most civilized (including collective bargaining, profit-sharing, state unionization). These forms, which are broadly speaking mutually incompatible (for cultural, political or technical reasons) must remain separate from one another. Or rather it is important for them to remain so, as far as is possible, to avoid the formation of 'dual societies' in which social blocs that are at different stages of development come into conflict in explosive ways. Using the term in a rather different sense than is intended, one can suggest that Wallerstein's 'semi periphery' exactly corresponds to the coming together at one specific conjuncture, within the same state organized space, of forms of exploitation that are not at the same stage of development. A conjuncture of this sort can last for a long time (even centuries), but it is always unstable, which is perhaps why the semi periphery is the privileged place for what we traditionally call 'politics')*” (BALIBAR, 1993, p. 177).

condição de reprodução da força de trabalho - baixo nível de subsistência e treinamento, falta de legislação de proteção social e direitos democráticos – mostram-se calcados na experiência histórica das sociedades europeias, as quais seriam sociedades em estágios de desenvolvimento mais avançados para Balibar. Como já anteriormente discutido, a superexploração pode se apresentar nas economias avançadas, o que invalidaria o argumento de Balibar.

David Harvey (2010) também faz referências ao conceito de superexploração, mas de forma tangencial. Entretanto, é possível inferir uma concepção quantitavista na referência, pois usa o termo superexploração quando cita as análises de Marx sobre a superpopulação relativa e a situação da classe trabalhadora na Inglaterra antes de 1850, e qualifica as péssimas condições de vida e trabalho¹⁷³ como superexploração, ou seja, enfatiza a intensidade da exploração capitalista. Tal concepção fica explícita quando Harvey usa o termo superexploração para se referir também ao uso intenso da terra e de recursos naturais¹⁷⁴.

Henry Veltmeyer é um dos poucos autores que resgatam o conceito de superexploração na obra original de Marini, valendo-se do conceito tanto para a interpretação da formação histórica do capitalismo dependente (VELTMEYER, 1983), como para entender as novas formas pelas quais as relações capitalistas organizam o campo e a produção agrícola (VELTMEYER, 2011). Veltmeyer enfoca teoricamente o rebaixamento do valor da força de trabalho e, após tomar tal dimensão como equivalente ao conceito de superexploração da força de trabalho, identifica os complexos processos que concorrem para o citado rebaixamento, como a divisão sexual do trabalho, a articulação de relações não capitalistas, a concorrência no mercado de trabalho e a formação do mercado informal urbano e do proletariado rural no campo. Para Veltmeyer, tais processos suportam direta ou

¹⁷³ “Marx here introduces another important concept: that of a surplus population. This permits capitalists to super-exploit their workers without regard for their health or well-being. Of course, the surplus population has to be accessible to capital. Marx here cites the case of the Poor Law commissioners, who were instructed to “send the ‘surplus population of the agricultural districts to the north, with the explanation ‘that the manufacturers would absorb and use it up. Agricultural districts conveniently rid themselves of their Poor Law obligations, at the same time as they provided surplus labor for the manufacturing districts” (HARVEY, 2010, p. 145). “This whole dynamic calls for some commentary. It is clear from the data that up until 1850 or so, the rate of exploitation in the British industrial system was horrendous and that the hours of work were equally horrendous, with dreadful consequences for the conditions of working and living. But this super-exploitation slackened after 1850 without any marked negative effect on profitability or output. This occurred in part because the capitalists found another way to gain surplus-value (to be taken up shortly)” (HARVEY, 2010, p. 155).

¹⁷⁴ “Clearly, the coercive laws of competition that drive the capitalists down such a self-destructive path need to be contained. This is as serious a problem with respect to the super-exploitation of the land and the pillaging of natural resources as it is for the qualities and quantities of labor supply” (HARVEY, 2010, p. 157).

indiretamente o rebaixamento do custo da força de trabalho para o capital e seriam essenciais para aqueles capitais que baseiam sua concorrência no baixo custo da força de trabalho, a exemplo das *maquilas* (VELTMEYER, 2011, p. 31).

Veltmeyer incorre no equívoco de equiparar o rebaixamento do preço da força de trabalho à superexploração. Essa relaciona as formas de exploração que não garantem a reposição do valor da força de trabalho, esteja ela com preços rebaixados ou não. É claro que a vigência da superexploração colabora e influi no rebaixamento do valor médio da força de trabalho, mas não pode ser confundida teoricamente com tal rebaixamento.

Recapitulando, dentre aqueles que aceitam o conceito de superexploração do trabalho, podemos identificar uma primeira corrente cujo viés de resgate conceitual da superexploração expõe os contornos e polêmicas do conceito na obra de Marini. Uma segunda corrente se forma dentre aqueles que aceitam a superexploração, mas adotam o termo superexploração em acepções distintas da de Marini, comungando geralmente i) da referência à obra de Marini¹⁷⁵; e ii) do destaque para dimensões inegavelmente presentes no conceito original de superexploração, mas tomadas, invariavelmente, como equivalentes à superexploração quando, na verdade, são apenas aspectos parciais, mesmo que de inegável importância, da formulação mariniana de superexploração; e iii) da interpretação da superexploração como um aspecto meramente quantitativo da exploração da força de trabalho.

Um breve interregno: discutindo a essência da superexploração sem se referir ao conceito de superexploração

Antes de passarmos às correntes que negam a superexploração, cabe o registro da existência de muitos autores brasileiros com discussões próximas à elaboração da superexploração em Marini, passando pela temática da degradação ou dilapidação do valor da força de trabalho, mas sem referências ao termo superexploração e sem usarem a temática como eixo para uma formulação específica.

São autores que muitas vezes passam pela discussão temática da dificuldade histórica de plena reprodução da força de trabalho no Brasil, algumas vezes em trabalhos cronologicamente anteriores aos de Marini e em registros teóricos distintos, mostrando que tal temática perpassa o pensamento social brasileiro e encontra em Marini um autor que lhe

¹⁷⁵ A exceção é Patrick Bond, o qual, apesar de usar o termo superexploração, traz referências apenas à obra de Gunder Frank.

propõe uma síntese. Apontaremos apenas uma pequena amostra de autores que trataram da temática sem recorrer ao conceito de superexploração: Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira e Paul Singer, dentre os clássicos, e Edmilson Costa, entre os contemporâneos.

Florestan Fernandes (1975), ao discutir a especificidade da disseminação das relações capitalistas no Brasil, a chamada “ordem competitiva” no âmbito da economia, constantemente alertava para a busca incessante da burguesia dependente de compensar as pressões decorrentes da competição econômica intra (imperialismo) e extra (classe trabalhadora) burguesa pela vedação e negação, ao trabalhador, do acesso à ordem política e à própria mercantilização da força de trabalho, o que muitas vezes implicava em desrespeito ao valor da força de trabalho¹⁷⁶.

Francisco de Oliveira, no trabalho *A economia brasileira: crítica à razão dualista*(1972), ao criticar as interpretações que viam a economia brasileira como a conjunção de sociedades distintas e independentes, a moderna e a arcaica, ressalta por diversas vezes a funcionalidade e a importância, para a acumulação de capital brasileira, da não consideração do custo de reprodução da força de trabalho na definição da remuneração do trabalho¹⁷⁷.

¹⁷⁶ “*Interpõe-se um penoso e longo hiato entre o primeiro ato de modernização, através do aparecimento de um Estado nacional e a montagem de economias de mercado urbanas, e o período em que a própria expansão interna do capitalismo comercial e financeiro fez pressão sobre a diferenciação da produção e a reorganização do mercado. Daí resulta que há algo de específico, também neste nível, na evolução do trabalho como mercadoria numa sociedade subdesenvolvida. A mercantilização do trabalho não se desenvolveu senão lenta e precariamente; quando se universalizou, porém, não incentivou o pleno funcionamento de um mercado especial, integrado em escala regional ou nacional. Este se constituiu de modo tão lento e heterogêneo que em muitas esferas a mercantilização do trabalho continuou a processar-se através de critérios de economias naturais e de troca em espécie. O que importa assinalar, nesta discussão, é que o mercado de trabalho não funciona universalmente segundo os requisitos de uma economia capitalista competitiva integrada. Por isso, ele não inclui, como regra, a reposição do trabalhador no cálculo do valor do trabalho*” (FERNANDES, 1975, p. 35).

¹⁷⁷ “(...) é uma hipótese nunca provada que tais níveis estivessem acima do custo de reprodução da força de trabalho, que é o parâmetro de referência mais correto, para avaliar-se a “artificialidade” ou a “realidade” dos níveis do salário mínimo. Importa não esquecer que a legislação interpretou o salário mínimo rigorosamente como “salário de subsistência”, isto é, de reprodução; os critérios de fixação do primeiro salário mínimo levavam em conta as necessidades alimentares (em termos de calorias, proteínas, etc.) para um padrão de trabalhador que devia enfrentar um certo tipo de produção, com um certo tipo de uso de força mecânica, comprometimento psíquico, etc. Está-se, pensando rigorosamente, em termos de salário mínimo, como a quantidade de força de trabalho que o trabalhador poderia vender” (OLIVEIRA, 1972, p. 11). “Sem embargo, a relação começa a desequilibrar-se no sentido de um salário real que não chegava a cobrir o custo de reprodução da FT, simplesmente pelo fato de que, não somente à medida que o tempo passa, mas à medida que a urbanização avança, à medida que as novas leis de mercado se impõem, o custo de reprodução da FT urbana passa a ter componentes cada vez mais urbanos: isto é, o custo de reprodução da FT também se mercantiliza e industrializa” (OLIVEIRA, 1972, p. 52). “É interessante notar-se que pesquisa semelhante, realizada em 1958, com a qual se compara a de 1969, havia encontrado para aquele ano um salário médio de Cr\$ 8,54 para o trabalhador paulista. Entretanto, o gasto médio de uma família trabalhadora — os universos são os mesmos na pesquisa — estava em Cr\$ 10,15, isto é, o salário era insuficiente para cobrir o custo de reprodução da força de trabalho” (OLIVEIRA, 1972, p. 57).

Paul Singer, em *Dominação e Desigualdade*(1981), se propõe a analisar a relação entre estrutura de classes e desigualdade na distribuição de renda do Brasil, ao aproveitar a conformação de uma série histórica com divulgação sistemática das estatísticas oficiais da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) e dos Censos Demográficos na década de 1970. Ao analisar a classe proletária, Singer propõe a conformação de uma fração que “(...) ofertam sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que satisfaça sua reprodução em condições normais, constituindo assim um proletariado virtual ou subproletariado” (SINGER, 1981, p. 22). O subproletariado mostraria ocupações características, como o trabalho doméstico, acompanhado de remuneração baixíssima de até 1 salário mínimo. Segundo estimativas de Singer, a proporção estimada dos assalariados subproletários que fora 64,6% em 1960, ficara em 61,1% em 1970, mantendo-se no patamar de 50% no ano de 1976 (SINGER, 1981, p. 92, e tabela 27).

Dentre os autores contemporâneos, Edmilson Costa (1996) propõe uma análise sobre a política salarial do período de ditadura militar brasileira entre 1964 e 1985, valendo-se do conceito de acumulação predatória para se referir ao “*processo pelo qual os capitalistas pagam salários abaixo do valor da força de trabalho*” (COSTA, 1996, p. 39), mostrando como tal característica da acumulação predatória esteve estruturalmente no centro das políticas salariais e conformou a dura realidade pela qual passou a classe trabalhadora brasileira no período ditatorial.

Mesmo discutindo a essência da superexploração, tal grupo de autores está fora do escopo de nosso trabalho, uma vez que optamos por tratar daqueles que explicitamente apontam ao conceito de superexploração do trabalho, independente da conotação que os mesmos venham a dar ao termo.

Negações da superexploração do trabalho

O caráter polêmico da superexploração do trabalho inexoravelmente provoca críticas agudas ao conceito. Enquanto umas se dirigem aos elementos constitutivos, outras questionam a própria manifestação empírica e histórica do conceito. Nossa intenção nesta subseção é abordar e sistematizar o conjunto de trabalhos que negam a pertinência teórica do conceito, a terceira corrente ou subgrupo dos autores que trataram diretamente da superexploração.

Hett e Castañeda: valor da força de trabalho e natureza da superexploração

Uma primeira crítica que nega a superexploração encontra-se na obra de Enrique Hett e Jorge Castañeda, intitulada *El economicismo dependentista* (HETT; CASTAÑEDA, 1978). Assumindo a vigência estrutural da superexploração do trabalho na obra de Marini, os autores tecem a seguinte crítica:

“(...) surge assim duas possibilidades: ou a tendência assinalada por Marini é progressiva e alcançará níveis que dizimem a população direta ou indiretamente; ou bem é uma tendência que se fixa em um ponto que está abaixo do antigo valor da força de trabalho, mas que, não obstante, permite a reposição do trabalhador apesar da perda de suas forças e a baixa de sua esperança de vida. Este é simplesmente o valor da força de trabalho; por isso não é um caso de superexploração. Cada lei do capital pressupõe a história da luta de classes, e até a nova ordem, o valor da força de trabalho se fixa aí onde existe uma unidade da luta de classes que a determina” (HETT; CASTAÑEDA, 1978, p. 56–57 destaque no original).

O cerne da negação da superexploração para Hett e Castañeda repousa sobre a noção de valor da força de trabalho. Contrapõe-se à visão de Marini, assentada na fixação de valor abaixo da capacidade de plena reprodução da força de trabalho, ao argumentar que o valor da força de trabalho fixa-se de acordo com a luta de classes em cada período histórico, implicando que não haveria brechas entre o valor e a reprodução plena da força de trabalho pois, e este é o pressuposto central para nossos autores, o componente histórico-moral do valor da força de trabalho teria uma trajetória subordinada à conjuntura econômica e ao momento da luta de classes. Haveria um movimento de contínua mudança no valor em direção ao rebaixamento, sobretudo em conjunturas desfavoráveis, mas nunca a violação do valor. Em última instância, preço e valor da força de trabalho sempre coincidiriam, visão que remete a uma discordância de leitura do significado e abrangência da própria TVT, assentada na equivalência mercantil e na identificação entre valor e preço, e que embasa toda a crítica dos autores a Marini.

“Todo o anterior faz ressaltar a ambiguidade da noção - central para Marini - de superexploração tal e como opera no texto de Marini. Não é um conceito marxista: seu sentido oscila constantemente entre uma identificação com a mais-valia absoluta e uma simples intensificação do

esforço físico excessivo (sem que a excessivo se defina em relação a algo)”
(HETT; CASTAÑEDA, 1978, p. 56–58).

Complementado o raciocínio de invalidação da superexploração, Hett e Castañeda retomam a idéia de atribuir ao conceito não só a equiparação à mais valia absoluta, mas à noção da natureza puramente quantitativa (intensificação do esforço físico excessivo), o que esvaziaria de sentido a proposição da superexploração do trabalho.

“Marini supõe que só em um primeiro momento a produção se vê determinada pela circulação, mas que depois a produção cria sua própria circulação. Não obstante, este primeiro momento sela o destino do capitalismo latino-americano na origem ao instaurar a superexploração. Porque se é certo que o autor descreve com uma lógica aparentemente impecável os mecanismos da formação da circulação a partir das condições existentes na produção, não é menos certo que sua abordagem sobre a circulação segue impondo a superexploração e esta, a sua vez, dá o caráter à produção. Por outra parte, a mais valia relativa é o resultado da luta de classes como são também a necessidade de um aumento da produtividade e a baixa tendencial e da taxa de lucro. A luta de classes, miolo do marxismo, está singularmente ausente das análises de Marini. A sua presença intermitente se manifesta só nos comentários sobre a magnitude do exército de reserva que, ainda sendo um dos fatores da luta de classes, não é nem seu fator constitutivo nem seu fator determinante. Uma superexploração capitalista perpetuada durante conjunturas mais variadas e em países com características as mais distintas é algo que o marxista não pode aceitar sem maior explicação”(HETT; CASTAÑEDA, 1978, p. 55).

Jorge Castañeda e Enrique Hett tecem ainda outra interessante crítica ao conceito de superexploração de Marini: a suposta inexorabilidade da superexploração diante da dependência. Identificando uma sobre-determinação que a inserção no mercado mundial (esfera da circulação de capital) imporia ao capitalismo dependente de Marini (donde o termo *circulacionismo*), nossos autores chamam a atenção para o fato de que este *circulacionismo* sobrepõe-se e suprime as questões de luta de classes na determinação da exploração. Portanto, seria difícil aceitar uma superexploração construída de forma a-histórica, presente e perpetuada de antemão em formações sociais tão distintas comumente agrupadas sob a égide de países dependentes.

Tal crítica assenta-se em uma leitura pouco rigorosa da obra de Marini. A idéia de ausência da luta de classes nos parece problemática, pois no contexto de sua obra, a exemplo

dos ensaios contidos em *Subdesenvolvimento e Revolução*(MARINI, 1974), a proposição da superexploração do trabalho acontece em meio à análise da evolução da luta de classes no capitalismo brasileiro. O movimento crítico de Hett e Castañeda em contrapor mercado internacional/esfera da circulação e a luta de classes é similar ao proposto pelos chamados endogenistas¹⁷⁸, ao limitar a influência da Divisão Internacional do Trabalho e da concorrência intercapitalista diante das contradições e possibilidades que as relações internas de produção plenamente capitalistas conferem ao desenvolvimento cíclico de um país.

Deve-se registrar que de fato Marini acaba contrapondo mercado internacional/esfera da circulação e luta de classes, mas em um sentido distinto do proposto por Hett e Castañeda e os endogenistas: a luta de classes pode superar a superexploração, caso aponte uma saída para a revolução socialista, a qual implica mudar as relações com o mercado internacional e a esfera da circulação.

FHC e a cruzada a favor da mais valia relativa

Fernando Henrique Cardoso foi um dos grandes críticos da obra de Marini e emvidou especial esforço na crítica ao conceito de superexploração do trabalho, principalmente em dois trabalhos, *As tradições do desenvolvimento-associado*(CARDOSO, 1974) e *As desventuras da dialética da dependência*(CARDOSO; SERRA, 1979).

As críticas de Cardoso estruturam-se em torno da repercussão da superexploração do trabalho sobre a dinâmica de acumulação capitalista. Mais precisamente, Cardoso argumenta que a sub-remuneração, o controle salarial e a distribuição de renda regressiva, os quais implicam na restrição do mercado de consumo do trabalhador, seriam pressupostos de caráter permanente e essencial do conceito de superexploração. Consequentemente, se o último é percebido como o fundamento da dependência, a adoção da superexploração leva à transposição indevida da característica de uma fase inicial da acumulação capitalista, apoiada na mais valia absoluta, para a condição de característica permanente ou “lei”¹⁷⁹ do desenvolvimento dependente que passara, segundo o entendimento de Cardoso, a apoiar-se

¹⁷⁸ Para uma didática discussão da escola endogenista, ver Marini (1992), capítulo III (A crise teórica), em especial a seção “Endogenismo e neodesenvolvimentismo”.

¹⁷⁹“(…) mas o raciocínio que desenvolve e as conclusões a que chega Marini a partir delas, constituem exemplo típico da inabilidade para reter o caráter contraditório de todo processo econômico-social e baseiam-se na correlata propensão de levar sempre ao limite tendências que se manifestam em determinadas fases do referido processo, aprisionando-as, estaticamente, sob a forma de supostas “leis” “(CARDOSO; SERRA, 1979, p. 68).

na mais valia relativa desde a “internacionalização” do mercado interno (CARDOSO, 1974, p. 47/48).

Cardoso também infere da dimensão de sub-remuneração da superexploração a vigência de outra tese, supostamente implícita no conceito, de tendência à estagnação da acumulação de capital por falta de mercado consumidor¹⁸⁰. E acaba refutando a suposta tese estagnacionista imputada à Marini recorrendo ao fato histórico não só das elevadas taxas de crescimento da economia brasileira no período, mas também ao intenso crescimento do setor de bens de consumo duráveis, mesmo diante da compressão salarial (CARDOSO, 1974, p. 73/76).

Outro viés de crítica volta-se ao processo dominante para extração de mais valia. Cardoso contrapõe a hegemonia dos processos de rebaixamento do capital variável, no qual se enquadraria a superexploração do trabalho apoiada na mais valia absoluta¹⁸¹, ao de elevação da composição orgânica pelo aumento do capital constante via progresso técnico, manifesto na constituição de monopólios. O autor argumenta que é o segundo processo, o qual manifesta a concorrência intracapitalista via mais valia relativa¹⁸², que dirige a acumulação capitalista (CARDOSO; SERRA, 1979, p. 70; CARDOSO, 1974, p. 48).

Em suma, a crítica de Cardoso estrutura-se sobre i) imputações problemáticas ao conceito de superexploração, como o de equivalência a mais valia absoluta e tendência estagnacionista; e ii) uma leitura assentada na predominância da mais valia relativa, nos planos teórico e histórico, no capitalismo brasileiro.

¹⁸⁰ “De fato, Marini propôs ambiciosa teoria para explicar a dialética da dependência pela necessária superexploração do trabalho na periferia – fonte, para ele, do intercâmbio desigual -, ligou tal teoria às idéias relativas ao esgotamento do mercado interno e à estagnação provocadas pelo estilo de desenvolvimento em curso” (CARDOSO; SERRA, 1979, p. 37).

¹⁸¹ “Marini, supondo que a mão-de-obra não consome (ou mal faz) produtos industriais, conclui que não há maneira de a indústria elevar o excedente por trabalhador a não ser através de um dos expedientes assinalados. Nessas circunstâncias, segundo Marini afirma, o industrial deixaria de lado inclusive a preocupação com o aumento da produtividade do trabalho, pois esse aumento reduziria o valor (trabalho) unitário de mercadorias que os trabalhadores não consomem, não permitindo, portanto, o aumento da taxa de mais-valia. E se esta não se eleva, como iria o industrial acumular? Ele se vê obrigado, portanto, a aumentá-la “à força”, superexplorando a mão-de-obra, via aumento das horas trabalhadas e/ou da redução do seu salário. Ou seja, inexistiria a possibilidade de produzir-se mais-valia relativa, restando apenas a mais-valia absoluta. Nesse sentido, a sobrevivência e a expansão do capitalismo dependente estariam condicionadas à extensão da jornada de trabalho e/ou à redução absoluta dos salários reais” (CARDOSO; SERRA, 1979, p. 68/69).

¹⁸² “O que interessa para o industrial não é a taxa de mais-valia e sim a taxa de lucro, a qual representa, para o comportamento do empresário, o elemento fundamental do movimento da economia capitalista. E mesmo que não pudesse elevar sua taxa de mais-valia, devido a que os trabalhadores não consomem seus produtos, a indústria poderia elevar sua taxa de lucro, mediante o barateamento em valor do capital constante (para ficar dentro da conceituação marxista), ou seja, a elevação da produtividade da força de trabalho empregada na sua produção” (CARDOSO; SERRA, 1979, p. 69).

Mostramos anteriormente que a equiparação teórica entre superexploração do trabalho a mais valia absoluta é um erro. Já a existência de um viés estagnacionista na formulação da superexploração não encontra fundamentação na obra de Marini, pois restrições ou contradições que moldam o ciclo de acumulação do capital dependente são algo ontologicamente distinto do impedimento à acumulação.

O pressuposto da leitura endogenista de Cardoso sobre a predominância da mais valia relativa, em meio à elevação de todos os expedientes ou mecanismos de superexploração enunciados por Marini, é algo questionável. Tal visão desdobra-se na crítica de que a superexploração do trabalho necessariamente cristaliza e transpõe as características de uma fase determinada do capitalismo (a inicial, em que de fato a mais valia absoluta predomina) para fases posteriores do desenrolar do capitalismo brasileiro. A leitura da obra de Marini revela a preocupação em interpretar constantemente as novas fases do capitalismo brasileiro, a exemplo do abandono da categoria subimperialismo nos escritos dos anos 80 e 90 e da abordagem do fenômeno da globalização (MARINI, 2008b), mostrando não a perpetuação de uma suposta fase inicial, mas que a superexploração permanece e passa a ganhar novas formas e funções para a continuidade da acumulação dependente.

Mantega e a crítica ao enfoque de Subdesenvolvimento e Revolução

Guido Mantega, em seu trabalho intitulado *A Economia Política Brasileira* (MANTEGA, 1987), disserta sobre a trajetória do debate brasileiro na economia política e menciona a obra de Marini, ao tecer críticas não só à superexploração do trabalho, mas também ao conceito de subimperialismo.

Mantega equipara, a exemplo de Cardoso, a superexploração do trabalho à mais valia absoluta¹⁸³, conseqüentemente comungando da mesma crítica sobre a predominância da mais valia relativa diante da absoluta no capitalismo brasileiro:

¹⁸³ “A superexploração do trabalho distingue, segundo Marini, a acumulação central da acumulação periférica porque, enquanto a primeira baseia-se na produção da mais-valia relativa, a acumulação periférica depende, fundamentalmente, da mais-valia absoluta (...)isto ocorreria, em primeiro lugar, pela abundância relativa de força de trabalho, combinada com uma tecnologia poupadora de mão-de-obra; em segundo lugar, pela falta de regulamentação das condições de trabalho e, portanto, pela extensão “irracional” da jornada de trabalho, e, por último, pelo pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho, isto é, abaixo do trabalho necessário. Portanto, a superexploração do trabalho nas economias capitalistas periféricas conduz, para Marini, à acumulação baseada fundamentalmente na mais-valia absoluta” (MANTEGA, 1987, p. 265). “Conforme já foi assinalado, a superexploração do trabalho representa, para Marini, a exploração baseada sobretudo na mais-valia absoluta, que se efetiva mediante a expansão da jornada de trabalho (mantido o mesmo salário), ou pela diminuição do salário abaixo do valor da força de trabalho. Esses dois expedientes resultam na extensão do trabalho não pago, e na manutenção ou diminuição do trabalho pago, mantida as mesmas condições tecnológicas. Marini menciona ainda a ocorrência da mais-valia relativa nos países ditos

“O que dizer, então, do arrocho salarial (ou queda do salário real) e da expansão da jornada de trabalho (horas-extras, etc.) mencionadas por Marini? Estas, sem dúvida, ocorreram e proporcionaram a expansão da mais-valia absoluta, especialmente após o golpe de 1964, porém ainda assim, ficaram atrás dos aumentos de produtividade e da mais valia relativa verificados no mesmo período, confirmando a tendência estrutural do capitalismo brasileiro de expandir-se prioritariamente pela mais-valia relativa”(MANTEGA, 1987, p. 271).

A singularidade da crítica de Mantega reside no questionamento da racionalidade que envolveria a superexploração, formulada nos seguintes termos:

“Se não é por falta de tecnologia (no entender de Marini até sofisticada demais para as condições sócio-econômicas brasileiras) que predomina a mais-valia absoluta, deve ser, então, por conveniência, isto é, por ser mais vantajosa para a acumulação (...) Porém, esse raciocínio revela-se contraditório com a teoria marxista da mais-valia, que indica ser a expansão da mais-valia relativa a forma mais eficiente de exploração”(MANTEGA, 1987, p. 268).

Constatada a irracionalidade na adoção da superexploração, Mantega concatena curiosamente as leituras da equiparação à mais valia absoluta e do reducionismo à dimensão quantitativa na seguinte formulação:

“Aliás, note-se a incoerência do conceito de superexploração que pretende expressar uma intensa exploração, quando, na verdade, refere-se a uma subexploração, uma vez que depende da mais-valia absoluta, ou seja, da forma menos eficiente de exploração. Superexploração seria, isto sim, a exploração baseada na mais-valia relativa e, eventualmente, reforçada pela mais-valia absoluta (MANTEGA, 1987, p. 276/277, grifos originais do autor).

A ímpar interpretação de Mantega sobre a superexploração do trabalho se apóia em inúmeros aspectos teóricos problemáticos já presentes na interpretação de Cardoso. O que lhe seria próprio e original é a abordagem da obra de Marini, centrada em *Subdesenvolvimento e Revolução* (MARINI, 1974), sem referências à *Dialética da Dependência*.

subdesenvolvidos, em virtude da industrialização com tecnologia avançada. Relega-a, porém, a segundo plano, quando comparada com o método extensivo de exploração” (MANTEGA, 1987, p. 268).

Tal escolha nos parece se justificar pelo fato de que foi em *Subdesenvolvimento e Revolução* que Marini mais desenvolveu as bases da interpretação subimperialista. Entretanto, como já apontamos anteriormente, tal trabalho ainda embrionário na formulação da superexploração do trabalho, realmente trazia elementos que possibilitam identificar a superexploração à mais valia absoluta, assertiva que só se mostra inverídica quando da leitura de outras obras posteriores de Marini.

Portanto, além da adesão às leituras da equivalência à mais valia absoluta, da prevalência da mais valia relativa no capitalismo brasileiro e do escopo quantitativo da superexploração, Mantega também peca pela escolha apenas da formulação embrionária de *Subdesenvolvimento e Revolução* para discutir a superexploração do trabalho.

Feijóo e a troca de equivalentes

Jose Valenzuela Feijóo, no ensaio *Sobrexplotacion y Dependencia* (FEIJÓO, 1997) tece uma longa crítica à obra de Marini e em especial ao conceito de superexploração do trabalho. Para o autor, Marini pecara na discussão da interpretação histórica da América Latina por aplicar “(...) *a los modos pré-capitalistas las categorias propias del capitalismo*” (FEIJÓO, 1997, p. 108), enquanto na discussão sobre a troca desigual feita por Marini, existiria um “(...) *follón teòrico descomunal que es prácticamente imposible de desenredar*” (FEIJÓO, 1997, p. 109). Ao passar para o debate específico da superexploração, Feijóo imputa a Marini duas hipóteses sobre o conceito em tela, a primeira de que a superexploração constitui-se no fundamento da dependência, e a segunda de que a superexploração cresce correlativamente ao desenvolvimento da força produtiva do trabalho (FEIJÓO, 1997, p. 109), sugerindo problemas de dinâmica temporal e no papel atribuído por Marini ao conceito de superexploração.

Feijóo propõe um indicador para a mensuração da superexploração¹⁸⁴ baseado na diferença entre salário real e valor da força de trabalho. Aqui se encontra a limitação da concepção de Feijóo: a superexploração aparece quando o salário real deixa de corresponder ao valor da força de trabalho, correspondendo a uma diferença de magnitude entre ambas, a qual surge unicamente do movimento do salário real. Ao supor fixo o valor da força de trabalho, Feijóo mostra-se refém da leitura da TVT assentada na troca de equivalentes¹⁸⁵.

¹⁸⁴ $SE = (V - SR)/V = 1 - SR/V$, em que SE é a superexploração; V é o valor (hora) da força de trabalho; SR é o salário real (hora) da força de trabalho (FEIJÓO, 1997, p. 109).

¹⁸⁵ Esta concepção perpassa os seguintes trechos: “*Si bien se piensa, una disociación que se vaya ampliando más y más (es decir, una SE tendencialmente creciente) terminaría por cuestionar la misma realidad sustantiva*”

Feijóo argumenta, ao postular formalmente que a superexploração do trabalho cresce no tempo (FEIJÓO, 1997, p. 110) e atribuindo tal assertiva a Marini, que nunca foi provado ou verificado a tendência de longo prazo para os salários reais e para a força de trabalho, a fim de comprovar a suposta tendência altista da superexploração.

Da mesma forma, na segunda hipótese (correlação positiva entre superexploração e progresso das forças produtivas), Feijóo argumenta ao assumir maior a produtividade do trabalho nos países desenvolvidos que a superexploração também seria maior quando comparada aos países em desenvolvimento, conclusão que, por sua vez, contraditaria diretamente a hipótese primeira, da superexploração como fundamento da dependência, pois “(...) *si el modelo nos lleva a sostener que vg. Estados Unidos es una economía dependiente y Nicaragua una potencia dominante, algo malo habrá de tener. Lo cual no es lógicamente coherente*” (FEIJÓO, 1997, p. 111). Uma exemplar demonstração de onde pode chegar o grau de confusão calcada na interpretação da superexploração como um fenômeno quantitativo!

Ao destacar o caráter de média de longo prazo ou tendencial para o valor, Feijóo argumenta que a variação salarial decorrente dos ciclos econômicos produziria não só a superexploração, quando a remuneração cai abaixo da tendência de longo prazo, mas também a subexploração¹⁸⁶, na qual a remuneração fica acima do valor de longo prazo (FEIJÓO, 1997, p. 112/113), o que revela que Feijóo compreende a concepção da natureza da superexploração como mera questão quantitativa ou de intensidade da exploração¹⁸⁷. Pelo

del fenómeno del valor. Es decir, este mal podría calificarse como "centro de gravitación" o "fundamento" si la disociación fuera tan frontal” (FEIJÓO, 1997, p. 111) e “*¿Qué sucede cuando vg. el salario real de tendencia se cae? Se trata de un fenómeno no infrecuente y que en el momento de la constitución del patrón secunda- rio-exportador (o del neoliberal) juega un papel vital. ¿Tenemos que hablar aquí de sobrexplotación? En nuestra opinión, no lo debemos hacer. Lo que sí corresponde es hablar de un descenso en el valor de la fuerza de trabajo, de una redefinición hacia abajo y por la vía de la reducción salarial, de ese valor*” (FEIJÓO, 1997, p. 113). Outro limite da interpretação de Feijóo é o viés positivista do processo de produção de conhecimento: “*El valor, recordemos, es el trabajo social funcionando en las condiciones de una economía de mercado. Además (y éstos son los rasgos que nos interesan para la discusión): a) funciona como una magnitud media. Es decir, como un promedio ponderado de los diversos costos de producción particulares. Éstos pueden estar por encima o por debajo del valor unitario, por lo mismo que éste funciona como una magnitud media; b) esa magnitud, es objetiva y socialmente determinada. Esto, en el sentido de no ser algo que a priori pueda fijar el investigador, sino que es la resultante de la actividad de los múltiples agentes (productores y consumidores del correspondiente valor de uso, a nivel de la rama) que participan en el proceso espontáneo de constitución del valor. Por lo mismo, el investigador debe recoger su magnitud y no imponérsela a la realidad*” (FEIJÓO, 1997, p. 112).

¹⁸⁶ Apesar de usar o mesmo termo que Mantega (1987), Feijóo confere conteúdo distinto à subexploração. Enquanto Mantega refere-se ao uso da mais valia absoluta, como vimos na subseção anterior, Feijóo refere-se à comparação entre os patamares de remuneração e valor da força de trabalho.

¹⁸⁷ “*Retomemos ahora a Ruy Mauro. En su ensayo, la sobrexplotación viene determinada por los bajos salarios, la prolongación de la jornada de trabajo y la intensificación del trabajo. El primer punto a remarcar sería: de hecho, Marini está aludiendo a diversos determinantes de la tasa de plusvalía y, por ende, del valor de la fuerza de trabajo. Por lo mismo, resulta innecesario recurrir a su concepto de sobrexplotación*” (FEIJÓO, 1997, p. 116).

exposto, o autor conclui que a superexploração seria um fenômeno temporalmente delimitado, dependente do ciclo econômico e localizado, pois afetaria apenas a parte da classe trabalhadora ligada aos setores econômicos que se encontram em fases descendentes do ciclo.

Recapitulando, a corrente que nega a pertinência teórica da superexploração apresenta o padrão de apoiar-se, quando aceitam a discussão nos termos da TVT, em uma leitura restrita à troca de equivalentes, além de compartilharem o enfoque quantitativo da superexploração.

A insuficiência teórica e histórica da superexploração do trabalho

Nosso propósito nesta seção é apresentar críticos da superexploração do trabalho que a contestam por um viés totalmente distinto da corrente anterior, pois focam nas insuficiências teóricas e históricas da proposição da superexploração para o entendimento do capitalismo brasileiro, e constituem a quarta corrente ou subgrupo a deter-se sobre o conceito de superexploração.

Cabe o registro ao trabalho de João Paulo Hadler (2013), que tece interessantes críticas a Marini, as quais não se dirigem diretamente à superexploração do trabalho, mas à capacidade de interpretação que a abordagem dependentista faria do capitalismo brasileiro. Assumindo que “(...) após 1964, o pensamento social brasileiro, na abordagem da problemática do desenvolvimento, será marcado pelo abandono da perspectiva da formação nacional¹⁸⁸”, Hadler pressupõe que a crise teórica pela qual passou a corrente dependentista,

¹⁸⁸ Uma síntese do que Hadler considera como problema da formação nacional encontra-se no seguinte trecho: “(...) o pensamento brasileiro sempre esteve às voltas com os dilemas de como construir uma nação moderna, a partir de uma tão marcante herança colonial e escravista. A contradição entre, por um lado, a emergência do Brasil como novo país no mundo moderno da civilização burguesa e, por outro lado, a persistência de sua posição subalterna no sistema internacional do capitalismo; da dependência de sua economia frente aos capitais estrangeiros; da precariedade dessa mesma economia e das condições de existência da maioria da população; de um regime de segregação social apoiado em consideráveis contingentes da população totalmente marginalizados dos benefícios da modernidade; de formas autoritárias e arbitrárias de mando político – não apenas suscitavam reações de inconformismo, mas colocavam em questão as possibilidades de fundar uma nação moderna sobre essas bases. Assim, o pensamento crítico buscou identificar as condições para a consolidação das bases materiais, sociais, políticas, ideológicas e culturais do Brasil moderno, de um verdadeiro Estado nacional, condicionando-as à erradicação dos anacronismos herdados do passado colonial e escravista. Ao longo do século XX, principalmente a partir de 1930, com a crise da economia primário-exportadora e o avanço dos processos de industrialização e urbanização, os contrastes entre o “Brasil moderno” e o “Brasil arcaico” que coexistiam se tornarão ainda mais evidentes. De uma forma ou de outra, dentro da esquerda e entre os intelectuais críticos, irá se colocando o problema da revolução brasileira – como desfecho do processo de constituição da nação, que vinha se arrastando desde a Independência, pela superação dos nexos de dependência externa e pelos anacronismos sociais que eram identificados como as causas da persistência de nosso atraso. A questão do desenvolvimento econômico irá se afirmando como um

frente à instauração de uma nova fase do capitalismo mundial que tinha na América Latina a expansão da contra-revolução, decorreria de um viés marcante na formulação dessa corrente, a “(...) *negação da problemática da formação, ficando sem elementos para dar respostas concretas aos dilemas do desenvolvimento em sociedades nacionais de origem colonial e posição periférica no sistema internacional do capitalismo*” (HADLER, 2013, p. 1).

A perspectiva da formação nacional aponta para uma divergência importante com a interpretação de Marini. Enquanto a perspectiva da formação nacional ressalta as descontinuidades e incompletudes do capitalismo, Marini:

“(...) enfatiza as rupturas e descontinuidades¹⁸⁹ em relação ao passado colonial, introduzidas pela incorporação à circulação internacional do capital e pela transformação do espaço econômico em centro produtor de capital, em particular com a industrialização (...) uma perspectiva interpretativa que privilegia a abordagem dos dilemas do capitalismo

aspecto importante na constituição das bases materiais da nação. Nesses termos, dentro da perspectiva democrática, o problema do desenvolvimento econômico era inextricavelmente associado às questões nacional e democrática, assim apontando, explícita ou implicitamente, para a necessidade da revolução brasileira. O desenvolvimento nacional era assim condicionado à solução dos principais problemas que afligiam a grande maioria da população, cujas causas principais eram identificadas na condição secular de dependência e nos anacronismos sociais. E a compreensão para os dilemas do presente, para os problemas de uma nação que lutava para se constituir, para tomar forma e se definir, se auto afirmar, era buscada, pelos grandes intérpretes do Brasil, no passado, nas origens coloniais e escravistas da formação social brasileira”(HADLER, 2013, p. 11/12).

¹⁸⁹ Repousa na contraposição entre ruptura/continuidade a principal crítica de Hadler a Marini, conforme verificamos no trecho “(...) Marini desconsidera o caráter específico, a originalidade da colonização na América Latina, e no Brasil em particular (...) seu sentido é dado, originária e prioritariamente, como empreendimento mercantil da metrópole, com toda posterior organização econômica, política e social se dando (...) em função da produção e transferência de riqueza para as metrópoles e, em seguida, para os principais centros do sistema internacional do capitalismo (...) as relações de produção e propriedade, a estratificação social e o estatuto da força de trabalho receberão a marca da colonização (...) Ou seja, a situação de dependência e a superexploração do trabalho não surgem (...) de uma mera situação de atraso material em relação aos centros irradiadores da transformação capitalista e em resposta às necessidades lógicas do capital. E tais condições se ligam à herança colonial (...) o peso da herança colonial e escravista, jamais superada completa e definitivamente (...) à qual se sobrepõe, combinando-se, a ordem econômica e social burguesa; a ausência de rupturas radicais com o passado, com as transições históricas mais importantes sempre resultando de composições ou transações entre setores “arcaicos” e “modernos” das classes dominantes (...) trata-se de uma integração nacional parcial, desigual, insuficiente e incompleta, determinando uma formação problemática. A longa transição entre “colônia” e “nação” não chega a termo, tensionada pela dialética entre formação e reversão neocolonial”(HADLER, 2013, p. 146/147). “(...) fica-se incapaz de apreender e responder aos dilemas do desenvolvimento brasileiro, sob risco de reversão neocolonial, sem critérios que orientem a prática que construa os elos concretos da revolução brasileira, como encadeamento das revoluções democrática, nacional e socialista. Entendendo o subdesenvolvimento como desenvolvimento capitalista com desproporções, atribuídas, em última instância, à necessidade abstrata da superexploração, desvincula-o dos dilemas de uma formação inconclusa e sob risco de reversão estrutural. Desconsiderando o problema da formação nacional e da revolução burguesa em atraso, Marini não percebe a importância crucial das continuidades, das permanências de estruturas tipicamente coloniais, da qual emergiram e às quais se superpuseram o capitalismo, a sociedade burguesa e o Estado moderno no Brasil”(HADLER, 2013, p. 165).

dependente a partir da teorização do desenvolvimento capitalista” (HADLER, 2013, p. 143/144).

Para Hadler, não é a contradição entre capital *versus* trabalho que deve figurar como eixo de análise, mas a de nação *versus* colônia. Nas palavras do autor, o limite da formulação dependentista estaria na “(...) *especificidade do marco nacional [ser] diluída ou, no limite, negada, portanto acontecendo o mesmo com o problema da formação do Brasil Moderno*” (HADLER, 2013, p. 164). Portanto, a limitação da formulação de Marini residiria, segundo Hadler, em não adentrar satisfatoriamente na perspectiva da formação nacional.

Fontes e a manifestação da superexploração no capitalismo brasileiro

Virginia Fontes (2010) faz uma interessante leitura da obra de Marini para contestar a relevância histórica da categoria superexploração. Para Fontes, Marini assentava sua teoria da superexploração sob uma dinâmica de acumulação específica da economia brasileira, cujos principais traços seriam:

“A permanência dos latifúndios e a não realização de uma reforma agrária radical contiveram extensa massa de trabalhadores rurais sob precárias condições de existência e, ao favorecerem um contínuo movimento migratório, envileceram os salários urbanos (...) este fenômeno estaria na base de um truncamento da lei do valor com relação aos trabalhadores favorecendo uma dupla exploração, ou uma superexploração do trabalho” (FONTES, 2013, p. 351/352).

Segundo nossa autora, a estruturação do mercado de trabalho brasileiro permitira que i) o valor da força de trabalho não fosse necessariamente respeitado na relação capital-trabalho, idéia representada pelo termo “truncamento”, que denotaria a remuneração do trabalho abaixo de seu valor, colocando para a economia dependente a convivência de duas formas de exploração, aquelas que respeitariam e as que não respeitariam o valor da força de trabalho¹⁹⁰, e ii) a exploração sobre a fração dos trabalhadores rurais não só estabelecesse um patamar de referência de valor muito baixo para o conjunto da força de trabalhado, mas também contribuiria diretamente para concretizá-la, pelo aumento do EIR via migração campo-cidade.

¹⁹⁰ “Os trabalhadores dos países capitalistas periféricos suportariam a agregação de todas as formas de exploração, desde aquelas sob a vigência da lei do valor, como a extensão de jornadas, intensificação do trabalho, com o aumento da produtividade, até aquelas fora da lei do valor, acarretando a redução da própria vida dos trabalhadores” (FONTES, 2013, p. 352).

Para Fontes, a tese da superexploração do trabalho incorreria em algumas dificuldades teóricas:

“(…) a lei do valor se define a partir das condições reais e concretas de existência da população, correlacionada ao tempo socialmente necessário para a reprodução do conjunto dos trabalhadores, nas condições históricas e sociais dadas. Se há um truncamento estrutural, este não se limita às periferias, mas precisa ser explicado por circunstâncias internacionais complexas. Assim, situações eventuais (embora dramáticas) de rebaixamento do valor da força de trabalho não configuram necessariamente uma exceção periférica, mas podem expressar o processo desigual e combinado de expropriação do povo do campo” (FONTES, 2013, p. 352).

O primeiro elemento que Fontes adota para sua crítica é uma concepção que se vale da dimensão internacional da lei do valor. Somente a partir do funcionamento em conjunto do capital, no âmbito mundial, seria possível entender e explicar as dinâmicas particulares da lei do valor em formações sociais particulares. A proposição de Fontes nos parece perfeita e acertada sob o ponto de vista lógico e teórico, mas não poderia ser direcionada como crítica à superexploração como formulada por Marini, pois o autor mostra sistematicamente, no decorrer dos trabalhos que discutem a Economia Política da Dependência e da Globalização, como a conformação da acumulação de capital internacional, em distintos momentos, impele à difusão da superexploração como forma dominante de exploração da força de trabalho no capitalismo brasileiro.

O segundo argumento que Fontes adota para sua crítica decorre da relação entre superexploração e dependência, a qual não comportaria uma exclusividade ou exceção periférica. Tal enunciado não pode ser direcionado à elaboração de Marini, pois pelo menos dois momentos distintos de sua obra (MARINI, 2005a, 2008b) mostram que, mesmo sendo central para a dependência, a superexploração não é decorrência exclusiva dessa condição.

Ademais, a interpretação de Fontes revela indícios de uma leitura da TVT com escopo teórico restrito ao âmbito da troca de equivalentes. O uso do termo “truncamento” sugere que a lei do valor deixa de atuar no âmbito da superexploração do trabalho, entendimento reforçado pela ideia da existência de uma “dupla exploração”, como se houvesse uma modalidade fora (onde estaria a superexploração) e outra dentro da lei do valor (FONTES, 2013, p. 352). Ou seja, as críticas teóricas de Fontes, antes de se originarem

em limitações e inconsistências internas ao conceito de superexploração do trabalho, surgem, na verdade, pela forma como a autora interpreta a TVT.

Além das supostas dificuldades teóricas acima apontadas, a autora acrescenta um importante elemento histórico a sua crítica:

“De fato, a manutenção dos latifúndios e seu papel estreitamente complementar ao processo de industrialização brasileira contribuíram durante longo tempo para o rebaixamento do valor da força de trabalho urbana, embora não necessariamente traduzida na redução da vida útil do conjunto da classe trabalhadora, ou mesmo do segmento da classe trabalhadora urbana. É certo ainda que a incisiva concorrência entre os trabalhadores, fomentada por um sempre crescente exército industrial de reserva constituído pelas levas migrantes expulsas dos campos, e a permanência de uma produção agrícola de gêneros alimentícios de baixo custo contribuíram para aproximar a subsistência urbana das precárias condições de vida de trabalhadores rurais (submetidos a variadas relações de trabalho, em sua grande maioria não assalariada) (...) Não obstante, isso não configura uma exceção à lei do valor no que concerne à força de trabalho, uma vez que tal valor se definia exatamente pelas condições sócio-históricas de reprodução do conjunto dessa mesma força, nos campos e nas cidades” (FONTES, 2013, p. 353, destaque no original).

Fontes defende a interessante tese de que a industrialização brasileira, ao impulsionar a concorrência no mercado de trabalho urbano com a migração do campo, desvalorizou a força de trabalho urbana, mas não implicou a diminuição da vida útil dos trabalhadores em geral e da fração urbana especificamente, porque o período em tela já revelava uma desvalorização da força de trabalho, causada pela produção barata de alimentos.

Em relação à fração urbana da força de trabalho, Fontes argumenta que

“Tomada, sobretudo, do ponto de vista econômico, tal como apresentada anteriormente, a tese de Marini pode corresponder a um momento do processo de expansão capital-imperialista brasileiro dos anos 1960, modificada rapidamente, porém, a partir da própria década de 1970, com o fomento à consolidação de um sistema financeiro realizado sob a ditadura brasileira, e que resultou em intensa difusão do crédito ao consumidor, alterando a estrutura das necessidades e do consumo populares” (FONTES, 2010, p. 357).

A conformação de um padrão de consumo que incorporava, de um lado, a indústria de bens de consumo formada no período de Industrialização por Substituição de Importações (ISI) e, de outro, a expansão do crédito como forma de acesso ao consumo, associada ao efeito deflacionário da migração da força de trabalho rural, embasam a interessante argumentação de Fontes, que nos parece se apoiar em um pressuposto equivocado, o de que o rebaixamento ou desvalorização da força de trabalho não pode ser tomado como uma violação do valor da força de trabalho, pois este último depende das condições históricas concretas. Essa afirmação implicaria dizer que períodos de rebaixamento do valor da força de trabalho não poderiam ser configurados como portadores de superexploração. Tal concepção só se sustentaria, mais uma vez, na leitura da TVT assentada no escopo da equivalência mercantil. Nada impede que a superexploração ocorra mesmo com a desvalorização da força de trabalho (em que pese a dificuldade empírica de distinguir tais processos separáveis no âmbito analítico), ou seja, mesmo quando um menor tempo de trabalho necessário se tornar padrão para a reprodução da força de trabalho, a superexploração pode atuar na dilapidação de um novo patamar rebaixado da força de trabalho, não a repondo plenamente.

Dussel e a Lógica contra a superexploração

Enrique Dussel (1988), ao discutir a Teoria da Dependência, defendendo a tese de que “(...) *em el debate de la cuestión de la dependencia Marx brilló frecuentemente por su ausencia*” (DUSSEL, 1988, p. 312), considera a elaboração de Marini uma das únicas a trilhar verdadeiramente o caminho do marxismo, mas não sem incorrer em diversos problemas. Dussel toma justamente a relação entre superexploração e dependência como exemplo das limitações da formulação dependetista marxista:

“(...) en algunos casos, como por ejemplo en el excelente trabajo de Mauro Marini, se llegó a anotar explícitamente el tema de la “transferencia de plusvalía”, pero luego se hizo de una compensación de dicha transferencia (es decir, la compensación es un mecanismo secundario, derivado y fundado en la esencia de la transferencia) la esencia de la dependencia” (DUSSEL, 1988, p. 312).

Ao tomar uma conhecida passagem final do texto *Sobre Dialética da Dependência*¹⁹¹, Dussel aponta para uma inconsistência lógica no papel atribuído à superexploração por Marini,

“¿Cómo puede ser el fundamento (la esencia) lo que es la consecuencia o la compensación de la transferencia de plusvalor? Porque hay transferencia de plusvalor en el nivel fundamental, esencial, es necesario que el capital dependiente sobreexplota a su trabajo asalariado. La sobreexplotación es una consecuencia. Esta falta, Marx diría “confusión”, presente en una de las tantas propuestas de análisis (y la más cercana de todas a la solución que Marx hubiera dado a la cuestión), se debe al hecho de no haberse definido primeramente y con claridad el “concepto” – en el sentido que le da Marx a esta noción” (DUSSEL, 1988, p. 313).

Um dos fundamentos para a crítica tecida por Dussel é a de que a Teoria da Dependência se apoiou metodologicamente na descrição histórica¹⁹² e não na derivação lógica, implicando em insuficiência ou até deturpação de suas categorias fundamentais¹⁹³. Marini incorreria neste problema, pois

“(…) se equivoca en la cuestión central, al confundir un “mecanismo de compensación” [entenda-se a superexploração do trabalho] con una determinación esencial (...) La cuestión es exactamente al revés. Porque hay transferencia de plusvalor de un capital global nacional menos desarrollado hacia el que es más desarrollado, y ésta es la esencia o fundamento de la dependencia (diría Marx), es necesario compensar dicha

¹⁹¹ “Elas estão reafirmando a tese central que ali se sustenta [na obra *Dialética da Dependência*], isto é, a de que o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho” (MARINI, 2005c, p. 194).

¹⁹² É interessante notar que Hadler faz uma crítica a Marini exatamente em sentido inverso à de Dussel, considerando Marini a-histórico: “Ao sugerir a ruptura com a ordem colonial pelo capitalismo dependente, e ao negar, assim, o caráter geral, a peculiaridade de nossa colonização (e, por consequência, do sentido do desenvolvimento histórico), Marini faz da teoria marxista da dependência uma teoria da dependência genérica, logo, a-histórica. A circulação e a imposição de critérios mercantis a partir do mercado mundial determinam a modificação das relações de produção e, assim, a transição para o capitalismo dependente, como necessidade posta pelas leis imanentes e contradições do modo de produção capitalista, pelas tendências e contradições projetadas a partir dos países de industrialização avançada. Reduzindo dependência e superexploração a necessidades lógicas, o curso da história já estaria dado de antemão, independente e acima da luta de classes e da “vontade política” dos sujeitos históricos” (HADLER, 2013, p. 149).

¹⁹³ O comentário de Dussel sobre dois autores classificados como dependentistas é esclarecedor. Sobre a obra de André Gunder Frank, Dussel escreve que “(...) Su camino fue siempre la historia, y por dicho sendero nunca podrá llegar a una teoría. La lógica debió anticipar a la historia, tal como Marx lo expresara muchas veces. Es por ello que categorías tan fundamentales como valor, precio de producción o transferencia de plusvalor, no serán usados por Frank (...)” e logo em seguida, comentando a obra de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, assevera que “(...) La debilidad es evidente. En todo el texto, como podía suponerse, no se usa ninguna de las categorías esenciales del discurso económico político crítico de Marx. El camino elegido es nueva mente la demostración histórica: el origen de la diferencia en el tiempo. Camino fenoménico sin claridad esencial. Se introduce el caos y no se puede concluir sino el caos (...)” (DUSSEL, 1988, p. 324).

pérdida extrayendo más plusvalor al trabajo vivo periférico (...) Marini se equivoca, como lo hemos dicho al comienzo, al confundir la esencia con su efecto. Pero esto tiene decisiva importancia” (DUSSEL, 1988, p. 327).

Segundo Dussel, a superexploração seria um processo reflexo, passivo, uma decorrência ou desdobramento da dependência. Ocorrendo a subordinação lógica da superexploração a outro termo ou elemento – a transferência de valor que caracteriza a Dependência – seria impossível logicamente atribuir à superexploração do trabalho o *status* de fundamento da Dependência¹⁹⁴.

A formulação de Marini esbarraria ainda em outra limitação, a saber, na concepção de dependência que ignoraria o verdadeiro fundamento do conceito, aquele proposto por Dussel: a transferência de valor e mais valia decorrente da concorrência intracapitalista¹⁹⁵.

A interpretação de Dussel assenta-se em uma polêmica no campo da Lógica Filosófica de causa e efeito, de determinação essencial. O autor aponta questões interessantes, ao mesmo tempo em que carece de fundamento em certos aspectos. Marini deixa claro que adota uma visão sobre dependência lastreada na autonomia ou não da

¹⁹⁴Carcanholo(2013a, p. 81) tece uma interessante crítica à concepção de Dussel, da qual compartilhamos, uma vez que o autor “(...) interpretou, equivocadamente, fundamento como sendo essência. A partir daí, de fato, a superexploração não poderia ser a essência da dependência, mas uma consequência específica desta essência; a saber, a transferência de valor da periferia para o centro. Entretanto, fundamento, nesta passagem, e na teoria de Marini, não pode ser assim entendido. Enquanto a essência está mais relacionada àquilo que de fato é, fundamento é algo próprio da razão de ser, a especificidade de aquilo ser como é”.

¹⁹⁵Dentre as passagens mais significativas em que Dussel (1988) sustenta sua concepção de dependência atrelada à transferência de valor e concorrência, destacamos: “*En efecto, y como veremos, la relación entre las naciones capitalistas es de competencia (no de explotación, pero sí de dependencia; de extracción de plusvalor por parte del capital más fuerte, y de transferencia por parte del capital más débil); pero ello no se opone, sino que se articula perfectamente, a la explotación de una clase sobre otra, del capital sobre el trabajo. En este segundo caso no hay transferencia de plusvalor, sino apropiación de plusvalor propiamente dicho. Pero el plusvalor apropiado por el capital en la relación vertical capital-trabajo (explotación) es la fuente de la transferencia de un capital débil hacia el más fuerte en el nivel horizontal (competencia, dependencia)*” (DUSSEL, 1988, p. 329); “*Marx hubiera expresado la cosa esencial y fundamentalmente con simplicidad: la dependencia consiste en la transferencia de plusvalor de un capital global nacional menos desarrollado hacia el más desarrollado*” (DUSSEL, 1988, p. 330); “*La dependencia es un momento de la competencia del capital. La competencia, por su parte, se funda en la posibilidad de la desvalorización y la crisis, que son aspectos de la esencia misma del capital. La competencia ejerciéndose (y por ello la dependencia) es un momento real existente de la mera posibilidad de la crisis y la desvalorización en los capitales expoliados*” (DUSSEL, 1988, p. 332); “*La competencia, concluyendo, es el lugar real donde los diversos valores de las mercancías en una rama, o de las ramas en un país, o de un país en el mercado mundial, llega a tener un precio. Esta nivelación en un precio para todos los valores supone una distribución del plusvalor logrado en cada mercancía, rama o país entre los otros componentes de los mercados respectivos. Es en esta nivelación de los precios donde puede constatarse el fenómeno de la dependencia, que no es sino un ámbito concreto y específico de la competencia. Desde ya, entonces, todo lo que se diga de la competencia en general podrá aplicarse analógicamente a la dependencia en particular*” (DUSSEL, 1988, p. 339); “*En realidad la dependencia simplemente sitúa al capital global nacional menos desarrollado (o a la nación o país sujeto de ese capital) en el mercado mundial y dentro de la competencia que el capital necesariamente debe realizar para ser tal capital*” (DUSSEL, 1988, p. 356).

constituição das relações de produção¹⁹⁶. Quaisquer processos sociais capitalistas que impliquem nessa perda de autonomia desaguardariam em dependência. Portanto, a transferência de valor, apesar de plenamente contemplada na concepção de dependência de Marini, não poderia ser considerada como único processo.

Dussel se equivoca ao enxergar em Marini uma associação unívoca entre superexploração e dependência, uma vez que a primeira se apresenta em formações sociais não dependentes.

Recapitulando, a corrente que nega a superexploração apresenta duas vertentes. Para aqueles que negam teoricamente o conceito, é comum o uso de concepções parciais ou ainda incompatíveis com a formulação original de Marini, que vão desde a desconsideração do desgaste da força de trabalho como elemento aglutinador do conceito de superexploração, passando pela adoção de um enfoque quantitativista, no qual a exploração passa de certo nível e torna-se superexploração do trabalho, pela restrição à dimensão salarial ou à equivalência mercantil de valor e preço, chegando à identificação com a mais valia absoluta e com a estagnação da acumulação de capital. Já dentre aqueles que contestam a superexploração pela pertinência histórica, são destacados elementos do desenvolvimento capitalista que minorariam os efeitos da superexploração como processo social relevante.

Conclusão

Tanto nossa problemática geral, a de proporcionar uma explicação da realidade contemporânea recorrendo ao pensamento marxista e à superexploração do trabalho, como a específica, a de analisar a superexploração do trabalho no Brasil da década de 2000, colocam a necessária abordagem da vigência, forma e conteúdo da superexploração.

Neste capítulo, nos dedicamos às questões envolvendo a dimensão de conteúdo da superexploração do trabalho, dentre as quais figura a ainda difícil aceitação do conceito, decorrência de elementos que vão do desconhecimento da obra de Marini, passando pela

¹⁹⁶ Uma interpretação convergente com a nossa nesse ponto pode ser encontrada em Hadler (2013, p. 80): “(...) Marini parte da circulação, da vinculação da economia latino-americana ao mercado mundial e ao centro industrializado do sistema, para em seguida observar como essa articulação conforma de modo específico a produção, fundada na superexploração, para então retornar à circulação própria a este modo de produção do capitalismo dependente. Esclarecido o caráter das relações de produção, a partir da elucidação das formas particulares de extração de mais-valia que a situação de dependência engendra, seria possível passar à investigação dos demais aspectos do capitalismo dependente, que se erguem sobre a base das relações de superexploração do trabalho: o ciclo do capital na economia dependente; a fixação da mais-valia extraordinária; a transformação da mais-valia em lucro; o uso dos esquemas de reprodução; o subimperialismo”.

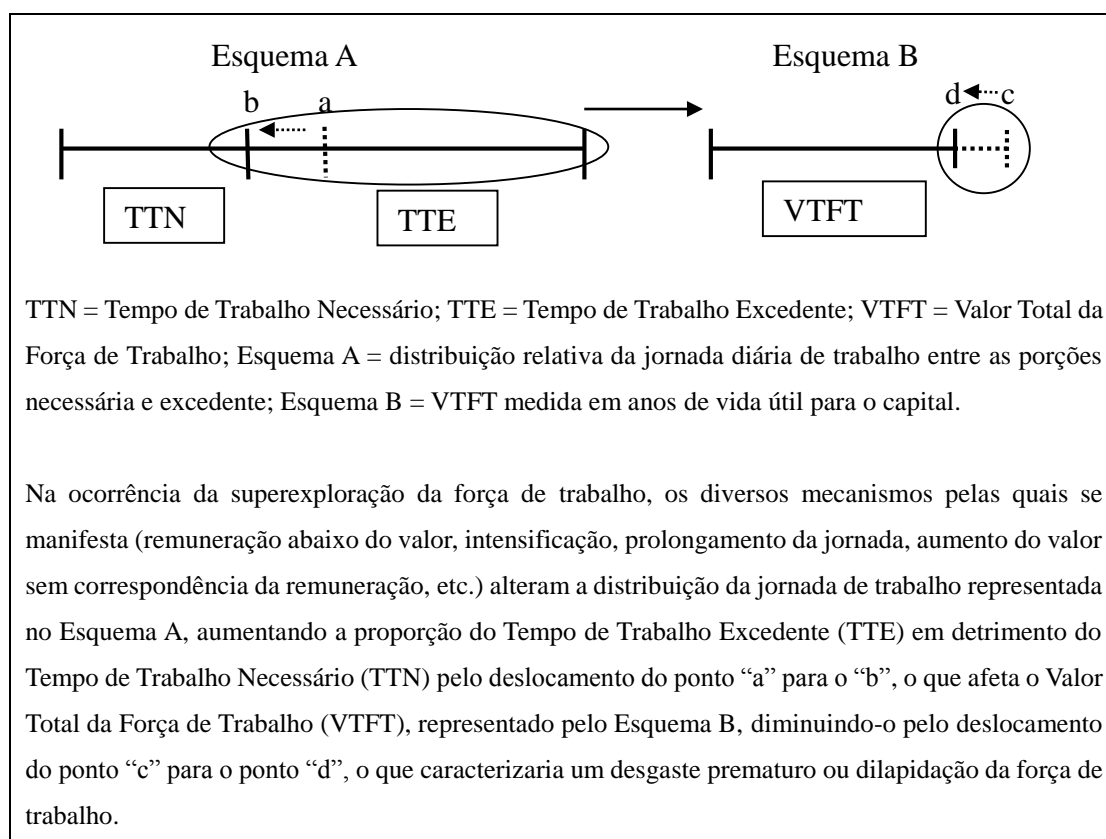
formulação apoiada no constante agregar de novos elementos à obra de nosso autor, chegando a interpretações que consideram incompatíveis superexploração e TVT.

Argumentamos pela existência de um movimento de retomada da obra de Marini a partir da década de 2000 iniciando, ainda que embrionariamente, a desconstrução do desconhecimento e da censura à obra de Marini na academia brasileira.

Mostramos que a construção do conceito de superexploração em Marini caracteriza-se por um processo progressivo e aberto, o qual mostra grande potencial para captar novos traços da acumulação de capital, mas também pode atuar como fator de inibição ao uso do conceito. A argumentação deste capítulo é um esforço de ressaltar as ricas possibilidades teóricas de um conceito em contínua construção.

Outra importante dimensão discutida sobre o conteúdo da superexploração tratou das díspares relações entre TVT e superexploração do trabalho sugeridas pela literatura (pertencimento, negação, violação, afirmação e desenvolvimento) que se ligam, em última instância, à existência de diferentes interpretações do significado e abrangência da própria TVT, notadamente daquelas leituras que enxergam equivocadamente a equivalência quantitativa na troca mercantil de valores como o campo de eficácia da TVT, relegando a superexploração aos casos em que a TVT deixaria de vigorar.

Caixa 1 - Superexploração e a atuação de seus mecanismos de extração de mais valia



A forma mercadoria comporta ontologicamente tanto a equivalência, como a sua negação. Assim sendo, a não equivalência deve ser encarada como parte, elemento ou dimensão constitutiva da elaboração marxiana sobre o valor trabalho, invalidando qualquer entendimento quanto à existência de um escopo na TVT que se restringiria ao âmbito da equivalência entre valores e destes com a forma preço.

Defendemos que a essência do conceito de superexploração do trabalho reside na negação das condições necessárias para repor o desgaste da sua força de trabalho, na desvalorização ou dilapidação decorrente de um desgaste acelerado da força de trabalho, atingindo a dimensão do valor total. A discussão proposta pela superexploração reforça a interação entre as dimensões biológicas e sociais da força de trabalho quando traz, ao primeiro plano, o desgaste prematuro da força de trabalho como elemento basilar, uma forma específica de desmercantilização da força de trabalho que encurta cronologicamente ou até suprime as possibilidades de oferta da força de trabalho ao capital. A Caixa 1 sintetiza a relação entre superexploração e dilapidação do valor da força de trabalho.

O trabalhador, ao dispor da sua força de trabalho para venda como forma de sobrevivência, está sujeito às dificuldades para a plena recuperação orgânica que possibilite a manutenção da força de trabalho em condições de uso pelo capital. Certos usos da força de trabalho, que caracterizam a superexploração, podem acarretar traumas que a debilitem permanentemente nas dimensões físicas ou psicológicas, fazendo com que maiores remunerações salariais ou períodos de repouso e descanso sejam impotentes em repor as condições anteriores.

Enquanto modalidade específica de extração de mais valia, calcada na dilapidação do valor da força de trabalho, a superexploração influi no processo de acumulação de capital e origina a polêmica sobre a especificidade da superexploração na economia dependente. Mostramos que a superexploração não é algo exclusivo das economias dependentes, pois o papel da concorrência e da mais valia extraordinária na formulação de Marini mostra a possibilidade da ocorrência da superexploração nas formações sociais imperialistas, mesmo que a presença da superexploração em países imperialistas e dependentes apresente efeitos distintos sobre a acumulação de capital em formações sociais específicas.

Entramos no debate sobre a existência de um conceito de superexploração em Marx, ressaltando os problemas de ordem lógica e teórica dessa leitura, que reduz um conceito a seus elementos constitutivos e desconsidera a articulação específica dos mesmos para originar a idéia de superexploração.

Traçamos um panorama dos autores que já abordaram a superexploração do trabalho. Identificamos um primeiro grupo que entende a pertinência do conceito e retoma a obra de Marini como interlocutora na interpretação do Brasil da década de 2000; outro grupo que aborda o conceito de superexploração, mas diverge em pontos tão importantes que não contribuem para o desenvolvimento do conceito, compartilhando a característica de redução do uso do termo à dimensão quantitativa da extração de mais valia; um terceiro grupo que abarca aqueles que combatem a obra de Marini, buscando inconsistências lógico-teóricas na superexploração do trabalho, questionando desde os elementos constitutivos até a própria manifestação do conceito; e, por fim, a corrente que julga a formulação de Marini insuficiente e limitada para o entendimento do Brasil contemporâneo.

Nossa hipótese de que a superexploração do trabalho constitui um importante desenvolvimento da TVT mostrou-se corroborada ao elucidarmos aspectos teoricamente problemáticos e que se encontram envolvidos na pouca aceitação do conceito, a exemplo da leitura da TVT assentada na equivalência quantitativa mercantil, a visão da superexploração como fenômeno quantitativo da exploração, ou ainda a identificação da superexploração à mais valia absoluta.

Assentada na dimensão de dilapidação da força de trabalho, a superexploração reforça um campo, dimensão ou aspecto que está contido na TVT, mas ainda pouco desenvolvido pela literatura, reforçando o sentido de desenvolvimento dado à TVT.

Uma vez discutido o conteúdo da superexploração do trabalho, passaremos a uma problemática específica, com a abordagem, no capítulo seguinte, das dimensões de vigência e forma de manifestação da superexploração do trabalho no Brasil da década de 2000.

CAPÍTULO 3 – A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NA “ERA LULA”

Os períodos históricos do Brasil contemporâneo estão atrelados a fatos e processos políticos marcantes. O golpe militar de 1964 inaugurou um período sombrio de 21 anos, caracterizado economicamente pela tentativa de constituição do setor de bens de produção no capitalismo brasileiro, politicamente pelo processo de combate e extermínio das forças políticas progressistas, e socialmente pela urbanização e aumento da desigualdade social, sobretudo na dimensão da distribuição de renda.

A volta da democracia com as eleições indiretas de 1984 abriu um curto e intenso período de rearranjo do capitalismo brasileiro, marcado pela reorganização política da hegemonia burguesa no Brasil – discussão e promulgação da Constituição de 1988 e eleição presidencial direta em 1989 – e pelos processos econômicos (hiperinflação, problemas crônicos no balanço de pagamento, planos de estabilização econômica) decorrentes da inserção internacional de nossa economia no período histórico da Globalização Financeira, marcada pela crise da dívida externa que perpassou toda a década de 1980.

Em seguida presenciamos a implantação e consolidação de um projeto neoliberal no Brasil com a eleição em 1989 e *impeachment* em 1992 de Fernando Collor de Mello, então sucedido pelo curto governo Itamar Franco e os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, marcados economicamente pela renegociação da dívida externa, abertura comercial e financeira, assim como pelo plano de estabilização monetária batizado de Plano Real. No âmbito político, as frações financeiras e do agronegócio ascendem à posição hegemônica dentro da burguesia. No plano social, o Mundo do Trabalho se viu diante de uma intensa reestruturação, com a implantação de novos métodos de gestão da força de trabalho (*downsize*, reengenharia, etc.) e relações de trabalho (terceirização, flexibilização dos contratos de trabalho, etc.).

O imenso descontentamento social com o projeto neoliberal foi um dos grandes elementos para a eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2002, inaugurando um novo período histórico, que aqui chamaremos de “Era Lula”¹⁹⁷.

O transcorrer do tempo histórico é um dos elementos fundamentais para a reflexão sobre os objetos de conhecimento das ciências sociais. A maioria dos períodos históricos do Brasil contemporâneo já possui interpretações consolidadas sobre seu caráter ou sentido. Mas a chamada “Era Lula”, devido ao curto tempo histórico transcorrido e aos processos sócio-políticos que foram gestados no período, ainda não possui interpretações consolidadas e é objeto de um intenso debate, principalmente sobre a relação de continuidade e ruptura com o período histórico imediatamente anterior.

Autores como Emir Sader(2013), Márcio Pochmann (2012, 2013), João Sicsú (2013), Ruy Braga (2012), Giovanni Alves (2014) e André Singer (2012) são representantes da corrente teórica que destaca os elementos de ruptura e mudança da “Era Lula” em relação ao neoliberalismo.

Sader (2013), Pochmann (2012, 2013), Sicsú (2013) e Singer (2012) convergem em interpretar o período como pós-neoliberal, chamando a atenção para as dimensões de rupturas na política externa com ênfase na construção de relações entre os países do hemisfério Sul; passando pela retomada do papel dirigente do Estado na orientação dos investimentos privados¹⁹⁸ e na promoção de uma série de investimentos públicos¹⁹⁹; pela

¹⁹⁷ Tomamos aqui o termo cunhado por Armando Boito(2012) por julgarmos que traz uma denominação que singulariza de forma clara o período em questão.

¹⁹⁸ A título de exemplo, temos 1) a instituição das Parcerias Público-Privadas (Lei nº 11.079/2004), a qual possibilita a contratação de prestação de serviços de médio e longo prazo (de 5 a 35 anos) pela Administração Pública, com a implantação da infraestrutura necessária dependente de financiamento do setor privado e a remuneração do prestador fixada com base em padrões de performance; 2) o programa de investimentos no setor petroquímico para a exploração da camada Pré-Sal, induziu a constituição de iniciativas como a empresa Sete Brasil, voltada a construção, em solo brasileiro, de 29 sondas para a Petrobrás, empreitada orçada em torno de US\$ 25 bilhões de investimentos, cujos principais sócios foram BTG Pactual, Bradesco, Santander, fundos de pensão estatais, FI-FGTS e Petrobrás.

¹⁹⁹O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, engloba um conjunto de políticas econômicas com o objetivo de acelerar o crescimento econômico do Brasil, prevendo investimentos em infraestrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos. Em 2011, o PAC entrou na uma segunda fase, sendo chamado de PAC2. Para maiores informações, ver <http://www.pac.gov.br/>, acessado em 23/04/2015.

dinâmica do crescimento econômico com distribuição de renda²⁰⁰; chegando ao arco específico de sustentação política, apoiada na fração de classe do subproletariado²⁰¹.

Braga (2012) entende a “Era Lula” como um momento de ruptura, mas seu foco é o caráter da regulação social que passa a vigorar, sumamente distinta daquelas anteriores que perpassaram o intrincado processo social, econômico e político da formação do operariado brasileiro no século XX. Para Braga (2012), certos traços da hegemonia da liderança burocrática operária no ciclo de greves dos anos 1970 ²⁰² tomaram pleno corpo na “Era Lula”, constituindo uma forma de “revolução passiva à brasileira” apoiada na junção de duas formas de consenso que caracterizariam a regulação lulista: o consentimento popular passivo, calcado no interesse pelas políticas públicas redistributivas e ganhos salariais, vetores para uma adesão momentânea ao programa governista; e o consentimento ativo das direções sindicais, seduzidas pelas posições no aparato estatal, e pelas vantagens materiais advindas do controle dos fundos de pensões (BRAGA, 2012, p. 181/182).

Alves (2014) identifica no período da “Era Lula” uma nova fase do capitalismo brasileiro - o neodesenvolvimentismo - que “(...) *pode ser considerado um projeto de desenvolvimento capitalista alternativo à ortodoxia neoliberal (...) mas que permanece no interior do bloco histórico hegemônico do capitalismo neoliberal no plano do sistema mundial do capital*” (ALVES, 2014, p. 52). Seria alternativo porque surgiu do fracasso dos modelos neoliberais da década de 1990 ²⁰³ e apresentou impactos positivos no mercado de

²⁰⁰ A literatura ressalta a comparação de dois indicadores para caracterizar a fase de crescimento com distribuição de renda: a média da variação do PIB para os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (2,4% no período de 1995 a 1998 e 2,1% no período de 1999 a 2002) e Luís Inácio Lula da Silva (3,5% no período de 2003 a 2006 e 4,6% no período de 2007 a 2010), assim como a trajetória do Índice de Gini, saindo de 0,585 em 1995 para 0,563 em 2002 e 0,518 em 2009 (SICSÚ, 2013, Capítulo 2).

²⁰¹ André Singer (2012) defende a tese de que no lulismo, a configuração específica de classe que daria sustentação ao projeto neodesenvolvimentista estaria assentada no subproletariado (trabalhadores de baixíssima renda que foram beneficiados pela criação de emprego, estabilidade de preços e políticas sociais), grande responsável pela eleição dos governos petistas em 2006 e 2010. O subproletariado seria composto pelos trabalhadores de baixíssima renda, de até 2 salários mínimos, que obtiveram ganhos materiais pelas políticas redistributivas implementadas pelo governo Lula, pela estabilização de preços e dinâmica favorável do mercado de trabalho; tal fração seria marcada, ainda, por traços politicamente conservadores, que Singer sintetiza na expressão cunhada por Florestan Fernandes (1981) de “mudança dentro da ordem”, denotando a ideia de que o subproletariado buscava mudanças que não confrontassem o capital e a ordem política vigente, sob pena que a instabilidade política possa ameaçar seus ganhos materiais.

²⁰² Braga (2012, p. 178) aponta a progressiva assunção dos espaços na estrutura sindical oficial, reestabelecendo a tutela da base sindical à estrutura oficial, e a prática de incorporar os elementos mais destacados na organização de base nas empresas às fileiras sindicais.

²⁰³ “*Entendemos ‘neodesenvolvimentismo’ como sendo um novo padrão de desenvolvimento do capitalista brasileiro alternativo à ortodoxia neoliberal que se constitui na década de 2000 no bojo da temporalidade histórica do capitalismo global. Em primeiro lugar, o neodesenvolvimentismo nunca teve veleidades de afirmação nacional ou reforma social no sentido de romper com a ordem capitalista no Brasil (...) embora o neodesenvolvimentismo tenha traços de continuidade com o neoliberalismo da década de 1990, ortodoxia*”

trabalho²⁰⁴, impensáveis no neoliberalismo ortodoxo; além de partícipe do bloco histórico hegemônico do capitalismo neoliberal porque trouxe marcas importantes de continuidade ao manter “(...) na década de 2000, a persistência histórica de traços estruturais da degradação do trabalho no Brasil”²⁰⁵ (ALVES, 2014).

Autores de um amplo espectro político, como Leda Paulani (2008), Reinaldo Gonçalves (2012a, 2012b), Carlos Nelson Coutinho (2010), Francisco de Oliveira (2003, 2010), Armando Boito (2012) e Fábio Giambiagi (2007), enfatizam os aspectos de continuidade da “Era Lula”.

Paulani(2008) destaca a continuidade com o neoliberalismo pela postura ativa de defesa dos interesses das frações financeiras na política econômica do governo Lula, o que a autora chega a classificar como “servidão financeira”²⁰⁶.

Reinaldo Gonçalves (2012b) identifica no modelo que perpassa a “Era Lula”, o chamado novo desenvolvimentismo, uma adaptação do que chama de liberalismo enraizado (*embedded liberalism*)²⁰⁷, calcado na manutenção de vários aspectos da política macroeconômica e falta de mudanças estruturais como eixos de continuidade ao neoliberalismo²⁰⁸; defende ainda que o novo desenvolvimentismo seja encarado como um

neoliberal que promoveu a inserção do Brasil no bloco histórico hegemônico do capitalismo neoliberal, neodesenvolvimentismo não é neoliberalismo na medida em que ele se originou do fracasso do modelo neoliberal lastreado no Consenso de Washington adotado pelos governos neoliberais da década de 1990”(ALVES, 2014).

²⁰⁴ “A positividade indiscutível de alguns dados do mercado de trabalho na década de 2000 (...) demonstram efetivamente que o novo modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil – o neodesenvolvimentismo, se distingue do neoliberalismo da década de 1990” (ALVES, 2014).

²⁰⁵ “O neodesenvolvimentismo preservou, por um lado, traços históricos da (arcaica) flexibilidade estrutural da força de trabalho abundante que existe no Brasil, e, por outro lado, incorporou traços da (moderna) nova precariedade salarial que caracteriza o capitalismo global na era do trabalho flexível” (ALVES, 2014).

²⁰⁶ “(...) da mesma forma que a palavra dependência se mostrou não limitada a contextos históricos específicos (...) suspeitamos que o caráter do vínculo que prende hoje o capitalismo periférico brasileiro ao centro do sistema só pode ser definido em termos de servidão (...) em outras palavras, parece-nos que para bem compreender hoje a relação que nos prende ao centro do sistema é preciso entender não o consentimento à dominação (...), mas a obstinada vontade de produzi-la, algo só apreensível pelo conceito de servidão, no caso, servidão financeira” (PAULANI, 2008, p. 91/92).

²⁰⁷ “(...) o “liberalismo enraizado” que expressa o compromisso entre, de um lado, o livre comércio de produtos, a livre circulação de capitais no sistema econômico internacional e a promoção de uma ordem internacional assentada no multilateralismo; e, de outro, a intervenção do Estado nas suas funções alocativa, distributiva, reguladora e, principalmente, estabilizadora. Isto é, na arena internacional as diretrizes estratégicas são dadas pelo liberalismo enquanto no plano nacional a intervenção estatal é o eixo estruturante do processo de desenvolvimento econômico no pós -Segunda Grande Guerra” (GONÇALVES, 2012b, p. 640).

²⁰⁸ “No atual debate brasileiro sobre novo desenvolvimentismo há duas agendas de investigação. A primeira deriva do fato de que o conceito foi apropriado politicamente para destacar a (falsa) inflexão no processo de desenvolvimento econômico brasileiro, as (pretensas) mudanças estruturais e o desempenho econômico do país durante o governo Lula. O intuito dessa apropriação (indevida) é diferenciar o governo Lula da experiência neoliberal e do desempenho (mediocre) do governo FHC (...) na segunda agenda (...) o conceito

nacional-desenvolvimentismo às avessas (GONÇALVES, 2012a), pois gerou processos econômicos (desindustrialização, “dessubstituição” de importações, reprimarização das exportações, aumento da dependência tecnológica, desnacionalização da propriedade, aumento do passivo externo e dominância financeira, esta última expressa na subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação) que foram em direção contrária ao que teoricamente pregava a doutrina nacional-desenvolvimentista (mudança da estrutura produtiva e redução da vulnerabilidade externa estrutural)²⁰⁹.

Carlos Nelson Coutinho (2010) e Francisco de Oliveira (2010) identificam uma forma específica de manutenção da hegemonia das classes dominantes, qualificada como “pequena política”²¹⁰ por Coutinho e “hegemonia às avessas”²¹¹ por Oliveira. Tal hegemonia seria caracterizada pela predominância ou manutenção do projeto de dominação da burguesia, atendendo marginalmente os interesses dos trabalhadores ou dominados, com a característica ímpar de ser levado à frente justamente pela organização que pretensamente seria a grande representante dos dominados e suposta combatente de tal hegemonia, o Partido dos Trabalhadores, durante a condução da presidência da República na “Era Lula”.

Anteriormente à instigante interpretação da “hegemonia às avessas”, Francisco de Oliveira já fizera uma importante intervenção no debate sociológico e político com a tese de que o desenvolvimento capitalista no Brasil se assemelhava a um Ornitorrinco, juntando e sobrepondo partes que não se combinariam²¹², e que juntas formam algo singular. Nessa tese,

é usado para expressar formulações teóricas de projetos de desenvolvimento econômico para diferenciá-las daquelas próprias ao antigo nacional-desenvolvimentismo, ao neoliberalismo e à ortodoxia convencional” (GONÇALVES, 2012b, p. 638/639).

²⁰⁹ “Durante o Governo Lula os eixos estruturantes do ND [Nacional Desenvolvimentismo] foram invertidos (...) Portanto, a “inversão de sinais” faz com que se possa atribuir ao Governo Lula a responsabilidade pela implementação do nacional-desenvolvimentismo às avessas” (GONÇALVES, 2012a, p. 23/24).

²¹⁰ “A hegemonia da pequena política baseia-se precisamente no consenso passivo. Esse tipo de consenso não se expressa pela auto-organização, pela participação ativa das massas por meio de partidos e outros organismos da sociedade civil, mas simplesmente pela aceitação resignada do existente como algo natural. Mais precisamente, da transformação das ideias e dos valores das classes dominantes em senso comum de grandes massas, inclusive subalternas. Hegemonia da pequena política existe, portanto, quando se torna senso comum a ideia de que a política não passa de disputa pelo poder entre suas diferentes elites, que convergem na aceitação do existente como algo ‘natural’” (COUTINHO, 2010, p. 31).

²¹¹ “A nova dominação (e arrisco a hipótese de que ela seja própria e funcional ao capitalismo mundializado) inverte os termos gramscianos. O consentimento sempre foi o produto de um conflito de classes em que os dominantes, ao elaborarem sua ideologia, que se converte na ideologia dominante, trabalham a construção das classes dominadas a sua imagem e semelhança (...) Estamos em face de uma nova dominação: os dominados realizam a revolução moral (...) que se transforma, e se deforma, em capitulação ante a exploração desenfreada” (OLIVEIRA, 2010, p. 26–27).

²¹² “Como é o ornitorrinco? Altamente urbanizado, pouca força de trabalho e população no campo, dunque nenhum resíduo pré-capitalista; ao contrário, um forte agrobusiness. Um setor industrial da Segunda

Oliveira propõe que se formara, no limiar do século XXI, uma nova classe social no Brasil, cuja ligação com o âmbito da produção seria pelo controle dos fundos públicos destinados à acumulação de capital²¹³, elemento de continuidade ao período neoliberal.

Boito (2012) interpreta a “Era Lula” sob a ótica da constituição de uma frente neodesenvolvimentista, composta por frações da classe trabalhadora e a fração da grande burguesia interna, esta última definindo o projeto que cria a unidade contraditória da frente política em torno do crescimento econômico e defesa dos interesses industriais (elementos que marcam a continuidade neoliberal²¹⁴), com pequenas concessões à classe trabalhadora.

Autores notadamente liberais como Fábio Giambiagi (2007) encaram a “Era Lula” como uma continuidade, não propriamente do neoliberalismo, mas de práticas e

Revolução industrial completo, avançando, tatibitate, pela terceira revolução, a molecular-digital ou informática. Uma estrutura de serviços muito diversificada numa ponta, quando ligados aos estratos de altas rendas, a rigor, mais ostensivamente perdulário que sofisticado; noutra, extremamente primitivo, ligado exatamente ao consumo dos estratos pobres. Um sistema bancário ainda atrofiado, embora acapare uma alta parte do PIB, quando se o compara internacionalmente. Em termos da PEA ocupada, fraca e declinante participação da PEA rural, força de trabalho industrial que chegou ao auge na década de setenta do século passado, mas decrescente também, e explosão continuada do emprego nos serviços” (OLIVEIRA, 2003).

²¹³“A estrutura de classes também foi truncada ou modificada: as capas mais altas do antigo proletariado converteram-se, em parte, no que Robert Reich chamou de ‘analistas simbólicos’: são administradores de fundos de previdência complementar, oriundos das antigas empresas estatais, dos quais o mais poderoso é o Previ, dos funcionários do Banco do Brasil, ainda estatal; fazem parte de conselhos de administração, como o do BNDES, a título de representantes dos trabalhadores. A última floração do Welfare brasileiro, que se organizou basicamente nas estatais, produziu tais fundos, e a Constituição de 1988 instituiu o FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador que é o maior financiador de capital de longo prazo no país, justamente operando no BNDES. Tal simulacro produziu o que Robert Kurz chamou de “sujeitos monetários”: trabalhadores que ascendem a essas funções estão preocupados com a rentabilidade de tais fundos, que ao mesmo tempo financiam a reestruturação produtiva que produz desemprego. Sindicatos de trabalhadores do setor privado também já estão organizando seus próprios fundos de previdência complementar, na esteira daqueles das estatais. Ironicamente, foi assim que a Força Sindical conquistou o sindicato da então Siderúrgica Nacional, que era ligado à CUT, formando um “clube de investimento” para financiar a privatização da empresa; ninguém perguntou depois o que aconteceu com as ações dos trabalhadores, que ou viraram pó ou foram açambarcadas pelo grupo Vicunha, que controla a Siderúrgica. É isso que explica recentes convergências pragmáticas entre o PT e o PSDB, o aparente paradoxo de que o governo de Lula realiza o programa de FHC, radicalizando-o: não se trata de equívoco, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e intelectuais doublés de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e operários transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT. A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos, no conhecimento do ‘mapa da mina’” (OLIVEIRA, 2003).

²¹⁴“(…) o neoliberalismo da década de 1990 não é o mesmo que o da década de 2000 (...) o neodesenvolvimentismo: trata-se do desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal” (BOITO JÚNIOR, 2012, p. 69). Boito vale-se do prefixo “neo” para distinguir o neodesenvolvimentismo do desenvolvimentismo vigente no período de 1930-1980, apoiado em três diferenças, todas adequadas aos interesses da burguesia interna e ao compromisso com o capital financeiro internacional: 1) índices modestos de crescimento limitados pela acumulação financeira; 2) especialização regressiva, com aumento no peso dos setores de processamento agrícola, pecuário, recursos naturais, e segmentos industriais de baixa intensidade tecnológica; e 3) aumento da importância do mercado externo (BOITO JÚNIOR, 2012, p. 69-70).

mentalidades que tergiversam o receituário liberal e condenam o país ao atraso, como o paternalismo, a intervenção imprópria do Estado²¹⁵ e o viés anticapitalista.

A dualidade ruptura/continuidade que perpassa o debate sobre o caráter da “Era Lula” tem como ponto nevrálgico as transformações nas classes sociais brasileiras na década de 2000.

Dentre aqueles que argumentam pela continuidade e manutenção do neoliberalismo na “Era Lula”, o foco central dos argumentos é a acumulação de capital (viés da política econômica e a ausência de mudanças estruturais) e a conformação da burguesia - imposição da hegemonia política e moral, papel na frente política neodesenvolvimentista, aumento da presença do capital internacional, desempenho econômico de diversas frações da grande burguesia, criação de uma nova classe social ligada à produção pelo controle de fundos públicos, etc. - tratando secundariamente a dinâmica do Mundo do Trabalho no Brasil recente.

Já para aqueles que defendem a mudança ou ruptura com o neoliberalismo, a diminuição das taxas de desemprego e dos níveis de pobreza, o aumento da formalização das relações trabalhistas e a elevação do rendimento médio do trabalho, bem como a diminuição na desigualdade da distribuição de renda funcional e pessoal, seriam os elementos mais importantes e contundentes de mudança em relação ao período histórico anterior, pois implicou ganhos materiais para a classe trabalhadora, algo impensável segundo a doutrina neoliberal.

Sendo assim, ao se enfatizar o que há de novo ou de continuidade, a literatura mostra que as modificações pelas quais passou o Mundo do Trabalho na “Era Lula” são cruciais para interpretar o capitalismo brasileiro da década de 2000.

Dentre as muitas discussões suscitadas pelo Mundo do Trabalho que se conforma na “Era Lula”, a corrente teórica que resgata o referencial teórico da obra de Ruy Mauro Marini (ALVES, 2014; DUARTE, 2010; LUCE, 2013a, 2013c; MARTINS, 2011a) recoloca a superexploração como um aspecto central para o capitalismo brasileiro da década de 2000,

²¹⁵ “Enquanto o resto do mundo, cada vez mais, se volta para o desafio da criação de riquezas, o Brasil persiste no desenvolvimento de um modelo distributivista em essência, fortemente baseado no intervencionismo estatal e, em alguns casos, com um acentuado viés anticapitalista. Estamos virando uma economia com mentalidade de funcionários públicos, no que isso em geral é associado a certo espírito de acomodação e de dependência do Estado” (GIAMBIAGI, 2007).

mesmo em meio a elementos do Mundo do Trabalho que, em princípio, se contraporiam ao processo de superexploração.

Tal literatura avança²¹⁶ na afirmação da continuidade da superexploração do trabalho na “Era Lula”, mas peca por deixar de dar atenção a uma questão de suma importância, qual seja, a forma específica de articulação da superexploração do trabalho da “Era Lula”. Colocado de outra maneira, a constatação da presença necessita ser complementada pelo entendimento da forma de manifestação da superexploração do trabalho.

Nossa intenção é contribuir para dirimir tal lacuna teórica, galgando duas teses: a primeira, a de que os mecanismos de extração de mais valia da superexploração do trabalho²¹⁷ vigente na “Era Lula” mudam de forma; a segunda tese, consequência imediata da anterior, é que a “Era Lula” constitui uma nova fase histórica da superexploração do trabalho.

A remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, antes assentada na diminuição da remuneração real do trabalho (arrocho salarial do período da ditadura militar iniciada em 1964) e em altas taxa de desemprego (período da implantação do neoliberalismo), passa a se manifestar na “Era Lula” pela combinação entre alguns elementos: aumento do peso relativo das ocupações de baixa remuneração (sobretudo aquelas até 2 Salários Mínimos), elevação do valor da força de trabalho pelo aumento generalizado da escolaridade. A elevação da intensidade do trabalho na “Era Lula” aparece com dimensão epidêmica, diante do aumento da produtividade e da adoção de novas técnicas de gestão da força de trabalho, ambos assentados nas possibilidades de controle social e coordenação de tarefas proporcionadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs. Em que pese a jornada de trabalho manter-se relativamente estável, devido principalmente ao movimento de formalização da força de trabalho que eleva a participação relativa daqueles que trabalham dentro da jornada legal de trabalho, as TICs contribuíram para atenuar as fronteiras entre o tempo de trabalho e o de não trabalho na vida dos ocupados,

²¹⁶ Para uma avaliação do debate teórico dessa literatura, ver o capítulo 2 deste trabalho. Já para um balanço da literatura empírica contemporânea sobre a superexploração da força de trabalho, ver o capítulo 1 do presente trabalho.

²¹⁷ Retomando o capítulo anterior, no qual discutimos a concepção problemática de Teoria do Valor Trabalho assentada na equivalência de valores nas relações mercantis, a superexploração do trabalho agrupa pelo menos quatro mecanismos de extração de mais valia, compartilhando a característica de dilapidarem o valor da força de trabalho: a remuneração abaixo do valor da força de trabalho; a intensificação do trabalho; o aumento da jornada de trabalho; e o aumento do valor da força de trabalho sem equivalência na remuneração.

o que se reflete no aumento do tempo de trabalho excedente à custa do tempo de trabalho necessário.

A classe trabalhadora viu-se diante de um conjunto de formas de superexploração na “Era Lula” que deixaram de atentar diretamente contra a dimensão do valor diário, ligada às possibilidades de reprodução a curto prazo dos trabalhadores, e se dirigiram contra o valor total da força de trabalho, ou seja, o tempo de vida útil do trabalhador.

Tal combinação específica das formas de manifestação da superexploração do trabalho que caracterizam a “Era Lula” mostra-se um importante aspecto para entender a dinâmica política e social do período, seja pela ótica da “hegemonia às avessas” de Oliveira, da frente política neodesenvolvimentista de Boito ou do fenômeno do “lulismo” abordado por Singer e Braga. Mesmo tratando de dimensões distintas, tais conceitos compartilham a noção de apoio e adesão da classe trabalhadora à política e à economia da “Era Lula”. As formas de superexploração construídas, ao tirar peso de fatores como o desemprego e o arrocho salarial em favor de outros mecanismos que atentam contra o valor da força de trabalho em um prazo mais longo, mostraram-se compatíveis com certos ganhos materiais para a classe trabalhadora.

Para tratarmos das formas específicas de manifestação da superexploração do trabalho na “Era Lula”, faz-se necessário situarmos historicamente a quais determinações nosso capitalismo dependente respondeu na década de 2000. Para tanto, abordaremos a economia e a política internacional do período, destacando os principais elementos a influenciarem o capitalismo dependente brasileiro. Em seguida, analisaremos a economia brasileira na década de 2000, destacando sua relação com a economia internacional e os principais traços da acumulação de capital no Brasil, passando a abordar o comportamento do mercado de trabalho na “Era Lula”. Analisaremos as formas de superexploração que passam a vigorar no período, momento a partir do qual resgataremos a periodização histórica da superexploração para argumentar por uma nova fase histórica da superexploração, tecendo então as considerações finais.

A economia e a política internacional na década de 2000

Adotamos o pressuposto de que o Brasil continua, na primeira década do século XXI, enredado na relação de dependência que Marini (2005a) identificara constituir-se a partir do

século XIX²¹⁸ e que se modificou segundo a divisão internacional do trabalho - DIT de cada época a partir de então. Sendo assim, faz-se necessário delinear as características mais importantes da economia e da política internacional na década de 2000, com especial ênfase aos aspectos da acumulação mundial de capital que afetam e determinam a exploração da força de trabalho no Brasil, uma vez que as taxas de crescimento, bem como as políticas econômicas, dos países dependentes, são fortemente marcadas pelas fases cíclicas da economia mundial.

No plano econômico, a primeira década do século XXI mostrou uma dinâmica de crescimento econômico com duas características importantes, como nos mostra a Figura 1.

A primeira característica é a manutenção do mesmo padrão cíclico de crescimento econômico verificado na década de 1990, com três fases: crise no início da década²¹⁹, seguida por um período de forte crescimento contínuo e interrupção por uma nova crise ao final da década.

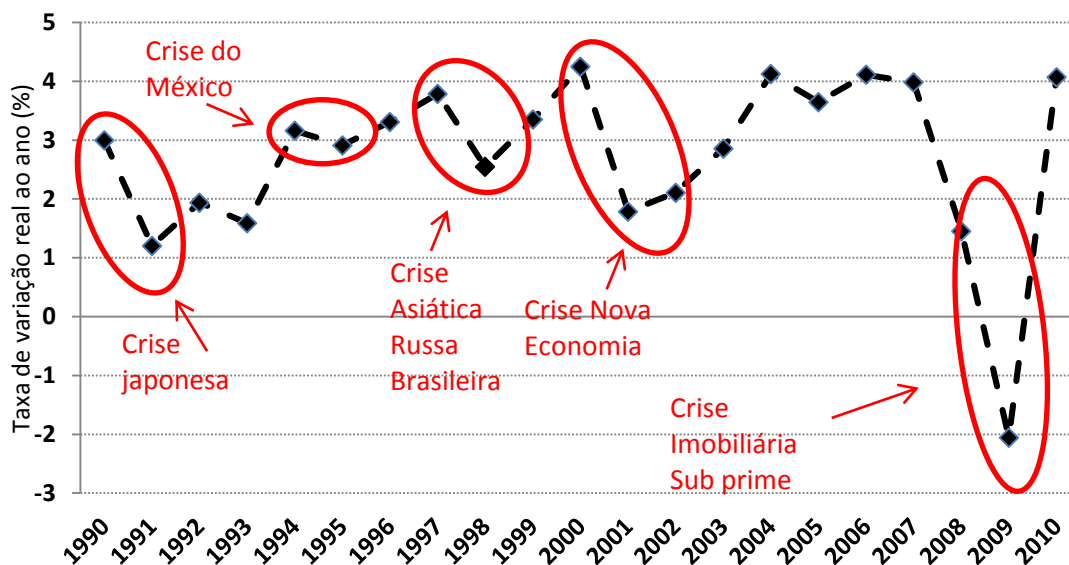
A segunda característica presente no crescimento mundial foi a maior intensidade das variações no crescimento quando comparada com a década de 1990, seja no período de auge

²¹⁸ “*Forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. A revolução industrial, que dará início a ela, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a Colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm nesta seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e — quando a exportação supera as importações — de dívidas. É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida*” (MARINI, 2005a).

²¹⁹ Existe uma imensa literatura que discute as crises periódicas do capitalismo sob diversos pontos de vista e registros teóricos. Foge de nosso escopo adentrar tal debate, restando-nos indicar, ao leitor interessado no debate marxista sobre as crises capitalista, a revisão teórica feita no capítulo 2 da tese de doutorado de Nilson Araújo de Souza (SOUZA, 1980) e o clássico ensaio de Anwar Shaikh (1983). Para um panorama histórico da chamada crise japonesa da virada dos anos 80, ver Tavares (1997) e Torres Filho (1997). Já para a crise asiática do final da década de 1990, indicamos, fora do registro marxista, o trabalho de Jomo K. S. (2001), ao passo que na ótica marxista, destacando o papel da economia japonesa na deflagração da crise asiática, ver Nilson Araújo de Souza (2009b, em especial os capítulos de 8 a 10). Para a discussão da crise da chamada Nova Economia, também conhecida na literatura como “ponto.com” ou crise da “*National Association of Securities Dealers Automated Quotations*— NASDAQ”, ver no registro marxista o interessante livro de Chesnais et al (2003), bem como Nilson Araújo (2009b).

(média de variação do Produto Interno Bruto PIB de 3,27% entre 1994 e 1998, contra 3,96% entre 2004 e 2007), seja nos períodos de recessão, como é o caso de 2008, ano mais agudo da chamada “crise imobiliária sub-prime”²²⁰, registrando a única variação negativa (-2,05%) de crescimento de todo o período das décadas de 1990 e 2000.

Figura 1 - Mundo - Taxa de Crescimento do PIB



Fonte: Elaboração própria a partir de UNCTADstat

As duas características acima apontadas sugerem que o crescimento da economia internacional na década de 2000 abriu espaço para elevadas taxas de crescimento dos países dependentes, seja pelo aumento das exportações, seja pela recepção de maiores fluxos de capital estrangeiro nas suas diversas formas²²¹, dentre outros processos. Ao recorrermos aos dados do Fundo Monetário Internacional – FMI²²², verificamos que a média da taxa de crescimento entre 2000 e 2010 para os chamados países desenvolvidos foi de 1,9%, ao passo

²²⁰ Sinteticamente, a crise de 2007/2008, que se manifestou pelo sistema financeiro com a reversão de um longo movimento especulativo no mercado imobiliário nos Estados Unidos, tratado comumente na literatura pela alcunha de “estouro de uma bolha especulativa imobiliária”, transmitiu-se para o sistema financeiro mundial que tinha títulos ancorados nesse mercado. Remetemos o leitor interessado à descrição pormenorizada da sequência histórica feita pelo Banco Internacional de Compensações (BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS, 2009) no capítulo II; para uma visão da crise a partir da América Latina, ver Ocampo (2009), Gambina (2010), e os livros coordenados por Jaime Estrada Alvarez (2012, 2014); para um registro marxista ver, dentre outros, François Chesnais (2012, 2014), Nilson Araújo (2009b) e Anwar Shaikh (2011); para um debate sob a ótica da teoria do Sistema mundo, ver o instigante texto de Carlos Eduardo Martins (2012).

²²¹ Aqui nos referimos às três rubricas disseminadas nas estatísticas econômicas internacionais, o investimento direto (formação ou transferência de propriedade de capital fixo), carteira (ligada ao mercado financeiro, com a aquisição de títulos de dívida de várias naturezas, como ações, debêntures, etc. e etc.) ou outros (ligados aos créditos recebidos por empréstimos).

²²² World Economic Outlook Database, opção By Country Groups (aggregated data) and commodity prices, série Gross domestic product, constant prices Percent change, consultada em 30/10/15.

que os chamados países emergentes e em desenvolvimento apresentaram uma média, no mesmo período, de 6,2%.

Outro indício da robustez do crescimento da década de 2000 obtém-se de dois indicadores de Investimento, a participação relativa da Formação Bruta de Capital - FBK e da Formação Bruta de Capital Fixo – FBKF²²³ no PIB mundial (Figura 2). Entre 1980 e 1992, as variáveis FBK e FBKF apresentam uma tendência de queda de 3 pontos percentuais, ficando então em um patamar relativamente estável até o ano 2000, momento a partir do qual se verifica um forte período de recuperação, com aumento de 2 pontos percentuais no curto período que vai de 2003 até a crise de 2008²²⁴.

Lembremos que o Investimento, entendido como aquele gasto com finalidade de obtenção de lucro, mostra-se um importante elemento sociológico, pois cria ou consolida um importante vetor de influência sobre uma ampla gama de relações sociais ligadas à realização e materialização desses gastos, que abarcam, dentre outros, o âmbito trabalhista (assalariamento e relações contratuais), cultural (identidade e subjetividade) e institucional (padrões regulatórios, normativos estatais, etc.). Espera-se que em um período de intensificação dos Investimentos, o vetor “busca de lucro” apresente-se mais diretamente marcando processos sociais, o que pode ser verificado em processos identitários que ganharam força e marcaram a subjetividade construída na primeira década do século XXI, como o empreendedorismo²²⁵, a cultura da ostentação²²⁶, a teologia da prosperidade²²⁷, ou

²²³ Os conceitos de Formação Bruta de Capital - FBK e Formação Bruta de Capital Fixo FBKF, usados pela Contabilidade Nacional, podem ser usados como aproximação à noção marxista de acumulação de capital constante. A diferença entre ambos reside na contagem dos estoques de mercadorias produzidas, ausente da variável FBKF.

²²⁴ O período de expansão da economia internacional na década de 2000 implicou uma expansão da classe mundial trabalhadora, mas a taxas menores do que a verificada na década de 1990. Segundo a Organização Mundial do Trabalho (ILOSTAT Database, acessado em 13/05/2015), a população mundial em 1990 era estimada em 3,55 bilhões de pessoas, sendo que a PEA era de 2,35 bilhões. Em 2000, estes números se elevaram para 4,25 e 2,77 bilhões, respectivamente, equivalentes ao crescimento de 19,7% e 17,9%. Em 2010, a população mundial estimada era de 5,02 bilhões e a PEA de 3,25 bilhões, um crescimento em relação a 2000 de 18,2% e 16,1%. Considerando 1990 e 2010, a população mundial aumentou em 1,47 bilhões de pessoas, ao passo que a PEA foi elevada em 868 milhões de pessoas, equivalente a taxas de crescimento de 42% e 37%, respectivamente.

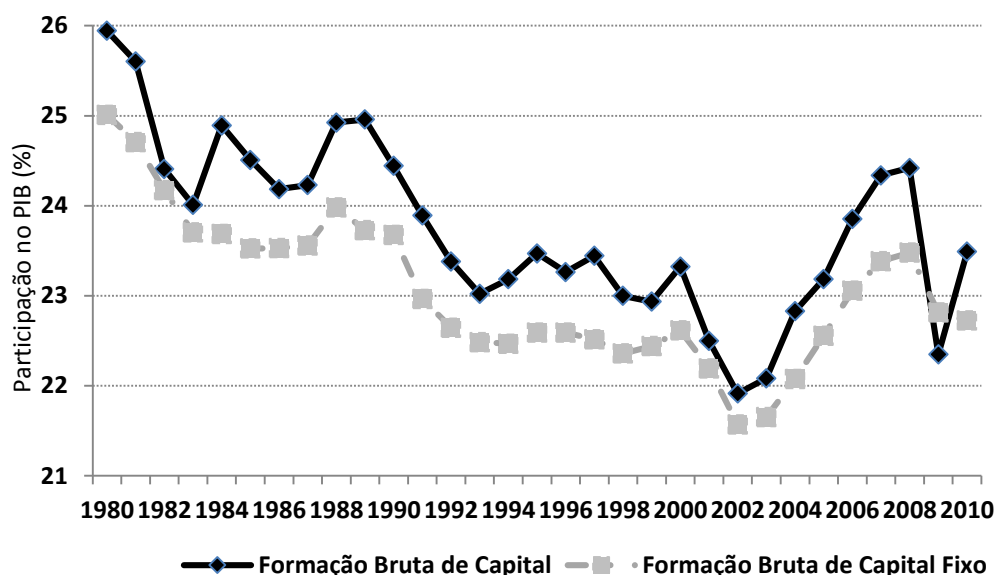
²²⁵ Entendida aqui como uma ideologia de difusão e naturalização do papel empresarial, defendendo-a como a forma predominante de organização das relações sociais.

²²⁶ Por cultura de ostentação entendemos o movimento iniciado na indústria musical norte-americana e posteriormente globalizado, que caracteriza um gênero do estilo hip-hop voltado à idolatria do consumo suntuoso, principalmente aquele de marcas ou grifes identificadas com a representação do luxo. Para uma análise da estruturação industrial do hip-hop nos Estados Unidos e das relações de gênero que a permeiam, ver o interessante trabalho de Hunter (2012).

²²⁷ Originária dos Estados Unidos na década de 1940 (MARIANO, 1996, p. 28; SILVEIRA, 2007, p. 24), a teologia da prosperidade prega que seus seguidores “(...)possuirão tudo o que determinarem verbalmente, com fé e em nome de Jesus. Saúde perfeita, prosperidade material e felicidade, "direitos" do cristão anunciados na Bíblia, naturalmente figuram entre as bênçãos mais declaradas por eles. Determinar nada tem a ver com pedir

ainda, na ótica do conflito e disputa, as resistências e lutas das populações que dantes viviam nos locais objetos dos investimentos ligados à expansão territorial do agronegócio ou dos empreendimentos hidrelétricos, uma das formas particulares do processo mais geral que David Harvey (2004) denomina acumulação por espoliação/desposseção²²⁸.

Figura 2 - Mundo - Participação da Formação Bruta de Capital no PIB



Fonte: Elaboração própria a partir de UNCTADstat

Retornando à economia mundial na primeira década de 2000, o elevado crescimento, conjugado ao aumento dos investimentos, coloca como dimensão relevante para análise a movimentação ou fluxo internacional de capital, uma das formas mais intensas pelas quais os países dependentes são integrados à DIT vigente.

A Tabela 1 nos mostra uma das modalidades do fluxo internacional de capitais, o Investimento Direto Externo - IDE, por duas óticas: a de entrada (*inward*) e de saída (*outward*). A década de 2000 contribuiu imensamente para a internacionalização do capital, com fluxos em níveis muito superiores aos observados na década de 1990. Pela ótica da

ou suplicar a Deus. Através do sacrifício vicário de seu filho, Deus já fez o que podia pela humanidade, perdoadando o pecado original e tornando, desde então, suas graças de saúde, prosperidade e vitória disponíveis aos homens nesta vida. Estes devem decretar, determinar, exigir, reivindicar, em nome de Jesus, como Deus prescrevera, para "tomar posse" das bênçãos a que têm 'direito' " (MARIANO, 1996, p. 29/30).

²²⁸ Para Harvey (2004), a desposseção ou espoliação envolveria desde a privatização, passando pela conversão de formas de direito de propriedade comum em propriedade privadas, supressão do direito das comunidades tradicionais, chegando ao sistema financeiro e as dívidas nacionais.

saída ou origem do IDE, os chamados Países Desenvolvidos (PD) ²²⁹ continuaram sendo a principal fonte de IDE no mundo, mas perderam espaço para os Países em Desenvolvimento (PEDs), que ganharam importância relativa ao final da década de 2000, mostrando uma nova face do processo de internacionalização do capitalismo dependente pela exportação de capital. Pela ótica de entrada ou destino do IDE, verificamos a mesma tendência, tanto de preponderância dos PDs nos valores absolutos, quanto de aumento da importância dos PEDs que chegam ao mesmo patamar dos PDs ao final do período. A trajetória do IDE sugere que não apenas as economias nacionais aumentaram seus laços com a economia mundial, mas que a maior presença do capital estrangeiro coloca os interesses dessa fração da burguesia mais fortemente na definição dos rumos da política dos países receptores.

Outro aspecto importante mostrado pela Tabela 1 é a constituição de uma das bases materiais de dois processos sociológicos de suma importância. O primeiro relaciona-se com o enfraquecimento das fronteiras do Estado-Nação. A exportação de capitais, consolidando grupos econômicos com atuação mundial e que tomam decisões por parâmetros globais, implica que cada vez mais o espaço sócio econômico nacional sofre influência de processos fora da capacidade de intervenção dos Estados Nacionais²³⁰. O segundo processo é a contraparte do anterior: a consolidação da empresa em rede como forma de organização social da produção simbólica e material dominante, a qual se constituiria em um dos pilares, ao lado do chamado informacionalismo²³¹, traço constitutivo daquilo que Castells (2005) interpreta como a sociedade em rede ²³².

²²⁹A classificação de Países Desenvolvidos, Economias em Transição e Países em Desenvolvimento, usadas pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (cuja sigla em inglês é UNCTAD), se apóia em classificação feita pelas Nações Unidas. Para uma descrição completa da metodologia de classificação e de seus resultados, ver o anexo estatístico da publicação *World Economic Situation and Prospects – WESP* (UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS - UN/DESA, 2015).

²³⁰ A contraparte do enfraquecimento do Estado Nação é a constituição de instâncias de poder que suplantam a instância nacional e se dirigem à dimensão mundial ou global. Entretanto, o termo enfraquecimento sublinha a perda de força e não a extinção ou irrelevância do Estado Nacional. Por outro lado, a constituição das instâncias pretensamente globais perpassa também grandes dificuldades. Um dos autores que tratou da questão da mundialização ou globalização de forma mais crítica e aprofundada foi Octavio Ianni, que além das preocupações sobre as possibilidades de conhecimento científico deste novo objeto (a sociedade global), mostrou várias nuances da constituição da globalização. Ao leitor interessado indicamos especialmente o Capítulo 7, intitulado “*As formas de poder global*”, de Ianni (2008).

²³¹Em sua interpretação, Castells identifica dois modos de produção no decorrer do século XX: o industrialismo, que permeou tanto o capitalismo keynesiano como o socialismo real e o informacionalismo, essencialmente capitalista e global, cuja especificidade seria “(...) a consequente realização do potencial de produtividade contido na economia industrial madura em razão da mudança para um paradigma tecnológico baseado em tecnologias da informação”(CASTELLS, 2005, p. 140/141).

²³²“(…) como tendência histórica, as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a

Tabela 1- Mundo - Fluxos de Investimento Direto Externo - US\$ bilhões

| Item/ano | 1990 | 1995 | 2000 | 2005 | 2010 |
|-------------------------|------|------|-------|------|-------|
| Saída (outward) | | | | | |
| Mundo | 242 | 362 | 1.241 | 904 | 1.468 |
| PEDs | 11 | 56 | 147 | 141 | 421 |
| PD | 230 | 306 | 1.091 | 743 | 989 |
| Entrada (inward) | | | | | |
| Mundo | 208 | 343 | 1.415 | 997 | 1.422 |
| PEDs | 35 | 118 | 267 | 341 | 648 |
| PD | 173 | 222 | 1.142 | 623 | 703 |

Fonte: Elaboração própria a partir de UNCTADstat, acessado em 13/05/2015

PD - Países Desenvolvidos; PEDs - Países em Desenvolvimento.

A esfera das finanças mundiais também apresentou grande expansão na década de 2000. Um interessante indicador é o patamar de três tipos de instrumentos financeiros: ativos bancários (*claims*), títulos de dívida (*international debt securities*) e os derivativos (*over-the-counter derivatives*) cujas estimativas são reportadas regularmente pelo *Bank for International Settlements* (BIS)²³³. Em 1999, o valor estimado dos ativos bancários era de US\$ 11,06 trilhões; o dos títulos de dívida²³⁴ era de US\$ 5,22 trilhões; e o de derivativos na ordem de US\$ 81,45 trilhões. Ao final de 2010, os valores dos ativos bancários aumentaram 3 vezes, chegando a US\$ 32,43 trilhões, enquanto os títulos de dívida decuplicaram para US\$ 54,2 trilhões e os derivativos aumentaram 6 vezes, atingindo a astronômica cifra de US\$ 513,27 trilhões.

A expansão quantitativa das finanças é a contraparte do reforço de seu papel na sociedade contemporânea, tornando-se referência e parâmetro de comportamento para o conjunto das atividades capitalistas ao valer-se de dois expedientes: estabelecimento do padrão mínimo de rentabilidade que as atividades econômicas devem buscar²³⁵, sob pena de terem suas ações em Bolsa de Valores vendidas por seus possuidores a tal ponto que a manutenção da atividade torna-se inviável²³⁶; e um julgamento sobre a qualidade de certas

difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e da experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 2005, p. 565).

²³³ Valemo-nos de duas edições do *BIS Quarterly Review* (BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS, 2000, 2010) como fonte das estatísticas. Para os derivativos, os valores apresentados correspondem ao chamado valor notional, ligado ao ativo subjacente ou de qual deriva o instrumento financeiro.

²³⁴ Estão englobados apenas os títulos de dívida emitidos no mercado internacional, ficando de fora aqueles emitidos e negociados estritamente nos mercados nacionais.

²³⁵ Para uma interessante análise sobre tal dimensão, ver Chesnais (2003).

²³⁶ Nesse ponto, as ações são compradas por um concorrente (centralização de capital) que incorpora a empresa a seu patrimônio, ou são compradas por especuladores que vendem os ativos (bens, prédios, marcas, etc.) mais rentáveis da empresa e encerram as atividades.

atividades ou empresas, por meio das instituições conhecidas como Agência de Classificação de Risco de Crédito, que atribuem notas e classificam²³⁷ países, governos ou empresas, segundo o grau de risco de que não paguem suas dívidas em um determinado prazo, ao analisar variáveis econômicas, institucionais e políticas. Classificações ruins ou baixas podem impedir os maus avaliados de acessarem recursos financeiros vitais para sua atuação.

O ritmo mais intenso de crescimento econômico e do investimento, aumentando a demanda por elementos do capital constante, em meio à pujança do setor financeiro em busca de lucros especulativos, influenciou fortemente os preços²³⁸ do grupo de mercadorias conhecidas como *commodities*. A Figura 3 mostra a trajetória dos preços internacionais de alguns grupos de *commodities*, ressaltando o crescimento explosivo dos metais e dos alimentos a partir do início da década de 2000 até a crise do final da década. Os metais apresentavam um número índice de preços de 86 no ano de 2002 e chegaram a nada menos que 332 em 2008, um crescimento de 386% em seis anos, ao passo que os alimentos apresentaram um número índice de 99 no ano de 2001, chegando a 235 em 2008, um crescimento de 237% em sete anos.

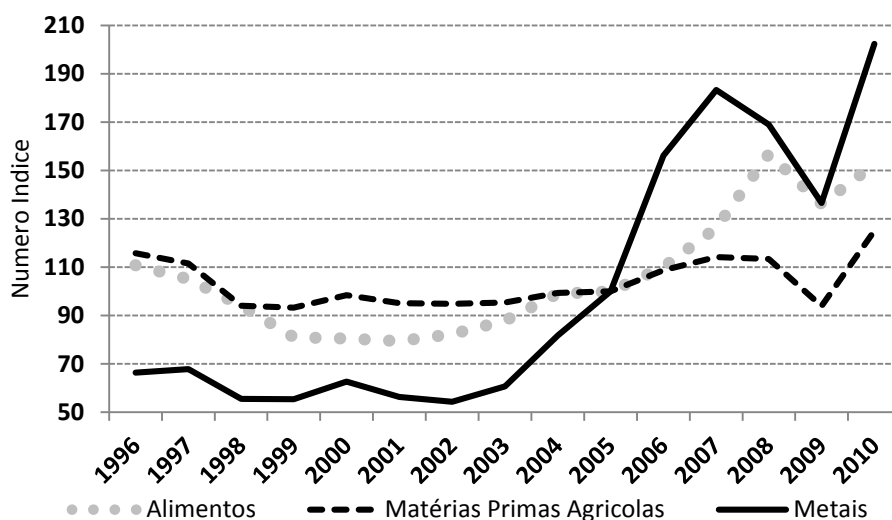
Outra *commodity* que sofreu uma intensa elevação de preços internacionais na década de 2000 foi o petróleo. Tomando como referência uma cesta de três tipos de petróleo (Brent, WTI e Dubai Fateh)²³⁹, a Figura 4 mostra que a média de preços saiu de US\$ 28 por barril no ano de 2003 para US\$ 99 por barril no auge de 2008, um crescimento de 353% em cinco anos.

²³⁷A classificação de risco de crédito remonta ao início do século XX, mas ganha relevância com a constituição do período histórico da globalização. Quando a classificação se refere a operações de crédito concedido a um Estado soberano, é chamado risco soberano. Quando o risco se refere à totalidade dos agentes (públicos e privados) de um país, utiliza-se a expressão risco país. A classificação de risco segue a lógica de quanto maior a probabilidade de moratória/*default*, pior será a sua nota ou a sua classificação. As faixas mais elevadas da classificação recebem a denominação de grau de investimento, enquanto que os classificados abaixo dessa nota recebem o grau de especulação.

²³⁸ Uma interessante análise de como a negociação das *commodities* nos mercados financeiros de contratos futuros influenciou os preços dessas mercadorias pode ser encontrada em Sevares (2009). Para a discussão das evidências especulativas sobre os preços das *commodities* no período, ver Prates (2007) e Serrano (2000).

²³⁹ No mercado internacional de petróleo, os tipos *West Texas Intermediate* (WTI) dos EUA, *Brent Blend* da Inglaterra e *Dubai Crude* da Arábia Saudita, são tomados como referência para a formação de preços das demais variedades, as quais se diferenciam em função de seu peso (medido pelo índice *American Petroleum Institute gravity* – *API gravity*, que mostra o quanto um determinado óleo é mais pesado – *heavy* - ou leve – *light* - que a água. API maiores que 10 são considerados *light* e menores que 10 *heavy*) e do teor de enxofre (classificados como doce/*sweet* para índices abaixo de 0,5% e azedo/*sour* para índices acima de 2,5%, sendo que, quanto mais doce, mais fácil o refino da gasolina e do diesel). Os tipos WTI e Brent são considerados leves e doces, ao passo que o Dubai intermediário e azedo.

Figura 3 - Mercado mundial de commodities - Índice de preços (2000 = 100)



Fonte: elaboração própria a partir de UNCTADstat

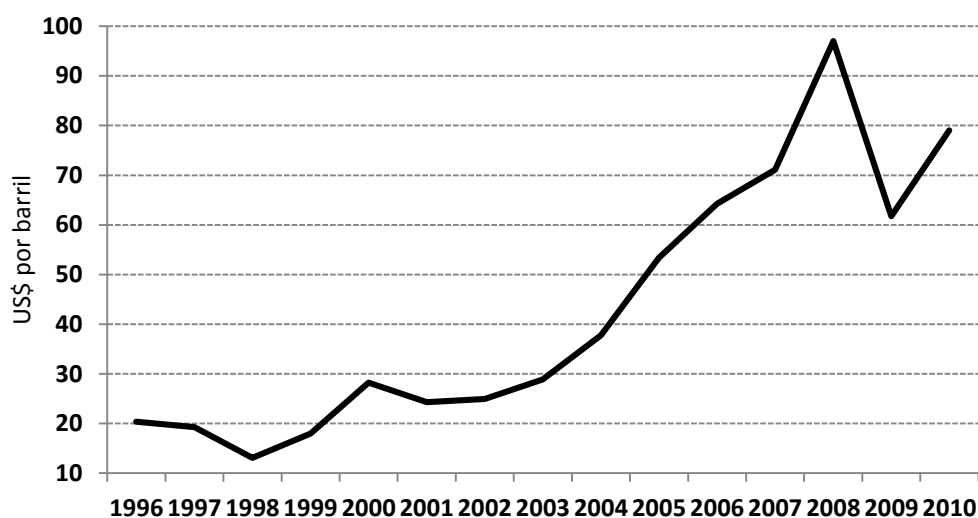
O movimento geral de preços das *commodities* durante a década de 2000 desdobrou-se, para os países dependentes, em uma alta da relação dos termos de trocas²⁴⁰ e em uma maior entrada de moeda estrangeira, gerando o acúmulo de reservas internacionais e na valorização das taxas de câmbio.

Outro elemento, de inegável importância na conformação histórica do início do século XXI é a trajetória da economia chinesa, a qual passa a ganhar peso singular no processo mundial de acumulação de capital. Três dimensões da acumulação de capital bastam para mostrar claramente a dinâmica e importância mundial da economia chinesa. Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional²⁴¹, a taxa de crescimento do PIB chinês entre 2000 e 2010 apresentou uma média geométrica de nada menos que 10,17%; já o peso da China no PIB mundial passou de 7,35% em 2000 para 13,70% em 2010; e a participação relativa dos investimentos (FBKF) no PIB chinês foi de astronômicos 41,58%, na média aritmética de 2000 a 2010.

²⁴⁰ O termo de troca (TT) pode ser expresso pela razão entre os preços das exportações e o das importações em um determinado período de tempo, cuja expressão algébrica seria P_{exp}/P_{imp} , em que P_{exp} corresponderia aos preços das exportações e P_{imp} aos preços das importações.

²⁴¹ Os dados originais foram extraídos do *World Economic Outlook Database*, acessado em 13/05/2015.

Figura 4 - Petróleo - US\$ por barril - média de três tipos - Brent, WTI e Dubai Fateh



Fonte: elaboração própria a partir de UNCTADstat

A dinâmica chinesa atuou na economia mundial, primeiramente, como uma grande fonte de demanda por elementos do capital constante usados como matérias primas; em seguida, a produção chinesa, valendo-se da combinação entre câmbio desvalorizado²⁴² e força de trabalho barata²⁴³; voltou-se também para as exportações e acirrou a competição mundial em inúmeros mercados; atuou como um importante pólo de atração (*inward*) para os IDE das grandes empresas multinacionais²⁴⁴; além de desempenhar o papel de uma das mais importantes fontes de exportação de capital na forma de IDE (*outward*) fora dos países do centro capitalista²⁴⁵; e finalmente, a China, concorrente direta da economia norte-

²⁴² A década de 2000 foi marcada por um movimento geral de desvalorização do dólar perante as principais moedas – Euro e Yen. O mesmo aconteceu com o Yuan chinês, mas em proporção muito menor, o que contribuiu para a competitividade dos produtos chineses. Segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para um índice de 100 no ano de 2001, a taxa de câmbio do Euro, Yen e Yuan perante o dólar apresentavam respectivamente, em 2005, números índices de 72, 90 e 98, ao passo que no ano de 2010 os números índices alcançaram valores de 67, 72 e 81, respectivamente (Fonte: OECDStats - <http://stats.oecd.org/>, acessado em 13/05/2015).

²⁴³ Os dados sobre preço da força de trabalho da China não são de fácil acesso e manipulação. Entretanto, podemos ter uma noção ao recorrermos às estimativas do *Bureau of Labor Statistics* (<http://www.bls.gov/fls/china.htm>, acessado em 12/11/2015) do preço da hora de trabalho no conjunto de firmas chinesa (rurais e urbanas). Em 2002, era de USD 0,60, passando para USD 0,95 em 2006 e USD 1,74 em 2009. Mesmo que não diretamente comparável devido a questões metodológicas, podemos ter uma ideia da diferença de preço ao tomarmos o salário hora médio do setor manufatureiro dos Estados Unidos (<http://www.bls.gov/fls/ichcccountr.htm>, acessado em 12/11/2015), que era de USD 32,78 no ano de 2008, ou seja, 18 vezes maior que o estimado para a China.

²⁴⁴ Em 2000, a China respondeu, segundo a UNCTAD, pela entrada de US\$ 40,7 bilhões, correspondendo a 2,8% de todo o fluxo mundial de IDE (*inward*). Em 2005 esses valores passaram para US\$ 72,4 bilhões e 7,2%, ao passo que em 2010 chegaram a US\$ 114,7 bilhões e 8% (Fonte: UNCTADSTAT http://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS_ChosenLang=en, acessado em 13/05/2015).

²⁴⁵ Em 2000, a China respondeu, segundo a UNCTAD, pela saída de US\$ 0,9 bilhões, correspondendo a 0,07% de todo o fluxo mundial de IDE (*outward*). Em 2005 esses valores passaram para US\$ 12,2 bilhões e 1,35%, ao passo que em 2010 chegaram a US\$ 68,8 bilhões e 4,68% (Fonte: UNCTADSTAT

americana no plano produtivo, contraditoriamente contribuiu para a manutenção da hegemonia do dólar no plano financeiro, ao direcionar parte expressiva de suas reservas internacionais para os títulos estadunidense ²⁴⁶.

Passando ao plano político, a década de 2000 foi marcada por três processos. O primeiro foi a consolidação de processos nacionais na América Latina que buscavam maior margem de manobra ou autonomia nos processos de acumulação, contestando diretamente a influência do imperialismo²⁴⁷, a exemplo dos casos de Venezuela, Equador e Bolívia²⁴⁸, os quais sustentam, sobretudo o primeiro, a formulação da doutrina política do bolivarianismo e a institucionalização da Aliança Bolivariana para as Américas – ALBA²⁴⁹.

O segundo processo foi a emergência de um grupo de países que a literatura corrente classifica sob o acrônimo BRICS²⁵⁰, aludindo às iniciais dos nomes, em língua inglesa, de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul²⁵¹. Tal grupo também buscou aumento de espaço político internacional, mas de forma sumamente distinta quando comparado ao processo citado anteriormente, pois o eixo de atuação era a integração econômica à ordem imperialista (recepção e exportação de capitais, aumento das exportações de mercadorias e serviços e consolidação das relações capitalistas de propriedade e assalariamento da força de trabalho) com mescla política entre cooperação e enfrentamentos de menor intensidade (estes últimos

http://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS_ChosenLang=en, acessado em 13/05/2015).

²⁴⁶ Em junho de 2002, os não residentes nos EUA (*Foreign Holdings of U.S. Securities*) detinham um total de US\$ 4,3 trilhões em instrumentos financeiros (*securities*) nos EUA, e a China respondia por US\$ 181,4 bilhões, dos quais US\$ 4,03 bilhões em ações (*equity*) e US\$ 177 bilhões em títulos (*debts*). Já em 2010, estimava-se que os não residentes detinham US\$ 10,6 trilhões, sendo a China responsável por US\$ 1,6 trilhões, dos quais US\$ 126 bilhões em ações e US\$ 1,48 trilhões em títulos. Nesta última rubrica, a participação dos títulos públicos (*Treasury debt* e *Agency debt*) é de mais de 97% (fonte: <http://www.treasury.gov/resource-center/data-chart-center/tic/Pages/fpis.aspx>, *Foreign Residents' Portfolio Holdings of U.S. Securities*, acessado em 13/05/2015).

²⁴⁷ Por imperialismo entendemos a fase histórica do capitalismo em que o interesse do grande capital monopolista ganha preeminência econômica, política e social, inclusive como o grande vetor de definição das políticas estatais. Nossa concepção retoma, em parte, a de Lênin (2011) sobre o tema, agregando as contribuições de autores como Leo Panitch e Sam Guindin (2005) e Claudio Katz (2011), os quais destacam uma importante especificidade do imperialismo contemporâneo: a constituição de um centro coordenador imperialista na figura dos Estados Unidos da América.

²⁴⁸ Não está em nosso escopo a discussão do rico processo econômico e político latino-americano das últimas décadas. Remetemos o leitor interessado aos trabalhos de Álvaro García Linera (2009, 2012a, 2012b) para a discussão boliviana; Raphael Lana Seabra (2014) para o venezuelano; León Galarza (2009) para uma interpretação equatoriana; e o trabalho organizado por Mabel Rey (2012) para uma discussão mais ampla das transformações e continuidades do Estado latino-americano na década de 2000.

²⁴⁹ Para uma análise da formação do bolivarianismo, ver Seabra (2014) e Santos (2014). Já a iniciativa da ALBA tem uma interessante perspectiva de análise em Seabra e Gimenez (2015).

²⁵⁰ O termo é originário do economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O'Neil, que o utilizou em um estudo de 2001, intitulado “*Building Better Global Economic BRICS*”.

²⁵¹ Para uma ampla análise comparativa da economia, institucionalidade e política externa dos BRICS, ver Alves (2014), Baumann e Oliveira (2014) e Thorstensen e Oliveira (2012).

resultantes da disputa por posições privilegiadas na hierarquia geopolítica) com o imperialismo.

O terceiro processo relaciona-se à dinâmica do grande centro político coordenador do imperialismo, os Estados Unidos, que elegeu a Guerra ao Terror após os atentados de 11 de setembro de 2001²⁵² e a doutrina da intervenção preventiva, como diretrizes políticas de atuação externa²⁵³. Pelo menos dois fatos geopolíticos importantes derivaram diretamente da Guerra ao Terror e da doutrina de intervenção preventiva: a invasão militar norte-americana no Afeganistão em 2001 (à revelia das Nações Unidas), buscando depor o governo afegão que supostamente daria apoio aos grupos responsáveis pelos atentados de 11 de setembro; e a Segunda Guerra do Golfo, iniciada em 2003 com a invasão do Iraque, por uma coalizão militar²⁵⁴ liderada pelos Estados Unidos, sob os posteriormente provados falsos argumentos de que o regime do então governante iraquiano Saddam Hussein estaria desenvolvendo armas de destruição em massa que ameaçariam a segurança mundial, além de ligação com grupos terroristas.

Outra ação imperialista relevante foi a atuação política na América Latina, diante da articulação e apoio explícito dos Estados Unidos ao fracassado Golpe de Estado contra a Venezuela²⁵⁵ de Hugo Chávez em 2002, o exitoso golpe de 2009 contra Manuel Zelaya em Honduras²⁵⁶ e “golpe branco” que depôs Fernando Lugo no Paraguai²⁵⁷ em 2012. Além disso, registra-se em 2008 a reativação da IV Frota da Marinha estadunidense, responsável por operações militares no Atlântico Sul²⁵⁸.

²⁵² O episódio refere-se aos ataques de 11 de setembro de 2001, atribuídos à organização al-Qaeda, envolvendo quatro aviões comerciais de passageiros. Dois dos aviões colidiram contra as Torres Gêmeas do complexo empresarial do *World Trade Center*, na cidade de Nova Iorque; outro colidiu contra o Pentágono, a sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, e um quarto avião caiu em um campo aberto próximo de Shanksville, na Pensilvânia.

²⁵³ Sintomática da política imperialista foi a alcunha de "eixo do mal", usada pela primeira vez pelo presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, em discurso proferido em 29 de janeiro de 2002, para se referir a três países-Coréia do Norte, Irã e Iraque, os quais supostamente possuíam armas de destruição em massa e patrocinavam o terrorismo regional e mundial. Tal justificativa mostrou-se infundada quando da segunda Guerra do Golfo (2001-2003), quando a invasão norte-americana ao Iraque comprovou não existir o arsenal propagandeado como justificativa.

²⁵⁴ Participaram da ação militar tropas da Inglaterra, Austrália, Dinamarca e Polônia.

²⁵⁵ Para uma minuciosa análise da tentativa de golpe, com destaque para os atores envolvidos e o papel do governo dos Estados Unidos, remetemos o leitor interessado ao excelente trabalho de Amenta (2010).

²⁵⁶ Para um panorama do papel estadunidense no golpe hondurenho, ver Winer (2015), Pirker e Núñez (2010), bem como o testemunho do próprio presidente deposto, Manuel Zelaya (2015).

²⁵⁷ Para uma análise do “golpe branco” paraguaio, ver os trabalhos de Kamila Silva (2013) e Fabio dos Santos (2013a).

²⁵⁸ Uma amostra do potencial de uso político da 4ª Frota ocorreu em 2010, quando o Haiti sofreu um forte terremoto que devastou o país e matou milhares de pessoas. Poucas horas após o ocorrido, os militares da marinha norte-americana aportavam na ilha, iniciando uma ocupação militar.

O cenário político mundial sinalizava que a hegemonia política dos EUA, construída desde a II Guerra Mundial, se mantinha, mas não mais nas bases anteriores, pois a combinação entre força e consenso se modificara em favor da primeira, visto os novos processos de contestação políticos, como os da América Latina, e econômicos, como a ascensão da economia chinesa.

É no contexto de mudança da forma de hegemonia imperialista que o Brasil vive a década de 2000. O período de forte crescimento da economia mundial abriu espaço para o crescimento dos países dependentes, não só pelo aspecto comercial, com aumento da quantidade de exportações apoiado na elevação dos preços das *commodities*, mas também pelo intenso afluxo de capitais internacionais às economias dependentes. Tais elementos tiveram efeitos macroeconômicos importantes sobre trajetória cíclica da acumulação de capital no Brasil durante toda a década de 2000.

Pelo lado da política, o desgaste decorrente da introjeção do neoliberalismo durante toda a década de 1990, somado aos efeitos da crise mundial do início do século XXI, contribuiu para a inauguração de um período político marcado por uma série de governos do Partido dos Trabalhadores à frente da Presidência da República, a “Era Lula”, com uma nova orientação de política externa procurando maior projeção internacional, mesclando colaboração e enfrentamentos de baixa intensidade à ordem imperialista.

Como a economia brasileira se comportou no cenário político e econômico mundial descrito na seção anterior, e quais as determinações internacionais condicionaram a acumulação de capital na década de 2000 serão as questões da próxima seção.

A economia brasileira na década de 2000

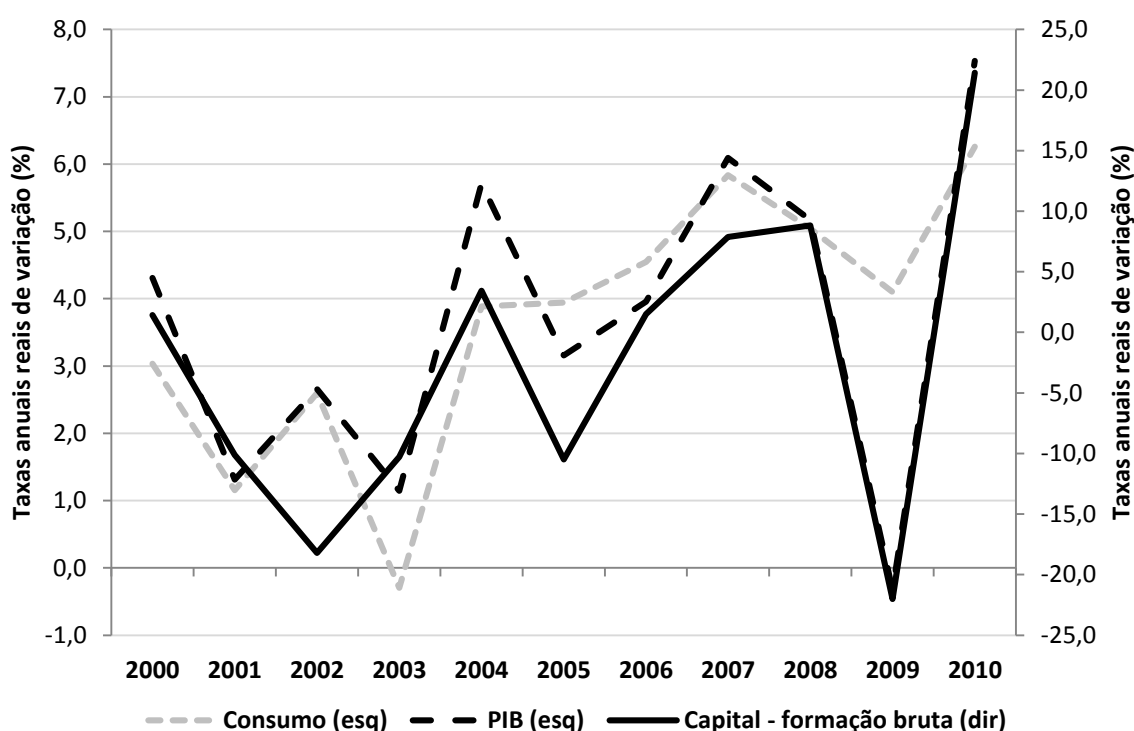
Iniciaremos a análise da economia brasileira na década de 2000 pela ótica da demanda ou realização do capital. A Figura 5 mostra o comportamento de duas das principais variáveis macroeconômicas da demanda agregada no Brasil na década de 2000: Consumo e Investimento.

Tomando a trajetória da taxa real de variação do PIB como parâmetro, é possível periodizarmos a década em três momentos distintos: o primeiro iria do ano 2000 até o ano de 2003, quando a média aritmética da taxa de crescimento foi de 2,4%; o segundo de 2004 a 2008, quando houve uma aceleração da taxa de crescimento, com média de 4,6%; e o terceiro contemplando os anos de 2009 e 2010, influenciados pela crise internacional de

2008, deixou uma média de 3,6%. Notemos que tal periodização da economia brasileira se superpõe àquela encontrada na economia internacional, conforme vimos pela Figura 1.

Seguindo a periodização proposta para a economia brasileira, a variável Consumo apresentou, na primeira parte da década, um crescimento médio real de 1,6%, patamar elevado para 4,8% na segunda parte e 5,2% na última parte. Já o Investimento (representado pela FBK) apresentou comportamento errático, com média de variação real de -9,3% na primeira parte da década, tendência revertida na segunda parte para 1,9%, e nova queda ao final da década com -0,3%.

Figura 5 - Brasil- PIB, Consumo e Investimento - taxas anuais reais de variação



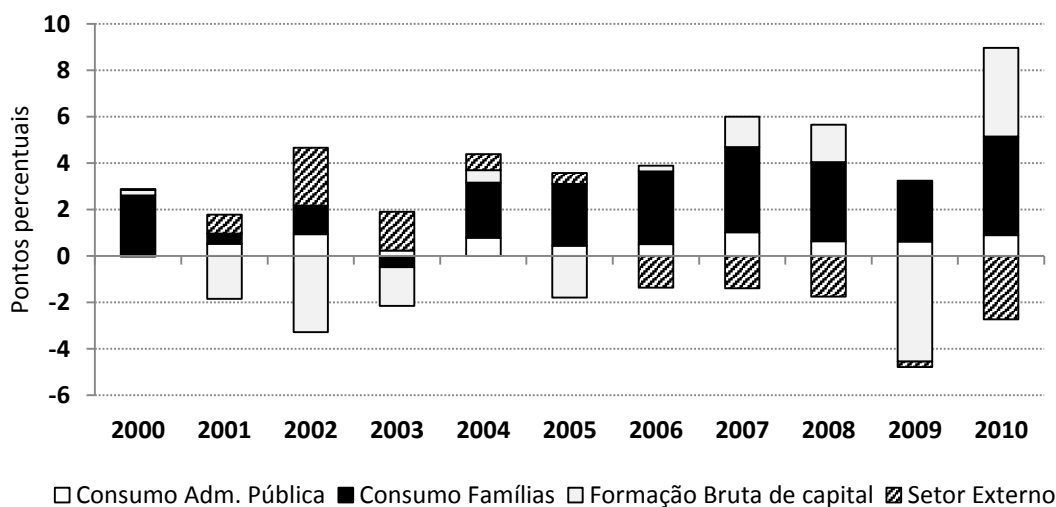
Fonte: elaboração própria a partir de Ipeadata

Ao analisarmos a contribuição para o crescimento (Figura 6), percebemos que o Consumo se mostrou uma forte fonte de demanda por toda a década, contribuindo negativamente apenas no ano de 2003. Já o Investimento contribuiu negativamente em 5 dos 11 anos que abarcam o período de 2000 a 2010 e dentro dos anos de contribuição positiva, dois (2000 e 2006) apresentaram relevância ínfima na contribuição.

Tal comportamento macroeconômico revela algumas características importantes do capitalismo brasileiro na primeira década do século XXI. Primeiramente, vemos que as taxas de crescimento do Consumo na década de 2000, ligadas ao crescimento da oferta de

crédito²⁵⁹ e ao dinamismo do mercado de trabalho (elemento este que retomaremos mais à frente), conformaram não apenas uma fonte de demanda importante, mas elevaram tal dimensão ao centro das dimensões sociais que marcaram a política da “Era Lula”, sendo uma das formas mais importantes de manifestação dos ganhos materiais que impulsionaram a classe trabalhadora e os setores populares a compor a assim chamada “frente neodesenvolvimentista” por Boito(2012), ou dar contornos à atuação política do subproletariado de Singer (2012).

Figura 6 - Brasil - Contribuição a variação do PIB - pontos percentuais



Fonte: IPEADATA

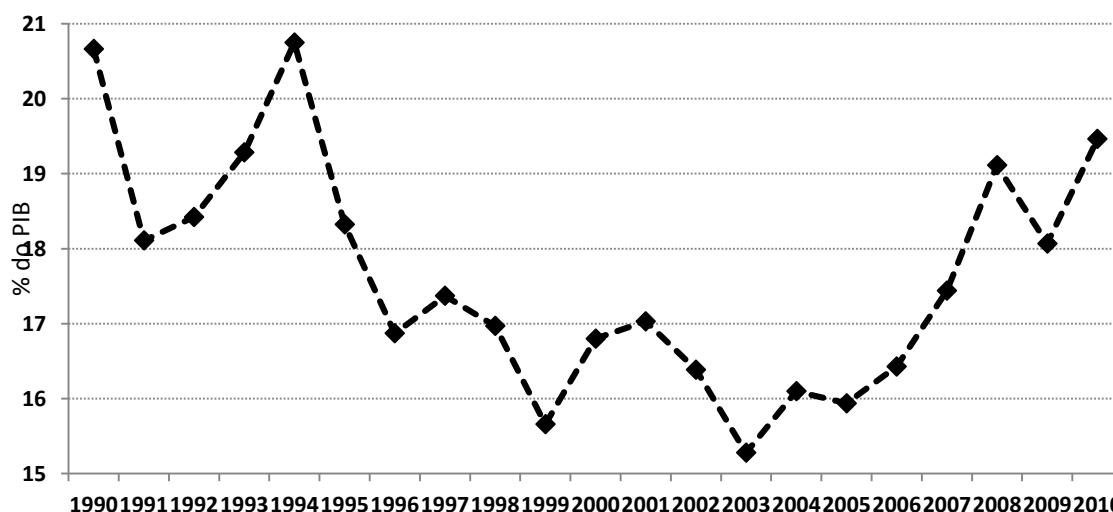
Em segundo lugar, mesmo diante de um comportamento errático (Figura 5), o aumento progressivo do ritmo de crescimento da FBK na segunda parte da década, bem como do peso relativo no PIB, tomado pela taxa de investimento (Figura 7), que retoma patamares há muito não vistos, sinalizam a ocorrência de ganhos para o empresariado que explicariam o movimento de diversas frações da burguesia as quais compuseram a frente neodesenvolvimentista.

Outro elemento importante foi o processo de aumento da composição orgânica média do capital na década de 2000, cuja expressão pode ser captada tanto pelo aumento do peso do investimento no PIB (Figura 7), como pelo intenso processo de centralização de capital

²⁵⁹ Segundo os dados do Banco Central do Brasil, em janeiro de 2000, o saldo das Operações de Crédito ao Setor Privado (composto pelo saldo de crédito concedido aos ramos ou setores econômicos industrial, imobiliário, rural, comércio, pessoas físicas e outros serviços) somava R\$ 270,36 bilhões, sendo que o crédito à pessoa física respondia por R\$ 42,94 bilhões. Em dezembro de 2010, tais valores passaram para R\$ 1,644 trilhões e R\$ 568,03 bilhões, respectivamente, o que implica um aumento de participação relativa do crédito à pessoa física de 15,88% para 34,5%. Ressalta-se que a média da taxa de crescimento mensal no período citado foi para o total de crédito de 1,5%, ao passo que o direcionado à pessoa física obteve taxa média mensal de 2%.

ocorrido nos anos 2000, captado pelo número de Fusões e Aquisições (F&A) fornecido pela Tabela 2²⁶⁰. Mesmo não dispondo de dados sobre valores, percebemos que a dimensão quantitativa revela um número crescente de transações entre 2002 e 2010, o que reforça a sugestão de um intenso processo de centralização de capitais no período.

Figura 7 - Brasil - Taxas de Investimento a preços correntes (% do PIB)



Fonte: IPEADATA

Mesmo não dispondo da desagregação em todas as modalidades possíveis de centralização de capital inscritas no ordenamento jurídico brasileiro (aquisições, compra de participação, *joint ventures*, fusões, incorporações e cisões), é possível vermos a trajetória da modalidade de maior participação relativa, a de Compra de Participação (corresponde a aquisição de ações) que segue a tendência do total de F&A, passando de 291 transações em 2002 para 673 em 2010. É interessante notar que a compra de participação por parte dos nacionais foi superior à dos estrangeiros em todo o período, correspondendo a uma média de 63,4% do número de transações nessa modalidade no período em tela.

Quando passamos à análise das variáveis de demanda externa (Figura 8), percebemos trajetórias divergentes entre as exportações e importações. Enquanto as primeiras apresentaram taxas de crescimento descendentes no decorrer da década, passando de uma média de 10,2% no primeiro período da década, para 5,3% no segundo e finalmente 1,2% no último período, as importações passaram de uma contração média de -0,3% na primeira

²⁶⁰ Os números da Tabela 2 foram compilados a partir de anúncios e referências divulgados na imprensa especializada e não em registros oficiais. Portanto, trazem uma tendência em subestimar o número real de transações comerciais de F&A.

parte da década para o patamar de crescimento de 15,5% no segunda período da década, mantendo-se em 14,1% no período seguinte.

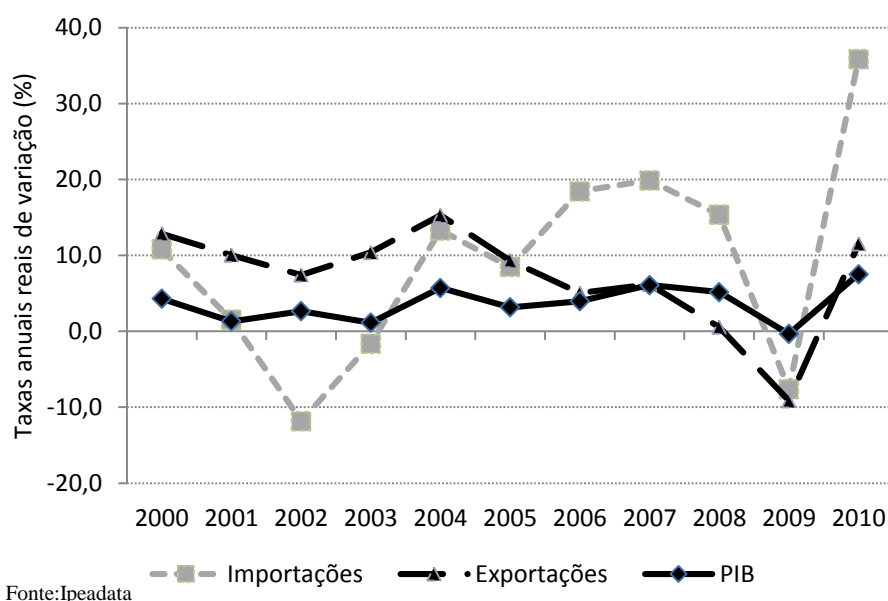
Tabela 2 - Brasil - Fusões e Aquisições (F&A) - Número de Transações

| Modalidade / Ano | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|-------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Total de F & A | 395 | 337 | 415 | 389 | 573 | 722 | 645 | 644 | 799 |
| Compra de participação | 291 | 263 | 301 | 272 | 401 | 577 | 537 | 517 | 673 |
| Nacional | 190 | 180 | 173 | 155 | 232 | 395 | 390 | 332 | 404 |
| Estrangeiro | 101 | 83 | 128 | 117 | 169 | 182 | 147 | 185 | 269 |

Fonte: Relatório de Fusões e Aquisições no Brasil da Pricewaterhouse - dezembro de 2014

A integração com o mercado mundial pela via comercial na década de 2000 imprimiu duas características importantes ao capitalismo brasileiro. O importante papel desvalorizador das importações chama a atenção, suprimindo parte dos elementos do capital constante (sobretudo bens de capital) e variável (bens de consumo duráveis) com preços que pouco se elevaram no decorrer da década, como nos mostra a Tabela 3, que traz a evolução dos números índices das importações brasileiras²⁶¹ por categoria de uso.

Figura 8 - Brasil – PIB - Exportação e Importação - taxas anuais reais de variação



Os bens de consumo duráveis, componente do capital variável por integrar em parte o consumo da força de trabalho, obtiveram uma elevação de quantidade importada da ordem de 436% entre o ano 2000 e 2010, ao passo que o preço sofreu uma elevação de apenas

²⁶¹Considerando que todas as séries analisadas apresentam uma clara tendência de crescimento no decorrer da década, optamos por apresentar apenas os valores dos anos iniciais e finais das séries.

15,6% no mesmo período; já os bens de capital, uma das formas mais relevantes do capital constante, elevaram a quantidade importada em 185% no período, ao passo que os preços de importação aumentaram apenas 8%.

Tais movimentos de *quantum* e preços contribuíram para a desvalorização do capital variável e constante (impulsionando a acumulação no período²⁶²) e só não foi mais intenso devido à variação mais elevada no preço das categorias de bens de consumo não duráveis, intermediários e combustíveis, influenciados pela alta dos preços internacionais das *commodities*, já apontada na seção anterior.

Tabela 3 - Brasil - Importação - Números Índices - Preços e Quantum (2006 = 100)

| Período | Bens de consumo duráveis | Bens de consumo não duráveis | Bens intermediários | Bens de capital | Combustíveis |
|----------------------|--------------------------|------------------------------|---------------------|-----------------|--------------|
| Preços | | | | | |
| 2000 | 97,37 | 85,11 | 81,51 | 101,73 | 44,79 |
| 2010 | 112,54 | 136,13 | 123,05 | 109,85 | 122,49 |
| Varição 00/10 | 15,6% | 59,9% | 51,0% | 8,0% | 173,5% |
| Quantum | | | | | |
| 2000 | 58,73 | 79,91 | 73,51 | 76,88 | 111,27 |
| 2010 | 316,49 | 160,65 | 151,12 | 219,31 | 138,44 |
| Varição 00/10 | 438,9% | 101,0% | 105,6% | 185,3% | 24,4% |

Fonte: FUNCEX, acessado em 13/05/2015.

Pelo lado das exportações, a dinâmica de taxas decrescentes das exportações expressa uma importante mudança de papel do capitalismo brasileiro em escala mundial. A Tabela 4 nos mostra os números índices de preços e as quantidades exportadas para as categorias de uso e classe de produtos para os anos de 2000 e 2010. Nas categorias de uso, vemos que os Combustíveis foram os mais beneficiados na evolução dos preços internacionais, refletindo o movimento retratado na Figura 4, variando 192% entre 2000 e 2010, seguido pelos Bens intermediários, com 114% de aumento, também como reflexo do movimento retratado na Figura 3. Quantitativamente, são Combustíveis e Bens de Consumo Não Duráveis que

²⁶²Assumindo que a taxa de lucro influencia a de acumulação, a teoria marxista trabalha com a noção da taxa de lucro expressa pela seguinte relação $p = (m/v)/(1+c/v)$, em que p é a taxa de lucro; m a mais valia; v o capital variável; c o capital constante; m/v a taxa de mais valia; e c/v a composição orgânica do capital. Com isso, a desvalorização do capital variável diminuiria o termo v , implicando aumento da taxa de mais valia, aumentando a taxa de lucro, bem como diminuiria a composição orgânica do capital, que por situar-se no denominador da expressão, contribuiria para elevar a taxa de lucro. O barateamento do capital constante também atuaria na elevação da taxa de lucro, por também diminuir a composição orgânica do capital situada no denominador da expressão. Para uma discussão aprofundada sobre o debate marxista da Lei da tendência decrescente da taxa de lucro, ver o capítulo 2 de Nilson Araújo de Souza (1980).

lideraram as exportações, com aumentos de 668% e 82%, respectivamente. Pela ótica das classes de produto, os Básicos lideraram de longe o aumento das exportações, seguidos pelo semi-manufaturados. Nos preços, os Básicos aumentaram 149%, ao passo que os semi-manufaturados tiveram 106% de aumento. Já nas quantidades, os Básicos aumentaram três vezes mais que os semi-manufaturados, com 187% dos primeiros contra 62% dos últimos.

Tabela 4 - Brasil - Exportação - Números Índices - Preços e Quantum (2006 = 100)

| Período | Bens de Consumo Duráveis | Bens de Consumo Não Duráveis | Bens Interm. | Bens de Capital | Combustíveis | Básicos | Manufaturados | Semi Manufaturados |
|-----------------------|--------------------------|------------------------------|--------------|-----------------|--------------|---------|---------------|--------------------|
| Preços | | | | | | | | |
| 2000 | 92,0 | 75,0 | 73,0 | 95,1 | 46,6 | 69,8 | 79,8 | 69,5 |
| 2010 | 126,6 | 138,0 | 156,3 | 120,2 | 135,9 | 174,0 | 128,7 | 142,9 |
| Variação 00/10 | 38% | 84% | 114% | 26% | 192% | 149% | 61% | 106% |
| Quantum | | | | | | | | |
| 2000 | 50,3 | 54,7 | 57,6 | 52,7 | 16,4 | 44,7 | 54,4 | 62,6 |
| 2010 | 74,3 | 99,5 | 102,4 | 82,1 | 125,9 | 128,4 | 82,4 | 101,1 |
| Variação 00/10 | 48% | 82% | 78% | 56% | 668% | 187% | 51% | 62% |

Fonte: Funcex acessado em 13/05/2015

Tal evolução sugeriria duas dimensões interrelacionadas: o aumento da participação relativa das *commodities*, abarcado pela categoria Básicos mostrado na Tabela5, que sai de 22,8% das exportações em 2000 e passa para o patamar de 44,6% no ano de 2010, processo esse retratado por alguns autores como reprimarização da economia(FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007; GONÇALVES, 2012a, 2012b; MARTINS, 2011a), e a consequente perda de importância dos produtos industrializados abarcados nas categorias manufaturas e semi-manufaturados (passam de uma participação de 74,4% em 2000 para 53,4% no ano de 2010),evidenciaria uma das dimensões apontadas pelo debate sobre o processo de desindustrialização brasileiro²⁶³, face irmã do processo de reprimarização.

Tomando em conjunto a acentuada elevação das importações na década de 2000 (Figura 8), com seus efeitos desvalorizadores sobre o capital constante e variável (Tabela 3),

²⁶³O debate sobre a desindustrialização brasileira, que remete aos anos 2000, mostra, sobretudo, dois elementos que a sustentariam: i) diminuição precoce da participação relativa da indústria no PIB e no emprego total a favor do setor de serviços, e ii) um processo de valorização da taxa de câmbio, ligado sobretudo ao aumento da exportação de *commodities* (conhecida na literatura como “doença holandesa”) e ao acesso à poupança externa sob a forma de entrada de capital estrangeiro. Para um panorama deste debate, ver Silva (2014; 2014), Oreiro (2010; 2014), Squeff (2012) e o provocativo trabalho de Bresser-Pereira (2008).

bem como o decrescente aumento das exportações (Figura 8), provocam ainda uma importante mudança de composição (Tabelas 4 e 5) nas exportações. Podemos sustentar que a inserção brasileira na DIT da década de 2000, em um contexto de elevação da concorrência internacional capitaneada pelo sudeste asiático, sobretudo pela China, rebaixou o tempo de trabalho socialmente necessário (TTSN) ao qual muitas frações da burguesia local passaram a ser expostas, principalmente por meio da concorrência das importações, recolocando a mais valia extraordinária como consequência da diminuição do TTSN.

Tabela 5 - Brasil - participação relativa (%) por fator agregado nas exportações - 2000 a 2010

| Ano/Categoria | Básico | Semimanufaturado | Manufaturado |
|---------------|--------|------------------|--------------|
| 2000 | 22,8 | 15,4 | 59,0 |
| 2001 | 26,4 | 14,2 | 56,5 |
| 2002 | 28,1 | 14,9 | 54,7 |
| 2003 | 29,0 | 15,0 | 54,3 |
| 2004 | 29,6 | 13,9 | 54,9 |
| 2005 | 29,3 | 13,5 | 55,1 |
| 2006 | 29,2 | 14,2 | 54,4 |
| 2007 | 32,1 | 13,6 | 52,3 |
| 2008 | 36,9 | 13,7 | 46,8 |
| 2009 | 40,5 | 13,4 | 44,0 |
| 2010 | 44,6 | 14,0 | 39,4 |

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Passemos agora a uma análise sobre a ótica da oferta, abarcando a contribuição dos grandes setores produtivos para o crescimento da economia brasileira durante a década de 2000.

Percebemos pela Figura 9, que traz as taxas anuais reais de variação do PIB sob a ótica da oferta, que o setor de Serviços apresentou uma trajetória extremamente correlacionada com a do PIB (à exceção do final da década), com taxas de crescimento médio da ordem de 2,4% para a primeira fase da década entre 2000 a 2003; 4,8% para a segunda parte compreendendo 2004 a 2008; e 3,8% para a parte final da década de 2009 a 2010.

A indústria apresentou taxas de crescimento abaixo da do PIB para quase todo o período, com 1,9% para a primeira parte da década; 4,3% para a segunda parte; e 2,4% para o final da década.

A agropecuária apresentou a particularidade de um forte crescimento médio na primeira parte da década (5,3%) e, em seguida, continuou com médias decrescentes, com taxas médias de 3,7% para a segunda parte e 1,6% para a parte final da década.

Infere-se desses dados que i) o setor de serviços foi o grande beneficiado pelo padrão de acumulação da década de 2000; ii) apesar do crescimento abaixo do PIB entre 2005 e 2008, a indústria obteve taxas razoáveis de crescimento entre 2002 e 2008; e que iii) a agricultura respondeu ao cenário internacional de elevação dos preços das *commodities*.

Figura 9 - Brasil – PIB - Oferta - taxas anuais reais de variação



Fonte: IPEADATA

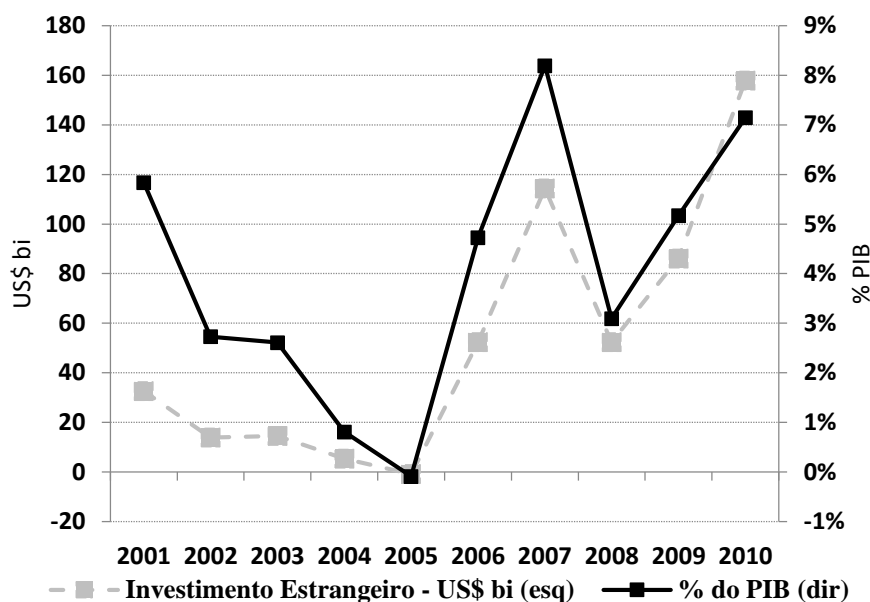
Outra tendência importante no âmbito da oferta relaciona-se ao setor externo, com o aumento da presença do capital internacional. A Figura 10, que traz o volume total de capital estrangeiro ingresso²⁶⁴ no Brasil, mostra duas fases marcadamente distintas para a entrada de capital estrangeiro na economia brasileira durante a década de 2000. A primeira, que vai dos anos 2000 a 2005, mostra um declínio no volume, com média de US\$ 13,18 bilhões para o período, ao passo que de 2006 a 2010 ocorre uma reversão tendencial nos volumes líquidos com expressivo crescimento, elevando a média para US\$ 92,64 bilhões. O peso relativo do capital estrangeiro no PIB²⁶⁵ segue a mesma tendência durante a década: entre

²⁶⁴Somatório das rubricas anuais do Balanço de Pagamento referente aos ingressos líquidos de Investimento Direto Estrangeiro, Investimento Estrangeiro em Carteira e Outros Investimentos Estrangeiros, extraídos das séries históricas disponibilizadas pelo Banco Central – (<http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAGBPM5>, acessado em 13/05/2015).

²⁶⁵A série do PIB brasileiro em dólares americanos foi obtida junto ao *World Economic Outlook Database April 2015* (série WEO/IMF - *Brazil: Gross domestic product, current prices- U.S. dollars*, <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/01/weodata/weoselgr.aspx>, acessado em 13/05/2015).

2001 e 2005 foi da ordem de 2,38%, ao passo que no período seguinte a média se elevou para 5,67%.

Figura 10 - Brasil - Ingresso Líquido de Capital Estrangeiro - US\$ bi e % do PIB



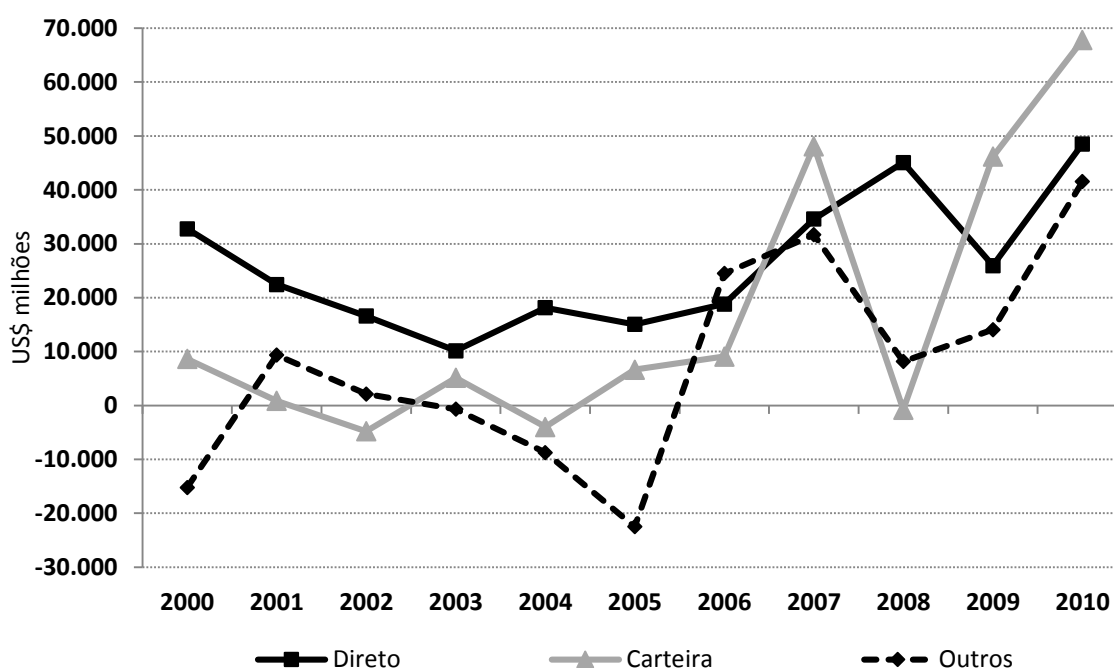
Entretanto, ao recorrermos à Figura 11, que traz os ingressos líquidos de capital estrangeiro por modalidade, notamos que a modalidade de Investimento Direto já apresentava valores expressivos na primeira parte da década, com uma média de US\$ 19,19 bilhões, contrastando com as modalidades Carteira (média de US\$ 2,08 bi) e Outros (média de US\$ -5,93 bilhões). De 2006 a 2010, as respectivas médias das modalidades Direta, Carteira e Outro passam para o patamar de US\$ 34,58 bi, US\$ 34,07 bi e US\$ 23,98 bi. Diante desse quadro, concluí-se que a presença do capital estrangeiro já era importante na primeira parte da década de 2000, ainda que restrita à modalidade de investimentos diretos.

Outro elemento que reforça o aumento da presença do capital estrangeiro na década de 2000 é a chamada Posição Internacional de Investimento - PII²⁶⁶, sintetizada na Tabela 6. Pela dimensão dos Ativos, correspondente aos recursos ou capitais brasileiros no exterior, percebemos que, entre 2001 e 2010, o volume foi multiplicado por cinco, passando de US\$ 108 bilhões para US\$ 578 bilhões. Os itens responsáveis por tal elevação foram o Investimento Direto brasileiro no Exterior, manifestando uma das formas de internacionalização do capital local pelos grupos empresariais brasileiros (passando de US\$

²⁶⁶O conceito de Posição Internacional de Investimento reflete a distribuição do estoque dos componentes da Conta Financeira do Balanço de Pagamentos, ou seja, permite uma aproximação da evolução de certas formas de propriedade de residentes brasileiros no exterior (ativos) e de estrangeiros no Brasil (passivo).

49,6 bi para US\$ 191,3 bilhões); outros investimentos, passando de US\$ 16,8 bilhões para US\$ 60 bilhões (refletindo a dimensão financeira da internacionalização via concessão de empréstimos para operações comerciais e aumento de depósitos bancários no exterior); e as chamadas Reservas Internacionais²⁶⁷, que saltaram de US\$ 35 bilhões para US\$ 288 bilhões. Infere-se desses dados um forte processo de internacionalização da burguesia local, que supera a dimensão meramente comercial, adentrando as dimensões produtiva (investimento direto) e financeira (outros e carteira).

Figura 11 - Brasil - Modalidades de Ingresso do Capital Estrangeiro (US\$ milhões)



Fonte: Banco Central

Pela ótica do Passivo, a Tabela 6 confirma a intensa presença do capital estrangeiro, com as elevações tanto da rubrica Investimento Direto (passa de US\$ 121,9 bi para US\$ 682,3 bi entre 2001 e 2010) como de Investimentos em Carteira (passa de US\$ 151,4 bi para US\$ 646,4 bi entre 2001 e 2010).

²⁶⁷Correspondem ao total de moeda estrangeira do Banco Central (BC) mantidos no exterior em diferentes formas (depósitos em moeda estrangeira, títulos de dívida, metais preciosos, etc.). As reservas internacionais têm origem nos superávits do balanço de pagamentos: toda vez que há uma entrada de moeda estrangeira, o BC realiza o câmbio, ficando com os dólares e pagando os exportadores em reais. Quando há mais entradas de dólares que saídas, o BC acumula reservas. Inversamente, quando o país é deficitário, há uma saída de divisas que o BC cobre fazendo uso das reservas acumuladas.

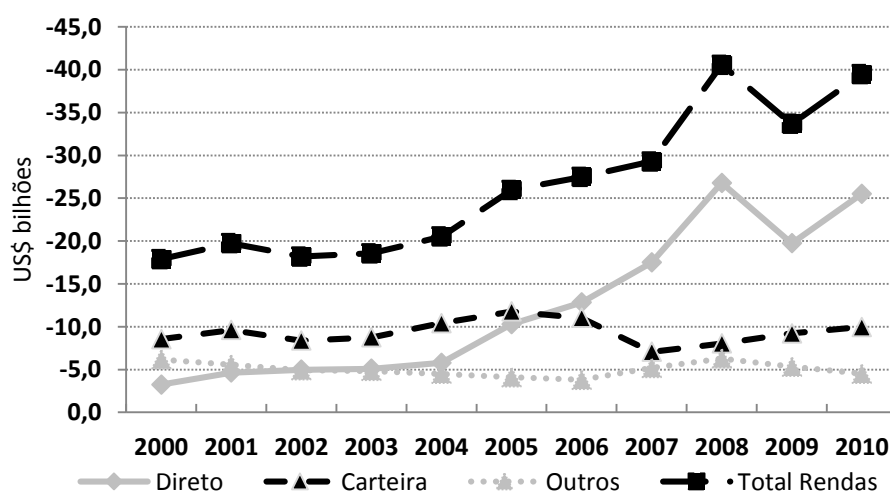
Tabela 6 - Brasil - Posição Internacional de Investimento - US\$ milhões

| Item /data (dezembro) | 2001 | 2010 |
|--|---------------------|---------------------|
| Ativo | 108.874,67 | 578.948,07 |
| Investimento direto no exterior | 49.688,55 | 191.349,20 |
| Investimentos em carteira | 6.402,19 | 38.202,82 |
| Derivativos financeiros | 42,12 | 797,07 |
| Outros investimentos | 16.875,40 | 60.024,38 |
| Reservas | 35.866,42 | 288.574,60 |
| Passivo | 370.608,26 | 1.485.340,20 |
| Investimento direto no país | 121.948,73 | 682.345,94 |
| Investimentos em carteira | 151.477,10 | 646.495,10 |
| Derivativos financeiros | 44,95 | 3.781,05 |
| Outros investimentos | 97.137,48 | 152.718,12 |
| Posição líquida (Ativo - Passivo) | - 261.733,58 | - 906.392,13 |

Fonte: elaboração própria a partir de Banco Central, acessado em 13/05/2015

Uma implicação direta da dinâmica do Setor Externo de aumento da presença do capital estrangeiro, durante a década de 2000, foi o aumento da transferência de recursos ao exterior na modalidade de renda do capital. A Figura 12 nos traz o volume líquido de saída de rendas para o exterior na década de 2000. O total enviado ao exterior se elevou durante toda a década, passando de uma média entre 2000 e 2005 de US\$ 20,1 bilhões para US\$ 34,1 bilhões entre 2006 e 2010. O grande responsável pela elevação foi a modalidade de Investimento Direto, cuja média no mesmo período quadruplicou, saindo de US\$ 5,7 bilhões para US\$ 20,5. As modalidades Carteira e Outros ficaram com médias constantes (US\$ 9,1 e US\$ 5,0 bilhões).

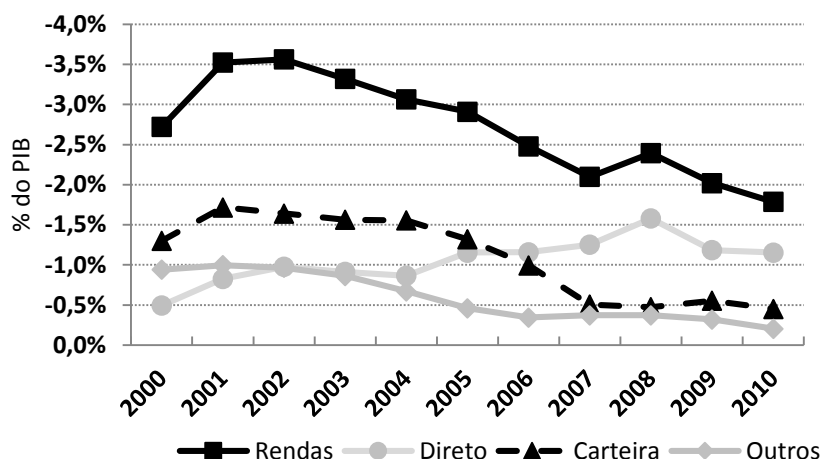
Figura 12 - Brasil - Renda líquida enviada ao exterior - US\$ bi



Fonte: Banco Central

Tal elevação do volume de recursos enviado ao exterior, que pode ser tomada como um índice da transferência de valor, deve ser ponderada pelo peso dentro do processo de acumulação brasileiro. Uma forma de captar tal dimensão é analisar o peso relativo dessa transferência em relação ao PIB, como nos mostra a Figura 13.

Figura 13 - Brasil - Renda líquida enviada ao exterior - % do PIB



Fonte: Banco Central

É interessante notarmos que o peso relativo das transferências totais (rubrica Rendas) diminuiu no decorrer da década, apesar do aumento absoluto de volume, visto na Figura 12. Apenas a modalidade direta mostrou aumento de peso relativo no decorrer da década, enquanto as demais modalidades caíram, revelando não só que o crescimento do PIB foi mais intenso do que o conjunto das rendas enviadas ao exterior, mas principalmente que a condição de dependência de uma economia não implica estagnação²⁶⁸.

Recapitulando, a acumulação de capital na década de 2000 apresentou um cenário internacional marcado por duas crises, a do início da década, que colocou fim ao ciclo da chamada “nova economia” ou economia “ponto.com”, e abriu o período do crescimento mundial em que as Finanças tem papel de destaque, e cujas relações posteriormente desaguardariam na segunda crise da década, a do mercado imobiliário estadunidense de 2008, e também marcou a dinâmica de crescimento especulativo dos preços internacionais das

²⁶⁸ A relação entre Dependência e crescimento é controversa. Cardoso e Serra (1979) advogavam a tese de que a Teoria da Dependência, em especial na obra de Marini, considerava que a estagnação econômica era um efeito direto e inevitável da condição de dependência, algo teoricamente contestado e devidamente respondido por Marini (2008a). Já Gunder Frank (1967), em seu ensaio seminal, propunha que, naqueles períodos em que os países satélites diminuam seus laços com as metrópoles, o crescimento industrial era sempre maior. Mesmo não avançando diretamente para as categorias dependência/imperialismo, Frank postulava uma relação inversa entre inserção no mercado mundial e crescimento econômico. O cenário da década de 2000 no Brasil parece invalidar, pelo menos parcialmente, a tese de Frank. Parcialmente porque nosso autor toma como referência períodos longos de tempo, seculares, para fazer sua afirmação, ao passo que nosso estudo foca apenas uma década.

commodities. Aliado a isso, a China despontou como polo de suma importância para a acumulação em nível internacional, assumindo inclusive papel de destaque no forte movimento de exportação de capitais que ocorreu na década de 2000.

O período de crescimento econômico da década de 2000 ocorreu em meio à implementação da estratégia geopolítica de “Guerra ao Terror” por parte dos Estados Unidos, o qual viu-se ainda confrontado em pelo menos duas outras frentes: a dos BRICs, que buscavam maior espaço e poder dentro da hierarquia do capitalismo global; e a dos países, sobretudo na América Latina, que buscavam negar a ordem mundial em busca de graus mais elevados de autonomia.

Dentro desse quadro internacional, o Brasil conseguiu um período de crescimento na “Era Lula”, no qual o consumo ganhou destaque não apenas como variável de demanda agregada, mas como processo concreto que passa a sustentar o apoio político e social ao padrão de acumulação construído na “Era Lula”. O Investimento, mesmo com uma dinâmica errática, apresentou, sobretudo na segunda parte da década, taxas de crescimento e participação relativa no PIB que tanto influenciaram o crescimento elevado do período, como consolidaram a adesão de parte da burguesia à frente política que sustentou o padrão de acumulação do período. Os setores de Serviços, durante toda a década, e a Indústria, sobretudo a partir da segunda parte da década, mostraram trajetórias de crescimento importantes, que impactaram no nível de emprego e na consolidação do apoio político de frações da burguesia ao projeto neodesenvolvimentista, também abarcando o agronegócio, que aproveitou o cenário internacional de alta especulativa dos preços das *commodities*.

O mercado mundial não apenas proporcionou farto fluxo de capitais para a sociedade brasileira na década de 2000, sobretudo na segunda metade, mas também engendrou o processo de barateamento dos elementos do capital constante e variável que impulsionou as taxas de crescimento verificadas na década. Além disso, o novo papel do capitalismo brasileiro na DIT, fornecedor de matérias primas, coloca contaditoriamente em xeque parte da burguesia que apoia o neodesenvolvimentismo, em virtude do aumento da concorrência no mercado interno (aumento das importações) e da incapacidade de concorrer mundialmente com outros setores econômicos que não o de *commodities* (declínio das exportações de manufaturados).

É nesse cenário histórico que congrega i) um intenso crescimento econômico mundial e nacional, interrompidos por uma crise ao final da década; ii) o aumento da presença do capital internacional na economia brasileira; iii) a redefinição do papel

internacional do Brasil como fornecedor de matérias primas, ao mesmo tempo dependente do fluxo de importações para o barateamento do capital; e iv) o aumento do Consumo, variáveis chave para o entendimento da sociabilidade e da ação política na década de 2000, que o mercado de trabalho foi conformado. Vejamos esse processo em mais detalhes.

O mercado de trabalho brasileiro na década de 2000 e a exploração do trabalho

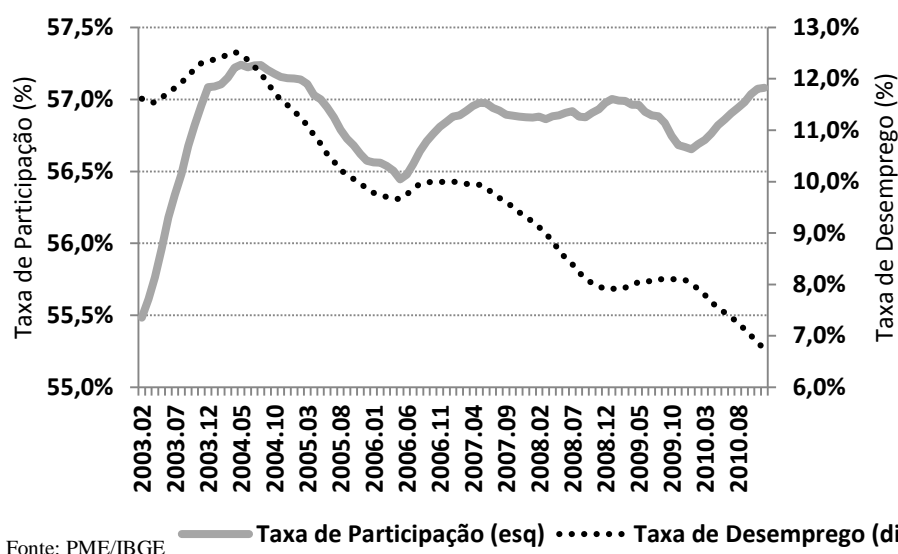
Uma das mais importantes peculiaridades do capitalismo brasileiro na “Era Lula” foi o comportamento do mercado de trabalho, que apresentou elementos contraditórios quanto à trajetória da exploração da força de trabalho no Brasil na década de 2000.

Uma primeira característica do mercado de trabalho brasileiro na “Era Lula” manifestava-se na trajetória das Taxas de Participação (razão entre a População Economicamente Ativa - PEA e a População em Idade Ativa - PIA) e de Desemprego (razão entre a População Desocupada - PDe e a População Economicamente Ativa - PEA), como nos mostra a Figura 14, que traz a média móvel de 12 meses da Pesquisa Mensal de Emprego PME²⁶⁹ entre os anos de 2003 a 2010.

Percebe-se, primeiramente, que a taxa de participação sofreu uma elevação até meados de 2004, saindo do patamar de 55,5% para o de 57%, flutuando então ao redor deste no restante do período. Isso indica que um grande contingente de pessoas passou a buscar uma atividade remunerada no período e, mais importante, permaneceu nesta condição. Esse processo espelharia o aumento do chamado Exército Industrial de Reserva durante o período, elemento que teoricamente favoreceria o aumento da exploração do trabalho por elevar a concorrência entre os vendedores da força de trabalho.

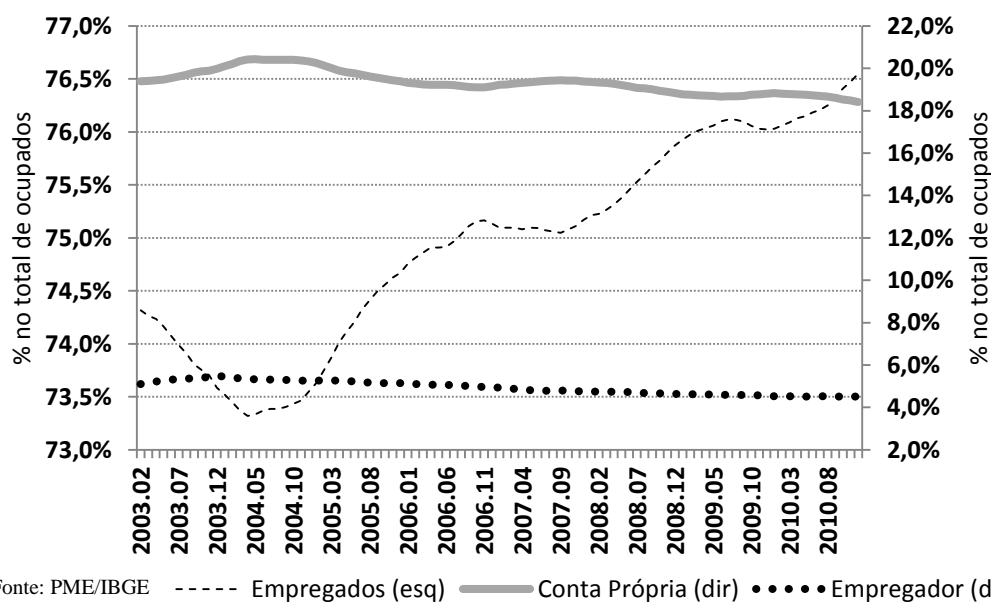
²⁶⁹A PME é uma pesquisa domiciliar feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com periodicidade mensal, que investiga características da população residente na área urbana de seis regiões metropolitanas - Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Em 2001, o IBGE revisou a metodologia da PME e descontinuou a série com a antiga metodologia em 2002, razão pela qual optamos por trabalhar preferencialmente com os dados da série nova de 2003 em diante.

Figura 14 - Brasil - Taxa de Participação e Taxa de Desemprego



Em segundo lugar, a Figura 14 mostra a diminuição contínua da taxa de desemprego, que sai de um patamar de 12% em 2003 para menos de 7% ao final de 2010, refletindo um contínuo aumento da proporção dos ocupados dentro da PEA, o que diminuiu as pressões concorrenciais dentre os trabalhadores, contrapondo-se, portanto, aos efeitos concorrenciais do aumento da própria PEA.

Figura 15 - Brasil - Participação da condição de ocupação no total de ocupados

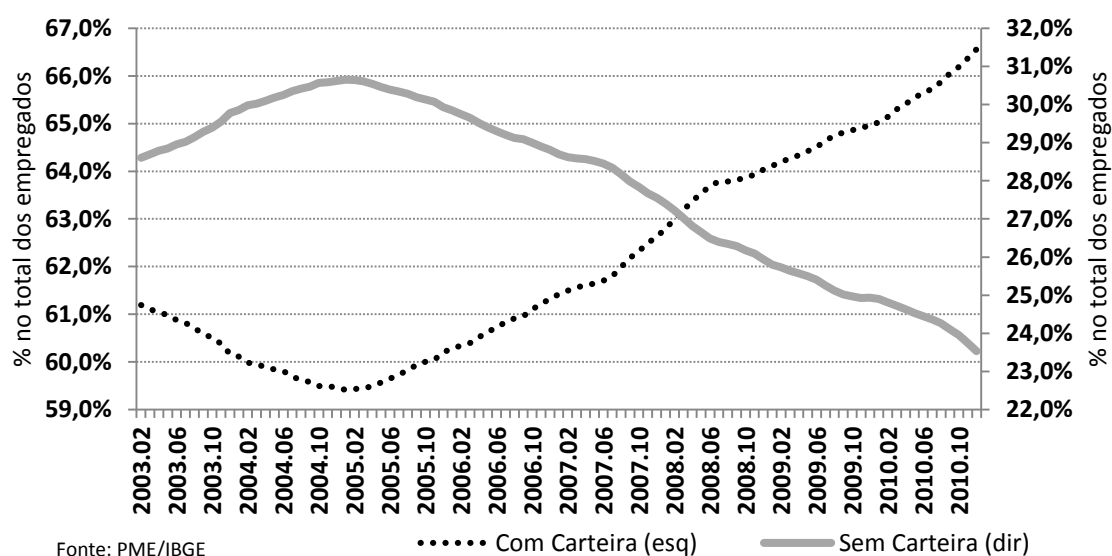


Ao olharmos mais atentamente o movimento de elevação da ocupação na década de 2000, percebemos com a ajuda da Figura 15 que o grande responsável foi a categoria de empregados, a qual, a partir de 2004, apresentou uma elevação de quase 3 pontos

percentuais, passando de quase 73,5% dos ocupados em 2004 para perto de 76,5% dos ocupados ao final do ano de 2010. Já a condição de ocupação Conta Própria apresentou leve declínio de 1 ponto percentual no decorrer da década, passando de 19,4% em 2003 para 18,4% ao final do ano de 2010. A condição de ocupação de Empregador também sofreu declínio no período, passando de 5% em 2003 para 4,5% ao final de 2010.

Dentre os empregados, uma característica marcante durante a “Era Lula” foi a elevação da proporção dos empregados com carteira assinada (Figura 16), um aumento na formalização das relações de trabalho²⁷⁰ em mais de 5 pontos percentuais, passando de 61% dos empregados em 2003 para perto de 67% ao final de 2010.

Figura 16 - Brasil - Proporção dos empregados segundo formalização



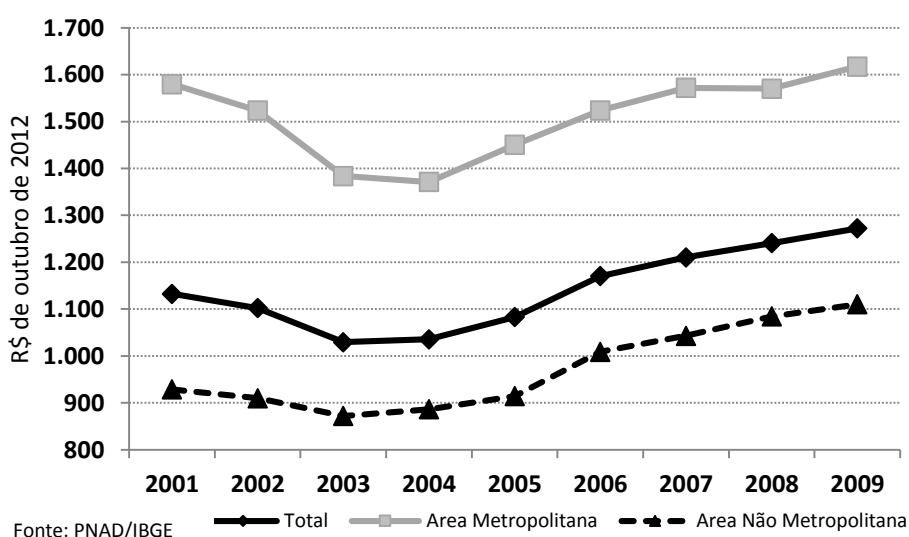
O aumento da população em atividade econômica junto ao aumento da ocupação, com destaque para a elevação da formalização das relações de trabalho, mostrou-se um processo positivo para o Mundo do Trabalho, contribuindo para a melhoria da remuneração, como podemos verificar na Figura 17, que traz o comportamento da renda média mensal de

²⁷⁰ DIEESE (2012a) ressalta sinteticamente, de forma muito didática, o significado da formalização da relação de trabalho para a sociedade brasileira: "(...) o movimento tem tido impactos econômicos e sociais que vão muito além da redução das taxas históricas de desemprego. Para os trabalhadores e suas famílias, tem significado a ampliação do acesso ao sistema público de proteção social, inclusive à Previdência, bem como aos direitos inscritos na legislação do trabalho, incluindo o décimo terceiro salário, as férias, o descanso semanal remunerado, as licenças maternidade e paternidade e o recolhimento obrigatório do FGTS. Para o Estado, por sua vez, tem resultado em aumento da arrecadação tributária, com destaque para o crescimento das contribuições ao Sistema de Seguridade Social, que padece, há anos, com a crise de financiamento decorrente, entre outros fatores, do elevado grau de informalidade característico da força de trabalho brasileira" (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2012a, p. 35).

todos os trabalhos, obtido junto à Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar - PNAD e deflacionada para Reais de outubro de 2012.

Em 2001, a renda média de todos os trabalhos ficou em R\$ 1.132,64, caindo para R\$ 1.029,59 no ano de 2003 (o valor mais baixo da série), para em seguida adentrar uma trajetória contínua de aumento até atingir, no ano de 2009, o valor de R\$ 1.272,09. Tal trajetória implicou um aumento de R\$ 139,45 (12,3%) quando comparamos o ano de 2001 com o de 2009, ou ainda R\$ 242,50 (23,5%), quando comparamos os anos de vale (2003) e pico (2009) da série. Ao inserirmos o corte de região metropolitana e não-metropolitana na série, vemos a mesma trajetória de ascenso, mas com intensidades diferentes. Enquanto as regiões metropolitanas apresentavam em 2001 renda de R\$ 1.579,82, caindo para R\$ 1.371,29 em 2004, pior ano da série, para então apresentar elevação contínua até atingir R\$ 1.617,29 no ano de 2009, um aumento de R\$ 246,00 (18,6%) comparando 2004 e 2009, e R\$ 34,47 (2,1%) comparando os extremos da série (2001 e 2009), as regiões não metropolitanas apresentavam renda média de R\$ 928,76 no início da série, atingindo R\$ 872,01 em 2003, pior ano da série, momento a partir do qual o aumento continuo eleva a renda para o patamar de R\$ 1.110,35 em 2009, implicando em um aumento de R\$ 238,33 (27,3%) comparando 2003 e 2009, e R\$ 181,58 (19,5%) comparando os extremos da série (2001 e 2009). Ou seja, o aumento da renda média mais intenso nas regiões não metropolitanas implica uma abrangência geográfica e social que reforça a idéia dos ganhos materiais da classe trabalhadora na “Era Lula”.

Figura 17 - Brasil - Renda Média de todos os Trabalhos - R\$ de outubro de 2012



Outro elemento que contribuiu para a melhora na remuneração da força de trabalho na década de 2000 foi a trajetória de valorização do salário mínimo (SM), uma vez que atua como referencial para a remuneração do conjunto do mercado de trabalho no país. Como nos mostra a Tabela 7, o SM sai de um valor nominal de R\$100 em 1995 e alcança o patamar de R\$ 510 no ano de 2010. Em termos reais, adotando o referencial de outubro de 2012, o salário mínimo sai de R\$ 301,13 em 1995 para R\$ 576,53 em 2010. Tal aumento é melhor caracterizado quando analisamos os dados por subperíodos, focando a taxa de variação real do salário mínimo. Entre 1995 e 1999, a variação real média do SM foi de meros 1,49%. No período seguinte, entre os anos de 2000 a 2003, a valorização do SM ganha materialidade, com variação real média de 4,73%, mais do que o triplo do subperíodo anterior. No subperíodo seguinte, de 2004 a 2008, a valorização média situou-se no patamar de 6,19%, declinando para 5,82% no subperíodo final da década.

Tabela 7 - Brasil –Evolução do Salário Mínimo - 1995 a 2010

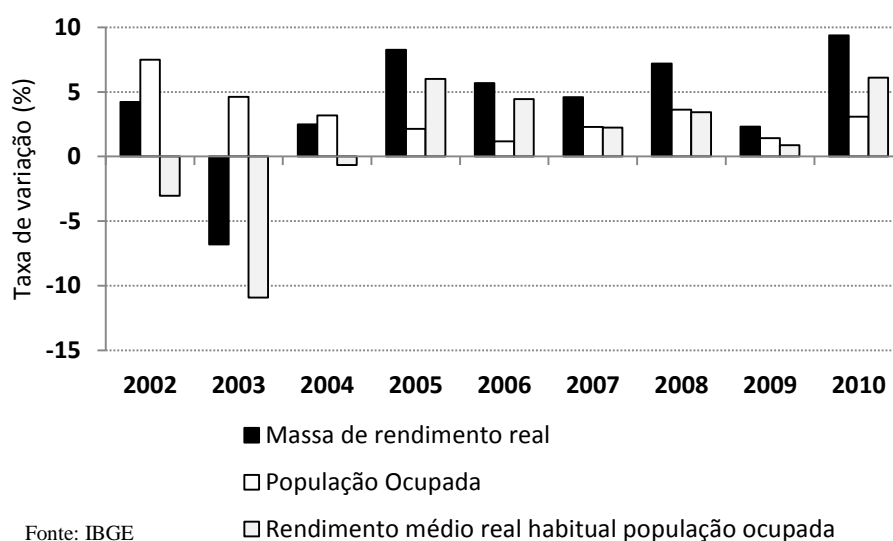
| Ano | Valor | | Taxa de Variação | |
|-----------------------|---------|--------------|------------------|--------|
| | Nominal | R\$ Out 2012 | Nominal | Real |
| 1995 | 100 | 301,43 | - | - |
| 1996 | 112 | 301,87 | 12,00% | 0,14% |
| 1997 | 120 | 310,13 | 7,14% | 2,74% |
| 1998 | 130 | 326,25 | 8,33% | 5,20% |
| 1999 | 136 | 319,32 | 4,62% | -2,12% |
| 2000 | 151 | 333,98 | 11,03% | 4,59% |
| 2001 | 180 | 368,10 | 19,21% | 10,22% |
| 2002 | 200 | 370,93 | 11,11% | 0,77% |
| 2003 | 240 | 383,23 | 20,00% | 3,32% |
| 2004 | 260 | 392,70 | 8,33% | 2,47% |
| 2005 | 300 | 429,80 | 15,38% | 9,45% |
| 2006 | 350 | 488,20 | 16,67% | 13,59% |
| 2007 | 380 | 505,86 | 8,57% | 3,62% |
| 2008 | 415 | 515,08 | 9,21% | 1,82% |
| 2009 | 465 | 554,00 | 12,05% | 7,56% |
| 2010 | 510 | 576,53 | 9,68% | 4,07% |
| Variação Média | | | | |
| 1996 a 1999 | | | 8,02% | 1,49% |
| 2000 a 2003 | | | 15,34% | 4,73% |
| 2004 a 2008 | | | 11,63% | 6,19% |
| 2009 a 2010 | | | 10,87% | 5,82% |

Fonte: IBGE / valores nominais para o mês de outubro / Deflator: INPC

O resultado combinado entre elevação da ocupação e da remuneração salarial pode ser captado pela evolução da chamada massa salarial, conforme a Figura 18, que mostra as taxas de variação mensal acumuladas da massa de rendimento real e seus componentes (população ocupada e rendimento médio real habitual).

A massa de rendimento real apresentou uma elevada taxa média de crescimento entre os anos de 2002 e 2010, da ordem de 4,14%, mesmo diante do decréscimo de -6,80% no ano de 2003. É interessante notar que o componente População Ocupada apresentou valores positivos para todo o período, ao passo que o rendimento médio real habitual foi negativo nos três primeiros anos do período (-3,04% para 2002; -10,92% em 2003 e -0,67% em 2004). Para o conjunto do período, a taxa média de crescimento da ocupação foi de 3,22%, muito superior ao do rendimento médio real, que foi da ordem de 0,94%. Ou seja, a taxa de ocupação mostrou-se relevante para garantir o aumento da massa de rendimentos na “Era Lula”, aliando-se ao aumento do rendimento real de 2005 em diante e gerou elevadas taxas de variação da massa de rendimento.

Figura 18 - Brasil - Taxas de variação mensal acumuladas da massa de rendimento real e seus componentes



Recapitulando, a trajetória do mercado de trabalho na “Era Lula” foi marcada pelo aumento da PEA, diminuição da taxa de desocupação, com aumento de participação da condição de empregado e formalização das relações de trabalho, em meio ao aumento da renda média do trabalho e valorização do salário mínimo.

Diante desse quadro, cabe colocarmos duas questões. A caracterização da trajetória positiva do mercado de trabalho na “Era Lula” poderia implicar na diminuição, ou até

negação, da superexploração do trabalho na sociedade brasileira? E em caso de resposta afirmativa à questão precedente, os termos do debate de ruptura e continuidade da “Era Lula” em relação ao período histórico anterior alteram o caráter da superexploração, ou seja, a “Era Lula” constituiria uma nova fase da superexploração?

A superexploração na década de 2000

Começamos nossa análise da superexploração da força de trabalho na “Era Lula” pela remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, um dos mecanismos de manifestação da superexploração analisado no Capítulo 2. A Figura 14 mostrou, pela trajetória da taxa de participação, a elevação e manutenção do patamar de pessoas buscando atividade remunerada no período, ou seja, o aumento do EIR, que favoreceria o aumento da concorrência entre os vendedores da força de trabalho e o conseqüente rebaixamento do preço da mesma. Entretanto, a diminuição contínua da taxa de desemprego ou desocupação no mesmo período mostra que o ritmo de acumulação (Figuras 5 e 7) absorveu o EIR de tal forma que as pressões concorrencias dentre os trabalhadores, engendradas pelo aumento da PEA, foram parcialmente contrapostas.

Atentemo-nos, agora, às condições de ocupação. Vimos pela Figura 15 que a categoria Empregados não apenas elevou sua participação relativa no conjunto da força de trabalho, em detrimento da Conta Própria e Empregador, mas também seu crescimento relativo ocorreu conjuntamente com a elevação da proporção dos que possuíam carteira assinada (Figura 16). Tal comportamento contrapõe-se à forma de engajamento da força de trabalho vigente na década de 1990, em que se destacam o desemprego e o aumento da ocupação por conta própria²⁷¹, esta última condição que muitas vezes mascara o assalariamento com ampliação das incertezas e da precarização do Trabalho²⁷².

²⁷¹ Ao tomarmos a média móvel de 12 meses para as séries mensais de desemprego (referência 30 dias), entre as categorias de Ocupados com carteira assinada e de Ocupados na condição de Conta Própria, da série da PME/IBGE com a antiga metodologia, temos o seguinte cenário: em janeiro de 1990, a taxa de desemprego era de 3,58%, elevando-se continuamente até que em fevereiro de 1993 atingiu 6,02%, momento em que passa a declinar até o valor de 4,74% em setembro de 1995, quando sofreu nova reversão de tendência e subiu continuamente até final da década, atingindo o patamar de 8,25% em dezembro de 1999. Já entre os Ocupados com carteira assinada há uma dinâmica de declínio contínuo durante a década, partindo do patamar de 58,5% nos primeiros meses de 1990 para atingir o valor de 44,53% em dezembro de 1999. Os ocupados por Conta Própria mostram uma tendência de aumento contínuo durante a década, saindo de um patamar de 17,5% no início da década de 1990 para o patamar de 23,5% ao final do ano de 1999.

²⁷²“A superexploração precisa ser pensada para além dos limites que enquadram capitalistas explorando trabalhadores. O trabalho por conta própria, por exemplo, ainda que não estabeleça uma relação direta entre um capitalista e um trabalhador, não deixa de ser resultado de uma lógica genérica na qual um grande capital,

Mesmo contrapondo-se ao movimento da década anterior, o crescimento da formalização do mercado de trabalho não implicou na eliminação das relações precárias de trabalho, pois como bem aponta Giovanni Alves, ainda constata-se na década de 2000 a elevação do número de empregos precários, “(...) tais como empregos subcontratados em serviços terceirizados e os trabalhos de autônomos transfigurados em Pessoas Jurídicas, além dos contratos temporários e por tempo determinado, dentre outras novas modalidades de contratação flexível inscritas na CLT” (ALVES, 2014, p. 55).

Tabela 8 - Estimativa e distribuição dos ocupados segundo formas de inserção Distrito Federal e Regiões Metropolitanas - 1999 e 2009

| Forma de inserção | Estimativa (em mil pessoas) | | Distribuição (%) | |
|--|-----------------------------|--------|------------------|-------|
| | 1999 | 2009 | 1999 | 2009 |
| Total de Ocupados | 13.136 | 17.155 | 100,0 | 100,0 |
| Empregados | 8.729 | 12.264 | 66,5 | 71,5 |
| Emprego protegido (carteira assinada ou estatuto) | 5.978 | 8.882 | 45,5 | 51,8 |
| Emprego subcontratado | 1.132 | 1.428 | 8,6 | 8,3 |
| Assalariados contratados em serviços terceirizados | 422 | 683 | 3,2 | 4,0 |
| Autônomos que trabalham para uma empresa | 710 | 745 | 5,4 | 4,3 |
| Emprego ilegal (sem carteira assinada) | 1.620 | 1.954 | 12,3 | 11,4 |
| Trabalhadores Independentes | 2.470 | 2.931 | 18,8 | 7,1 |
| Conta Própria | 2.188 | 2.580 | 16,7 | 15,0 |
| Empregados domésticos | 1.215 | 1.338 | 9,2 | 7,8 |
| Demais ocupados | 721 | 622 | 5,5 | 3,6 |

Fonte: Elaboração própria a partir de DIEESE (2012a, p. 166/167). ⁽¹⁾ Empregadores com até cinco empregados e com ganhos até o rendimento mediano nominal mensal.

A Tabela 8 nos mostra uma estimativa para uma dimensão da precarização dos postos de trabalho na década de 2000 ²⁷³, a partir dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do DIEESE. O emprego protegido com carteira assinada foi a condição de ocupação que mais cresceu no período. À exceção dele (passou de 45,4% para 51,8% entre 1999 e 2009) e dos assalariados em serviços terceirizados (cresceu de 3,2% para 4,0% entre 1999 e 2009), todas as demais rubricas apresentaram recuo na participação relativa no Total dos

enquanto elemento abstrato, determina que esse tipo de ocupação seja uma forma de trabalho precário. Nesse sentido poderia, também, ser considerado uma forma de superexploração” (DUARTE, 2010, p. 187).

²⁷³ Outra dimensão é aquela apontada por Alves (ALVES, 2014, p. 81): “Na década de 2000, cresceu a utilização pelas empresas de modalidades especiais de contrato de trabalho prevista na CLT – não apenas a terceirização ou subcontratação, mas o contrato temporário e contrato de trabalho por prazo determinado são as formas mais utilizadas”.

Ocupados. Entretanto, quando analisamos os números absolutos, vemos que todas as categorias (à exceção da Demais ocupados) elevaram o número de trabalhadores. Os empregados subcontratados e ilegais, bem como os trabalhadores independentes e domésticos, que acostumam apresentar vínculos mais precários, ampliaram entre 1999 e 2009 em 1,2 milhões o número de trabalhadores sob tais condições, correspondendo a nada menos que 30% do aumento total de 4 milhões de ocupados entre 1999 e 2009, confirmando a importante presença da precarização em meio ao aumento do emprego formalizado na “Era Lula”.

Ou seja, presenciamos um processo contraditório de aumento da formalização com manutenção da precarização nas relações de trabalho, um vetor de pressão para o rebaixamento salarial do conjunto da força de trabalho que minora os efeitos positivos do aumento da formalização.

A conjunção entre um ritmo de acumulação que absorveu o aumento do EIR, com a mudança na condição de ocupação a favor dos Empregados e em detrimento do engajamento por Conta Própria, junto a novos contornos na relação trabalhista com aumento da formalização em meio à manutenção da precarização, afetou positivamente a remuneração da força de trabalho (Figura 17), em um contexto de valorização do salário mínimo (Tabela 7).

Sendo assim, poderíamos propor que a trajetória ascendente da renda média mensal de todos os trabalhos, durante o período em análise, denotaria a elevação da remuneração da força de trabalho e indicaria que a diferença entre o preço/remuneração e o valor da força de trabalho também diminuía, implicando na eliminação ou redução de um dos mecanismos de manifestação da superexploração da força de trabalho.

Porém esse raciocínio proposto apresenta uma grande limitação ²⁷⁴, qual seja, se restringir ao poder de compra ou potencial de consumo do trabalhador e não incorporar a análise da remuneração da força de trabalho pela ótica do capital, como capital variável, uma vez que a taxa de exploração e a superexploração do trabalho são teoricamente definidas

²⁷⁴ Outra limitação de menor peso seria a detomar o preço da mercadoria força de trabalho pelo valor da mesma, realizando uma equivalência que desconsidera a singularidade teórica das dimensões preço e valor, bem como a autonomia relativa entre ambas, a exemplo do conceito de rendimento médio real, o qual relaciona três dimensões, o preço de mercado específico da força de trabalho, a quantidade de trabalhadores assalariados e um índice geral dos preços de mercado que busca captar o fenômeno inflação. Ora, processos específicos ligados ao conjunto dos preços de mercado (inflação) afetam o rendimento médio real e podem ocorrer sem vínculo direto com o movimento do valor da força de trabalho, sendo que é este último o diretamente envolvido na definição da superexploração do trabalho.

para e pelo capital. Somente avançando sobre esta perspectiva é que podemos ter uma análise fundamentada da superexploração do trabalho.

Uma possibilidade de tratarmos da remuneração da força de trabalho pela ótica do capital variável seria a abordagem da concentração proporcional das remunerações por classe ou faixas salariais, uma aproximação do grau em que o capital variável é dispendido na contratação da força de trabalho. Quanto maior a proporção de ocupados nas faixas mais baixas de remuneração, menor a remuneração média do conjunto da força de trabalho e menor o grau de dispêndio de capital variável, um movimento de desvalorização da força de trabalho sob a ótica do capital, independente da ótica do trabalhador (poder de compra de uma soma de dinheiro que tomou a forma de salário em um período do tempo).

A Figura 19 nos mostra a participação relativa dos ocupados, segundo a classe de rendimento medida em salários mínimos (SM). Nota-se que, entre 2001 e 2009, ocorre o movimento de aumento da participação dos ocupados que ganham até a faixa de 2 SM, ao passo que todas as demais classes diminuem sua participação relativa. Enquanto a participação dos ocupados com menos de 1 SM eleva-se de 27% para 32,4% entre 2001 e 2009, a de ocupados com rendimento de mais de 1 SM até 2 SM sobe de 38,4% para nada menos que 44,4% no mesmo período. Ou seja, a participação do total dos ocupados com até 2 SM sobe de 65% em 2001 para 76,8% em 2009, mais de $\frac{3}{4}$ de todos os ocupados. Para as demais faixas que perderam participação relativa, cabe destacar a de 2 a 3 SM, que caiu de 13% para 8,1% entre 2001 e 2009.

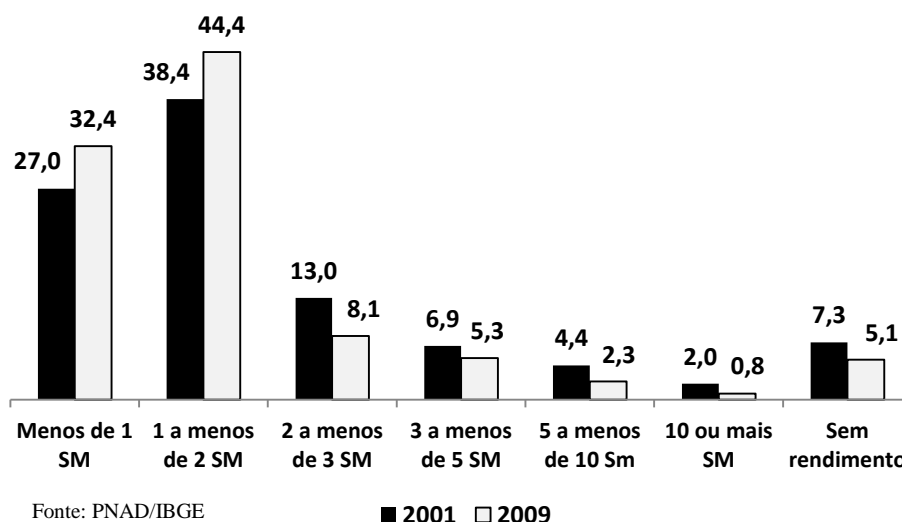
Portanto, presenciamos na “Era Lula” cada vez mais trabalhadores integrando as faixas salariais de até 2 SM, fato que diminui a remuneração do conjunto da força de trabalho e custo do capital variável. Além disso, a concentração da força de trabalho em faixas salariais rebaixadas coloca potencialmente a dificuldade de manutenção do nível de consumo requerido pelos elementos históricos morais do valor da força de trabalho. A dilapidação do valor da força de trabalho, entendida como a negação da plena reposição das condições da força de trabalho, instalou-se na “Era Lula”, mas sua intensidade passou a depender da evolução do nível de preços e do poder de compra do salário ou remuneração real.

Lembremos que a década de 2000 trouxe a evolução positiva da massa salarial real (Figura 18), da renda média real (Figura 17) e do salário mínimo real (Tabela 7), aos quais ainda se juntaram os efeitos depressivos nos preços de mercado do aumento das importações

(Tabela 3), processos esses que impulsionaram uma significativa expansão no consumo²⁷⁵ (Figura 5) e que, em conjunto, acabaram por atenuar a dilapidação do valor da força de trabalho colocada pelo rebaixamento salarial.

A conformação de um processo contraditório de rebaixamento das faixas salariais com aumento da renda real do trabalho traz uma importante implicação: quaisquer mudanças bruscas na evolução do nível de preços (inflação) ou no setor externo (encarecimento das importações por desvalorização cambial ou problemas de oferta internacional) passam a ter o potencial de reestabelecer a dilapidação do valor da força de trabalho em sua plenitude, mostrando-se claramente um dos limites da forma predominante de superexploração construída na “Era Lula”.

Figura 19 – Brasil - Participação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas e que procuraram trabalho, por classes de rendimento



Já a Figura 20 nos mostra outra característica interessante da força de trabalho durante a “Era Lula”, ligada à formação do valor da força de trabalho pela dimensão da aquisição de habilidades e de um acervo simbólico que permite o uso produtivo da força de

²⁷⁵ Em toda nossa pesquisa adotamos como procedimento de simplificação o pressuposto de que maiores níveis de consumo implicam em maior reposição das condições da força de trabalho. Entretanto, devemos registrar que tal pressuposto deve ser ponderado pelos efeitos do consumo da força de trabalho, que muitas vezes, pode ser deletério. Um exemplo é o consumo de agrotóxicos nos alimentos. O aumento da ingestão de nutrientes acarreta, no atual modelo de produção agrícola, o aumento de ingestão de substâncias tóxicas, que influenciam diretamente a saúde das pessoas e o valor da força de trabalho no longo prazo. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA estima um consumo anual de 130 mil toneladas de produtos agrotóxicos no Brasil, um aumento de 700% no uso dos mesmos quando comparamos as décadas de 1970 e de 2000. Segundo a mesma fonte, a média geral de uso de ingredientes ativos por hectare (i.a. ha-1) passou de 0,8 kg i.a. ha-1, em 1970, para nada menos que 7,0 kg i.a. ha-1, em 1998 (https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agricultura_e_meio_ambiente/arvore/CONTAG01_40_21020_0792814.html).

trabalho: o movimento generalizado de elevação da escolaridade ou anos de estudo da força de trabalho, principalmente a de Ensino Superior (faixa de 11 a 14 anos de estudo), ligada ao processo de expansão da oferta²⁷⁶ de ensino universitário²⁷⁷ presenciado na década de 2000 .

A proporção dos ocupados nas faixas de até 7 anos de estudos caiu entre 2001 e 2009, ao passo que aumentou a proporção de ocupados com 8 ou mais anos de estudo, conforme verifica-se na Figura 20. Se a faixa de 4 a 7 anos de estudo apresentou a maior diminuição absoluta, de mais de 10 pontos percentuais (passando de 32,3% dos ocupados em 2001 para 21,9% em 2009), a queda nas faixas sem instrução e com menos de 1 ano de estudo, e na de 1 a 3 anos de estudo, foram mais intensas, com o patamar de 2009, situando-se abaixo da metade do patamar de 2001. Já entre outros estratos de escolarização, destaca-se o de 11 a 14 anos de estudo, que passou de 17,4% em 2001 para pouco mais que o dobro, 36,9% em 2009. O estrato de 8 a 10 anos elevou a participação em 2 pontos percentuais (passando de 16% para 18,9% no período), ao passo que o de 15 ou mais anos de estudo aumentam sua participação em 3,4 pontos percentuais, crescendo de 5,6% para 9% entre 2001 e 2009. Dessa forma, aumentou-se o tempo médio socialmente necessário para a formação da força de trabalho e conseqüentemente o valor da mesma.

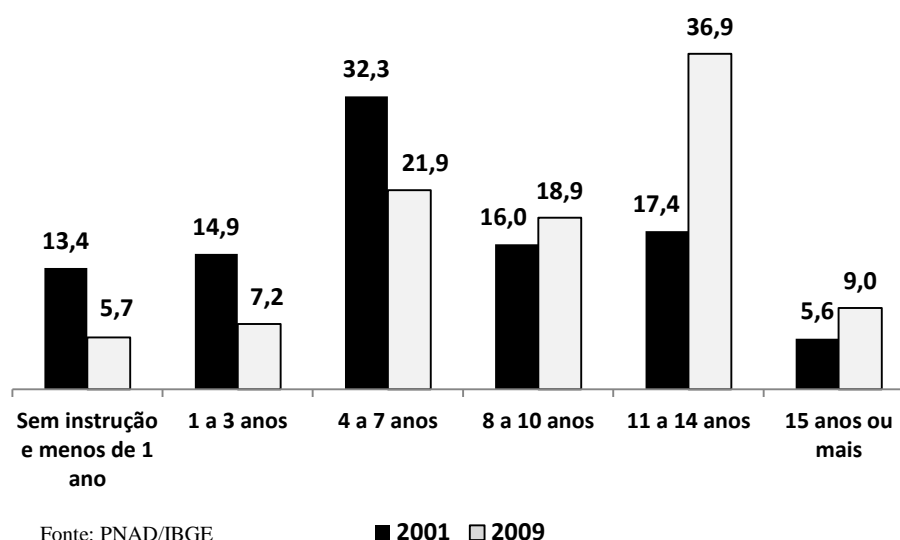
A combinação peculiar de rebaixamento salarial (Figura 19) com aumento de anos de estudos (Figura 20) pode ser melhor caracterizado com a ajuda da Tabela 9, a qual traz a participação dos ocupados por classe de rendimento e anos de estudo para os anos de 2001 e 2009.

Chama a atenção o fato de que todas as faixas de anos de estudo perderam participação relativa nas ocupações com remuneração superiores a 5 SM. A perda de participação também é generalizada para quase todas as faixas de estudo nas classes que vão de 2 a 5 SM, à exceção da de 15 anos ou mais de estudo, única que apresentou elevação da participação dos ocupados nesta faixa salarial.

²⁷⁶ Foge ao nosso escopo a discussão do processo de expansão do Ensino Superior no Brasil durante a década de 2000. Remetemos ao leitor interessado aos interessantes trabalhos de Carmo et al. (2014), Ristoff (2013), Queiroz et al. (2013) e Marques e Cepêda (2012), os quais proporcionam minuciosas análises empíricas do processo de expansão do ensino superior e analisam as políticas públicas educacionais do período.

²⁷⁷ O crescimento da proporção daqueles com nível superior de escolaridade, mesmo sendo positivo para o conjunto da classe trabalhadora, foi permeado de tensões e contradições. Giovanni Alves aponta que “*Essa força de trabalho titulada com diplomas universitários na década de 2000 é constituída por jovens empregados de baixa qualificação, que, mesmo titulada (e endividada) nas faculdades, centros universitários e universidades privadas, ocupará postos subalternos e precários na indústria e nos serviços. Elas constituem o precariado das cidades brasileiras*” (ALVES, 2014, p. 59).

Figura 20 - Brasil - Participação (%) das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas e que procuraram trabalho, por anos de estudo



Em contrapartida ao movimento de diminuição da participação da remuneração acima de 2 SM para os ocupados de diferentes faixas de estudo, está o aumento generalizado da escolaridade nos ocupados com remunerações de até 2 salários mínimos (à exceção novamente da faixa de 15 anos ou mais de estudo), cuja área é destacada na Tabela 9 em cinza claro²⁷⁸. Destacam-se as faixas de 8 a 10 anos de estudo, que apresentaram uma elevação de 10 pontos percentuais nas ocupações entre ½ e 1 SM, passando de 13% para 23% entre 2001 e 2009; e a faixa de 11 a 14 anos de estudo, em que as ocupações entre 1 e 2 SM elevaram a participação em 17 pontos percentuais, passando de 22% para 39% no período.

Conclui-se que o tempo de trabalho socialmente necessário para a formação da força de trabalho elevou-se, mas a remuneração não acompanhou tal movimento, devido à concentração das ocupações em faixas salariais mais baixas. Configura-se, aqui, uma forma de divergência entre a remuneração e o valor da força de trabalho, sugerindo que a superexploração da força de trabalho não arrefeceu na “Era Lula”, mas assumiu novas formas.

²⁷⁸ Cabe destacarmos que a faixa dos sem rendimentos apresenta um comportamento linear decrescente conforme se aumenta a faixa de anos de estudo, e que a elevação de peso dentro das faixas de estudo é pouco significativa, variando de 1 a 2 pontos percentuais, atingindo as três faixas de estudo que se encontram entre 1 a 10 anos de estudo.

Tabela 9 - Brasil - Participação de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por anos de estudo e classe de rendimento mensal

| Classe rendimento/anos de estudo | Sem instrução e menos de 1 ano | | 1 a 3 anos | | 4 a 7 anos | | 8 a 10 anos | | 11 a 14 anos | | 15 anos ou mais | |
|----------------------------------|--------------------------------|------|------------|------|------------|------|-------------|------|--------------|------|-----------------|------|
| | 2001 | 2009 | 2001 | 2009 | 2001 | 2009 | 2001 | 2009 | 2001 | 2009 | 2001 | 2009 |
| Até 1/2 SM | 0,17 | 0,23 | 0,11 | 0,19 | 0,07 | 0,14 | 0,04 | 0,10 | 0,02 | 0,04 | 0,01 | 0,01 |
| Mais de 1/2 a 1 SM | 0,25 | 0,27 | 0,22 | 0,27 | 0,17 | 0,24 | 0,13 | 0,23 | 0,08 | 0,16 | 0,04 | 0,03 |
| Mais de 1 a 2 SM | 0,22 | 0,19 | 0,29 | 0,26 | 0,32 | 0,33 | 0,29 | 0,38 | 0,22 | 0,39 | 0,10 | 0,13 |
| Mais de 2 a 3 SM | 0,06 | 0,03 | 0,11 | 0,05 | 0,15 | 0,08 | 0,18 | 0,10 | 0,16 | 0,15 | 0,09 | 0,14 |
| Mais de 3 a 5 SM | 0,03 | 0,02 | 0,06 | 0,02 | 0,11 | 0,05 | 0,16 | 0,07 | 0,19 | 0,13 | 0,13 | 0,23 |
| Mais de 5 a 10 SM | 0,01 | 0,01 | 0,02 | 0,01 | 0,05 | 0,02 | 0,10 | 0,02 | 0,18 | 0,06 | 0,23 | 0,22 |
| Mais de 10 a 20 SM | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,03 | 0,01 | 0,07 | 0,02 | 0,20 | 0,13 |
| Mais de 20 SM | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 | 0,00 | 0,02 | 0,00 | 0,14 | 0,05 |
| Sem rendimento | 0,24 | 0,23 | 0,17 | 0,18 | 0,11 | 0,13 | 0,05 | 0,07 | 0,04 | 0,03 | 0,03 | 0,01 |

Fonte: elaboração própria a partir da PNAD/IBGE

Intimamente ligado ao processo de mudança na concentração da força de trabalho em faixas salariais mais baixas, temos a elevação da já alta taxa de rotatividade²⁷⁹ da força de trabalho, como nos mostra a Tabela 10 abaixo.

Tabela 10 - Brasil - Taxa de Rotatividade

| Ano | Taxa |
|------|------|
| 2002 | 53,9 |
| 2003 | 52,4 |
| 2004 | 52,8 |
| 2005 | 54,2 |
| 2006 | 54,9 |
| 2007 | 56,7 |
| 2008 | 62,7 |
| 2009 | 58,8 |
| 2010 | 63,4 |

Fonte: MTE - RAIS

No período entre 2002 e 2010, a taxa média de rotatividade da força de trabalho formalizada (universo retratado nos registros administrativos da Relação Anual de

²⁷⁹ A taxa de rotatividade mede o percentual dos trabalhadores substituídos em relação ao estoque vigente de trabalhadores, valendo-se dos dados da RAIS. O cálculo da taxa de rotatividade é obtido utilizando o menor valor entre o total de admissões e desligamentos sobre o total de empregos no início do ano, apenas para os empregados regidos pela CLT (exclui, portanto, a Administração Pública) valendo-se da expressão $TR(t) = \min(A(t), D(t)) \times 100/E(t)$, em que TR = taxa de rotatividade no ano t; A(t) = total de admissões no ano t; D(t) = total de desligamentos no ano t; E(t) = total de empregos no ano t.

Informações Sociais – RAIS²⁸⁰) apresentou uma média de 56,6%, patamar extremamente elevado. No decorrer do período, a taxa foi se elevando gradativamente, aumentando quase 10 pontos percentuais entre os extremos do período²⁸¹, chegando ao patamar de 63,4%. Tal movimento mostra que a diminuição da taxa de desocupação em direção à concentração de ocupados nas faixas salariais de até 2 SM deve-se a uma elevada rotatividade dentre os trabalhadores que passam a ser formalizados, mostrando uma maneira de elevação da ocupação com reforço da concorrência no mercado de trabalho, conseqüentemente contribuindo para a superexploração da força de trabalho, pois como sugerem autores como Giovanni Alves (2014, p. 52), o aumento da taxa de rotatividade representa a “(...) *persistência histórica de traços estruturais da degradação do trabalho no Brasil*”, uma vez que a facilidade de contratar e demitir articularia “(...) *a redundância da força de trabalho e (...) a intermitência da ocupação formal*” (ALVES, 2014, p. 71).

Voltemo-nos agora para outra dimensão da diferença entre remuneração e valor da força de trabalho. A Tabela 11 nos mostra a evolução conjunta dos salários mínimos legal e o necessário, esse último calculado pelo DIEESE e tomado pela literatura como um índice do valor da força de trabalho (DUARTE, 2010; LUCE, 2012, 2013c; MARINI, 2008a). É interessante notarmos que a brecha ou diferença absoluta entre ambos quase dobra no decorrer da década, passando de R\$ 879,05 no ano 2000 para R\$ 1.622,09 em 2010, o que evidencia a elevação do valor da força de trabalho sem o respectivo aumento proporcional da remuneração.

Entretanto, devemos notar que, apesar do aumento nominal da diferença entre os salários mínimos legal e necessário, o aumento do primeiro na década de 2000 foi mais intenso (tomando o valor nominal no ano de 2000 igual a 1, alcança o índice de 3,38 em 2010) que o do salário mínimo necessário (tomando o valor nominal no ano de 2000 igual a 1, alcança o índice de 2,07 em 2010), de tal forma a que a relação ou quociente entre o salário mínimo legal e o necessário passa de 14,7% em 2000 para nada menos 23,9% em 2010, conforme a Tabela 11. Tal elemento reforça o entendimento de que a dilapidação do valor da força de trabalho da “Era Lula” acabou tanto por mostrar-se em novas formas, como por atenuar a dilapidação do valor da força de trabalho colocada pelo rebaixamento salarial.

²⁸⁰ Instituída pelo Decreto n° 76.900, de 23/12/75, a RAIS tem por objetivo o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no País e o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais (<http://www3.mte.gov.br/rais/default.asp>, acessado em 15/08/2015).

²⁸¹ Para uma análise aprofundada do impacto da rotatividade sobre o seguro desemprego, ver DIEESE (2011b).

Tabela 11 - Brasil - Evolução dos Salários Mínimos Legal e Necessário

| Ano | Valor R\$ | | | Índices | | |
|-------------|--------------|-------------------|----------------------|--------------------------|--------------------------|-------|
| | Legal (A) | Necessário (B) | Diferença (B - A) | Índice (A) 2000 = 100 | Índice (B) 2000 = 100 | (A/B) |
| 2000 | 151,00 | 1.030,05 | 879,05 | 1,00 | 1,00 | 0,147 |
| 2001 | 180,00 | 1.081,04 | 901,04 | 1,19 | 1,05 | 0,167 |
| 2002 | 200,00 | 1.270,40 | 1.070,40 | 1,32 | 1,23 | 0,157 |
| 2003 | 240,00 | 1.391,37 | 1.151,37 | 1,59 | 1,35 | 0,172 |
| 2004 | 260,00 | 1.510,67 | 1.250,67 | 1,72 | 1,47 | 0,172 |
| 2005 | 300,00 | 1.468,24 | 1.168,24 | 1,99 | 1,43 | 0,204 |
| 2006 | 350,00 | 1.510,00 | 1.160,00 | 2,32 | 1,47 | 0,232 |
| 2007 | 380,00 | 1.797,56 | 1.417,56 | 2,52 | 1,75 | 0,211 |
| 2008 | 415,00 | 2.014,73 | 1.599,73 | 2,75 | 1,96 | 0,206 |
| 2009 | 465,00 | 2.085,89 | 1.620,89 | 3,08 | 2,03 | 0,223 |
| 2010 | 510,00 | 2.132,09 | 1.622,09 | 3,38 | 2,07 | 0,239 |

Fonte: elaboração própria a partir de IBGE e DIEESE / valores nominais do salário mínimo necessário e do salário mínimo legal vigente no mês de outubro de cada ano

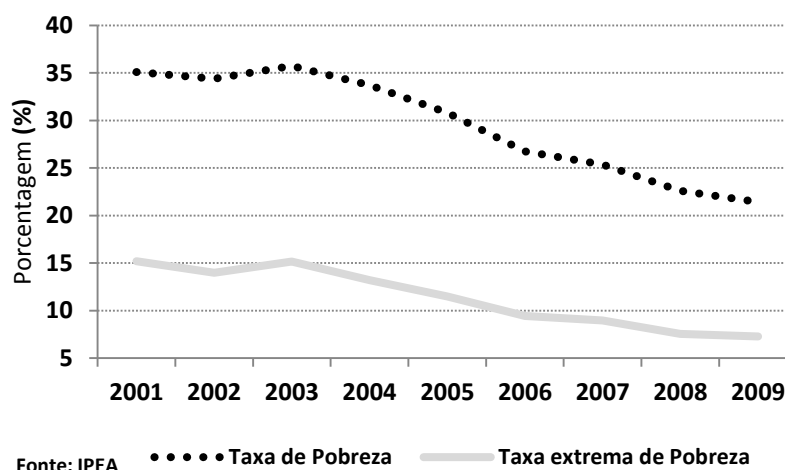
Outro importante elemento que aponta na direção da diminuição da superexploração está contido na Figura 21, que mostra a trajetória declinante da taxa de pobreza²⁸² e da taxa extrema de pobreza²⁸³. Tal movimento diminui o contingente do EIR em condição social que impossibilita a plena reprodução da força de trabalho e liga-se diretamente a três fatores amplamente apontados pela literatura: a dinâmica do emprego e renda do mercado de trabalho; os programas sociais de transferência de renda instituídos na “Era Lula” e a valorização do salário mínimo (POCHMANN, 2012, 2013; SICSÚ, 2013).

Voltemo-nos agora à ótica do aumento da intensidade do trabalho, outro mecanismo constitutivo da superexploração da força de trabalho. Existem fortes evidências de que tal mecanismo ganhou força na “Era Lula”. Um dos elementos mais apontados pela literatura como indicador do aumento da intensidade do trabalho é o da ocorrência de acidentes de trabalho.

²⁸² Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de pobreza. A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* - FAO e da Organização Mundial de Saúde - OMS.

²⁸³ Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de indigência (ou miséria, ou extrema pobreza). A linha de extrema pobreza aqui considerada é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* - FAO e da Organização Mundial de Saúde - OMS.

Figura 21 - Brasil - Taxa de pobreza e Taxa extrema de pobreza (%)



A Figura 22 nos mostra um número crescente de acidentes de trabalho registrados pelo Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho - AEAT do Ministério da Previdência Social no decorrer da década de 2000. Tais dados devem ser ponderados por uma mudança metodológica²⁸⁴ no ano de 2007 que implicou uma mudança de nível absoluto dos dados. Por passar a contemplar os casos de acidentes de trabalho não registrados oficialmente via Comunicação de Acidente do Trabalho – CAT apenas a partir de 2007, os dados da primeira metade da década de 2000 estão subestimados, sugerindo que a intensidade do trabalho está presente no decorrer da década como uma das causas do grande número de acidentes do trabalho.

Separando os subperíodos de 2000 a 2006 e 2007 a 2010, temos uma tendência em ambos de crescimento no decorrer dos anos, sendo a média do número de acidentes de cada subperíodo de 424 mil casos no primeiro e 714 mil casos no segundo, números elevados que corroboram a presença da intensificação do trabalho no período como uma das causas dos acidentes de trabalho.

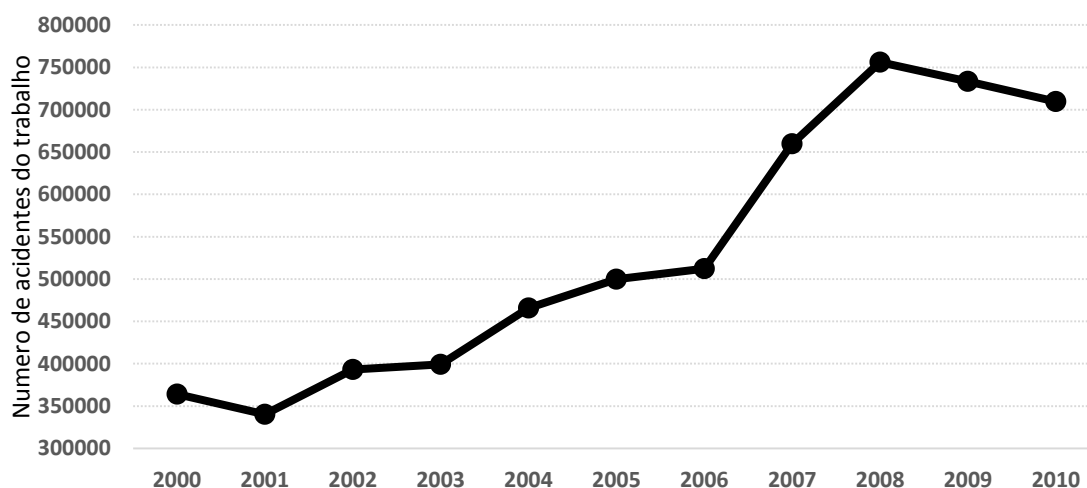
O elevado nível no número dos acidentes de trabalho registrados (média de mais de 400 mil no primeiro subperíodo e 700 mil no segundo subperíodo) e a trajetória ascendente dos mesmos são uma das formas mais contundentes de manifestação da dilapidação do valor

²⁸⁴Em função da mudança na metodologia de concessão de benefícios acidentários por parte do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, introduzida a partir de abril de 2007, o AEAT passou a trazer além das informações coletadas pelo INSS por meio da Comunicação de Acidente do Trabalho – CAT, informações que têm origem nos benefícios de natureza acidentária concedidos pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.

da força de trabalho, uma vez que tais eventos afetam direta e negativamente a capacidade de recuperação da força de trabalho²⁸⁵.

Outro elemento que sugere fortemente a presença do aumento da intensidade do trabalho é a elevação da produtividade na economia brasileira. Em que pesem inúmeros óbices metodológicos sobre a produção corrente de estatísticas de produtividade²⁸⁶, podemos tomar a trajetória crescente das mesmas ao longo da década de 2000 como um processo que influencia o aumento da intensidade do trabalho no mesmo período. As Figuras 23 e 24 revelam a trajetória da produtividade no setor de Serviços, a partir de dados da Pesquisa Anual de Serviços (PAS) do IBGE para os subperíodos de 2002 a 2007 e 2007 a 2010²⁸⁷.

Figura 22 - Brasil - Quantidade de acidentes do trabalho registrados



Fonte: Anuário Estatístico da Acidentes do Trabalho - Ministério da Previdência Social

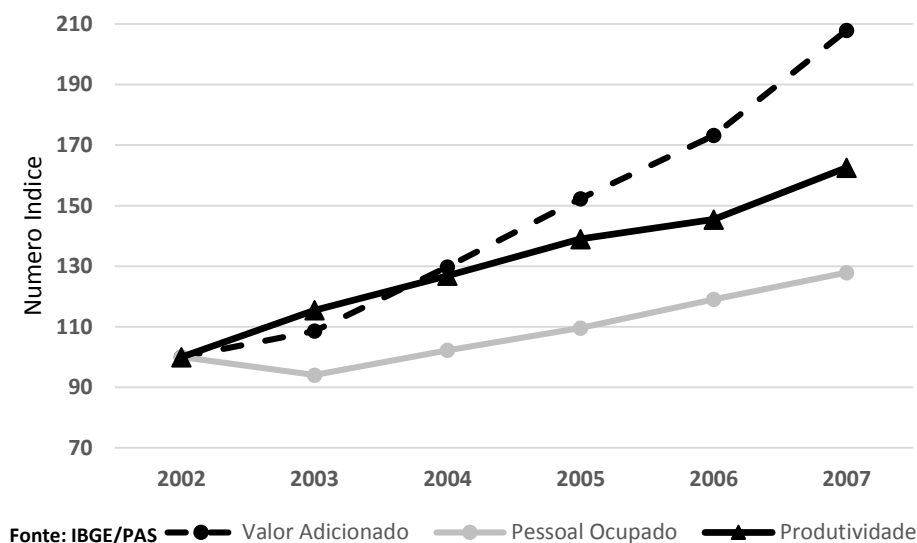
Entre 2002 e 2007 (Figura 23) a produtividade no setor de serviços foi elevada em 60 pontos, devido em grande parte ao diminuto aumento do pessoal ocupado (30 pontos) frente à elevação do valor adicionado (110 pontos) no período.

²⁸⁵ Devemos alertar que a intensificação não pode ser tomada como única causa dos acidentes de trabalho. Omissões quanto aos procedimentos de segurança no trabalho, ou a falta de equipamentos mínimos, por exemplo, também influenciam a ocorrência dos mesmos.

²⁸⁶ Uma das principais críticas é a incorporação do valor da produção para a métrica da produtividade, pois como tal conceito correntemente é usado como o produto das quantidades pelos preços, passa-se a incorporar diretamente fenômenos do âmbito da circulação de mercadorias da venda de mercado e suas flutuações de preço ao âmbito marcadamente da produção.

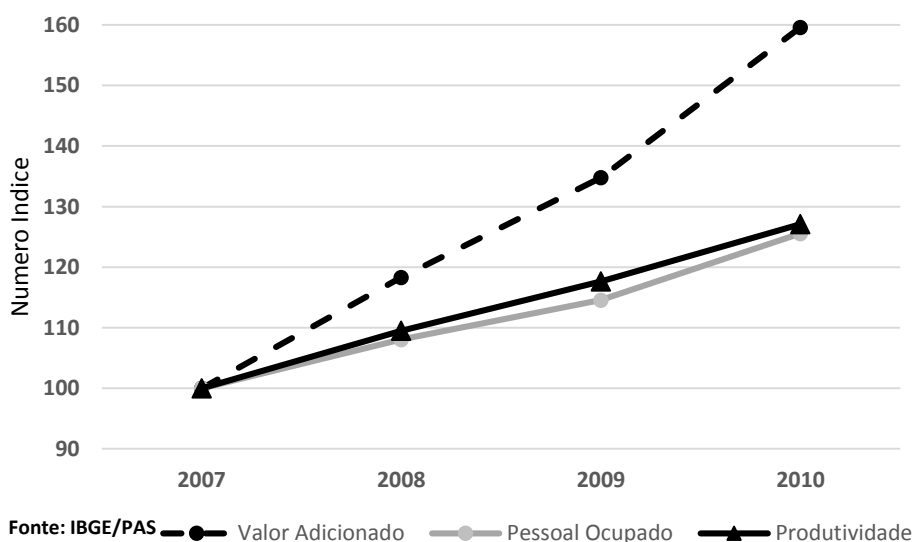
²⁸⁷ Devido a mudanças na metodologia da pesquisa, os subperíodos não permitem a comparação direta entre as séries.

Figura 23 - Brasil – Índice de Produtividade do Setor de Serviços - 2002 a 2007 (2002 = 100)



Entre 2007 e 2010 (Figura 24), a produtividade no setor de serviços foi elevada em quase 30 pontos, mesma intensidade do aumento do pessoal ocupado, ao passo que o valor adicionado aumentou o dobro, em quase 60 pontos.

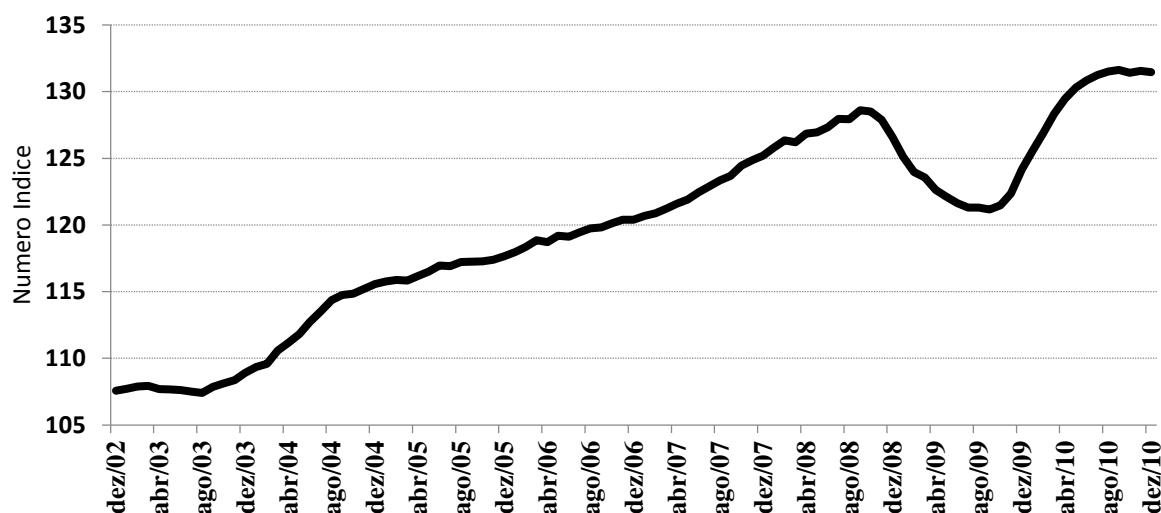
Figura 24 - Brasil –Índice de Produtividade do Setor de Serviços - 2007a 2010 (2007 = 100)



Quando passamos a uma análise da evolução da produtividade no setor industrial brasileiro (Figura 25), por meio dos dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES) do IBGE, verificamos a mesma trajetória de elevação contínua, com uma particularidade no ano de 2009: a desaceleração da economia e consequente diminuição da produção industrial e da produtividade em resposta à crise internacional de 2008.

O aumento da intensidade do trabalho na década de 2000 também é constatado por um conjunto de trabalhos que focam diversos setores produtivos: Cândida Costa (2014) e Adriano Santos (2013b) tratam dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro; Ruy Braga (2009; 2012) analisa os trabalhadores de *call-center* nas empresas de telemarketing; Ana Claudia Cardoso (2010) estuda o setor automotivo; Sadi Dal Rosso(2008) enfoca os grupos de atividades capitalistas modernas²⁸⁸, tradicional²⁸⁹ e governamental-estatal da cidade de Brasília; e a ampla gama de setores, que vão da petroquímica, metalurgia, educação, aeronáutica, serviços hoteleiros, agronegócio, chegando ao setor automotivo e bancário, abordados nas compilações organizadas por Ricardo Antunes sob o nome de *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil* (2006, 2013).

Figura 25 - Brasil - Índice de Produtividade do Setor Industrial - média móvel de 12 meses (jan/02 = 100)



Fonte: IBGE/PIMES

Ao considerarmos a elevação da produtividade dos ramos industrial (Figura 25) e de serviços (Figuras 23 e 24) na década de 2000, que implicou um aumento da intensidade do trabalho, conjuntamente com as constatações setoriais de elevação de intensidade do trabalho presentes nos trabalhos acima elencados, podemos argumentar pela ocorrência de desgaste prematuro e consequente dilapidação do valor da força de trabalho, consubstanciado no processo de intensificação do trabalho na “Era Lula”.

²⁸⁸ Engloba os setores bancário, telefonia, comunicação, shopping centers, construção civil, escolas privadas, serviço de saúde, serviços especializados e indústria(DAL ROSSO, 2008, p. 97).

²⁸⁹ Englobam os setores de oficina mecânica e reparação, serviços pessoais, serviços de restaurantes e bares, indústria gráfica, emprego doméstico, transporte coletivo, limpeza e vigilância (DAL ROSSO, 2008, p. 97).

Um interessante questionamento sobre o papel do aumento da produtividade poderia ser feito alegando que tal aumento poderia ter contraposto, ao menos em parte, a ocorrência da superexploração por diminuir o valor da cesta de bens de consumo da força de trabalho e consequentemente o valor da última, teoricamente representado pelo aumento da mais valia relativa na economia brasileira.

Como discutido no capítulo 2, a mais valia relativa necessita da mediação do setor de bens de consumo durável para a diminuição do valor da força de trabalho. O que vemos na década de 2000 é o aumento das importações (Figura 8 e Tabela 3) como principal fonte para o rebaixamento do valor da força de trabalho, e não necessariamente o desenvolvimento do setor de bens de consumo interno. Sendo assim, seria difícil sustentar que o aumento generalizado da produtividade contribuiu mais intensamente para a mais valia relativa no período em tela do que para a superexploração via intensidade do trabalho.

Passemos a explorar uma outra dimensão do mercado de trabalho, ligada ao comportamento da jornada de trabalho no decorrer da década de 2000. Valendo-nos dos dados da PNAD/IBGE para os anos de 2003 e 2009, sintetizados na Tabela 12, percebemos, primeiramente, que a proporção de trabalhadores com mais de um emprego ficou estável dentre os anos em tela, variando de 4,8% para 4,7%. Ou seja, a força de trabalho não aumentou a jornada de trabalho pelo engajamento na busca de um número maior de trabalhos remunerados como forma de elevar a renda durante a década de 2000²⁹⁰, algo contrário à manifestação da superexploração da força de trabalho.

Tabela 12 – Brasil - Distribuição das Pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas na semana de referência, segundo o número de trabalhos

| Ano | Número de trabalhos | |
|-------------|---------------------|--------------|
| | Um | Dois ou mais |
| 2003 | 95,2% | 4,8% |
| 2009 | 95,3% | 4,7% |

Fonte: PNAD/IBGE

²⁹⁰Aqui devemos fazer uma ponderação sobre nossa afirmação, uma vez que envolve um objeto fora do escopo de nossa pesquisa. Existe a possibilidade de aquelas atividades remuneradas complementares, de difícil captação nas pesquisas declaratórias - pois não costumam ser encaradas como trabalho pelos declarantes, a exemplo do comércio informal no ambiente de trabalho e da prestação de serviços nas horas não comprometidas com a jornada legal de trabalho - terem aumentado sua importância na renda do trabalhador, de tal forma a que uma porção maior do tempo do trabalhador fosse dedicado a atividades remuneradas, contradizendo nossa afirmação. Entretanto, tal dimensão necessita de estudos e pesquisas específicas que fogem a nosso escopo de trabalho.

Passando para outra dimensão da jornada de trabalho, as horas habitualmente trabalhadas por semana, os dados da Tabela 13 revelam um movimento interessante: o aumento da participação dos trabalhadores que cumprem a jornada de trabalho legal de 40 a 44 horas semanais, em detrimento da participação daqueles que trabalham além da jornada legal (45 horas ou mais). Em 2003, 32,4% dos trabalhadores cumpriam jornada entre 40 e 44 horas semanais, ao passo que no ano de 2009 tal proporção passa para 40,3%, fruto do forte movimento de formalização das relações de trabalho (Figura 16). Somando as proporções de pessoas que trabalham habitualmente mais de 44 horas semanais, passamos de 39,6% em 2003 para 31,8% em 2010.

O fato de a jornada de trabalho mostrar-se um mecanismo sem maiores contribuições para a superexploração do trabalho na “Era Lula”, quando consideramos as dimensões de manutenção da proporção de pessoas com mais de um trabalho (Tabela 12) e a diminuição da proporção de pessoas cumprindo jornada acima da regulamentar (Tabela 13), não implica que sua importância seja eliminada, pois nada menos que 3 em cada 10 trabalhadores ainda mantinham, em 2009, a expansão da jornada para além daquela legalmente regulamentada como condição de trabalho ²⁹¹.

Destacamos também que a jornada de trabalho foi objeto de atenção e ação coletiva por parte da organização sindical na década de 2000, com o lançamento, em 2004, da Campanha pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salário, tendo como integrantes a Central Autônoma de Trabalhadores (CAT), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical e Social Democracia Sindical (SDS), buscando apoio à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 393, em tramitação no Congresso, prevendo a redução da jornada de trabalho, sem redução de salário, para 40 horas semanais e, num segundo momento, para 36 horas, atribuindo à redução o aumento do emprego e a melhoria na distribuição de renda ²⁹².

²⁹¹ “(...) Em 1998, por exemplo, ampliou-se o prazo de compensação das horas extras de uma semana para um ano, o chamado “banco de horas”, alterando completamente a relação do trabalhador com o seu tempo de trabalho e de não-trabalho” (CARDOSO, 2010, p. 104). Ao permitir a equivalência do preço da força de trabalho nas horas extras à jornada de trabalho com aquela da jornada legalmente definida, o banco de horas contribui para a superexploração da força de trabalho, uma vez que a jornada estendida acarreta um desgaste da força de trabalho acima do normalmente ocorrido durante a jornada normal, dado o cansaço físico e mental do trabalhador. Para uma análise da constituição do banco de horas, ver o trabalho de Jose Dari Krein (2007), em especial o Capítulo 3.

²⁹² Para um panorama do início da campanha, com os aspectos organizacionais e teóricos, ver a Cartilha de lançamento da Campanha (CAMPANHA PELA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEM REDUÇÃO DE SALÁRIO, 2004) e a Nota Técnica elaborada pelo DIEESE (2008).

Tabela 13 - Brasil - Distribuição das Pessoas por Horas habitualmente trabalhadas por semana, em todos os trabalhos

| Ano/Jornada em horas | até 14h | 15h a 36h | 40h a 44h | 45h a 48h | 49h ou mais | Total |
|----------------------|---------|-----------|-----------|-----------|-------------|-------|
| 2003 | 6,6% | 21,4% | 32,4% | 17,1% | 22,5% | 100% |
| 2009 | 5,8% | 22,0% | 40,3% | 14,0% | 17,9% | 100% |

Fonte: PNAD/IBGE

Por fim ganhou força o que chamaremos, inspirados em Castells (2005), de sociabilidade em rede, a possibilidade crescente de interação intersubjetiva mediada por dispositivos tecnológicos conectados entre si, seja pela rede de telefonia ou pela rede mundial de computadores (internet), contornando as limitações dadas pela dimensão física do tempo e espaço²⁹³. Tal sociabilidade relaciona-se com o valor da força de trabalho em duas instâncias: requer que o conhecimento simbólico necessário ao manejo dos *softwares* e *hardwares*, bases materiais e simbólicas da sociabilidade em rede, seja incorporado ao tempo de treinamento e adestramento da força de trabalho, o que elevaria o valor da última; e possibilita que a atenção e compromisso com as atividades laborais ultrapassem as fronteiras conhecidas, sejam elas as políticas dos Estados-Nações, ou as sociais da jornada de trabalho formal, pois o contando direto com o trabalhador, proporcionado pela conexão em rede, nubla ou até mesmo dissipa a distinção entre o tempo de trabalho e o de não trabalho a favor do primeiro (CARDOSO, 2007, 2010, 2013), o que implica uma elevação do tempo de trabalho excedente.

Um dos meios pelo qual a sociabilidade em rede se manifesta na sociedade brasileira é pela difusão da telefonia celular. Segundo o IBGE (2013, p. 43), em 2005, estimava-se que 55,7 milhões de pessoas (36,6% da população) possuíam telefone celular móvel, ao passo que em 2011 tal número saltou para nada menos que 115,4 milhões, correspondendo a 69,1% da população estimada para o ano. Com isso, o acesso do empregador ao indivíduo que possuir aparelho de telefonia celular pode ser feito no período fora do tempo de trabalho regulamentar²⁹⁴.

²⁹³ “Também as tecnologias da informação, como o celular, o computador portátil e a internet, servem tanto para acionar como controlar os trabalhadores a qualquer momento e em qualquer local” (CARDOSO, 2013, p. 354).

²⁹⁴ É interessante notar que a tecnologia da telefonia celular é uma via de mão dupla, pois permite que as relações sociais estabelecidas fora do âmbito trabalhista contatem-no durante a jornada de trabalho, requerendo sua atenção, o que tornaria tal momento um tempo de não trabalho. Devido a esta possibilidade, muitas empresas estabelecem como norma de conduta a proibição do porte de aparelhos eletrônicos durante a jornada de trabalho, na tentativa de garantir a integralidade da atenção e esforço do trabalhador durante a jornada contratada.

Outro elemento que corrobora a recente sociabilidade em rede é a intensidade do uso da rede mundial de computadores. A Tabela 14 nos mostra um indicador da evolução do uso da internet. Enquanto no ano de 2005, 20,9% das pessoas com 10 anos ou mais de idade teria acesso à Internet, esse percentual mais do que dobrou, atingindo 46,5% em 2011.

Tabela 14 - Brasil - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade – 2005 a 2011

| Ano | % |
|------|------|
| 2005 | 20,9 |
| 2008 | 34,7 |
| 2009 | 41,6 |
| 2011 | 46,5 |

Fonte: IBGE (2013, p. 33)

Focando apenas os ocupados, a Tabela 15 nos mostra que a utilização da Internet também dobrou entre 2005 e 2011, passando de 22,8% dos ocupados para 49,9%, praticamente metade dos ocupados.

Tabela 15 - Brasil - Distribuição dos ocupados de 10 ou mais anos de idade na semana de referência e condição de utilização da Internet, no período de referência dos últimos três meses – 2005 a 2011

| Ano | Utilizaram | Não utilizaram |
|------|------------|----------------|
| 2005 | 22,8 | 77,2 |
| 2008 | 35,9 | 64,1 |
| 2009 | 43,6 | 56,4 |
| 2011 | 49,9 | 50,1 |

Fonte: IBGE (2013, p. 39)

O tempo de trabalho necessário ao adestramento da força de trabalho para atuar em rede, dada a expansão dos meios físicos de conexão (aparelhos com acesso à internet), foi sendo progressivamente incorporado ao viver e à cultura de nosso tempo, por meio do incentivo ao domínio simbólico do funcionamento da lógica e dos *softwares* de redes sociais nas mais variadas instâncias de nossa vida cotidiana para além do trabalho, como na escola, em família, no relacionamento interpessoal nos círculos de amizade, etc. Ao se tornar parte do modo de viver, o domínio simbólico do funcionamento de redes sociais adentra e passa a compor o elemento histórico moral do valor da força de trabalho.

Ao estabelecer uma conexão quase ininterrupta às redes sociais, o modo de vida recente possibilita que a distinção entre o tempo de trabalho e o de não trabalho perca vigor

ou enfraqueça-se²⁹⁵ diante da demanda por atenção aos assuntos de trabalho fora do expediente formal (por meio de mensagens ou ligações), ou ainda a disseminação do trabalho à distância no ambiente doméstico (*home office*). Com isso, pode-se argumentar pela ocorrência do aumento da jornada de trabalho, não na forma de expansão da jornada legal de tempo de trabalho, mas pelo estabelecimento de uma sociabilidade que favorece a conversão do tempo de não trabalho em tempo de trabalho.

Giovanni Alves (2011, 2014) é um dos autores que mais desenvolveu a análise da sociabilidade em rede e de suas implicações na relação entre os tempos de trabalho e de não trabalho. Partindo das possibilidades de controle advindas da tecnologia informacional²⁹⁶ empregadas pela forma de gestão toyotista da força de trabalho, as quais “(...) *impõe a ‘captura’ da subjetividade da pessoa humana por meio do espírito do toyotismo*” (ALVES, 2014, p. 15), Alves argumenta pela alteração dos “(...) *termos do estranhamento social, dado pela relação tempo de vida/tempo de trabalho e pela constituição de um novo modo de vida: o modo de vida just-in-time*” (ALVES, 2014, p. 15).

Para Alves, estaria em tela durante a década de 2000 uma forma de intensificação do tempo de trabalho que caracterizaria a síndrome da nova superexploração do trabalho (ALVES, 2014, p. 117). Tal intensificação envolveria a precarização do homem-que-

²⁹⁵ “Nesse momento, o tempo de trabalho sofre contínua intensificação e flexibilização, enquanto o movimento histórico de redução da jornada de trabalho tem evoluído pouco. Além disso, o processo de separação entre os tempos e os espaços de trabalho e de não-trabalho vem sendo substituído por um movimento contrário, de reaproximação, de forma que a definição de onde cada um começa e termina está cada vez mais fluida (...) vê-se, ainda, a fragmentação e a individualização do tempo dedicado ao trabalho e o surgimento de uma pluralidade de novos tempos de trabalho. Fragmentação e individualização causadas, sobretudo, pela crescente flexibilização que coloca esses tempos cada vez mais em total assincronia em relação aos outros tempos sociais – como o da família, do lazer, do amor, da educação, entre outros” (CARDOSO, 2010, p. 101). “(...) considero que o tempo dedicado ao trabalho extrapola, e muito, aquele contido em uma jornada. Dessa forma, o tempo dedicado ao trabalho incluiria, por exemplo, as horas gastas com o deslocamento dos indivíduos da casa ao trabalho, o crescente tempo dedicado às atividades de qualificação, cada vez mais exigidas pelas empresas, e as horas de sobreaviso. Incluiria ainda o tempo dedicado às tarefas levadas para casa, que, na maior parte das vezes, ocorre de maneira informal, fortemente facilitadas pelo uso da internet e do celular” (CARDOSO, 2010, p. 103).

²⁹⁶ “Os locais de trabalho reestruturados na década de 2000 se caracterizavam pela presença de novas máquinas informacionais, computadores desktops, tablets e smartphones conectados em rede, permeando não apenas locais de trabalho, mas a vida cotidiana dos empregados e operários. Trata-se de um sistema de máquinas às redes digitais que exigem dos novos operadores habilidades técnico-comportamentais. Mais do que nunca se tornou visível alterações no perfil educacional dos novos empregados das grandes empresas da indústria ou serviços. Na verdade, o novo arcabouço tecnológico exige uma força de trabalho compatível com as exigências operacionais do novo maquinário. Por isso, disseminou-se na década de 2000, o discurso da pedagogia da competência que implica novas capacidades operativas advindas das novas rotinas do trabalho flexível. Máquinas flexíveis exigem homens e mulheres flexíveis em suas capacidades de intervenção na produção. A formação profissional exigiu, não apenas habilidades técnicas, mas também, habilidades comportamentais (e morais) do trabalho vivo, tornando-o adequado para o exercício do princípio toyotista da ‘autonomização’, isto é, torná-los operadores capazes de intervir no processo de produção visando resolver problemas ou dar palpites para otimizá-lo” (ALVES, 2014, p. 76).

trabalha, para a qual concorreria a conjunção entre a pressão laboral (cuja manifestação seria o fenômeno crescente do assédio moral), a invasão da vida pessoal pelo trabalho (disseminação dos valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado, cuja síntese é a ideologia do empreendedorismo) e a redução do tempo de vida ao tempo de trabalho, entendida como a captura da subjetividade do trabalho pelo capital (ALVES, 2014, p. 113), trazendo implicações sobre a subjetividade do trabalhador, que vão dos efeitos psíquicos e orgânicos do estresse até a constituição do sentimento de precarização existencial²⁹⁷.

A sociabilidade em rede implica que o tempo de não-trabalho tenda a diminuir, pois o aumento no acesso aos meios materiais de intercomunicação (Tabelas 14 e 15) coloca cada vez mais em risco os momentos de repouso e de recuperação física e mental do trabalhador, além de permitirem a intensificação do trabalho, manifestando a dilapidação do valor da força de trabalho.

Assumindo um quadro contraditório, com processos que tanto diminuem como repõem a superexploração na década de 2000, cabe analisarmos brevemente uma das formas de ação coletiva da classe trabalhadora, a atuação sindical na “Era Lula”, particularmente intensa, invertendo a tendência apresentada na década de 1990²⁹⁸.

A Tabela 16 nos traz o levantamento feito pelo DIEESE sobre as greves ocorridas entre 2000 e 2010. Percebe-se que o número de greves diminuiu no início da década de 2000, caindo de 525 em 2000 para 298 no ano de 2002, permanecendo relativamente estável entre 2003 e 2007 no patamar médio de 315 greves, com retomada a partir de 2008, quando a média passa 458 greves ao ano entre 2008 e 2010. É interessante percebermos que o número de horas paradas entre os subperíodos de maior número de greves, 2000 a 2002 e de 2008 a 2010, mostra-se significativamente mais elevado neste último subperíodo, sugerindo uma maior movimentação das bases sindicais, justamente após a crise mundial de 2008. Tal quadro nos sugere uma correlação inversa entre a mobilização sindical e o crescimento econômico (Figura 1), pois nos períodos em que o crescimento diminuiu, a fração sindicalizada dos trabalhadores mostrou maior atuação, seja pelo número de greves, seja pelo número de horas paradas.

²⁹⁷ Remetemos o leitor interessado em um instigante debate sociológico e psicológico aos capítulos 3 e 4 de Giovanni Alves (2014) e ao livro do mesmo autor intitulado *Trabalho e subjetividade: O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório* (ALVES, 2011).

²⁹⁸ Para uma análise dos desafios políticos econômicos e organizacionais enfrentados pelo sindicalismo brasileiro na década de 1990, ver os trabalhos de Andréia Galvão (2007) e de Armando Boito e Paula Marcelino (2010).

Tabela 16 - Total anual de Greves e Horas Paradas

| Ano | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|-------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Total anual de greves | 525 | 416 | 298 | 340 | 302 | 299 | 320 | 316 | 411 | 518 | 446 |
| Total anual de horas paradas | 25.838 | 20.784 | 16.521 | 15.805 | 23.851 | 19.738 | 24.703 | 30.632 | 24.681 | 34.730 | 44.910 |

Fonte: DIEESE (2011a)

Podemos ter uma visão mais detalhada da atuação sindical ao recorrermos à Tabela 17, que nos traz alguns atributos das greves ocorridas e monitoradas pelo DIEESE entre 2004 e 2010. Primeiramente, chama a atenção o fato de que o recurso à greve se concentrou na esfera pública, superando o número de greves ocorridas no Setor Privado no período, à exceção de dois anos, o de 2008 e 2009, nos quais o Setor Público respondeu por 45% e 48% das greves registradas pelo DIEESE, respectivamente.

Ao olharmos o atributo do caráter das greves, notamos que as motivações propositivas, que buscam avanço e melhoria nas condições de trabalho, foram as predominantes no período, aparecendo na média em 69% das greves do período abordado.

Em seguida aparecem as greves com motivação defensiva, na média de 48% das greves do período. Dentre as motivações defensivas, merecem destaque aquelas envolvendo o descumprimento dos direitos, motivando uma média de 30% das greves no período, ao passo que a manutenção de direitos perpassou a motivação média de outros 22% de greves no período. Por fim, as greves caracterizadas como de protesto motivaram uma média de 13% das ocorrências no período.

Em que pese a influência do ciclo econômico na mobilização sindical da “Era Lula”, medida pelo número de greves e horas paradas, o caráter predominantemente propositivo do universo acompanhado pelo DIEESE possibilita encararmos o período como de importante atuação sindical. E dentro desta atividade do movimento sindical, o caráter defensivo de quase metade das greves em tela sugere fortemente que a superexploração da força de trabalho, passível de identificação nas categorias “Manutenção de Condições” e “Descumprimento de Direitos” foi sentida pelos trabalhadores, motivando-os à atuação sindical no período.

Tabela 17 - Total de Greves por Esfera/Setor e Caráter – 2004 a 2010

| Ano | 2004 | | 2005 | | 2006 | | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | |
|----------------------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|
| | nº | % | nº | % | nº | % | nº | % | nº | % | nº | % | nº | % |
| Total | 302 | 100% | 299 | 100% | 320 | 100% | 316 | 100% | 411 | 100% | 518 | 100% | 446 | 100% |
| Esfera/Setor | | | | | | | | | | | | | | |
| Pública | 185 | 61% | 162 | 54% | 165 | 52% | 161 | 51% | 184 | 45% | 251 | 48% | 269 | 60% |
| Funcionalismo | 158 | 52% | 138 | 46% | 145 | 45% | 140 | 44% | 155 | 38% | 215 | 42% | 234 | 52% |
| Empresas Estatais | 27 | 9% | 24 | 8% | 20 | 6% | 2 | 1% | 29 | 7% | 36 | 7% | 35 | 8% |
| Privada | 114 | 38% | 135 | 45% | 151 | 47% | 149 | 47% | 224 | 55% | 266 | 51% | 176 | 39% |
| Pública e Privada | 3 | 1% | 2 | 1% | 4 | 1% | 6 | 2% | 3 | 1% | 1 | 0% | 1 | 0% |
| Caráter* | | | | | | | | | | | | | | |
| Propositivas | 197 | 65% | 207 | 69% | 217 | 68% | 209 | 66% | 284 | 69% | 349 | 67% | 353 | 79% |
| Defensivas | 161 | 53% | 135 | 45% | 168 | 53% | 146 | 46% | 171 | 42% | 253 | 49% | 203 | 46% |
| Manutenção de condições | 54 | 18% | 72 | 24% | 110 | 34% | 61 | 19% | 72 | 18% | 124 | 24% | 87 | 20% |
| Descumprimento de direitos | 107 | 35% | 70 | 23% | 87 | 27% | 101 | 32% | 118 | 29% | 156 | 30% | 137 | 31% |
| Protesto | 28 | 9% | 50 | 17% | 49 | 15% | 48 | 15% | 53 | 13% | 55 | 11% | 52 | 12% |
| Solidariedade | 2 | 1% | 2 | 1% | 2 | 1% | 1 | 0% | 1 | 0% | 2 | 0% | 0 | 0% |
| Sem informação | 0 | 0% | 2 | 1% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% |

Fonte: DIEESE (2009, 2012b) * O somatório desta rubrica pode não coincidir com total de greves do ano, visto que uma greve pode ter várias motivações e ser computada simultaneamente em mais de uma categoria.

Entretanto, é possível outra interpretação para os dados do período. Autores como Ruy Braga (2012), Pedro Duarte (2010) e José de Lima Soares (2013) defendem a adesão do movimento sindical ao projeto neodesenvolvimentista dos governos do Partido dos Trabalhadores, selada objetivamente pela Lei nº 11.648/2008, a qual reconhece formalmente as Centrais Sindicais e estabelece, dentre outras dimensões²⁹⁹, o acesso a 10% da contribuição sindical destinada aos sindicatos filiados, além de estabelecer como prerrogativa do Ministério do Trabalho a definição dos critérios de reconhecimento das Centrais. Sendo assim, as centrais adotaram uma postura transformista ou adesista na “Era Lula”, privilegiando o acesso aos recursos financeiros e adotando posturas de baixo enfrentamento, “(...) negligenciaram o combate aos processos de reestruturação produtiva, precarização e flexibilização do trabalho, considerando-os agora como fenômeno inevitável, e trocam os movimentos de resistência pela negociação quantitativa dos postos de trabalho que serão eliminados” (SOARES, 2013, p. 541). Portanto, está implícito na

²⁹⁹ A Lei nº 11.648/2008 outorga a possibilidade de as Centrais Sindicais coordenarem a representação das organizações sindicais, bem como participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores.

posição dos autores dessa corrente que o número de greves e a motivação defensiva das mesmas poderia ter sido mais intensa na ausência do transformismo das Centrais Sindicais na “Era Lula”³⁰⁰.

Em que pese o acertado diagnóstico político sobre a postura das Centrais Sindicais e o caráter da atuação das mesmas na “Era Lula”, o fato de a mobilização grevista apresentar um crescimento no período, inversamente correlacionado com o crescimento econômico, e não uma trajetória decrescente no conjunto da década, sugere que as Centrais Sindicais podem ter influenciado mais o caráter das greves do que o desincentivo na deflagração das mesmas. Isto fica mais premente se considerarmos o período pós Lei nº 11.648, abrangendo aos anos de 2008 a 2010, quando o número de greves e horas paradas, como nos mostra a Tabela 16, eleva seu patamar médio.

Recapitulemos a trajetória da superexploração do trabalho na “Era Lula”. A economia mundial da década de 2000 apresentou taxas de crescimento elevadas (Figura 1), que associadas à dinâmica dos investimentos (Figura 2), ao aumento da exportação de capitais (Tabela 1), à atuação do mercado financeiro e ascensão da economia chinesa que influenciaram a alta do mercado de *commodities* (Figuras 3 e 4), abriram espaço para um período de forte crescimento nos países dependentes, em especial no Brasil (Figura 5), cuja característica foi a pronunciada dinâmica do Consumo (Figuras 5 e 6) e do setor de Serviços (Figura 9), deixando certo espaço aos Investimentos (Figuras 5 e 7) e à Indústria na metade da década (Figura 9).

O crescimento e a forma de inserção do Brasil na DIT da década de 2000 não só elevaram a presença do capital estrangeiro no espaço socioeconômico local (Figura 10 e Tabela 6), o que por si só implica a elevação da transferência de valor (Figuras 12 e 13), mas acarretaram uma dinâmica de queda das exportações (Figura 8) com importante mudança de composição (Tabelas 4 e 5) em direção às *commodities*, que aproveitaram um quadro *sui generes* de preços no mercado mundial na década de 2000 (Figura 3 e 4), sugerindo que o aumento da competição do mercado mundial consubstanciado na elevação das importações (Tabela 3 e Figura 8) colocava um novo patamar de tempo socialmente necessário (TTSN) que superava os esforços da burguesia local de alcançá-lo pelo aumento da composição

³⁰⁰ Especificamente sobre a postura da Central Única dos Trabalhadores – CUT, Pedro Duarte argumenta que “(...) *tem-se que a superexploração do trabalho no período recente, impulsionada e intensificada pelas políticas neoliberais – em grande parte, também responsáveis pela modificação na política sindical – não mais orienta os caminhos seguidos pela Central Única dos Trabalhadores. A luta contra a política econômica do governo, claramente orientada no sentido de beneficiar a superexploração, não se coloca mais como cerne fundamental das mobilizações da central*”(DUARTE, 2010, p. 186/187).

orgânica média do capital local (Figura 7 e Tabela 2), recolocando a transferência de valor pela mais valia extraordinária na ordem do dia, que se não inviabilizava a acumulação (Figuras 1 e 13), reforçava o recurso à superexploração do trabalho.

Na década de 2000, o trabalhador brasileiro viu-se frente à diminuição contínua das taxas de desemprego em meio à elevação da PEA (Figura 14) e aumento do peso relativo da condição de empregado (Figura 15) com relações de trabalho formalizadas no total dos ocupados (Figura 16), implicando em diminuição da pobreza (Figura 21) e aumento da renda média do trabalho (Figuras 17 e 18), ajudados pela política de valorização do salário mínimo (Tabela 7), a qual inclusive diminuiu a diferença relativa para com o salário mínimo necessário do DIEESE (Tabela 11). A estes processos positivos do mercado de trabalho se juntaram, no âmbito macroeconômico, os termos de troca favoráveis e valorização cambial que permitiram o aumento das importações baratas (Figura 8) e contribuíram para o acesso a bens de consumo com preços baixos (Tabela 3). Ou seja, o trabalhador que na década de 1990 via-se diante do desafio de resguardar o valor diário de sua força de trabalho em meio ao desemprego e diminuição salarial, passa a presenciar na “Era Lula” processos que garantem minimamente o valor diário de sua força de trabalho, fator que ameniza uma das dimensões da superexploração.

No âmbito da jornada de trabalho, o número de trabalhadores com mais de um trabalho ficou estável (Tabela 12) e a proporção daqueles que trabalhavam além da jornada de trabalho legal (Tabela 13) sofreu uma redução no período, em que pese no final da década ainda apresentar um patamar elevado, em torno de 30% dos ocupados.

Portanto, os mecanismos de remuneração abaixo do valor da força de trabalho e aumento da jornada de trabalho mostraram uma dimensão que arrefeceu a superexploração do trabalho na década de 2000, principalmente contra a dimensão do valor diário da força de trabalho.

Contraditoriamente, o mesmo período presenciou um importante aumento da participação relativa dos empregos de até 2 SM (Figura 19) como característica do aumento da ocupação, um processo de desvalorização sob a ótica do capital variável, ao qual se soma o aumento do tempo de escolaridade dos ocupados (Figura 20), que elevava o valor da força de trabalho em um contexto de rebaixamento da remuneração por faixas salariais (Tabela 9). A mudança na composição de faixas salariais na elevação do contingente ocupado durante a “Era Lula” apoiou-se na alta da já elevada taxa de rotatividade (Tabela 10) e na manutenção da precariedade, seja em contratos temporários ou de tempo determinado previstos na CLT,

seja pela expansão absoluta (Tabela 8) das relações de trabalho marcadas pela terceirização, informalidade e ilegalidade. O mesmo processo de diminuição do desemprego que arrefecia a superexploração por um lado, trazia elementos de aumento da superexploração em outras dimensões.

A “Era Lula” mostrou uma tendência sistemática de aumento da intensidade do trabalho, materializado na elevação da produtividade dos setores de serviços (Figuras 23 e 24) e industrial (Figura 25), e nos processos de reestruturações produtivas setoriais apoiadas em novas técnicas de gestão da força de trabalho e tecnologias empregadas nos processos produtivos, refletindo-se no elevado patamar de acidentes de trabalho na década de 2000 (Figura 22).

A jornada de trabalho reaparece como elemento da superexploração não mais pela dimensão institucional da jornada legalmente definida, mas pela dimensão estrutural da sociabilidade em rede contemporânea, que ao diluir as fronteiras entre o tempo de trabalho e o de não trabalho, cujo meio material de disseminação das TICs na forma de aparelhos com conexão (Tabelas 13 e 14), implica um aumento do tempo de trabalho excedente em detrimento do tempo de trabalho necessário, além dos desdobramentos na possibilidade de intensificação do trabalho.

Ou seja, os mecanismos de superexploração que passam a se apresentar na “Era Lula” assumem novas formas. A dilapidação do valor da força de trabalho no âmbito da diferença entre valor e remuneração, da intensidade e da jornada de trabalho passam a atentar predominantemente não mais contra o valor diário da força de trabalho, mas diretamente contra o valor total da força de trabalho.

Isto nos remete à questão da vigência da superexploração na década de 2000. Dado que o rebaixamento salarial, entendido como o aumento da concentração de ocupados nas faixas de menos de 2 salários mínimos, eleva-se 11,4 pontos percentuais entre 2001 e 2009, passando de 65,4% para 76,8% dos ocupados (Figura 19); que a escolaridade dentre aqueles com 8 ou mais anos de estudo entre os ocupados foi elevada em 25,8 pontos percentuais, passando de 39% para 64,8% dos ocupados (Figura 20), configurando um movimento de elevação do valor da força de trabalho em um contexto de rebaixamento salarial; que o aumento da intensidade do trabalho perpassou toda a economia nos anos 2000, constatada pela literatura que foca estudos setoriais ou ainda pelos dados de evolução da produtividade e dos acidentes de trabalho na década de 2000; e que a sociabilidade em rede atinge o conjunto da sociedade brasileira, viabilizada pela disseminação das TICs (Tabelas 14 e 15)

no início do século XXI, podemos argumentar que a superexploração do trabalho mostrou-se em plena vigência na “Era Lula”. Além disso, as taxas de crescimento econômico do período (Figura 5) e o comportamento da variável macroeconômica que mais representa as relações sociais capitalistas, o Investimento (Figuras 5 e 7), mostram que o período foi de intensa acumulação de capital, o qual se valeu imensamente da mais valia proporcionada pela vigência da superexploração do trabalho nas novas formas constituídas na “Era Lula”.

Um possível questionamento à vigência da superexploração do trabalho na década de 2000 seria decorrente da trajetória de aumento da expectativa de vida ao nascer para ambos os sexos no período, que passou de 70,46 anos em 2000 para 73,48 anos em 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2011, p. 2). Pressupondo uma contradição entre superexploração e aumento da expectativa de vida, dado o caráter abertamente antissocial da primeira e o avanço ou melhora na condição de vida expresso na segunda, o avanço da expectativa de vida na “Era Lula” traria um forte elemento contrário à vigência da superexploração.

Mas a expectativa de vida e o valor da força de trabalho se referem a diferentes conceitos de tempo³⁰¹, o primeiro ligado ao âmbito biológico e o segundo ao social ou uso produtivo da força de trabalho, representado pelos anos esperados em que a força de trabalho possa ser vendida em condições mínimas de uso para o capital. Vimos no Capítulo 2 que a dilapidação do valor da força de trabalho pode comprometer a dimensão biológica do trabalhador em casos limites, como na morte por excesso de trabalho, que não pode ser generalizada para todas as formas de superexploração do trabalho.

Ademais, a expectativa de vida é uma variável resultado, síntese de múltiplas dimensões para além do âmbito do Trabalho e da superexploração, a exemplo das políticas públicas educacionais e de infraestrutura ou ainda dos avanços técnicos da área médica.

Fica claro que o apelo à expectativa de vida para rejeitar a vigência da superexploração na “Era Lula” não procede, pois decorre de uma confusão conceitual que desconsidera o caráter sintético do conceito expectativa de vida, impossibilitando o uso de sua trajetória para inferir o comportamento da superexploração, além de generalizar indevidamente o esgotamento biológico do trabalhador como resultado da superexploração.

Um aspecto importante da vigência da superexploração na “Era Lula” decorre das mudanças nas formas da superexploração predominam no período, as quais tiveram a

³⁰¹ Para uma discussão do conceito de tempo e dos processos sociais envolvidos em sua construção social, ver o trabalho de Norbert Elias (1998).

peculiaridade de compatibilizar a contradição entre melhoria imediata no padrão de vida percebida pelos trabalhadores e o aumento da extração de mais valia que sustentou o dinamismo do capitalismo brasileiro na década de 2000. Isso porque as formas de superexploração foram razoavelmente palatáveis aos trabalhadores na “Era Lula”, em virtude da experiência subjetiva proporcionada pelo período histórico imediatamente anterior, o neoliberalismo, em que a superexploração apoiava-se, sobretudo, no desemprego e rebaixamento salarial, atentando diretamente contra o valor diário da força de trabalho e as possibilidades imediatas de vida e sociabilidade.

Sendo assim, teríamos um fator explicativo de grande relevância para a adesão da classe trabalhadora ao neodesenvolvimentismo, expressa por diferentes autores em conceitos como o de frente neodesenvolvimentista, hegemonia às avessas ou lulismo (BOITO JÚNIOR, 2012; OLIVEIRA, 2010; SINGER, 2012).

Mas a mudança de forma predominante de superexploração e seus desdobramentos políticos não significam a adesão passiva e incondicional da classe trabalhadora ao projeto neodesenvolvimentista. As Tabelas 16 e 17, mostrando a dinâmica sindical das greves, ressaltam uma dimensão de conflito que emerge na “Era Lula” e se relaciona com a própria manifestação da superexploração.

Considerando a ocorrência de processos contraditórios na “Era Lula”, em que presenciamos a mudança da forma predominante de superexploração, cabe a pergunta se estaríamos diante de um novo período histórico da superexploração no Brasil. Vejamos este aspecto mais detalhadamente.

As fases históricas da superexploração

Marini (2005a) propôs uma periodização das etapas históricas da dependência, desenvolvida posteriormente por Carlos Eduardo Martins (2011a), a partir das características de acumulação de capital nos países dependentes engendradas, sobretudo, pelas diferentes divisões internacionais do trabalho que perpassaram o desenvolvimento do imperialismo³⁰². Tal periodização trazia destaque para as formas específicas de manifestação e articulação das modalidades de exploração que compõem a superexploração do trabalho, destacando

³⁰² Em *Dialética da Dependência*, Marini denomina como “o novo anel da espiral” a última seção do texto, em que trata do período histórico mais recente da sua análise, reforçando a preocupação teórica com a conformação de novas divisões internacionais do trabalho.

tanto a predominância como a forma de manifestação dos mecanismos constitutivos da superexploração do trabalho em cada período.

Nossa proposta é retomar a periodização da dependência feita por Marini (2005a) e Martins (2011a), destacando especificamente a dimensão da superexploração, motivo pelo qual usaremos a expressão “fase histórica da superexploração da força de trabalho”.

Segundo Marini (2005a), a primeira fase histórica da superexploração da força de trabalho corresponderia ao período de surgimento e consolidação da relação de dependência na economia mundial, em meados do século XIX. Tal período suplanta as relações coloniais que até então regiam a economia mundial pelo espraiamento das relações econômicas derivadas da chamada Revolução Industrial, abarcando não apenas as relações de produção, com o predomínio do trabalho assalariado e da produção material regida pela busca de lucro com o uso do trabalho assalariado, mas também as relações geopolíticas, instituindo uma Divisão Internacional do Trabalho que engendra a transferência de valor apoiada na mais valia extraordinária³⁰³ como característica da concorrência capitalista internacional.

Nessa primeira fase, o Brasil conquista a independência política de Portugal e adentra o mercado mundial na condição de produtor de bens primários³⁰⁴, cujo fornecimento possibilitara o rebaixamento do valor da força de trabalho nos países centrais e o conseqüente predomínio da mais valia relativa nos mesmos³⁰⁵. A exportação de bens primários e a importação de bens manufaturados, contando com a evolução dos termos de troca a favor dos últimos, engendra a transferência de valor dos capitais dependentes para aqueles do

³⁰³ Para uma discussão teórica sobre transferência de valor, equalização das taxas de lucro e mais valia extraordinária, ver o Capítulo 2 do presente trabalho, em especial a subseção “Progresso técnico, concorrência capitalista e mais valia extraordinária”.

³⁰⁴ “É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2005a, p. 141).

³⁰⁵ “O que importa considerar aqui é que as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais (...) contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa (...) na medida em que essa maior produtividade é acompanhada efetivamente de uma maior mais-valia relativa, isso significa que cai o valor do capital variável em relação ao do capital constante (que inclui as matérias primas), ou seja, que aumenta a composição-valor do capital. (...) Essa contradição (...) é contraposta por diversos procedimentos (...) no sentido de induzir uma baixa paralela no valor do capital constante (...) interessa aqui o que se refere à oferta mundial de matérias primas industriais, a qual aparece como contrapartida — desde o ponto de vista da composição-valor do capital — da oferta mundial de alimentos (...) é mediante o aumento de uma massa de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional, que a América Latina não só alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas também contribui para que sejam superados os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão” (MARINI, 2005a, p. 144–148).

centro imperialista, desaguando na tentativa dos capitalistas dependentes de compensar, ao menos parcialmente, o processo de transferência de valor pelo aumento da massa de mais valia produzida, recorrendo para isso à superexploração do trabalho.

Os principais expedientes usados para a superexploração da força de trabalho nesta primeira fase foram o aumento da oferta de mão de obra calcada na política migratória do Brasil Império, que elevava a concorrência no mercado de trabalho; o aumento das jornadas de trabalho³⁰⁶; o rebaixamento salarial, devido ao pouco desenvolvimento do mercado interno voltado ao consumo popular e o peso relevante do trabalho na formação dos custos de produção das exportações brasileiras. A baixa produtividade da economia exportadora de então restringia o papel da intensificação do trabalho (MARTINS, 2011a, p. 297) no padrão histórico de superexploração deste período.

A segunda fase histórica de manifestação da superexploração do trabalho corresponderia ao período da industrialização por substituição de importações, localizado cronologicamente entre a Primeira e Segunda Guerras mundiais (MARINI, 2005c; MARTINS, 2011a), marcando o deslocamento do eixo da acumulação de capital da agricultura voltada à exportação para a indústria direcionada ao atendimento da demanda pré-existente no mercado doméstico, com destaque para o dinamismo e influência daquilo que Marini chamou esfera superior de circulação (consumo suntuário, voltada à realização da mais valia não acumulada pelas classes não produtoras³⁰⁷) sobre o conjunto da acumulação.

Mantêm-se nesse segundo período histórico a despreocupação com o barateamento da cesta de consumo dos trabalhadores, vigendo a compressão salarial durante a

³⁰⁶ “Como se viu, a ação das economias industriais repercutiu no mercado mundial no sentido de inflar a demanda de alimentos e de matérias primas, mas a resposta que lhe dá a economia exportadora é rigorosamente inversa: em vez de recorrer ao aumento da produtividade, ou mesmo fazê-lo com caráter prioritário, ela se vale de um maior emprego extensivo e intensivo da força de trabalho; em consequência, baixa sua composição orgânica e aumenta o valor das mercadorias produzidas, o que faz elevar simultaneamente a mais-valia e o lucro” (MARINI, 2005c, p. 186).

³⁰⁷ “Dedicada à produção de bens que não entram, ou entram muito escassamente, na composição do consumo popular, a produção industrial latino-americana é independente das condições de salário próprias dos trabalhadores; isso em dois sentidos. Em primeiro lugar, porque, ao não ser um elemento essencial do consumo individual do operário, o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho; não será, portanto, a desvalorização das manufaturas o que influirá na taxa de mais-valia. Isso dispensa o industrial de se preocupar em aumentar a produtividade do trabalho para, fazendo baixar o valor da unidade de produto, depreciar a força de trabalho, e o leva, inversamente, a buscar o aumento da mais-valia por meio da maior exploração — intensiva e extensiva — do trabalhador, assim como a redução de salários mais além de seu limite normal. Em segundo lugar, porque a relação inversa que daí se deriva para a evolução da oferta de mercadorias e do poder de compra dos operários, isto é, o fato de que a primeira cresça à custa da redução do segundo, não cria problemas para o capitalista na esfera da circulação, uma vez que, como deixamos claro, as manufaturas não são elementos essenciais no consumo individual do operário” (MARINI, 2005a, p. 172).

industrialização, mas recorrendo agora ao expediente de elevação da oferta de mão de obra derivada da migração rural ao mundo urbano; de intensificação do ritmo de trabalho para aqueles que passam a se empregar na Indústria, setor que aumentava a composição orgânica pelos investimentos nas décadas de 1930 e 1940, regidos pela lógica taylorista de organização da produção e gestão da força de trabalho; e prolongamento da jornada de trabalho, visto que a Indústria possibilita períodos perenes de trabalho, dado que não mais respondia pela sazonalidade do plantio e colheita da Agricultura, além de poder valer-se de turnos para a ocupação integral do dia de trabalho das máquinas e equipamentos³⁰⁸.

Percebemos que a passagem do primeiro ao segundo período histórico da superexploração comunga i) do rebaixamento salarial pela elevação da oferta de força de trabalho, mesmo que sob as distintas formas da política de imigração imperial e da migração rural rumo as cidades; e ii) do aumento da jornada de trabalho, seja pela expansão das lavouras na primeira fase, seja pela organização industrial do processo do trabalho urbano na segunda. O mecanismo da intensificação do trabalho ganhou relevância apenas na segunda fase, sob a batuta da gestão taylorista da força de trabalho na indústria.

A terceira fase histórica da superexploração do trabalho inaugura-se na década de 1950, marcada pela entrada de tecnologia estrangeira sob a forma de investimentos diretos das grandes empresas multinacionais no Brasil, fruto da conjunção entre i) a reorganização da economia mundial do pós-guerra que implementa uma nova Divisão Internacional do Trabalho³⁰⁹ permitindo a certos países desenvolverem alguns ramos industriais dantes restritos aos países imperialistas; e ii) do esforço de industrialização pesada (constituição do

³⁰⁸“(…) o capitalista industrial valer-se-á do excedente de mão de obra criado pela própria economia exportadora e agravado pela crise que esta atravessa (crise que obriga o setor exportador a liberar mão de obra), para pressionar os salários no sentido descendente. Isso lhe permitirá absorver grandes massas de trabalho, o que, acentuado pela intensificação do trabalho e pela prolongação da jornada de trabalho, acelerará a concentração de capital no setor industrial. Partindo então do modo de circulação que caracterizara a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador”(MARINI, 2005a, p. 171).

³⁰⁹“*A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial (observe-se que a siderurgia, que correspondia a um sinal distintivo da economia industrial clássica, generalizou-se a tal ponto que países como Brasil já exportam aço), sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (como a produção de computadores e a indústria eletrônica pesada em geral, a exploração de novas fontes de energia, como a de origem nuclear etc.) e o monopólio da tecnologia correspondente. Indo ainda mais longe, pode-se distinguir na economia internacional escalões, nos quais vão sendo recolocados não só os novos países industriais, mas também os mais antigos. É assim como, na produção de aço e na de veículos automotores, a Europa Ocidental e o Japão competem vantajosamente com os mesmos Estados Unidos, mas não conseguem ainda fazê-lo no que se refere à indústria de máquinas e ferramentas, principalmente as automatizadas. O que temos aqui é uma nova hierarquização da economia capitalista mundial, cuja base é a redefinição da divisão internacional do trabalho ocorrida nos últimos 50 anos*”(MARINI, 2005a, p. 174/175).

setor produtor de bens de capital) iniciado com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

A maior presença do capital estrangeiro na fase de industrialização pesada teria a peculiaridade de aportar nova tecnologia que geraria importantes consequências para a superexploração da força de trabalho. A primeira delas resulta no viés poupador de mão de obra da tecnologia aportada pelo capital estrangeiro, contribuindo para a manutenção de uma elevada oferta de força de trabalho e transbordando em pressões a favor do rebaixamento salarial. A segunda consequência foi novo aumento da intensificação do trabalho nos processos produtivos organizados pela nova tecnologia (MARTINS, 2011a, p. 300).

A terceira implicação foi o direcionamento dos novos investimentos estrangeiros à esfera de alto consumo, notadamente no setor de bens de consumo duráveis, ignorando a produção voltada ao consumo popular e, conseqüentemente, o rebaixamento do valor da força de trabalho³¹⁰ pela via da mais valia relativa. A quarta consequência decorre do investimento estrangeiro internalizando uma diferença de composição orgânica no nível inter setorial, o que recolocava a transferência de mais valia, antes decorrente do comércio internacional, entre os setores ou departamentos no próprio processo de constituição da malha industrial do Brasil dentre as décadas de 1950 a 1970 (MARINI, 1979a).

A nova tecnologia poupadora de mão de obra, que agravava a oferta de força de trabalho e engendrava um processo de transferência interna de mais valia, possibilitaria ao conjunto das empresas (pequenas, médias e inclusive as grades multinacionais) recorrerem à superexploração da força de trabalho (MARTINS, 2011a, p. 299) como expediente, valendo-se da mudança institucional com o golpe militar de 1964, que instituíra o arrocho salarial como política de Estado³¹¹.

³¹⁰ “É assim como, incidindo sobre uma estrutura produtiva baseada na maior exploração dos trabalhadores, o progresso técnico possibilitou ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar sua produtividade e, simultaneamente, sustentar a tendência para remunerá-lo em proporção inferior a seu valor real. Para isso contribuiu decisivamente a vinculação das novas técnicas de produção com setores industriais orientados para tipos de consumo que, se tendem a convertê-los em consumo popular nos países avançados, não podem fazê-lo sob nenhuma hipótese nas sociedades dependentes. O abismo existente entre o nível de vida dos trabalhadores e o dos setores que alimentam a esfera alta da circulação torna inevitável que produtos como automóveis, aparelhos eletrodomésticos etc. sejam destinados necessariamente para esta última. Nessa medida, e toda vez que não representam bens que intervenham no consumo dos trabalhadores, o aumento de produtividade induzido pela técnica nesses setores de produção não poderia se traduzir em maiores lucros por meio da elevação da taxa de mais-valia, mas apenas mediante o aumento da massa de valor realizado” (MARINI, 2005a, p. 177).

³¹¹ “No período da ditadura militar, a superexploração do trabalho no Brasil iria assumir a sua maior perversidade histórica, articulando uma jornada prolongada de trabalho com uma intensidade extenuante do processo produtivo, e uma tendência persistente à depreciação salarial, à constante subtração do quantum referente à remuneração do trabalho, em benefício do mais-valor apropriado pelo capital monopólico”

A passagem da segunda para a terceira fase histórica da superexploração mostra que a elevação da oferta de força de trabalho como meio de rebaixamento salarial continuou incorporando aos processos de migração rural o papel poupador de força de trabalho da tecnologia que adentrava o espaço produtivo nacional pelas mãos do capital estrangeiro. A intensificação do trabalho ganhou corpo com a constituição de um parque industrial relativamente diversificado. Merece destaque o fato de que, na terceira fase, em decorrência da internalização da transferência de valor entre os setores da economia brasileira, o recurso à superexploração passou ser sistemático para o conjunto dos capitais.

A quarta fase histórica da superexploração do trabalho corresponderia ao neoliberalismo, categorização apontada por Marini em um de seus últimos escritos (MARINI, 2008b) e posteriormente desenvolvida por Martins (MARTINS, 2011a, p. 300/309).

Para Marini, a partir do final na década de 1970 e meados da década de 1980, configura-se um novo momento histórico do capitalismo mundial, a Globalização, em que as grandes empresas mundiais ou “globais”, valendo-se das novas tecnologias de comunicação e informação, realizaram um ciclo de investimentos que aumentou a composição orgânica e elevou o grau de concorrência mundial, implicando em uma reestruturação produtiva em escala mundial³¹² com obtenção de mais valia extraordinária inclusive contra as economias dos países centrais. Tal movimento mostrou que os próprios países imperialistas recorreram à superexploração do trabalho como mecanismo de compensação (MARINI, 2008b). Isto faria com que a superexploração do trabalho devesse ser encarada “(...) *não mais como uma característica distintiva das economias dependentes, mas como uma forma de reprodução da força de trabalho que tende a se generalizar na economia mundial, inclusive aos países centrais*” (MARTINS, 2011a, p. 303).

Segundo Carlos Eduardo Martins (2011a), a década de 1980 presenciou a convivência do subimperialismo brasileiro e da globalização capitalista mundial em meio ao contexto de crise da dívida externa. Esta última engendrou uma redução da massa de mais valia, atingindo inclusive a esfera de consumo suntuária. A desaceleração da acumulação no

(ALVES, 2000, p. 109). Para uma ampla análise da política de arrocho salarial do período da ditadura militar em uma perspectiva relacionada à superexploração, ver o trabalho de Edmilson Costa (1996).

³¹² Segundo Martins, três seriam os grandes eixos da citada reestruturação: o desenvolvimento de escalas produtivas globais associadas às dimensões globalizantes das novas tecnologias; a progressiva eliminação do trabalho manual e industrial através da convergência tecnológica microeletrônica, que tende opor crescimento econômico ao emprego; e o brutal processo de centralização de capitais que preparou as bases para o processo de concentração de capitais e ampliação de escalas produtivas anteriormente assinaladas (MARTINS, 2011a, p. 301).

período traduziu-se em uma superexploração calcada na redução salarial (fenômeno retratado pelo termo arrocho salarial) e no aumento das famílias abaixo da linha de pobreza (MARTINS, 2011a, p. 304).

Alves (2000) mostra que a década de 1980 presenciou a introdução das novas formas de gestão da força de trabalho inspiradas no toyotismo, mas que apresentaram eficácia notadamente reduzida, levando o autor a cunhar o termo “*toyotismo restrito*”, uma vez que a captura da subjetividade do trabalhador, elemento central da gestão toyotista (ALVES, 2007, 2011), via-se impedida pela ascensão do movimento sindical da época, que tendia a esvaziar a principal forma de engajamento subjetivo do operariado ao toyotismo: os Círculos de Controle de Qualidade – CCQ’s³¹³. É importante ressaltar que, para Alves (2000, p. 158/178), a própria forma de manifestação da superexploração em arrocho salarial e condições precárias de extenso e intenso trabalho estava na raiz do surgimento e desenvolvimento do “novo sindicalismo”, que passara a dirigir o movimento sindical e influenciaria posteriormente a criação do Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores.

Para Martins, a fração capitalista usurária impulsionara a superexploração na década de 1980, ao ser responsável pelo grande volume de valor transferido para saldar a dívida externa, gerando tal crise no setor industrial que o rebaixamento salarial e a introdução de novas técnicas organizacionais do trabalho com aumento da intensificação mostrar-se-iam incapazes de conter a desorganização do setor e a liberação de força de trabalho que pressionava ainda mais o rebaixamento salarial na época (MARTINS, 2011a, p. 305).

O neoliberalismo em sua fase da década de 1990 passou a se estruturar sob os pilares da liberalização comercial e da sobrevalorização cambial, e diluiu a dinâmica subimperialista, pois a realização da produção local no mercado internacional não era mais um dos eixos dinâmicos da acumulação de capital, mas sim a realização do capital dos países centrais nos países dependentes, principalmente na forma de investimento estrangeiro em suas diversas rubricas. Tal quadro abriu espaço para ascensão da produção e exportação de *commodities*, ao invés de produtos industriais brasileiros, no mercado internacional (MARTINS, 2011a, p. 305).

³¹³ “O movimento dos CCQ’s eram pequenos grupos de operários “voluntários”, que se reuniam, com certa periodicidade, para analisar e propor idéias para a melhoria do processo de trabalho (...) procurava-se constituir, no plano discursivo, um operário comprometido com os objetivos do capital, por meio dos modelos “participativos” de gestão da produção” (ALVES, 2000, p. 126).

Seria na década de 1990 que a gestão toyotista da força de trabalho passaria da condição “restrita” para a “sistêmica”, significando que as condições objetivas (novas TICs no processo produtivo com destaque para a automação microeletrônica, alterações nas formas de relação de trabalho com a precarização, terceirização, banco de horas, etc.) e subjetivas (engajamento da força de trabalho ao espírito toyotista e mudança na dinâmica sindical que levam à “aceitação” da nova forma de gestão da força de trabalho) passariam a se verificar no decorrer do período neoliberal (ALVES, 2000, p. 179/246), contribuindo para uma nova rodada de intensificação do trabalho e rebaixamento salarial.

A implicação direta dessa nova forma de integração comercial e produtiva³¹⁴ com o mercado mundial foi, segundo Martins (2011a, p. 307), o rebaixamento dos setores de ponta da economia nacional na escala de composição orgânica vigente no mercado mundial, passando da posição de composição orgânica acima da média na escala nacional para abaixo da média na escala mundial, o que leva à perda não só da capacidade da burguesia local de se apropriar de mais valia extraordinária, mas principalmente perda de fatias crescentes do mercado doméstico frente à concorrência internacional.

Martins argumenta ainda que o recurso à intensificação e à maior qualificação da força de trabalho seriam insuficientes para contrabalançar a perda de mais valia (MARTINS, 2011a, p. 307) acarretada pela nova inserção internacional, cabendo à redução salarial, forma de apropriação do fundo de consumo do trabalhador, o papel de mecanismo dominante da superexploração do período, calcado principalmente no aumento das taxas de desemprego³¹⁵.

A passagem da terceira para a quarta fase histórica da superexploração mostra uma mudança nos processos de rebaixamento salarial, passando do aumento da oferta da força de trabalho calcado na migração interna para elevadas taxas de desemprego, decorrentes do baixo ritmo de crescimento econômico do período. A intensificação apresenta-se em uma nova onda de modificação dos processos produtivos e gestão da força de trabalho, qualificada por Alves (2000) como a passagem do toyotismo restrito para o toyotismo sistêmico. É interessante notar que, enquanto na terceira fase a transferência interna de valor

³¹⁴ Segundo Martins (2011a, p. 305), a entrada do capital estrangeiro neste período é novamente marcada pelo aporte de novas tecnologias intensivas em ciências e subjetividade, com grande capacidade de economia de força de trabalho, contribuindo para a elevação do desemprego.

³¹⁵ “Neste contexto, perde sentido a correlação entre formas de superexploração e intensidade tecnológica setorial que Jaime Osorio (1975) estabeleceu (...) aumento da intensidade do trabalho, sem aumento equivalente de salário, nos segmentos do capital de composição técnica superior à média, e através da maior jornada de trabalho e/ou redução dos salários, nos segmentos de composição técnica inferior” (MARTINS, 2011a, p. 310).

ganha relevância na determinação da superexploração, na quarta fase, sobretudo no subperíodo da década de 1990, o mercado mundial retoma o papel de principal vetor na transferência de valor.

Diante do quadro acima esquematizado, teríamos uma nova fase histórica da dependência e, conseqüentemente, da superexploração da força de trabalho na “Era Lula”?

A partir do engajamento do Brasil na DIT do início do século XXI, presenciamos uma elevada entrada de capitais estrangeiros (Figuras 10 e 11, Tabela 6), bem como uma mudança no decorrer da década em direção ao papel de fornecedor de *commodities* ao mercado internacional (Tabela 5) em um período de grande elevação dos preços mundiais desses produtos (Figuras 3 e 4). Tal forma de engajamento na DIT do início do século XXI acarretou uma nova forma de dependência que proporcionou tanto uma melhoria nos termos de troca favoráveis à economia brasileira, como um processo de valorização cambial e principalmente aumentos das importações (Figura 8 e Tabela 3), que contribuíram para o barateamento da oferta de bens de consumo e de capital e a conseqüente desvalorização relativa de parte do capital constante e variável na “Era Lula”, elementos que contribuíram para a aceleração da acumulação no período. Por outro lado, a nova onda de integração ao mercado mundial rebaixou grande parte do capital local (à exceção daquelas frações que partiram para a internacionalização produtiva) na escala de composição orgânica mundial, fazendo com que a concorrência comercial (via importações – Tabela 3) e produtiva (fusões e aquisições – Tabela 2, e investimento direto estrangeiro – Figura 11) elevasse seu patamar e implicasse em perda da capacidade de extração de mais valia extraordinária por grande parte do capital local (exceção mais uma vez às frações do grande capital local que se internacionalizaram), ao mesmo tempo que recoloca a mais valia extraordinária para o capital internacional (Figura 12). Nesse âmbito, a “Era Lula” traria traços de continuidade com o neoliberalismo, dado a similitude com aqueles processos descritos por Martins (2011a, p. 307) para o subperíodo da década de 1990 da etapa neoliberal, mesmo que se manifestando sob formas sócio econômicas distintas na “Era Lula”.

Quando focamos o âmbito da superexploração na “Era Lula”, constatamos que a década de 2000 foi marcada por processos contraditórios. De um lado a diminuição contínua das taxas de desemprego em meio ao aumento da PEA (Figura 14), a elevação da proporção de empregados com relações de trabalho formalizadas (Figuras 15 e 16), a diminuição da pobreza (Figura 21) e o aumento da renda média do trabalho (Figuras 17 e 18, Tabelas 7 e 11), a proporção estável de trabalhadores com mais de um trabalho (Tabela 12) e a

diminuição da proporção daqueles que trabalhavam além da jornada de trabalho legal (Tabela 13), apontando para um conjunto de elementos que arrefeceriam a superexploração do trabalho.

De outro lado, presenciamos, simultaneamente, o aumento da proporção dos empregos com remuneração de até 2 SM (Figura 19 e Tabela 9) com altas taxas de rotatividade (Tabela 10) e expansão em termos absolutos das condições de trabalho precárias (Tabela 8), a elevação do tempo de escolaridade da força de trabalho (Figura 20 e Tabela 9) em meio ao rebaixamento salarial, o aumento da intensidade do trabalho (Figuras 22 a 25), e uma forma de elevação da jornada de trabalho pela sociabilidade em rede (Tabelas 14 e 15), diluindo as fronteiras entre o tempo de trabalho e o de não trabalho.

Ao contrário do âmbito concorrencial, em que podemos argumentar por aspectos de continuidade da “Era Lula” com o período neoliberal - rebaixamento da composição orgânica média nacional na forma de integração ao mercado internacional -, o âmbito da superexploração, com seus processos contraditórios, não encontra similaridade ou continuidade com a época neoliberal. A presença de fatores positivos no mercado de trabalho seria um elemento que por si só embasaria uma singularidade histórica na periodização da superexploração do trabalho³¹⁶.

Tal interpretação ganha corpo quando analisamos os processos de reforço ou manifestação da superexploração na “Era Lula”. Enquanto na quarta fase histórica, a neoliberal, a desvalorização da força de trabalho recorria ao aumento das taxas de desemprego, na “Era Lula” buscou-se a mudança da concentração dos trabalhadores em direção às faixas salariais mais baixas, isso em meio a um aumento do valor da força de trabalho pelos anos de estudo, que acaba sendo apropriada como mais valia pelo capital que a emprega com salários menores (Tabela 7). A esse processo soma-se uma nova forma de elevação da jornada de trabalho, distinta daquela verificada em outras fases históricas da superexploração, não envolvendo simplesmente a jornada legal, mas a distinção do tempo de trabalho e de não trabalho. Sendo assim, a “Era Lula” trazia outra mudança importante: as formas de manifestação da superexploração mudaram o foco da dilapidação do valor da força de trabalho, passando daquelas dimensões que afetavam o valor diário da força de trabalho (desemprego, rebaixamento salarial real) e as possibilidades de vida em curto prazo,

³¹⁶ “A positividade indiscutível de alguns dados do mercado de trabalho na década de 2000 (...) demonstram efetivamente que o novo modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil – o neodesenvolvimentismo, se distingue do neoliberalismo da década de 1990”(ALVES, 2014, p. 55).

para dimensões que tratam do valor total da força de trabalho, de sua condição de mercadoria vendável no longo prazo.

No âmbito da intensificação do trabalho poderíamos argumentar por uma continuidade qualitativa com o neoliberalismo, visto que autores como Alves (2000, 2011, 2014) consideram que a forma de gestão do “toyotismo sistêmico” constituída na fase anterior manteve-se e se fortaleceu no neodesenvolvimentismo da “Era Lula”³¹⁷. Entretanto, o autor propõe que a própria gestão da força de trabalho no espírito do toyotismo trouxe novidades que a colocariam em uma qualidade distinta³¹⁸ daquela vigente na década de 1990.

Independente das possíveis polêmicas em torno do âmbito da intensificação do trabalho, com elementos que apontam para mudanças na dimensão quantitativa (elevação do número de acidentes do trabalho e da produtividade setorial mostrados pelas Figuras 22 a 25), consideramos que a presença de processos que arrefecem a superexploração em certas dimensões e o ineditismo daqueles que reforçam a superexploração da força de trabalho no âmbito da remuneração abaixo do valor da força de trabalho e da jornada de trabalho são elementos suficientes para atribuímos à “Era Lula” a condição de singularidade histórica, tornando-se a quinta fase da superexploração da força de trabalho no Brasil.

É importante destacarmos que autores como Alves (2014) e Duarte (2010), mesmo não mostrando a preocupação explícita com a periodização histórica que aqui tratamos, expressam a concepções de que a “Era Lula” poderia ser enquadrada como uma nova fase da superexploração, mas valendo-se de elementos distintos daqueles por nós apontados. Para Alves (2014), é a intensificação do tempo de trabalho - dimensão que extrapola o mero processo de trabalho, pois abarca toda a dimensão subjetiva do trabalhador, que vai da

³¹⁷ “(...) tivemos indicadores bastante positivos no mercado de trabalho (...) entretanto, por outro lado, tivemos na década de 2000, a persistência histórica de traços estruturais da degradação do trabalho no Brasil” (ALVES, 2014, p. 52). “O neodesenvolvimentismo preservou, por um lado, traços históricos da (arcaica) flexibilidade estrutural da força de trabalho abundante que existe no Brasil, e, por outro lado, incorporou traços da (moderna) nova precariedade salarial que caracteriza o capitalismo global na era do trabalho flexível” (ALVES, 2014, p. 55).

³¹⁸ “Na década de 2000, constitui-se no Brasil o que denominamos “nova precariedade salarial”, que se apresenta como a nova morfologia social da exploração do trabalho assalariado nos locais de trabalho reestruturados. O traço principal da nova condição salarial é seu caráter flexível (...) a categoria “flexibilidade” se desdobrou e adquiriu múltiplas determinações, no interior do processo de trabalho capitalista (...) a flexibilidade tornou-se, no sentido geral, um atributo da própria organização social da produção nas condições históricas da maquinofatura (...) O que continua sendo estratégica para a acumulação do capital é a flexibilidade da mercadoria-força de trabalho, isto é, aquela flexibilidade relativa à legislação e regulamentação social e sindical. (...) a acumulação flexível se apóia, predominantemente, na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho e ainda, dos produtos e padrões de consumo. É a flexibilidade do trabalho, compreendida como sendo a plena capacidade do capital tornar domável, complacente e submissa a força de trabalho, que irá caracterizar o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva do capital” (ALVES, 2014, p. 73/74).

distribuição do uso do tempo, passando pelas experiências de vida e chegando aos contornos ideológicos e identitários da classe trabalhadora – que marcaria a nova fase da superexploração no período neodesenvolvimentista. Já para Duarte (2010) a vigência da superexploração teria como elemento principal³¹⁹ a manutenção daquilo que chama de desemprego estrutural, considerado como a referência à taxa de desemprego extremamente baixa verificada no ano de 1995 (DUARTE, 2010, p. 143 traz a taxa de 6,66% na Tabela 3.10) para a comparação do período de 1995 a 2009, possibilitando qualificar a toda a diminuição do desemprego no período de análise como insuficiente para alcançar o patamar de referência³²⁰.

Reconhecer a “Era Lula” como nova fase histórica da superexploração da força do trabalho implica a tarefa de esboçar ou desenhar seus limites. A condição dependente da sociedade brasileira mostrou que o grande impulso para mudanças no padrão de superexploração decorre das mudanças internacionais. Sendo assim, uma primeira condição de continuidade da “Era Lula” derivados papéis que o mercado mundial e o grande capital internacional reservariam a nossa economia na DIT. Em seguida, devemos considerar as formas ou maneiras como a exploração da força de trabalho passam a ocorrer em cada fase da DIT. A partir do momento que a dimensão do valor diário da força de trabalho voltar ao primeiro plano dos expedientes de superexploração, a fase histórica mostrará novas formas da superexploração, mudando de qualidade e constituindo-se em algo distinto da “Era Lula”.

Uma das formas pelas quais o valor diário da força de trabalho pode voltar ao centro da superexploração é a dependência macroeconômica da manutenção do nível de preços e da taxa de câmbio valorizada da superexploração conformada na “Era Lula”. Ambas, por diferentes vias (o nível de preços atuando na renda real e a taxa de câmbio no barateamento

³¹⁹ O autor argumenta que no governo Lula ter-se-ia “(...) instaurado uma tendência de queda na informalidade, de crescimento do salário mínimo e de ampliação do número de vagas por conta da dinamização da economia (...) tais avanços são insuficientes para quebrar a lógica de manutenção não apenas do desemprego estrutural, mas também da superexploração do trabalho” (DUARTE, 2010, p. 159). Duarte também confere grande destaque às políticas neoliberais, à reestruturação produtiva e à desregulamentação do mercado de trabalho como elementos importantes a serem considerados na atual fase da superexploração da força de trabalho.

³²⁰ “(...) mesmo a taxa de desemprego tendo apresentado tendência de queda a partir dos anos 2000, o declínio não foi suficiente para alcançar os níveis de 1995(...) os empregos criados no período foram insuficientes não apenas para compensar os postos de trabalho destruídos, mas também para ocupar o incremento da PEA. Assim sendo, de uma maneira geral, é possível apontar um crescimento do desemprego ao longo dos últimos 15 anos, ainda que a partir de 2004 tenha sido implementada uma política econômica voltada à redução dos níveis de desemprego. Os dados relativos ao desemprego, conjugados aos anteriormente analisados – relativos à PEA e à ocupação – nos permitem apontar a manutenção de uma das características centrais do mercado de trabalho brasileiro: o desemprego estrutural (...) nesses termos, a demarcação de uma tendência de redução da taxa de desemprego ainda é insuficiente para apontar uma resolução da questão do desemprego estrutural. O que, num quadro econômico ainda marcado pela vulnerabilidade externa e pela dependência financeira, cria condições favoráveis à manutenção da superexploração do trabalho” (DUARTE, 2010, p. 144).

das importações), amenizam a dilapidação da força de trabalho por atuarem como contratendência ao aumento da diferença entre remuneração e valor da força de trabalho. Com isso, crises internacionais que venham afetar a taxa de câmbio, ou vetores inflacionários internos, como preços de alimentos ou de infraestrutura, acirrariam as contradições do período histórico da “Era Lula” e recolocariam a superexploração voltada diretamente ao valor diário da força de trabalho.

Conclusão

A década de 2000 ainda é objeto de intensas polêmicas quanto ao sentido e conteúdo da “Era Lula”, e o Mundo do Trabalho assume papel basilar para a interpretação do período.

O contexto de mudança da forma de hegemonia imperialista, de expansão dos mercados financeiros e de forte crescimento da economia mundial com ascensão da economia chinesa, afetou a trajetória cíclica da acumulação de capital no Brasil durante toda a década de 2000, por meio do preço internacional das *commodities* e do intenso afluxo de capitais internacionais.

O crescimento na “Era Lula” foi marcado pelo destaque ao Consumo, não apenas como variável de demanda agregada, mas como processo concreto que passa a sustentar o apoio político e social ao padrão de acumulação construído na “Era Lula”. O Investimento apresentou, sobretudo na segunda parte da década, taxas de crescimento e participação relativa no PIB que consolidaram a adesão de parte da burguesia ao projeto neodesenvolvimentista.

Além do farto fluxo de capitais na década de 2000, a integração do Brasil ao mercado mundial propiciou tanto o barateamento das importações dos elementos do capital constante e variável que impulsionaram as taxas de crescimento verificadas na década, como o aumento da concorrência no mercado interno pelas mesmas importações. Ocorreram também mudanças na composição das exportações em direção ao fornecimento de matérias primas e incapacidade de concorrer mundialmente em outros setores econômicos que não o de *commodity*.

O mercado de trabalho apresentou uma trajetória contraditória em relação à superexploração do trabalho. A diminuição contínua das taxas de desemprego em meio à elevação da PEA e aumento do peso relativo da condição de empregado com relações de trabalho formalizadas no total dos ocupados implicou diminuição da pobreza e aumento da renda média do trabalho ajudada pela política de valorização do salário mínimo, a qual

inclusive diminuiu a diferença relativa para com o salário mínimo necessário do DIEESE. A esses processos positivos do mercado de trabalho se juntou o aumento das importações, possibilitando o acesso a bens de consumo com preços baixos. A proporção de trabalhadores com mais de um trabalho ficou estável no período, ao passo que a daqueles que trabalhavam além da jornada de trabalho legal sofreu uma redução no período. Portanto, os mecanismos de remuneração abaixo do valor da força de trabalho e aumento da jornada de trabalho mostraram uma dimensão que arrefecia a superexploração do trabalho na década de 2000. Analiticamente, podemos inferir que tais processos relaxavam a superexploração da força de trabalho contra a dimensão do valor diário da força de trabalho.

Contraditoriamente, o mesmo período revelou uma série de elementos que apontavam para a plena vigência da superexploração. O primeiro foi um importante aumento da participação relativa dos empregos de até 2 SM como característica do aumento da ocupação, um processo de desvalorização sob a ótica do capital variável, ao qual se somou o aumento do tempo de escolaridade dos ocupados, que elevava o valor da força de trabalho em um contexto de rebaixamento da remuneração. A mudança na composição de faixas salariais na elevação do contingente ocupado durante a “Era Lula” apoiou-se na alta da já elevada taxa de rotatividade e na manutenção da precariedade (expansão absoluta das relações de trabalho marcadas pela terceirização, informalidade e ilegalidade). A “Era Lula” mostrou também uma tendência sistemática ao aumento da intensidade do trabalho, materializada na elevação da produtividade e nos processos de reestruturações produtivas setoriais. A jornada de trabalho sofreu o impacto da dimensão estrutural da sociabilidade em rede contemporânea, ao diluir as fronteiras entre o tempo de trabalho e o de não trabalho. Ou seja, novas formas de dilapidação ou superexploração da força de trabalho passam a se apresentar na “Era Lula”, atentando diretamente contra o valor total da força de trabalho e não mais contra o valor diário.

Tal mudança de predomínio na forma da superexploração na “Era Lula” reflete-se na percepção de melhoria imediata no padrão de vida pelos trabalhadores, um fator explicativo de grande relevância para a adesão da classe trabalhadora ao neodesenvolvimentismo, expresso por diferentes autores em conceitos como o de frente neodesenvolvimentista, hegemonia às avessas ou lulismo (BOITO JÚNIOR, 2012; OLIVEIRA, 2010; SINGER, 2012), ao mesmo tempo em que sustentou o aumento da extração de mais valia responsável pelo dinamismo do capitalismo brasileiro na década de 2000.

A adesão ao projeto neodesenvolvimentista calcado na mudança da forma de superexploração não significou passividade da classe trabalhadora. A dinâmica das greves mostra uma dimensão de conflito que emerge na “Era Lula” e se relaciona com a própria manifestação da superexploração.

É de suma importância lembrar a formulação original de Marini, para quem a superexploração do trabalho, quando assume a forma de modalidade de extração de mais valia predominante, afeta o elemento histórico e moral do valor da força de trabalho e rebaixa a noção histórico-cultural de dignidade humana. Ao tornar-se norma ou padrão de exploração, conforma o imaginário social da época e naturaliza-se, passando a ser aceita como algo normal ou corriqueiro, que traz ao menos duas importantes implicações. A primeira é contribuir para a conformação de um sentimento ou imaginário de revolta e reprovação contra aqueles trabalhadores que não são englobados pelas condições de superexploração, encarados como privilegiados. Diante da percepção de desigualdade de condições de trabalho e de vida, cuja superexploração esta dentre as causas, conforma-se um imaginário propício não à superação da superexploração para a convergência das condições de trabalho e vida no conjunto dos trabalhadores, mas ao rebaixamento daqueles “privilegiados” às condições médias da superexploração como forma de combate à desigualdade percebida. Aí encontra-se uma das raízes da crítica, proferida muitas vezes pelos próprios trabalhadores, à expedientes como férias remuneradas, seguro desemprego, estabilidade de trabalho, etc e etc. A segunda implicação é uma propensão ao enfrentamento da superexploração pela negação da própria condição de trabalhador, por meio não apenas da tentativa de mudança no tipo de relação de produção em que se inserem, a exemplo do empreendedorismo e a conseqüente ascensão à condição de empresário, mas também pela adoção dos padrões estéticos e anseios de consumo emanados da burguesia, uma forma de construção de identidade que busca elementos simbólicos que não se relacionariam com a superexploração. Tais reações restringem-se à condição individual do trabalhador e pecam por deixarem intocada a estrutura social que impõe a desigualdade de condições de trabalho e de vida que atinge os trabalhadores superexplorados.

Este são aspectos importantes a serem considerados para entendermos a hegemonia do projeto neodesenvolvimentista calcada em novas formas de superexploração do trabalho. Em que pese mudar de forma e trazer novas manifestações, a superexploração foi presença marcante na “Era Lula”.

CONCLUSÃO

O lento e persistente movimento de redescoberta da obra de Ruy Mauro Marini na academia brasileira, iniciado na década de 2000, vem mostrando sinais de consolidação, ainda que sujeito aos percalços que a História nos reserva. Ao se tornar progressivamente mais requisitada para o debate do Brasil do início do Século XXI, a obra de Marini suscitará novas polêmicas e, dentre elas, certamente constará a figura da superexploração do trabalho.

Uma primeira e central barreira para o debate sobre a superexploração é a restrita aceitação do conceito dentro dos círculos marxistas. Dentre aqueles elementos que nos parecem sustentar a aversão ao conceito (desconhecimento da obra de Marini, não enunciação do conceito por Marx, formulação aberta de Marini, e leituras de incompatibilidade entre a superexploração e Teoria do Valor Trabalho – TVT), tentamos contribuir para que, pelo menos, a relação entre superexploração e TVT deixe de figurar no rol de empecilhos à ampla adoção do conceito de superexploração do trabalho pelas Ciências Sociais.

Buscamos dialogar com aquele conjunto de trabalhos que surgem a partir da década de 2000 e resgatam o pensamento de Ruy Mauro Marini como interlocutor na interpretação do Brasil. Esta nova safra de trabalhos, com amplo predomínio de autores brasileiros, se esforça na superação da censura e do desconhecimento de Marini na academia brasileira, e tem a característica de trazer à cena debates importantes que retomam e elucidam aspectos da obra de Marini, a exemplo do conceito de subimperialismo e da relação entre dependência e superexploração do trabalho. Entretanto, ainda não avançaram para tentativas de interpretação sistemática do Brasil hodierno apoiadas nas formulações de Marini. Foi este caminho ainda inexplorado que decidimos trilhar em nossa pesquisa.

Elegendo como tema central o conceito de superexploração do trabalho, buscamos organizar nossa reflexão sobre três importantes dimensões: o conteúdo da superexploração, suas formas de manifestação e a vigência (entendida como relevância desta forma específica de exploração para a acumulação de capital em um determinado período) no Brasil da década de 2000.

Na abordagem do conteúdo da superexploração do trabalho, eixo que perpassa e estrutura o Capítulo 2, privilegiamos o debate sobre questões teóricas envolvendo a relação entre superexploração do trabalho e Teoria do Valor Trabalho. Adotamos como hipótese

diretiva a de que a superexploração é um desenvolvimento para a TVT e muitas das críticas que dificultam a propagação do conceito de superexploração do trabalho nas Ciências Sociais apoiam-se em leituras da TVT assentadas na interpretação equivocada da equivalência quantitativa na troca mercantil de valores como o campo de eficácia teórica da TVT, relegando a superexploração aos casos em que a TVT supostamente deixaria de vigorar.

Argumentamos que tal interpretação da TVT seria equivocada porque a forma mercadoria, constitutiva da sociabilidade moderna, comporta ontologicamente tanto a equivalência (troca de mercadorias que apresentem a mesma quantidade de valor), como sua negação, a não equivalência (troca de mercadorias que apresentem distintas quantidades de valor), invalidando qualquer entendimento quanto à existência de um escopo na TVT que se restringiria ao âmbito da equivalência quantitativa entre valores e destes com a forma preço. A superexploração desenvolveria a TVT justamente por ressaltar a dimensão da não equivalência dentro da TVT.

Apesar de importante, a relação entre TVT e superexploração não é a única dimensão relevante para as polêmicas que a superexploração está envolta. Outras, voltadas à lógica interna do conceito, também desempenham seu papel na dificuldade de divulgação do conceito. Uma das mais relevantes envolve a essência do conceito, que para nós reside na negação das condições necessárias para repor o desgaste acelerado vinculado ao uso produtivo da força de trabalho, implicando uma desvalorização, dilapidação ou corrosão prematura da força de trabalho, uma forma específica de desmercantilização que encurta cronologicamente ou até suprime as possibilidades de oferta da força de trabalho ao capital. Muitos veem a superexploração como expressão da divergência entre remuneração e valor da força de trabalho, confundindo essência com uma das formas de manifestação, ou ainda como mera ultrapassagem de certo grau de exploração, encarando-a como uma questão meramente quantitativa.

O tratamento quantitativo ou fenomênico da superexploração não capta o sentido maior do conceito, de que usos da força de trabalho podem acarretar traumas permanentes nas dimensões físicas ou psicológicas, fazendo com que maiores remunerações salariais ou períodos de repouso e descanso sejam impotentes em repor as condições anteriores.

Dimensões qualitativas envolvidas na formulação de Ruy Mauro Marini perpassam as polêmicas internas ao conceito, como a influência da superexploração no processo de acumulação de capital, a qual origina a polêmica sobre a especificidade da superexploração

na economia dependente. Mostramos que a superexploração não é algo exclusivo às economias dependentes, sendo teórica e historicamente viável a sua ocorrência na formação social imperialista.

Ainda nas polêmicas internas ao conceito, mostramos que a interpretação da existência de uma categoria de superexploração em Marx apresenta vários inconvenientes teóricos e traz elementos de uma leitura anacrônica, uma vez que reduz a superexploração a seus elementos constitutivos, desconsiderando a articulação específica que Marini realizou dos mesmos para originar a ideia de superexploração.

Realizamos uma revisão da literatura que abordou a superexploração do trabalho, agrupando os autores em quatro correntes. Uma primeira corresponde aos autores que aceitam a pertinência da superexploração e retomam o diálogo com a obra de Marini para interpretar o Brasil da década de 2000. Outra corrente se aproxima da superexploração conforme apresentada por Marini, mas apresenta uma formulação com divergências em elementos importantes. Uma terceira corrente abarca os trabalhos que buscam invalidar e combater a obra de Marini, perseguindo inconsistências de ordem lógico-teórica na superexploração do trabalho. Por fim, propomos uma quarta corrente, a qual questiona a pertinência histórica e política do conceito de superexploração do trabalho, argumentando pela insuficiência ou limitação do conceito e da obra de Marini para o entendimento do Brasil.

Mostramos como a interação entre leituras da TVT centradas na equivalência mercantil de valores e interpretação quantitativa e fenomênica da essência da superexploração perpassam os trabalhos contemporâneos que se propõem a resgatar e criticar a superexploração do trabalho. Em que pese tal interação transparecer mais claramente naquele conjunto de trabalhos que se vale do termo superexploração, mas conceitualmente divergem em dimensões centrais da elaboração de Marini, ou ainda nos trabalhos que abertamente combatem a obra de Marini, é possível verificar a presença da citada interação (ainda que em menor grau) tanto na corrente que julga a formulação de Marini insuficiente e limitada para o entendimento do Brasil do início do século XXI, como na corrente que entende a pertinência do conceito e retoma a obra de Marini como interlocutor na interpretação do Brasil da década de 2000.

Mesmo que os apontamentos teóricos sobre o conteúdo da superexploração venham contribuir para diminuir a resistência ao conceito dentro de um contexto de regate da obra de Ruy Mauro Marini, eles são insuficientes para tratar de outras duas dimensões de suma

importância: as formas de manifestação e a vigência da superexploração do trabalho no Brasil da década de 2000.

Por isso, tendo sempre em mente o parâmetro metodológico da totalidade, propusemos no Capítulo 3 uma abordagem histórica e empírica da trajetória do capitalismo brasileiro na primeira década do século XXI para debater a vigência e as formas da superexploração do trabalho, adotando como hipóteses diretivas a plena vigência da superexploração na “Era Lula” e a conformação de novas e singulares formas de superexploração, de tal modo que o período possa ser encarado como uma nova fase da superexploração do trabalho no desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

A década de 2000 trouxe um contexto mundial que implicou em novos contornos para a condição dependente do capitalismo brasileiro: mudança da forma de hegemonia imperialista, expansão dos mercados financeiros, forte crescimento da economia mundial com ascensão da economia chinesa, intenso fluxo de capitais internacionais e a elevação mundial do preço das *commodities*.

Este conjunto de elementos possibilitou que a trajetória cíclica da acumulação de capital no Brasil durante toda a década fosse marcada i) pela expansão do Consumo, processo concreto que sustentou o apoio político e social ao padrão de acumulação construído na “Era Lula”; ii) pela trajetória do Investimento, cujas taxas de crescimento (sobretudo na segunda parte da década) e participação relativa no PIB consolidaram a adesão de parte da burguesia ao projeto neodesenvolvimentista; iii) pelo surto de importações que respondeu pelo barateamento dos elementos do capital constante e variável, ao mesmo em tempo que aumentou a concorrência no mercado interno; e iv) a mudança na composição das exportações em direção ao fornecimento de matérias primas e incapacidade de concorrer mundialmente com outros setores econômicos que não o de *commodity*.

A trajetória da economia brasileira na “Era Lula” fora ainda marcada por outro elemento de suma importância: a trajetória do mercado de trabalho, com diminuição contínua das taxas de desemprego em meio à elevação da PEA e aumento do peso relativo da condição de empregado com relações de trabalho formalizadas no total dos ocupados, implicando em diminuição da pobreza e aumento da renda média do trabalho ajudada pela política de valorização do salário mínimo, a qual, inclusive, diminuiu a diferença relativa para com o salário mínimo necessário do DIEESE. A proporção de trabalhadores com mais de um trabalho ficou estável no período, ao passo que a daqueles que trabalhavam além da jornada de trabalho legal sofreu uma pequena redução no período.

Tal trajetória do mercado de trabalho trouxe inegáveis elementos positivos para a classe trabalhadora e atuaram, sob o ponto de vista da superexploração do trabalho, como fatores a contrapor ou arrefecer a superexploração do trabalho na “Era Lula”. Encarados pelo prisma teórico construído na discussão do Capítulo 2, podemos inferir que tais processos relaxavam a superexploração da força de trabalho contra a dimensão do valor diário da força de trabalho.

Contraditoriamente, junto aos elementos de contraposição à superexploração, presenciemos na “Era Lula” um importante aumento da participação relativa dos empregos de até 2 salários mínimos como característica do aumento da ocupação no período, um processo de desvalorização sob a ótica do capital variável, ao qual se soma o aumento do tempo de escolaridade dos ocupados, que elevava o valor da força de trabalho em um contexto de rebaixamento da remuneração. A mudança na composição de faixas salariais na elevação do contingente ocupado ocorreu com alta da já elevada taxa de rotatividade e expansão de números absolutos de relações de trabalho precarizadas marcadas pela terceirização, informalidade e ilegalidade. Ao lado da tendência sistêmica ao aumento da intensidade do trabalho, materializada na elevação da produtividade e nos processos de reestruturações produtivas setoriais na “Era Lula”, a jornada de trabalho sofreu os efeitos da sociabilidade em rede contemporânea, com diluição das fronteiras entre o tempo de trabalho e o de não trabalho.

Ou seja, novas formas de superexploração passaram a se apresentar na “Era Lula”, com a característica de atentarem, sobretudo, contra o valor total da força de trabalho, deixando a dimensão do valor diário em segundo plano.

Nossa hipótese de que a superexploração do trabalho continuaria vigente na “Era Lula” encontrou evidências favoráveis pela abrangência social dos mecanismos ou formas pelas quais se manifestou no período: rebaixamento para as faixas salariais de até 2 salários mínimos que passa a concentrar 76,8% dos ocupados (Figura 19); aumento da escolaridade dentre aqueles com 8 ou mais anos de estudo entre os ocupados foi elevada em 25,8 pontos percentuais (Figura 20), uma elevação do valor da força de trabalho em um contexto de rebaixamento salarial; aumento da intensidade do trabalho com evidência de atingir toda a economia, constatada pelos estudos setoriais e pelos dados de evolução da produtividade e dos acidentes de trabalho no período; e a sociabilidade em rede que passa a caracterizar a sociedade brasileira com a disseminação das TICs (Tabelas 14 e 15) no início do século XXI. Além disso, a década de 2000 foi marcada pelo crescimento econômico, sugerindo

fortemente que a superexploração contribuiu com parte da mais-valia necessária para sustentar o ritmo de acumulação do período.

Apesar de a mesma década apresentar processos que a princípio seriam contrários a nossa hipótese de vigência da superexploração -como a evolução do emprego, o aumento da renda real do trabalho, e a manutenção da proporção de ocupados trabalhando para além da jornada de trabalho legal -tais processos contraditórios devem ser encarados como evidências positivas de nossa outra hipótese diretiva, a de que surgiram novas e singulares formas de superexploração na “Era Lula”, as quais possibilitam classificarmos o período como uma nova fase da superexploração do trabalho no Brasil contemporâneo, sucedendo a constituição da relação de dependência no século XIX, a fase de industrialização do entre Guerras, o período de esforço de industrialização pesada com incursão do capital internacional, o momento de engajamento na Globalização financeira pela Crise da Dívida Externa na década de 1980 e pela implantação de um projeto neoliberal na década de 1990.

A presença de fatores positivos no mercado de trabalho já embasaria uma singularidade histórica para a “Era Lula” na periodização da superexploração do trabalho. Agregando o ineditismo das formas que reforçam a superexploração no âmbito da remuneração abaixo do valor da força de trabalho (rebaixamento das faixas salariais da ocupação com aumento da escolaridade) e da jornada de trabalho (disseminação da sociabilidade em rede), e principalmente a convivência contraditória de processos que arrefecem e intensificam a superexploração, podemos considerar a “Era Lula” como a quinta fase histórica da superexploração da força de trabalho no Brasil.

Tal mudança de predomínio na forma da superexploração na “Era Lula” reflete-se na percepção de melhora imediata no padrão de vida dos trabalhadores, um fator explicativo de grande relevância para a adesão da classe trabalhadora ao neodesenvolvimentismo, expressa por diferentes autores em conceitos como o de “frente neodesenvolvimentista”, “hegemonia às avessas” ou “lulismo”, ao mesmo tempo em que sustenta o aumento da extração de mais valia responsável pelo dinamismo do capitalismo brasileiro na década de 2000.

Lembremos que a formulação original de Marini apontava para que a superexploração do trabalho, quando assumia a forma de modalidade de extração de mais valia predominante, conformava o imaginário social da época e naturaliza-se, passando a ser aceita como algo normal ou corriqueiro. Com isso, a substituição do desemprego e do rebaixamento do poder de compra do salário pela maior intensificação do trabalho, pela sociabilidade em rede que prolonga o tempo de trabalho e pelo rebaixamento da faixa salarial

concomitante ao aumento dos anos de estudo, pode encontrar respaldo, como de fato encontrou, na classe trabalhadora que sofreu a superexploração. A ideia de Marini de que a superexploração tende a obstaculizar a passagem da mais valia absoluta para a relativa nas economias dependentes nos parece plenamente atual.

A adesão ao projeto neodesenvolvimentista calcado na mudança da forma de superexploração não significou passividade da classe trabalhadora. A dinâmica das greves mostra uma dimensão de conflito que emerge na “Era Lula” e se relaciona com a própria manifestação da superexploração. Em que pese os argumentos da adesão política da estrutura sindical ao projeto neodesenvolvimentista, selada materialmente pelo reconhecimento oficial das centrais sindicais, presenciamos uma movimentação sindical relativamente intensa, que se não conseguiu paralelo com aquela vivenciada nas décadas de 1970 e 1980, que tinham à frente um sindicalismo forjado pela superexploração calcado no valor diário da força de trabalho, mudou definitivamente a trajetória de descenso verificado na dura década de 1990.

Sendo assim, estaria o Brasil condenado à superexploração do trabalho, visto que mesmo na fase histórica que apresentou processos contraditórios com ganhos materiais à classe trabalhadora, recolocou a superexploração em novas bases?

A resposta, que nos parece positiva, gera implicações de duas ordens. A primeira delas surge da íntima relação entre dependência e superexploração, originalmente sugerida por Marini. Mesmo que a superexploração tenha se espreado, tornando-se uma característica do período histórico da globalização financeira e não apenas o traço distintivo da dependência, esta forma específica de exploração da força de trabalho mostra continuamente sua capacidade criativa, sua capacidade de reinventar a forma de manifestação. Ou seja, presenciamos a contínua mudança da manifestação da superexploração no decorrer da história de nossa sociedade.

A segunda implicação refere-se às possibilidades de superação da superexploração. Antes da globalização financeira, poderia se argumentar que a superação residiria na mera superação da dependência, ou seja, buscando a convergência com as estruturas econômicas e sociais do centro imperialista, a tão sonhada superação do subdesenvolvimento. Uma mudança dentro da ordem capitalista, portanto. Mas ao admitirmos a pertinência da relação entre globalização e superexploração, fecha-se a saída dentro da ordem, pois mesmo a superação da dependência nada mais faria que trazer outras formas de superexploração.

Estaria recolocada a posição de Marini, de que somente a superação do capitalismo poderia ser a chave de libertação dos grilhões da superexploração.

Feitas tais considerações, outra questão surge: quais os limites de continuidade para o atual período histórica da superexploração do trabalho no Brasil? Já sugerimos anteriormente que um importante fator advém da conjunção entre contextos internacionais e nacionais que recoloquem o foco na superexploração voltado ao valor diário da força de trabalho mostrariam o esgotamento da nova fase.

A conjuntura econômica e política do Brasil sugere que adentramos a transição a partir do ano de 2015, quando os indicadores do mercado de trabalho, sobretudo aqueles ligados às taxas de ocupação e desemprego, parecem ter mudado sua trajetória, com clara tendência de elevação³²¹. Além disso, argumentamos que o deslocamento da forma predominante de superexploração na “Era Lula”, do valor diário para o valor total da força de trabalho, mostra um grau razoável de subordinação às condições macroeconômicas de valorização cambial e controle do nível interno de preços, as quais tornam esse arranjo extremamente sensível a mudanças ou crises no mercado mundial, o que nada mais faz que ressaltar a condição de dependência de nossa sociedade.

À exemplo de Ruy Mauro Marini, que qualificava seu seminal ensaio *Sobre a Dialética da Dependência* como um esboço, uma introdução ou rascunho sobre o tema do desenvolvimento dependente da América Latina³²², nosso esforço na presente tese figura parcialmente no mesmo plano de pretensão, pois longe de galgar a profundidade e escopo da interpretação de *Dialética da Dependência*, comungamos a intenção de propor um guia, um estímulo ou provocação para que o processo de resgate da obra de Marini possa superar a perspectiva da discussão dos contornos, delimitações e implicações teóricas do conceito de superexploração do trabalho, em direção a uma interpretação histórica da contemporaneidade.

³²¹Segundo os dados disponibilizados pela MPE/IBGE, a taxa de desocupação apresentou uma média mensal no ano de 2014 de perto de 5%. A partir de janeiro de 2015, a citada taxa começa a se elevar, saindo de 5,3% em janeiro para 6,4% em abril, 7,5% em julho e chegando a 7,9% em outubro, último mês disponível quando da consulta ao sítio eletrônico do IBGE realizada em 09/12/15.

³²²“Inicialmente, minha intenção foi a de escrever um prefácio ao ensaio precedente. Mas é difícil apresentar um trabalho que é por si mesmo uma apresentação. E *Dialética da dependência* não pretende ser senão isto: uma introdução à temática de investigação que me vem ocupando e às linhas gerais que orientam este trabalho. Sua publicação oferece o propósito de adiantar algumas conclusões a que tenho chegado, suscetíveis talvez de contribuir com o esforço de outros que se dedicam ao estudo das leis de desenvolvimento do capitalismo dependente, assim como com o desejo de oferecer a mim mesmo a oportunidade de contemplar no seu conjunto o terreno que busco desbravar” (MARINI, 2005c, p. 181).

E quais os possíveis caminhos a serem trilhados no processo de resgate da contribuição mariniana? Nossa caminhada apontou alguns trajetos que merecem atenção futura.

O primeiro deles seria o estudo da superexploração do trabalho no plano mundial. Coloca-se o desafio de entender as diferentes formas e vigências da superexploração contemporânea nos países dependentes, inseridos nas mais diversas formas e papéis da divisão internacional do trabalho. Para além dos países dependentes, o estudo da superexploração nos próprios países imperialistas é outra lacuna que merece atenção nos futuros esforços de resgate da obra de Marini. Existiriam diferenças significativas entre as formas de superexploração contemporâneas nos países dependentes e imperialistas? E entre os próprios países imperialistas? Essas seriam algumas das questões a nortear uma nova empreitada.

Outro trajeto necessário é aquele que aborda a evolução do valor da força de trabalho no capitalismo contemporâneo, mais especificamente do componente histórico moral. Diante do desenvolvimento da mercantilização simbólica gerada pela organização empresarial da produção cultural, como a superexploração do trabalho conseguiria atuar sobre tal dimensão? Qual a especificidade de formas para a negação da reposição plena desta dimensão do valor da força de trabalho?

Uma terceira trilha possível é a análise do que muitos autores vêm chamando de exploração financeira. No desenrolar da globalização, a carga de juros e outras obrigações contratuais têm aumentado o peso no orçamento dos trabalhadores, comprometendo uma porção cada vez maior de sua renda, o que força os trabalhadores a procurarem compensação pela dedicação de maior tempo às atividades remuneradas, aceitando inclusive condições mais precárias de trabalho. Tal condição social de maior dependência das finanças teria quais relações com a superexploração do trabalho?

Por fim, uma quarta possibilidade de avançar nos estudos sobre a superexploração do trabalho seria a relação da mesma para com a desigualdade social, seja na dimensão de renda, riqueza, cultural ou política. Entender os meios e mecanismos pelos quais a dilapidação do valor da força de trabalho contribui para a concentração de renda e riqueza, bem como para as diferenças de escolaridade e estudo, ou ainda à participação política, mostra-se uma interessante e importante abordagem para os futuros trabalhos na área.

Independentemente da escolha da trilha, em direção ao capitalismo mundial ou à realidade brasileira contemporânea, a interlocução com a obra de Marini mostra-se um

campo aberto de ricas possibilidades e, acima de tudo, necessária para fazermos frente aos problemas e desafios da atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA FILHO, N. Superexploração da Força de Trabalho e Concentração de Riqueza: temas fundamentais para uma política de desenvolvimento no Capitalismo Periférico Brasileiro. In: **Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: IPEA, 2013. p. 167 – 188.
- ALVES, G. A. P. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES, G. A. P. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: Ensaios de sociologia do trabalho**. 2. ed. Londrina: Praxis, 2007.
- ALVES, G. A. P. **Trabalho e subjetividade: O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ALVES, G. A. P. Prefácio: o adoecimento do trabalho como falha metabólica do capital. In: **Avesso do Trabalho III: Saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 13–18.
- ALVES, G. A. P. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil**. Bauru: Canal 6, 2014.
- AMARAL, M. S. **Teorias do Imperialismo e da Dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.
- AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. **Revista katálysis**, v. 12, n. 2, p. 216–225, 2009.
- AMENTA, N. R. **A guerra de Hugo Chavez contra o colonialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- AMIN, S. **Imperialism and unequal development**. Londres e Nova York: Monthly Review Press, 1977.
- ANDRÉ GUSTAVO DE MIRANDA PINELI (ORG), A. **Os BRICS e seus vizinhos : investimento direto estrangeiro**. Brasília: IPEA, 2014.
- ANTUNES, R. (ORG). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANTUNES, R. (ORG). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ANTUNES, R. (ORG); BRAGA, R. (ORG). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARAÚJO, E. S. **As condições de exploração da força de trabalho no Brasil na fase atual do capitalismo: uma análise do período 1990-2007**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2011.
- BALIBAR, E. From Class Struggle to Classless Struggle? In: **Race, Nation, Class: Ambiguous Identities**. London: Verso, 1993. p. 153–184.
- BALIBAR, E.; WALLERSTEIN, I. **Race, Nation, Class: Ambiguous Identities**. Londres e Nova

York: Verso, 1993.

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. **Statistical Annex BIS Quarterly Review**. Basel: BIS, 2000.

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. **79th Annual Report Bank of International Settlements**. Basel: BIS, 2009. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/arpdf/ar2009e.pdf>>.

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. **Statistical Annex BIS Quarterly Review**. Basel: BIS, 2010.

BAUMANN (ORG), R.; OLIVEIRA, I. T. M. (ORG). **Os BRICS e seus vizinhos : comércio e acordos regionais**. Brasília: IPEA, 2014.

BECKER, H. S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BLOMSTROM, M.; HETTNE, B. **La teoría del desarrollo económico en transición**. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1990.

BÖHM-BAWERK, E. VON. Karl Marx and the Close of His System. In: SWEEZY, P. (Ed.). . **Karl Marx and the Close of His System**. New York: H. Wollf, 1896. p. 3–120.

BOITO JÚNIOR, A. **Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder Política e Classes sociais no Brasil dos anos 2000**São Paulo Alameda, , 2012.

BOITO, A.; MARCELINO, P. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. **Caderno CRH**, v. 23, n. 59, p. 323–338, 2010.

BOND, P. Introduction: Two economies – or one system of superexploitation. **Africanus. Journal of Development Studies**, v. 37, n. 2, p. 1–21, 2007.

BORGES NETO, J. M. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. **Crítica Marxista**, n. 33, p. 83–104, 2011.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C.; PASSERON, J.-C. **Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

BRAGA, R. G. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach. **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 1, p. 47–71, 2008.

BURAWOY, M. Revisits: An Outline of a Theory of Reflexive Ethnography. **American Sociological Review**, v. 68, n. 5, p. 645, out. 2003.

CAMPANHA PELA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEM REDUÇÃO DE SALÁRIO. **Reduzir a jornada é gerar empregos**.São Paulo Centrais Sindicais, , 2004.

CARCANHOLO, M. D. (Imp)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, N. (Ed.). . **Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: IPEA, 2013a. p. 71–97.

CARCANHOLO, M. D. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trabalho**,

- Educação e Saúde**, v. 11, n. 1, p. 191–205, abr. 2013b.
- CARCANHOLO, R. **Capital - Essência e Aparência - Vol.1**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- CARCANHOLO, R. **Capital - Essência e Aparência Vol.2**. São Paulo: Expressão Popular, 2013c.
- CARDOSO, A. C. M. **Tempos de trabalho, tempos de não trabalho: vivências cotidianas de trabalhadores**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.
- CARDOSO, A. C. M. Os trabalhadores e suas vivências cotidianas - Dos tempos de trabalho e de não-trabalho. **Rev. bras. Ci. Soc**, v. 25, n. 72, p. 101–177, 2010.
- CARDOSO, A. C. M. Organização e intensificação do tempo de trabalho. **Soc. estado.**, v. 28, n. 2, p. 351–374, 2013.
- CARDOSO, F. H. As tradições do desenvolvimento-associado. **Estudos Cebrap**, 1974.
- CARDOSO, F. H.; SERRA, J. As desventuras da dialética da dependência. **Estudos CEBRAP**, v. 23, n. jan, p. 33–80, 1979.
- CARMO SOBRINHO, C. A. DO. **Dependência e estagnação: o debate sobre a crise dos anos 60**. Campinas: UNICAMP, 2001.
- CARMO, E. F. et al. Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior e estrutura básica de formação no ensino médio regular. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 95, n. 240, p. 304–327, 2014.
- CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura - Volume 1 - A sociedade em rede**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- CHESNAIS, F. et al. **Uma nova fase do capitalismo?** Campinas: Cemarx-IFCH-Unicamp, 2003.
- CHESNAIS, F. La lucha de clases en Europa y las raíces de la crisis económica mundial | Herramienta. **Revista Herramienta**, v. Marzo, n. 49, 2012.
- CHESNAIS, F. The historical setting and original traits of the world crisis. **Revista de Políticas Públicas**, v. Especial, n. julho, p. 23–32, 2014.
- CHILCOTE, R. Dependency: A Critical Synthesis of the Literature. **Latin American Perspectives**, v. 1, n. 1, p. 4–29, 1974.
- CHILCOTE, R. Teorias reformistas e revolucionárias de desenvolvimento e subdesenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 3, n. 3, p. 103–123, 1983.
- COLLETTI, L. **El marxismo y el derrumbe del capitalismo**. México D.F.: Siglo XXI, 1978.
- COSTA, C. **Morte por Exaustão no Trabalho versus Direitos Humanos**. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.
- COSTA, E. S. **Política salarial no Brasil, 1964-1985: 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1996.
- COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29–43.

- CUEVA, A. **Desarrollo del capitalismo en America Latina**. Ciudad de Mexico: Siglo XXI, 1977.
- DAL ROSSO, S. **Construção de Projetos de Pesquisa em Sociologia**. Brasília: Mimeo, 2006.
- DAL ROSSO, S. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DAL ROSSO, S. Jornadas Excessivas de Trabalho. **Revista paranaense de desenvolvimento**, v. 34, n. 124, p. 73–91, 2013.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Argumentos para a discussão da redução da jornada de trabalho no Brasil sem redução de salários** Nota Técnica. São Paulo: DIEESE, 2008.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Balanço das greves em 2008**: Estudos e Pesquisas. São Luís: DIEE, 2009.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Balanço das negociações dos reajustes salariais em 2010** Estudos e Pesquisas: Estudos e Pesquisas. São Paulo: DIEESE, 2011a.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Rotatividade e Flexibilidade no Mercado de Trabalho**. São Paulo: DIEESE, 2011b.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A situação do trabalho no Brasil na primeira décadas do anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012a.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Balanço das greves em 2009 e 2010**: Estudos e Pesquisas. São Paulo: DIEE, 2012b.
- DUARTE, P. H. E. **Superexploração da Força de Trabalho e Política Sindical no Brasil**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2010.
- DURKHEIM, É. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- DUSSEL, E. **Hacia un Marx desconocido. Un comentario de los Manuscritos del 61-63**. Iztapalapa: Siglo XXI, 1988.
- DUSSEL, E. **El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana: un comentario a la tercera y a la cuarta redacción de “El capital”**. México D.F.: Siglo XXI, 1990.
- ECHEVERRÍA, B. **El Discurso Crítico de Marx**. Ciudad de Mexico: Era, 1986.
- ELIAS, N. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- EMMANUEL, A. El intercambio desigual. In: **Imperialismo y comercio internacional: el intercambio desigual**. Mexico: Cuadernos de Pasado y Presente, 24, 1971a. p. 5–37.
- EMMANUEL, A. El problema del intercambio desigual. In: **Imperialismo y comercio**

- internacional: el intercambio desigual.** México: Cuadernos de Pasado y Presente, 24, 1971b. p. 133–165.
- FEIJÓO, J. V. Sobreexplotación y Dependencia. **Investigación Económica**, v. 57, n. 221, p. 105–127, 1997.
- FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976a.
- FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** 2ª. ed. São Paulo: Zahar Editores, 1976b.
- FERNANDES, F. **O que é Revolução?** 1. ed. São Paulo: Abril, 1981.
- FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. **A economia política do Governo Lula.** São Paulo: Contraponto, 2007.
- FILHO, E. T. T. A crise da economia japonesa nos anos 90 e a retomada da hegemonia americana. In: **Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização.** Petrópolis: Editora Vozes, 1997. p. 383–411.
- FONTES, V. **O Brasil e o Capital-Imperialismo: Teoria e História.** 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- FONTES, V. A incorporação subalterna brasileira ao capital- imperialismo. **Crítica Marxista**, n. 36, p. 103–113, 2013.
- FORMAGI, L. et al. A superexploração do trabalho no Brasil: algumas evidências da atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini. In: **Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini.** Curitiba: CRV, 2012. p. 113–129.
- FOSTER, J. B.; MCCHESENEY, R. W.; JONNA, R. J. The global reserve army of labor and the new imperialism. **Monthly Review**, v. 63, n. 3, p. 1–32, 2011.
- FRANK, A. G. El desarrollo del subdesarrollo. **Pensamiento Crítico**, v. agosto, n. 7, p. 159–172, 1967.
- GALVÃO, A. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- GAMBINA, J. C. **La crisis capitalista y sus alternativas: una mirada desde América Latina y el Caribe.** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2010.
- GARCÍA LINERA, Á. **La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso, 2009.
- GARCÍA LINERA, Á. **Las tensiones creativas de la revolución: la qunat fase del Processo de Cambio.** La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2012a.
- GARCÍA LINERA, Á. **Geopolítica de la Amazonía - Poder hacendal-patrimonial y acumulación capitalista.** La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2012b.
- GHOSH, B. **Dependency Theory Revisited.** Londres: Ashgate, 2001.

- GIAMBIAGI, F. **Brasil - Raízes do Atraso - Paternalismo Versus Produtividade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- GONÇALVES, R. Governo Lula e o nacional- desenvolvimentismo às avessas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 31, p. 5–30, 2012a.
- GONÇALVES, R. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. **Serviço Social & Sociedade**, n. 112, p. 637–671, 2012b.
- GORZ, A. **O Imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.
- GURVITCH, G. **Dialéctica e sociologia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.
- HADLER, J. P. DE T. C. **Dependência e superexploração : os limites das reflexões de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini sobre a problemática do desenvolvimento dependente**. Campinas: UNICAMP, 2013.
- HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, D. **A companion to Marx's Capital**. Londres e Nova York: Verso, 2010. v. 48
- HERRERA, P. R. El saber revolucionario y los términos de la dominación mundial - homenaje a Ruy Mauro Marini. In: **El Maestro en Rojo y Negro - Textos Recuperados**. Quito: Editorial IAEN, 2012. p. 9–49.
- HETT, E.; CASTAÑEDA, J. G. **El Economismo Dependentista**. Barcelona: Siglo XXI, 1978.
- HIGGINBOTTOM, A. **Underdevelopment as Super-exploitation : Marini 's Political-Economic Thought** Historical Materialism: Crisis and Critique. **Anais...** London: 2010
- HIGGINBOTTOM, A. The Political Economy of Foreign Investment in Latin America Dependency Revisited. **Latin American Perspectives**, v. 40, n. 190, p. 184–206, 2013a.
- HIGGINBOTTOM, A. Structure and essence in Capital I: Extra surplus-value and the stages of capitalism. **Journal of Australian Political Economy**, v. 70, p. 251–270, 2013b.
- HUNTER, M. Shake it, Baby, Shake it: Consumption and the New Gender Relation in Hip-Hop. **Sociological Perspectives**, v. 54, n. 1, p. 15–36, 2012.
- IANNI, O. **A sociedade global**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabua Completa de Mortalidade - 2010 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tabuadevida/2010/notastecnicas.pdf>>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- JAIRO ESTRADA ÁLVAREZ (COORD). **La crisis capitalista mundial y América Latina: lecturas de economía política**. Buenos Aires: CLACSO, 2012.
- JAIRO ESTRADA ÁLVAREZ (COORD). **América Latina en medio de la crisis mundial:**

- trayectorias nacionales y tendencias mundiales.** Buenos Aires: CLACSO, 2014.
- JOMO, K. S. **Growth After the Asian Crisis: What Remains of the East Asian Model?** UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT: G-24 Discussion Paper Series. New York and Geneva: UNCTAD, 2001.
- KATZ, C. **Bajo el imperio del capital.** Bogotá: Espacio Crítico, 2011. v. 1
- KAY, C. **Latin American Theories of Development and Underdevelopment.** London: Routledge, 1989.
- KREIN, J. D. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005.** Campinas: UNICAMP, 2007.
- LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade.** Rio de Janeiro: DPA, 2001.
- LÊNIN, V. I. **O Imperialismo: etapa superior do capitalismo.** Campinas: FE/Unicamp, 2011.
- LEÓN GALARZA, N. C. **Ecuador la cara oculta de la crisis.** Buenos Aires: CLACSO, 2009.
- LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem.** Campinas: Papyrus, 1989.
- LINHART, R. **O açúcar e a fome : pesquisa nas regiões açucareiras do nordeste brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- LUCE, M. S. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A História de uma categoria.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- LUCE, M. S. A superexploração da força de trabalho no Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 32, p. 119–141, 2012.
- LUCE, M. S. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: **Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini.** Brasília: IPEA, 2013a. p. 146–165.
- LUCE, M. S. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. **Crítica Marxista**, n. 36, p. 129–141, 2013b.
- LUCE, M. S. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, n. 1, p. 169–190, abr. 2013c.
- MANDEL, E. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MANTEGA, G. **A Economia Política Brasileira.** 4. ed. Petrópolis: Polis/Vozes, 1987.
- MARIANO, R. Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. **Novos Estudos**, n. 44, p. 24–44, 1996.
- MARINI, R. M. **Subdesarrollo y Revolución.** 5. ed. México D.F.: Siglo XXI, 1974.
- MARINI, R. M. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, v. abr-jun, n. 12, 1977a.
- MARINI, R. M. Estado y crisis en Brasil. **Cuadernos Políticos**, v. julio-sept, n. 13, p. 76–84, 1977b.

- MARINI, R. M. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. **Cuadernos Políticos**, v. abril-junh, n. 20, p. 19–39, 1979a.
- MARINI, R. M. El ciclo del capital en la economía dependiente. In: OSWALD, U. (Ed.). . **Mercado y dependencia**. México: Nueva Imagen, 1979b. p. 37–55.
- MARINI, R. M. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Pagina Aberta, 1992.
- MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: STEDILE, J.; TRASPADINI, R. (Eds.). . **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005a. p. 137–180.
- MARINI, R. M. Memória. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Eds.). . **Ruy Mauro Marini – Vida e obra**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005b. p. 57–134.
- MARINI, R. M. Sobre a Dialética da Dependência. In: STEDILE, J.; TRASPADINI, R. (Eds.). . **Ruy Mauro Marini – Vida e obra**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005c. p. 181–194.
- MARINI, R. M. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). In: **América Latina, dependencia y globalización Ruy Mauro Marini Antología**. Bogotá: CLACSO. Siglo del Hombre, 2008a. p. 165–234.
- MARINI, R. M. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. In: **América Latina, dependencia y globalización Ruy Mauro Marini Antología**. Bogotá: CLACSO. Siglo del Hombre, 2008b. p. 247–271.
- MARINI, R. M. **América Latina, dependencia y globalización Ruy Mauro Marini Antología**. Bogotá: CLACSO. Siglo del Hombre, 2008c.
- MARQUES, A. C. H.; CEPÊDA, V. A. Um perfil sobre a expansão do Ensino Superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. **Perspectivas**, v. 42, n. jul./dez., p. 161–192, 2012.
- MARTINS, C. E. Superexploração do trabalho e acumulação de capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência. **Revista Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 5, p. 121–138, 1999.
- MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- MARTINS, C. E. O pensamento social de Ruy Mauro Marini e sua atualidade: reflexões para o século XXI. **Crítica Marxista**, v. 32, p. 127–146, 2011b.
- MARTINS, C. E. La teoría de la coyuntura y la crisis contemporánea. In: **Estados Unidos: más allá de la crisis**. Ciudad de Mexico: Siglo XXI Editores, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la UAEM, 2012. p. 61–80.
- MARTINS, C. E. O pensamento social de Ruy Mauro Marini e sua atualidade: reflexões para o século XXI. In: **Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: IPEA, 2013. p. 15–48.
- MARX, K. **Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/contrciteconpoli/introducao.htm>>. Acesso em: 31

maio. 2013.

MARX, K. **O Capital - Crítica da Economia Política - Livro Primeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MASSA, A. C. **Superexploração da força de trabalho , uma categoria em disputa**. Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, 2013.

NAPOLEONI, C. **Simth, Ricardo, Marx**. 5. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

NASCIMENTO, C. A.; DILLENBURG, F. F.; SOBRAL, F. M. Exploração e superexploração da força de trabalho em Marx e Marini. In: ALMEIDA FILHO, N. (Ed.). . **Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: IPEA, 2013. p. 99–122.

OCAMPO, J. A. Impactos de la crisis financiera mundial sobre América Latina. **Revista CEPAL**, v. 97, n. abril, p. 9–32, 2009.

OLIVEIRA, F. DE. A economia brasileira: crítica a razão dualista. **Estudos Cebrap**, v. 2, n. out./dez, p. 3–82, 1972.

OLIVEIRA, F. DE. **Crítica à razão dualista e O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, F. DE. Hegemonia às avessas. In: **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 21–29.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, p. 219–232, 2010.

OREIRO, J. L.; MARCONI, N. Teses Equivocadas no Debate sobre Desindustrialização e Perda de Competitividade da Indústria Brasileira. **NECAT**, v. 3, n. 5, p. 24–48, 2014.

OSORIO, J. Superexplotación y clase obrera: el caso de mexicano. **Cuadernos Políticos**, n. 6, p. 5–23, 1975.

OSORIO, J. **Crítica de la economía vulgar: Reproducción del capital y dependencia**. México D.F.: UAZ, 2004.

OSORIO, J. **Explotación redoblada y actualidad de la revolución**. Mexico DF: Itaca, 2009.

OSORIO, J. Fundamentos da superexploração. In: **Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: IPEA, 2013a. p. 49–71.

OSORIO, J. Fundamentos de la superexplotación. **Razón y Revolución**, v. 25, n. 2do semestre, p. 9–34, 2013b.

PANITCH, L.; GINDIN, S. As finanças e o império estadunidense. In: PANITCH, L.; GINDIN, S. (Eds.). . **Las finanzas y el imperio norteamericano**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 69–112.

PATEL, S. Para além de um pensamento binário: questões para uma sociologia reflexiva. In: PORTO, M. S. G.; DYWER, T. P. (Eds.). . **Sociologia e realidade: pesquisa social no século XXI**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. p. 37–50.

PAULANI, L. **Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.

- PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PIRKER, K.; NÚÑEZ, O. Cuatro hipótesis y un corolario en torno al golpe de Estado en Honduras. **OSAL Observatorio Social de América Latina**, n. 28, p. 119–145, 2010.
- POCHMANN, M. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- POCHMANN, M. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 145–156.
- PRADO, F. C. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência. **Revista Comunicação & Política**, n. maio/agosto, p. 68–94, 2011.
- PRADO, F. C.; CASTELO, R. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. **Pensata - Revista dos alunos de pós-graduação em Ciências Sociais da UNIFESP**, v. 3, n. 1, p. 10–29, 2013.
- PRATES, D. M. A alta recente dos preços das commodities. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 3, p. 323–344, 2007.
- QUEIROZ, F. C. B. P. et al. Transformações no ensino superior brasileiro: análise das Instituições Privadas de Ensino Superior no compasso com as políticas de Estado. **Ensaio**, v. 21, n. 79, p. 349–369, 2013.
- REY, M. T. **El Estado en América Latina: Continuidades y rupturas**. Bueno: CLACSO, 2012.
- RISTOFF, D. **Vinte e um anos de Educação Superior - Expansão e Democratização**: Cadernos do GEA. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA, 2013.
- ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2001.
- RUBIN, I. LLLICH. **A teoria marxista do valor**. São Paulo. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.
- SAAD FILHO, A. Salários e exploração na teoria marxista do valor. **Economia e Sociedade**, v. 10, n. 16, p. 27–42, 2001.
- SAAD FILHO, A. **O valor de Marx: Economia política para o capitalismo contemporâneo**. 1ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2011.
- SADER, E. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 135–145.
- SADER, E. (ORG). **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SANTANA, P. M. DE. **Dependência e superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Brasília: IPEA / ABET, 2013.
- SANTOS, F. L. B. DOS. A DEPOSIÇÃO DE LUGO E OS LIMITES DA DEMOCRACIA NA

- AMÉRICA LATINA. **Cadernos PROLAM/USP**, v. 12, n. 22, p. 25, 1 jun. 2013a.
- SANTOS, A. P. **O moinho satânico do agronegócio canavieiro no Brasil: dependência e superexploração do trabalho na região de Ribeirão Preto - SP**. Campinas: UNICAMP, 2013b.
- SANTOS, F. L. B. Entre a IV República e o Estado Comunal: dilemas da Revolução Bolivariana. **REBELA**, v. 4, n. 2, p. 350–363, 2014.
- SEABRA, R. L. **A via venezuelana ao socialismo**. Curitiba: Editora CRV, 2014.
- SEABRA, R. L.; GIMENEZ, H. M. Contra o “vazio teórico” da ALBA, uma análise propositiva a partir da lei do valor. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 9, n. 1, p. 1–26, 2015.
- SERRANO, F. A mudança na tendência dos preços das commodities nos anos 2000: aspectos estruturais. **OIKOS**, v. 12, n. 2013, p. 168–198, 2000.
- SEVARES, J. Nueva vulnerabilidad financiero-comercial. In: **Memoria del Seminario Internacional “Postneoliberalismo cambio o continuidad**. La Paz: CEDLA, 2009. p. 261–289.
- SHAIKH, A. Uma introdução à história das teorias de crise. **Ensaio FEE**, v. 4, n. 1, p. 5–45, 1983.
- SHAIKH, A. The First Great Depression of the 21st Century. **Socialist Register**, v. 47, n. Fall, p. 44–63, 2011.
- SICSÚ, J. **Os Dez Anos que Abalaram o Brasil. E o futuro?** São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- SILVA, J. A. DA; LOURENÇO, A. L. C. DE. Desindustrialização em debate: teses e equívocos no caso da economia brasileira. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 42, n. 2, p. 57–76, 2014.
- SILVA, K. DA. A participação dos brasileiros na crise política do Paraguai- Análise a partir do governo de Fernando Lugo. **Fronteiras: Revista de História**, v. 15, n. 26, p. 11–40, 2013.
- SILVA, J. A. A Questão da Desindustrialização no Brasil. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 10, n. 1, p. 45–75, 2014.
- SILVEIRA, M. **O discurso da teologia da prosperidade em igrejas evangélicas pentecostais. Estudo da retórica e da argumentação no culto religioso**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.
- SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, P. **Dominação e desigualdade: Estrutura de classes e repartição da renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- SMITH, J. **Imperialism & the Globalisation of Production**. Sheffield: University of Sheffield, 2010.
- SOARES, J. DE L. As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula. **Sociedade e Estado**, v. 28, n. 3, p. 541–564, 2013.
- SOUZA, N. A. DE. **Crisis y lucha de clases en Brasil - 1974/1979**. México D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 1980.
- SOUZA, N. A. DE. **Economia brasileira contemporânea : de Getúlio a Lula**. 2. ed. amp ed. São

Paulo: Atlas, 2009a.

SOUZA, N. A. DE. **Economia Internacional Contemporânea: da Depressão de 1929 ao Colapso Financeiro de 2008**. São Paulo: Atlas, 2009b.

SQUEFF, G. C. **Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro** Texto para discussão. Brasília: IPEA, 2012.

STEEDMAN, I. **Marx After Sraffa**. New York: New Left Books, 1977.

TAVARES, M. DA C. A retomada da hegemonia norte-americana. In: **Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização**. Petropolis: Editora Vozes, 1997. p. 27–55.

THORSTENSEN, V. (ORG); OLIVEIRA, I. T. M. (ORG). **Os BRICS na OMC: políticas comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia e África do Sul**. Brasília: IPEA, 2012.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS - UN/DESA. **World Economic Situation and Prospects**. New York: United Nations, 2015. Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp_current/2011wespupdate.pdf>.

VALENCIA, A. S. **Teoria da Dependência e Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina**. Londrina: Praxis, 2008.

VALENCIA, A. S. **A Reestruturação do Mundo do Trabalho: Superexploração e Novos Paradigmas da Organização do Trabalho**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

VALENCIA, A. S. Trabalho, classe trabalhadora e proletariado. In: **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013a. p. 93–104.

VALENCIA, A. S. El capitalismo contemporáneo en el horizonte de la teoría de la dependencia. **Argumentos - estudios críticos de la Sociedad**, v. 26, n. 72, p. 77–96, 2013b.

VELTMEYER, H. Surplus Labour and Class Formation on the Latin American Periphery. In: CHILCOTE, R.; JOHNSON, D. L. (Eds.). . **Theories of Development, Mode of Production or Dependency?** 2. ed. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1983. p. 201–230.

VELTMEYER, H. Capitalist Development, Labor and the Rural Poor: The Politics of Non-Resistance. In: **Social Movements in Latin America: Neoliberalism and Popular**. New York: Palgrave Macmillan, 2011. p. 33–52.

VERA, A. A. **Metodologia da pesquisa científica**. Porto Alegre: Globo, 1980.

VERAZA, J. **Leer el Capital Hoy (Pasajes y problemas decisivos)**. Ciudad de Mexico: Itaca, 2007.

VIANA, N. **Escritos metodológicos de Marx**. Goiânia: Edições Germinal, 1998.

WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política. In: **Metodologia das Ciências Sociais. Parte 1**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 107–154.

WINER, S. El papel de Estados Unidos en Honduras. In: **Honduras 2013: golpe de estado, elecciones y tensiones del orden político**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Sans Soleil Ediciones Argentina, 2015. p. 142–153.

ZELAYA, M. “ Los Estados Unidos orquestaron el golpe de Estado en Honduras ”, 2015.

Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/presidente-manuel-zelaya-los-estados-unidos-orquestaron-el-golpe-de-estado-en-honduras/5446193>>